

A PESQUISA HISTÓRICA
NO BRASIL

A PESQUISA HISTÓRICA
NO BRASIL

BRASILIANA
(SÉRIE GRANDE FORMATO)

Volume 20

direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL

3.ª edição,

Acrescida de um posfácio

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL/MEC

R613p
3.ed. Rodrigues, José Honório, 1913-
A pesquisa histórica no Brasil / José Honório
Rodrigues. — 3. ed. — São Paulo : Ed. Nacional ;
[Brasília] : INL, 1978.
(Brasília : Série grande formato ;
v.20)

Bibliografia.

1. Pesquisa histórica — Brasil I. Instituto Nacional do Livro. II. Título. III. Série.

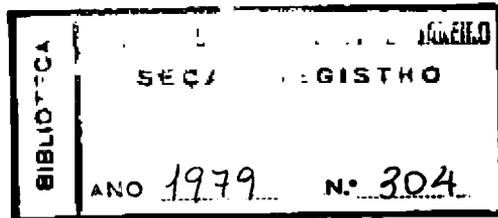
CCF/CBL/SP-78-0435

CDD:907.2081

CDU:981.0015

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. Brasil : Pesquisa histórica 907.2081
2. Pesquisa : História do Brasil 907.2081



Direitos autorais desta edição reservados à

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

SÃO PAULO - SP

1978

Impresso no Brasil

OBRAS DO AUTOR

Livros

- Civilização holandesa no Brasil*. 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. (Em colaboração com Joaquim Ribeiro.)
- Teoria da História do Brasil*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949; 2.ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, 2 vols. (Brasiliana Grande); 3.ª e 4.ª edições, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 e 1978.
- Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.
- As fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- Notícia de vária história*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951.
- A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952; 2.ª e 3.ª edições, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 e 1978.
- Brasil. Período colonial*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.
- O continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Edições São José, 1954.
- Historiografia del Brasil. Siglo XVI*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1957.
- A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- Brasil e Africa. Outro horizonte*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1961; 2.ª edição, id., id., 1964, 2 vols.
- Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*. São Paulo, Editora Fulgor, 1963; 2.ª edição, id., id., 1965; 3.ª edição, id., id., 1965; 4.ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1969.
- Historiografia del Brasil. Siglo XVII*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1963.
- Conciliação e reforma no Brasil. Interpretação histórico-política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- História e historiadores do Brasil*. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.
- Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- Vida e História*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- História e Historiografia*. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.
- O Parlamento e a evolução nacional. Introdução histórica, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972. 1.º vol. da série "O Parlamento e a evolução nacional. Seleção de textos parlamentares", 3 vols. em 6 tomos, e 1 vol. de "Índice e Personalia". (Organizados com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octáciano Nogueira.)
- A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, 5 vols.
- História, corpo do tempo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

Livros traduzidos

- Brazil and Africa*. Traduzido por Richard A. Mazzara e Sam Hileman. "Introduction" por Alan K. Manchester. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1965.

The Brazilians. Their character and aspiration. Traduzido por Ralph Edward Dimmick. "Foreword" e "Additional Notes" por E. Bradford Burns. Austin e Londres, University of Texas Press, 1967.

Opúsculos

- "Capitalismo e protestantismo. Estado atual do problema." Sep. de *Digesto Econômico*, São Paulo, 1946.
- "Alfredo do Vale Cabral." Rio de Janeiro, 1954. Traduzido para o inglês. Sep. da *Revista Interamericana de Bibliografia*, Washington, 1958.
- "Capistrano de Abreu, ein Freund Deutschlands." Sep. do *Staden Jahrbuch*, São Paulo, 1958.
- "Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português." Sep. da *Revista Berbum*, Rio de Janeiro, 1958.
- "La Historiografía Brasileña y el actual processo historico." Sep. do *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilha, 1958, t. XIV.
- "Algumas idéias políticas de Gilberto Amado." Sep. da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1959.
- "D. Henrique e a abertura da fronteira mundial." Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1961.
- "Nueva actitud exterior del Brasil." Sep. do *Foro Internacional*, México, janeiro e março de 1962.
- "The influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa." Sep. de *Journal of African History*, Londres, 1962, vol. 3.
- "The Foundations of Brazil's Foreign Policy." Sep. de *International Affaire*, Londres, 1963, vol. 3.
- "Alfredo de Carvalho. Vida e obra." Sep. dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1963, vol. 77.
- "Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras." Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1970, n.º 81.
- "O livro e a civilização brasileira." Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, abril de 1971, vol. 67, n.º 3.
- "O liberalismo no Brasil." Sep. dos *Discursos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1972, vol. 20.
- "O clero e a Independência." Sep. da *Revista Eclesiástica Brasileira*, junho de 1972, vol. 32, fasc. 126.
- "Mattoso Câmara." Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, junho/julho de 1973, vol. LXVII.
- "O sentido da História do Brasil." Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1974, n.º 100.

Colaboração em livros coletivos

- "Webb's *Great Frontier* and the Interpretation of Modern History." In A. R. Lewis e T. F. McGann (eds.), *The New World looks at its History*. University of Texas Press, 1963.
- "Brazil and China. The Varying Fortunes of Independent Diplomacy." In A. M. Halpern (ed.), *Policies toward China. Views from Six Continents*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1965.
- "Brazilian Historiography, Present Trends and Research. Requirements." In Manuel Diégues Júnior e Bryce Wood (eds.), *Social Science in Latin America*. Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.
- "As tendências da historiografia brasileira e as necessidades da pesquisa." In Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, *As Ciências Sociais na América Latina*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- "Problems in Brazilian History" e "Capistrano de Abreu and Brazilian Historiography." In *Perspectives on Brazilian History*. ("Introduction" e "Bibliographical Essay" por E. Bradford Burns.), Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.

- "History belongs to our own Generation." In Lewis Hanke (ed.), *History of Latin American Civilization*. Little Brown, 1967, vol. II (*The Modern Age*).
- "José Bonifácio et la direction du mouvement d'Indépendance." In *Études offertes à Jacques Lambert*. Paris, Édition Cujas, 1975.

Índices anotados

- "Índice Anotado" da *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.
- "Índice Anotado" da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1961.

Edições críticas

- Johan Nicuhof. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. Confronto com a edição holandesa de 1682*. Introdução e nota, crítica bibliográfica e bibliografia. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
- Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial*, 4.^a edição, Revisão, Notas e Prefácio. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1954; 5.^a edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963; 6.^a edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

Direção e Prefácio de publicações oficiais

- Os holandeses no Brasil*. Prefácio, notas e bibliografia. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.
- Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948-1963, vols. 66 a 74.
- Documentos históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1955, vols. 71 a 110.
- Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.
- Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1960-1962, vols. 43 a 50.
- O Parlamento e a evolução nacional. Seleção de textos parlamentares, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972, 3 vols., 6 tomos, 1 vol. de Índice. (Com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octáciano Nogueira.)
- Atas do Conselho de Estado*. Brasília, Senado Federal, 1973, vols. 1, 2 e 9.

Prefácios

- J. E. Pohl. *Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.
- Daniel de Carvalho. *Estudos e depoimentos*. 1.^a série. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1953.
- Guilherme Piso. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957 (Prefácio e bibliografia).
- J. Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4.^a edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 1.^a série. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 2.^a série. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 3.^a série. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 4.^a série. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *O descobrimento do Brasil*. 3.^a edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

Livro em preparo:

História da História do Brasil.

“Não me preocupa o preconceito do inédito.”

JOÃO CAPISTRANO DE ABREU — Carta a João Lúcio de Azevedo,
de 18 de março de 1918.

“A colheita é comum, mas o capinar é sozinho.”

JOÃO GUIMARÃES ROSA — *Grande Sertão: Veredas*.

APRESENTAÇÃO DA 3.^a EDIÇÃO

Esta é a terceira edição de *A Pesquisa Histórica no Brasil*. A primeira foi publicada em 1952 e, a segunda, em 1969. Trata-se de importante obra de referência, que completa a *Teoria da História do Brasil*, do mesmo autor, constante também desta coleção. José Honório Rodrigues distingue-se na bibliografia brasileira por ser quem mais se dedicou ao assunto: além de livros, são-lhe devidos inúmeros prefácios, catálogos, índices, guias, que ajudam quem de-seja aprofundar-se no estudo da História do Brasil. Tais escritos se impõem pela pesquisa séria e quanto possível completa, afirmando-se pela erudição.

Incansável trabalhador, José Honório Rodrigues está sempre preocupado em atualizar o que escreve. Assim, esta edição apresenta adições relativamente à segunda, como a segunda foi bem maior do que a primeira. Tem-se aqui a conceituação da pesquisa, em capítulo teórico, seguido de uma evolução da pesquisa brasileira, atendendo-se sobretudo ao trabalho público, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos estaduais, bem como das missões realizadas no país e no exterior por iniciativa oficial, com a especificação do que foi feito em cada uma delas. Segue-se o estudo dos instrumentos do trabalho histórico e das fontes da História Moderna e Contemporânea; depois, é a parte dos Arquivos e Bibliotecas, existentes no país e no exterior, notadamente em Portugal, com análise de arquivos soviéticos e japoneses; esboça-se um projeto de Instituto Nacional de Pesquisa Histórica. A obra apresenta ainda apêndice com alguns documentos e guias para encaminhamento do estudioso.

Trata-se de inestimável ajuda para quantos desejam informação sobre a pesquisa histórica no Brasil, orientando ainda os interessados para novas perspectivas. O trabalho é notável, pela erudição de José Honório Rodrigues, que conhece como ninguém os arquivos brasileiros e alguns dos mais importantes da Europa e dos Estados Uni-

dos. Além do conhecimento direto, tem informações por leituras de muitos outros, de modo que pode oferecer roteiro seguro. A obra é tanto mais valiosa pelo fato de o autor ter conhecimento da melhor bibliografia histórica nacional ou estrangeira, assinando mesmo importantes contribuições à História do Brasil, como *Brasil e África* (1961), *Aspirações nacionais* (1963), *Conciliação e Reforma no Brasil* (1965), *Interesse nacional e política externa* (1966), *Independência: revolução e contra-revolução* (1976), além das referentes à historiografia brasileira. Sua experiência é enorme, pois foi Diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional e foi Diretor do Arquivo Nacional, aí realizando importante trabalho de remodelação. Demais, foi encarregado de missões de levantamento e pesquisa em vários países. *A Pesquisa Histórica no Brasil* é livro que se recomenda a todos os interessados em problemas brasileiros, e esta sua reedição se tornou possível com o apoio do Instituto Nacional do Livro, na gestão do escritor Herberto Sales.

OS EDITORES

SUMÁRIO

<i>Prefácio da 3.^a edição</i>	13
<i>Prefácio da 1.^a edição</i>	15
<i>Lista das abreviaturas</i>	17

PRIMEIRA PARTE

PRELIMINARES

1. Pesquisa histórica. Definição	21
2. Bibliografia da pesquisa histórica	23
3. O fato histórico. Definição	24
4. Fato e complexo de fatos	31
5. A seleção dos fatos	32
6. O julgamento. A presunção	33
7. Conclusão	34

SEGUNDA PARTE

A EVOLUÇÃO DA PESQUISA PÚBLICA HISTÓRICA BRASILEIRA

1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	37
2. Os Institutos Históricos Estaduais	40
3. A. Meneses Vasconcelos de Drummond	41
4. Francisco Adolfo de Varnhagen	44
5. Pesquisas promovidas pelo Instituto Histórico no Brasil e no estrangeiro	49
6. Gonçalves Dias e os Arquivos do Norte	51
7. Gonçalves Dias e os Arquivos da Europa	57
8. João Francisco Lisboa	59
9. Resultados das missões de Gonçalves Dias e J. F. Lisboa	65
10. Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Sousa e Pimenta Bueno	68
11. Joaquim Caetano da Silva	70
12. Nova comissão de Gonçalves Dias	71
13. A Coleção Visconde do Rio Branco	73
14. João Ribeiro de Almeida	74
15. Ramiz Galvão	74
16. Antônio Henriques Leal	76
17. Alfredo do Vale Cabral	77
18. Barão Homem de Melo	78
19. Medeiros e Albuquerque	79
20. José Higino Duarte Pereira	80
21. F. A. Pereira da Costa	81
22. Oliveira Lima e seu trabalho no Museu Britânico	83
23. A lição de Oliveira Lima	85
24. Norival de Freitas	86
25. Manuel Cícero	87
26. Rodolfo R. Schuller	88
27. Souto Maior	91
28. Pesquisas de iniciativa privada. Pesquisa e historiografia	92
29. Rio Branco e Joaquim Nabuco	94

30. Capistrano de Abreu	95
31. Barão de Studart	97
32. Afonso d'E. Taunay	98
33. Alberto Rangel, Alberto Lamego e Tobias Monteiro	99
34. J. A. Figueira de Melo, Luís Camilo de Oliveira Neto e Pedro Calmon	100
35. José Honório Rodrigues (1950)	103
36. Guilherme Auler	104
37. Pe. Arnaldo Bruxel, S. J.	105
38. Jaime Cortesão	106
39. Ernesto Cruz e General F. Paula Cidade	108
40. José Antônio Gonsalves de Melo Neto	108
41. Ministério das Relações Exteriores:	112
a) Instituto Rio Branco, Esquema dos Trabalhos da Seção de Pesquisas	113
b) Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil	116

TERCEIRA PARTE

OS INSTRUMENTOS DO TRABALHO HISTÓRICO

I. A PESQUISA E AS FONTES	121
1. Patrimônio Histórico	126
2. Acessibilidade do público aos documentos. Sigilo e reserva	128
3. Divisão das fontes	137
4. Bibliografia das fontes	142
5. Documento histórico	145
6. Micropelícula e microfilme	149
6. 1. Bibliografia	153

QUARTA PARTE

FONTES DA HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

I. DOCUMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	157
1. Bibliografia	160
II. DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS E CONSULARES	161
III. DOCUMENTOS PÚBLICOS	162
1. Geral	162
2. Poder Executivo	163
2. 1. Presidentes de Província e de Estados	164
2. 2. Ministérios	165
2. 3. Sobre o Orçamento	166
3. Poder Legislativo	167
3. 1. Câmara dos Deputados	167
3. 2. Senado	169
4. Poder Judiciário	169
IV. JORNAIS, REVISTAS, PERIÓDICOS	170
1. Jornais oficiais	170
2. Periódicos oficiais	170
3. Revistas de História	171
4. Revistas de História estrangeiras	171
5. Revistas de Geografia, Ciências Sociais e Políticas	172
6. Revistas de Ciências Sociais estrangeiras	173
7. Assuntos internacionais e contemporâneos	173
7. 1. Bibliografia	174
V. FILME	174
VI. HISTÓRIA E LITERATURA	176

QUINTA PARTE
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

I. ARQUIVOS	183
1. Arquivo Nacional	184
1. 1. Bibliografia	185
2. Arquivos ministeriais	186
3. Arquivo "Histórico" do Ministério das Relações Exteriores	186
3. 1. Bibliografia	187
4. Arquivo do Exército	189
4. 1. Bibliografia	189
5. Poder Legislativo e Poder Judiciário	190
6. Arquivos estaduais e municipais	190
6. 1. Bibliografia	191
7. Arquivos de Museus Históricos	194
8. Arquivos de Institutos Históricos	195
8. 1. Bibliografia	198
9. Arquivos de Institutos Históricos estaduais	199
9. 1. Bibliografia	200
10. Arquivos literários e de Faculdades	200
11. Arquivos Eclesiásticos	200
11. 1. Bibliografia	201
12. Arquivos de Santas Casas de Misericórdia, Irmandades e Ordens Terceiras	201
12. 1. Bibliografia	201
13. Arquivos e documentos perdidos	202
14. Arquivos privados	206
15. Arquivos de cartórios	208
II. BIBLIOGRAFIA SOBRE OS ARQUIVOS ESTRANGEIROS	210
1. Arquivos portugueses. Bibliografia geral	211
1. 1. Torre do Tombo	212
1. 2. Arquivo Histórico Ultramarino	212
1. 3. Arquivo Geral da Alfândega	214
1. 4. Arquivo da Marinha	214
1. 5. Arquivo do Ministério das Finanças	214
1. 6. Arquivo do Ministério do Exterior	215
1. 7. Arquivo Militar	215
1. 8. Arquivo do Conselho de Estado	215
1. 9. Arquivo dos Feitos Findos	215
1. 10. Arquivos de Goa	215
1. 11. Arquivos de Moçambique	215
1. 12. Arquivos particulares	216
1. 13. Arquivos de Irmandades	216
2. Arquivos europeus	216
3. Arquivos espanhóis	216
3. 1. Simancas	217
3. 2. Sevilha. Arquivo das Índias	217
3. 3. Arquivo Histórico Nacional	217
3. 4. Academia de la Historia	217
4. Arquivos britânicos	217
4. 1. Bibliografia	218
5. Arquivos franceses	219
6. Arquivos italianos	219
7. Arquivos alemães	219
8. Arquivos holandeses	220
9. Arquivos suíços e austríacos	220
10. Arquivos suecos	221
10. 1. Kabinettets Arkiv	221
10. 2. Arquivo do Ministério do Exterior (<i>Utrikes-department</i>)	222

11. Arquivos soviéticos	222
12. Arquivos Japoneses	222
13. Pesquisas norte-americanas na Europa	222
14. Arquivos latino-americanos	225
15. Missões de pesquisas latino-americanas na Europa	225
16. Arquivos Nacionais	226
16. 1. Argentina	225
16. 2. Bolívia	226
16. 3. Colômbia	226
16. 4. Cuba	226
16. 5. Chile	226
16. 6. Equador	226
16. 7. Estados Unidos da América do Norte	226
16. 8. Guatemala	227
16. 9. Honduras	227
16. 10. México	228
16. 11. Paraguai	228
16. 12. Peru	228
16. 13. Porto Rico	228
16. 14. Uruguai	228
16. 15. Venezuela	228
III. BIBLIOTECAS	228
1. Bibliotecas Nacionais	229
1. 1. Bibliografia	230
2. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	230
3. Bibliotecas Americanas e outras	232
3. 1. Bibliografia	233
4. Bibliotecas Europeias	234
4. 1. Geral	234
4. 2. Portugal	234
4. 3. Espanha	235
4. 4. Grã-Bretanha	235
4. 5. França	236
4. 6. Alemanha	236

SEXTA PARTE

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA HISTÓRICA

I. CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA HISTÓRICA. SEUS FINS	239
1. A pesquisa histórica no Exterior	239
2. A pesquisa histórica no Brasil	239
3. A elaboração dos instrumentos de trabalho histórico	240
4. Formação de pesquisadores	242
II. CONCLUSÃO GERAL	244
III. SUMÁRIO DE RECOMENDAÇÕES	248

ANEXOS

1. Sumário dos <i>Documentos Históricos</i> da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	253
2. Arquivo Histórico Colonial	260
3. Documentos existentes no Arquivo do Visconde do Uruguai	262
4. Arquivo do Conselheiro João Alfredo	264
5. Arquivo do Barão de Cotegipe	265
6. Relação dos documentos sobre o Brasil existentes no Riksarkivet de Estocolmo, e enviados em microfilme ao Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)	267
7. Catálogos e Inventários publicados pela Biblioteca Nacional	273
<i>Posfácio</i>	273
<i>Índice remissivo</i>	295

PREFÁCIO DA 3.^a EDIÇÃO

Como a *Teoria da História do Brasil*, sai a *Pesquisa* sem revisão do texto da edição anterior, a fim de evitar maior custo de produção e, conseqüentemente, maior preço de capa à edição. Tentou-se no "Posfácio" atualizar o livro, fazendo acréscimos e aditamentos, de acordo com a subdivisões correspondentes aos capítulos da anterior edição.

Constitui para mim um motivo de satisfação e orgulho ver o livro reeditado pela Companhia Editora Nacional na sua apreciada Brasileira Grande Formato, o qual, reunido à *Teoria* e à *História da História do Brasil*, forma a obra tríptica com que sonhei desde 1944, quando voltei dos Estados Unidos e vinha com esse plano na cabeça, sugerido pelo contacto com os grandes livros, os grandes professores e as efficientíssimas instituições bibliotecárias, arquivísticas e universitárias daquele país.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

PREFÁCIO DA 1.^a EDIÇÃO

A Pesquisa Histórica no Brasil não é uma nova edição, é realmente um novo livro. Escrito em 1952, era natural que em 1968 tivesse que fazer muitas alterações. Modifiquei as noções preliminares, enfrentando novas definições muito difíceis, que espero possam atender especialmente ao espírito da mocidade estudiosa. Fiz acréscimos ao capítulo sobre a evolução da pesquisa, sendo novos os números 10, 13, 14, 16 a 18 e 35 a 41. Incluí um capítulo retirado da *Teoria da História do Brasil*, “As fontes históricas”, desenvolvendo-o em capítulo deste livro denominado “Os instrumentos do trabalho histórico”, que o contém e muito mais. Espero que este novo capítulo seja bastante informativo e sirva como um guia para o professor e para o estudante que se inicia na pesquisa. Condensei a parte final sobre o Instituto de Pesquisa Histórica e incluí alguns anexos, contendo sumários de arquivos e coleções.

Este livro faz parte da série iniciada em 1949, que se comporia de três estudos complementares sobre a Teoria (e o Método), a Pesquisa e a Historiografia, e que nunca foi concluída, porque não pude finalizar a historiografia. Espero agora, numa mesma série, oferecer os três volumes pela mesma editora em que estreei em 1940. A historiografia – História da História do Brasil – será composta de três volumes: historiografia colonial, historiografia nacional, e historiografia e ideologia. Finalmente espero ter forças para completar minha História Moderna do Brasil, em forma sintética e documentada.

Agradeço a Leda, minha mulher, a dedicação e assistência de sempre na elaboração e preparo deste livro.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Rio de Janeiro,

4 de outubro de 1968.

LISTA DAS ABREVIATURAS

- ABN* — Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- ACILB-I* — Atas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Washington, outubro de 1950. 1 vol. Vanderbilt University Press, 1953.
- ACILB-III* — Atas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Lisboa, setembro de 1957. 2 vols. Lisboa, 1960.
- ACILB-IV* — Atas do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Bahia, agosto de 1959. Publicação de resumos e boletins informativos.
- ACLS* — American Council of Learned Societies.
- AHR* — American Historical Review (Estados Unidos).
- AMI* — Anais do Museu Imperial (Petrópolis).
- AMP* — Anais do Museu Paulista (São Paulo).
- CEHB* — Catálogo da Exposição de História do Brasil, 1881.
- CILB-II* — II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. São Paulo, 1954. Sem nenhuma publicação.
- CILB-V* — V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1963. Sem publicações.
- CILB-VI* — VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Cambridge, Mass., Harvard University, e Nova York, Columbia University, 7 a 13 de setembro de 1966. Comunicações mimeografadas.
- HAHR* — Hispanic American Historical Review (Estados Unidos).
- HZ* — Historische Zeitschrift (Alemanha).
- IBBD* — Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (Rio de Janeiro).
- PAN* — Publicações do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).
- RAPM* — Revista do Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte, M. G.).
- RH* — Revista de História (São Paulo).
- RH (Port.)* — Revista de História (Portugal).
- RHA* — Revista de Historia de América (México).
- RIAHGP* — Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife, Pe.).
- RIB* — Revista Interamericana de Bibliografía [Inter-American Review of Bibliography] (Washington, D. C.).
- RIC* — Revista do Instituto do Ceará (Fortaleza, Ce.).
- RIGHMB* — Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (Rio de Janeiro).
- RIHGB* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro).
- RIHGMG* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Belo Horizonte).
- RIHGRGS* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).
- RIHGSP* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- RSPHAN* — Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Rio de Janeiro).

PRIMEIRA PARTE

P r e l i m i n a r e s

1. *Pesquisa histórica. Definição*

A pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da História. Ela deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares, em suma, identificar-se com as técnicas do historiador. A descoberta dos fatos, da documentação, e o seu uso correto constituem a pesquisa.

A expressão é de origem espanhola, significando uma modalidade da atuação probatória no sistema processual medieval, com o fim de obter provas verdadeiras sobre caso controvertido. O trabalho indagador — *inquisitio, pesquisa* — se praticava por *fieles exquiridores*, ou pesquisadores nomeados pelo próprio Tribunal.

A evolução posterior do processo na administração da justiça por influência da introdução do direito romano na Península Ibérica (em Portugal desde D. Afonso III, 1248-1279) fez desaparecer a pesquisa no processo civil, conservando-a apenas na atuação policial do processo criminal. O triunfo do processo inquisitorial na Baixa Idade Média e a centralização política e administrativa fizeram com que a pesquisa se tornasse um processo de atuação dos órgãos judiciais supremos em assuntos de interesse público.

Desde então os soberanos, especialmente os de Castela, ordenavam pesquisas na povoações, feitas pelos *alcades pesquisadores*, e se impunha aos juizes ordinários fazer pesquisa de todos os delitos cometidos nas suas jurisdições.

O vocábulo amplia seu sentido ao referir-se igualmente a toda a gestão inspetora incumbida a um funcionário para esclarecer qualquer fato ou situação, sobretudo na vida municipal⁽¹⁾.

Em Portugal, a expressão não teve o mesmo uso, divulgando-se inquirição e inquirição, diligências todas ligadas também à busca da prova no processo canônico e civil, e igualmente, como a pesquisa, visando à busca da prova e da verdade.

Na Espanha e nos países hispano-americanos, o vocábulo não foi empregado na indagação histórica, preferindo-se a palavra investigação, formada por via semi-erudita, de investigar, isto é, seguir os vestígios, como mostram os modernos Institutos de Investigaciones Históricas de Buenos Aires e Montevideú.

(1) *Diccionario de Historia de España*, Madri, Revista de Occidente, 1952, t. II, 838.

No Brasil, nos começos do Instituto Histórico, não se empregou nem investigar, nem pesquisar. Nas bases para a fundação do Instituto, nos seus Estatutos, se escreve coligir e metodizar os documentos⁽²⁾; nas primeiras sessões, quando Cunha Barbosa propõe a organização de “instruções sobre o modo de haver notícias históricas e geográficas”, e Rocha Cabral pede que o Instituto empregue “todos os seus esforços para mandar vir de Portugal importantes manuscritos”⁽³⁾, ou ainda na “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”⁽⁴⁾, não se usa nenhuma das expressões hoje consagradas, como pesquisa ou investigação. Creio que foi por influência da palavra inglesa *research* que o vocábulo pesquisa voltou a predominar no campo das ciências físicas e sociais.

A pesquisa histórica depende muito do Estado e do cuidado que este dedica à preservação documental⁽⁵⁾, bem como, modernamente, nos países capitalistas, da assistência e ajuda da iniciativa privada, quer diretamente⁽⁶⁾, quer por meio de fundações⁽⁷⁾. No Brasil não se conta com a ajuda privada, tentada apenas, sem maiores resultados, por Assis Chateaubriand⁽⁸⁾, e o Estado, que conserva mal o patrimônio histórico documental, não auxilia a investigação oficial ou privada. A Universidade, especialmente a federal, desconhece a pesquisa histórica.

A pesquisa privada não é muito cultivada, e contam-se nos dedos da mão os historiadores que freqüentam as instituições eruditas; historiadores poderosos, deputados e reitores usam comumente dos serviços dessas instituições, solicitando que funcionários, distraídos de suas obrigações normais, façam as pesquisas para eles.

O que confunde facilmente os principiantes e perturba e aborrece os veteranos é a enorme quantidade de investigações medíocres, em que se distinguem não só amadores nacionais como profissionais americanos. São raras as investigações que tiveram êxito e que denunciam a mão de um mestre. A deficiência de técnica, a insuficiên-

(2) *RIHGB*, t. 1, 1839 (3.^a ed., 1908), 6 e 19.

(3) *RIHGB*, id. id., 45.

(4) *Ibid.*, 109-110.

(5) José Honório Rodrigues, “O Estado e o Documento Histórico”, *O Jornal*, 2 de janeiro de 1952.

(6) José Honório Rodrigues, “Pesquisa Histórica e Iniciativa Privada”, *O Jornal*, 24 de abril de 1952.

(7) Em 1929 havia 18 Fundações que auxiliavam os historiadores, quer na suas pesquisas, quer em publicações eruditas, com um capital de 36.590.000 dólares; em 1944, o número se elevava a 505, e em 1957 atingia a 5.000, com um capital de 5.350.800.000 dólares. Louise Carroll Wade, “Assistance Available for Post-Doctoral Historical Research and Publication”, *AHR*, abril 1957, 570-593.

(8) Vide artigo de José Honório Rodrigues, “A Fundação Pedro II”, *O Jornal*, 17 de janeiro de 1952; “Os Objetivos da Fundação Pedro II”, *O Jornal*, 2^o de janeiro de 1952; “Tarefas da Fundação Pedro II”, id., 1.^o de fevereiro de 1952; “A Fundação Pedro II”, id., 22 de maio de 1952.

cia metódica e teórica são responsáveis pela fraqueza da pesquisa. O ensino universitário é o principal responsável pela pouquidade e debilidade da pesquisa histórica no Brasil⁽⁹⁾.

O mundo da pesquisa é largo e grande e não está todo ocupado, havendo grandes espaços para obras e obreiros. O historiador deve conter-se na pesquisa, sem o que passará a vida pesquisando e não escreverá história. Disse-me certa vez o Padre Serafim Leite — e repito o bom conselho de que não me esqueço — que é necessário não querer fazer tudo, e deixar um pouco aos outros.

A nova pesquisa supõe a utilização dos recursos e técnicas das ciências sociais, inquéritos, entrevistas, técnicas quantitativas, busca de dados familiares e individuais, especialmente para a história contemporânea, que sirvam para a colheita e interpretação. Os riscos e erros que possam oferecer devem ser calculados e Jan Vansina ensinou-nos os meios de controlá-los⁽¹⁰⁾.

O ideal da pesquisa é que ela se realize com um máximo de iniciativa independente e com um mínimo de direção. As qualidades do pesquisador foram bem caracterizadas nas palavras de Pio XII aos participantes do I Congresso de Arquivistas Eclesiásticos em 13 de janeiro de 1958, ao louvar a figura do Cardeal Giovanni Mercati, bibliotecário e arquivista da Sagrada Congregação dos Ritos: “A inata propensão à erudição unia-se nele à paixão da pesquisa e à feliz intuição da descoberta, ao senso severo da crítica, à paciência na averiguação, à ordem na documentação, à perspicácia na coordenação. Seu escrúpulo de homem de ciência, que cultivava no mais alto grau o respeito da verdade histórica, mantinha-o imune aos erros freqüentemente ocasionados pela pressa, pelas lisonjas ou pela polémica”⁽¹¹⁾.

2. Bibliografia da pesquisa histórica

John Martin Vincent, *Historical Research. An Outline of Theory and Practice*. Nova York, 1911.

C. G. Crump, *History and Historical Research*. Londres, 1928.

Wilson Gee (org.), *Research in the Social Sciences. Its Fundamental Methods and Objectives*. Nova York, 1929.

(9) Vide o capítulo novo “O Ensino da História e a Reforma Universitária”, na 3.^a ed. da minha *Teoria da História do Brasil*, e entrevista concedida a Octavio Malta, “As Universidades no Brasil fracassaram. Crise tem ingredientes políticos”, *Última Hora*, 6 de agosto de 1968.

(10) *De la Tradition Orale. Essai de Méthode Historique* (ed. belga, 1961), trad. inglesa, *Oral Tradition. A Study in Historical Methodology*, Chicago University Press, 1965.

(11) Reproduzido in *Jornal do Dia* (Rio Grande do Sul), 14 de janeiro de 1958.

Homer C. Hockett, *Introduction to Research in American History*. Nova York, 1931. 2.^a ed., reescrita e ampliada, Nova York, 1955.

V. H. Galbraith, *Historical Study and the State*. Oxford University Press, 1948.

Jacques Barzun e Henry F. Graff, *The Modern Researcher*. Nova York, 1957.

Carlos Bosch García, *La Técnica de Investigación Documental*. México, Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales, 1959.

Charles Wagley (org.), *Social Science Research on Latin America*. Nova York, Columbia University Press, 1964.

La Recherche Historique en France de 1940 à 1965, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. Paris, 1965.

Manuel Diégues Júnior e Bryce Wood, *Social Science in Latin America*. Nova York, Columbia University Press, 1967. Trad. brasileira, *As Ciências Sociais na América Latina*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, s. d. Sobre a parte histórica, vide capítulo de José Honório Rodrigues, "As tendências da historiografia brasileira e as necessidades da pesquisa", na edição brasileira, e "Brazilian Historiography: Present Trends and Research Requirements", na edição americana.

3. O fato histórico. Definição

No começo de suas lições sobre a filosofia da história (1822-1823), Hegel (1770-1831) escrevia que o homem é um ser pensante, e que em todo o humano — o que o distingue do animal — há um pensamento, e, por conseguinte, há também um pensamento em toda a ocupação com a história. A filosofia, com pensamentos próprios que lhe são atribuídos, e que a especulação produz por si mesma, sem consideração ao que existe, dirige-se à história, tratando-a como um material e não a deixando tal como é, dispondo dela segundo seu pensamento e construindo uma história *a priori*.

Ora, a história trata do acontecido, e os conceitos que se determinam por si mesmos são contrários à sua consideração. Cabe à história reunir os acontecimentos de tal modo que o sucedido fique representado diretamente aos nossos olhos; depois devemos estabelecer os laços dos acontecimentos. A história, acrescentava, devia recolher somente o que é e tem sido, os acontecimentos e os atos. E ela será tanto mais verdadeira quanto mais se atenha aos dados — ainda que isto não se ofereça de modo imediato, mas exija várias investigações, enlaçadas com o pensamento —, e quanto mais se proponha exclusivamente como fim o sucedido⁽¹²⁾.

Mais adiante, Hegel ensinava que a primeira condição será a de recolher fielmente o histórico. O historiador corrente, médio,

(12) Hegel, *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946, t. 1, 17-18.

que acredita e pretende conduzir-se receptivamente, entregando-se aos dados, não é, na realidade, passivo no seu pensamento, pois traz consigo suas categorias e vê através delas o existente. O verdadeiro não se acha na superfície visível (13).

Hegel foi adiante, lembrando que no alemão a palavra história reunia o sentido objetivo (*geschehen* – suceder, acontecer, fazer-se) e o sentido subjetivo (*Geschichte* – relato do acontecido); significa tanto a *res gestas*, os fatos e acontecimentos, como a *historiam rerum gestarum*, a narração histórica. Devemos considerar, escrevia ele, esta união de ambas as acepções como algo mais que uma causalidade externa; significa que a narração histórica aparece simultaneamente com os fatos e acontecimentos históricos. Um íntimo fundamento comum as faz brotar juntas (14).

Como se vê, Hegel sustenta que a história primeiro se dedica aos fatos, aos sucessos, aos acontecimentos, e, segundo, às ligações destes sucessos, para depois relatá-los; e, ao fazê-lo, possui suas categorias *a priori*.

A palavra história (15) indica, para Hegel, o que aconteceu (o sucesso, o acontecimento) e também o relato do acontecido; ela não é concebida como um passado, mas também como presente. O verdadeiro, diz Hegel, é eterno em si e por si, não é nem o ontem, nem o amanhã, senão pura e simplesmente o presente, no sentido do presente absoluto. Na idéia se conserva eternamente o que parece haver passado. A idéia é presente; o espírito é imortal; nem houve um antes em que não existisse, nem haverá um agora em que não exista; não há passado, nem pode dizer-se que seja, senão que é absolutamente agora. Com isto se diz que o mundo e a forma presentes do espírito e sua atual consciência de si compreendem todas as fases anteriores da história. Estas se desenvolveram em sucessão, independentes, porém o espírito tem sido em si mesmo sempre o que é e a diferença se reduz ao desenvolvimento deste em si mesmo (16).

Nestas idéias Hegel desenvolve a tese de que toda história é história presente, tese que seu discípulo Croce retomaria mais tarde; e também fica claro que a colheita dos fatos é seguida pela busca dos laços, isto é, das conexões ou das causas. Mas até agora Hegel não explicou o essencial, isto é, o que é o fato, o ato, o acontecimento ou evento, a coisa histórica, de regra despersonalizada, ao contrário de feitos ou façanhas (17). Estava ainda contida na sua exposição a

(13) *Ibid.*, 22.

(14) *Ibid.*, 131-132.

(15) No grego, o vocábulo significava aquilo que, se chega a saber perguntando, inquirido, informação, e se formou de *historein*, inquirir, examinar, relatar (formado de *histor*, *histôr*, juiz + *ia* ou *y*, aparentado com o grego *idein* – ver, no sentido de compreender), ou seja julgar com compreensão.

(16) Hegel, *ob. cit.*, 146.

(17) A *res*, a que se referiu, significa a coisa, ou tudo o que não é pessoa, e deste modo a ação; as *res gestas* são os feitos, as façanhas, as empresas, as obras.

idéia de que a história é um relato *in statu nascendi* e não puramente *post mortem*, restauradora do seu sentido grego original, mais tarde debatida por Karl Mannheim⁽¹⁸⁾.

Ao tratar das distintas maneiras de considerar a história, diz Hegel, surge a palavra chave que caracteriza o fato histórico. "Os discursos são atos entre os homens e atos muito especialmente *eficazes*. Por meio dos discursos, os homens são impelidos à ação"⁽¹⁹⁾. A eficácia é o elemento distintivo que singulariza o fato histórico. Esta mesma idéia é retomada por W. Dilthey (1833-1911), H. Rickert (1863-1936) e E. Meyer (1855-1930).

Dilthey, no seu *El Mundo Histórico*⁽²⁰⁾, escreveu que "todo o nexos efetivo da época se acha determinado de modo imanente pelo nexos da vida, pelo mundo anímico, pela formação de valores e idéias de fim do mesmo. É história toda a ação que interfere neste nexos; este determina o horizonte da época e, em última análise, o significado de cada parte em seu sistema. É a centralização das épocas em si mesmas, que resolve o problema do significado e sentido da história. Cada época contém sua ligação com a anterior, contém a repercussão, a ação persistente das forças que nela se desenvolveram, e, ao mesmo tempo, contém também o afã criador que prepara a que se segue. Assim como surgiu das insuficiências da anterior, leva com ela os limites, as tensões, os sofrimentos que preparam a seguinte. Como toda forma de vida histórica é finita, tem que conter uma mistura de força alegre e de pressão, de expansão da existência e de redução da vida, de satisfação e necessidade. O ponto culminante dos efeitos da duração fundamental é breve".

Para Rickert, que desenvolveu os princípios de Dilthey, o fato histórico é singular, individual, particular e irreversível, isto é, ele é único, distingue-se dos demais, não se repete e é selecionado pelo valor cultural que possui⁽²¹⁾. A história sempre relaciona a realidade com os valores.

Eduard Meyer, mais historiador que filósofo, respondendo à questão fundamental de quais os sucessos que se podem considerar históricos, escrevia que "é histórico aquilo que produz ou produziu efeitos". E quando o historiador está diante de uma massa de efeitos, a pergunta histórica que se deve formular é: o que produziu esses efeitos? O que reconhecemos como fundamento deles é ou será um

(18) *Man and Society in an Age Reconstruction*, Nova York, 1941, 188.

(19) Hegel, *ob. cit.*, 152.

(20) Fondo de Cultura Económica, México, 1944, p. 211. Tradução de *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften* [A Construção do Mundo Histórico nas Ciências do Espírito], 1910, t. VII das *Obras Completas*.

(21) Estas características foram expostas na *Teoria da História do Brasil*, 2.^a ed., t. I, 68-72 e 86-94. Vide H. Rickert, *Ciencia Cultural e Ciencia Natural*, Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1937, especialmente págs. 77, 79 e 101.

acontecimento histórico? ⁽²²⁾ O centro de gravidade da história, acrescenta Meyer, acha-se nos sucessos concretos, enquanto os fatores gerais da vida humana não são mais que premissas e não objetos do conhecimento histórico. O geral, a regra, as condições dadas, têm uma grande importância em toda a vida humana e também, portanto, na história; por si, porém, não é nunca histórico; converte-se em histórico quando passa a formar parte de um sucesso concreto e ganha, deste modo, uma forma individual (singular), entrando num plano de interdependência e conflito com os demais fatores da vida histórica, que são os propriamente individuais. Todo o processo de desenvolvimento histórico decorre nesses conflitos, nesses vínculos de interdependência. O geral não é nunca mais que a premissa e suas conseqüências são essencialmente negativas ou, para dizer com maior precisão, restritivas: estabelecem os limites dentro dos quais se encerram as infinitas possibilidades das formas históricas concretas. Dos fatores superiores, individuais, da vida histórica depende qual dessas possibilidades chega a ser realidade, isto é, se converte em fato histórico ⁽²³⁾.

A teoria de Meyer, da eficácia como caracterizadora do fato histórico, em oposição à teoria do valor de Rickert, levou este a responder que a eficácia histórica não se podia confundir com a mera eficácia em geral, indiferente ao valor. A eficácia, por si só, nunca nos podia dar o critério para discernir o que é historicamente essencial. Eficaz historicamente é só o sucesso que produz efeitos importantes, o que não significa senão o que já dissera, isto é, que o valor cultural é sempre o que dá o modelo para a seleção do historicamente essencial ⁽²⁴⁾.

A noção do fato, evento, acontecimento, feito, tão carregada de equívocos, especialmente para o historiador despreparado metodológica e filosoficamente, ganha, aos poucos, nas tentativas de definição, contornos e limites mais precisos. Escreveu Roger Mehl ⁽²⁵⁾, influenciado por Rickert e H. Bergson, que não se deve atribuir ao fato histórico outra especificidade que a sua singularidade temporal... O que produz o instante T (tempo) + I é forçosamente diferente daquilo que produziu o instante T. Não há repetição por causa da irreversibilidade da duração; há, ao contrário, novidade incessante. A filosofia bergsoniana do tempo ajuda a distinguir a durabilidade dos efeitos; o fato histórico é breve nos seus reflexos e nas suas repercussões. E mais, o fato histórico é aquele que está no

(22) *El Historiador y la Historia Antigua. Estudios sobre la Teoría de la Historia y la Historia Económica y Política de la Antigüedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1955, pág. 34. Trad. de *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, 1910.

(23) *Ob. cit.*, 43.

(24) *Ob. cit.*, 114.

(25) "Dialogue de l'histoire et la sociologie", *Cahiers internationaux de Sociologie*, 1947, vol. III, 138.

centro das conexões causais; é sempre um nexu efetivo dos mais variados elementos, sociais, políticos, econômicos.

O problema da causa — ou do motivo, mais consciente e portanto mais histórico — dá origem a um grande debate. Croce, por exemplo, insurgiu-se contra a afirmação de Taine de que inicialmente vem “la collection des faits, la recherche des causes” (26). Para Croce isso significa tratar o fato não como ato do espírito, mas como fato externo e bruto. O fato concretamente pensado não tem causa nem fim fora de si, mas somente em si mesmo, coincidente com sua real qualidade ou com sua realidade qualitativa (27). O que Croce sustenta, tal como Collingwood e todos os filósofos idealistas da história, é que somente a ação que foi revivida pelo historiador pode ser denominada de fato histórico.

Para exemplificar, quando Collingwood escreve que para a história o objeto a ser descoberto não é o mero evento, mas o pensamento nele expresso, ele quer dizer que o historiador quando pergunta “Por que Brutus apunhalou César?”, ele pretende saber o que Brutus pensava quando se decidiu a apunhalar César (28). Re-representar o que aconteceu no seu próprio pensamento é ver porque aconteceu.

No fundo, Croce, como Collingwood, tentam escapar da cadeia de relações entre causas e efeitos, pois para ambos isto significaria inaugurar uma infinita regressão até a causa primeira. O argumento seria especioso, pois a relação causa-efeito, ou motivo-efeito não estaria fora do escopo da história.

Para Croce, o pensamento pensa e constrói o fato, isto é, o fato não existe fora da razão; para ele, ainda, a coleção de fatos e a pesquisa das causas não são atos descontínuos do pensamento, mas simultâneos. Os fatos não seriam, assim, independentes, mas nem por isso não estariam ligados pelo nexu das motivações, a que já nos temos referido, e foi posto em destaque por Dilthey.

A inter-relação processual entre os fatos não pode levar-nos a pensar que não haja diferença entre afirmar um fato e compreender a sua causação. A sugestão idealista atinge em Croce seu ponto extremo, ao imaginar o fato criado subjetivamente pelo espírito. Se é absurdo supor que para o historiador descrever o que realmente aconteceu ele deve ver o fato ou participar da ação, é igualmente absurdo supor que o fato só exista ou seja criado no pensamento do autor. Ele recria, mas o fato existiu, ele não pode desviar-se dele, ou chocar-se contra ele.

O valor de um trabalho histórico original consiste principalmente em trazer à luz as conexões entre fatos históricos bem esta-

(26) *Teoria e Storia della Storiografia*, 5.^a ed., Bari, 1943, 62.

(27) *Ibid.*, 64-65.

(28) R. G. Collingwood, *The Idea of History*, Oxford, at the Clarendon Press, 1946, 214.

belecidos, isto é, firmado em provas documentais. Marx, ao escrever *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, começou com uma hipótese inicial e usou os fatos para confirmá-la. “Eu mostro”, escreve ele, “como a luta de classes na França criou circunstâncias e situação tais que permitiram a um personagem medíocre e grotesco fazer figura de herói”. E sua análise ilumina de tal modo o acontecimento que tudo que parecia estranho se torna compreensível⁽²⁹⁾.

Antes de passarmos do idealismo filosófico para o realismo anti-espiritualista de Karl Marx, e sumariarmos as contribuições de uns e outros, é indispensável não esquecer que um historiador prático no exercício da história, como Macaulay, escrevia que “facts are but the dross of history” (os fatos são apenas o lixo da história), e logo estabelecia a necessidade da interpretação contra a *nuda veritas* (a verdade nua)⁽³⁰⁾. Macaulay sustenta que a história não é uma *moles indigesta* (massa de matéria indigesta), e que os fatos pouco valem se não dão sentido, especialmente quando são insignificantes ou ineficazes. Sustenta, ainda, que afóra a importância da seleção é indispensável interpretar e compreender os fatos.

A dialética marxista oferece a chave para as noções mais importantes e frutíferas no campo da teoria e da filosofia da história. A decomposição do sistema hegeliano num sentido realista, a aceitação do mundo e da realidade tais como são, a convicção de que o homem é o produto de um processo real, com todas as suas necessidades concretas e agrupamentos de interesses, a forte acentuação dos fundamentos e premissas econômico-sociais, imporiam o estabelecimento de uma análise histórica nova, herdeira, sem dúvida, do sistema anterior.

A verdadeira análise histórica nunca decompõe meros processos históricos para depois sintetizá-los de novo segundo leis naturais gerais e sempre idênticas, porém encontra, por toda parte, grandes conexões vitais que dominam períodos inteiros, nos quais se baseiam a unidade espiritual anterior e a necessidade do acontecimento, apesar de todos os cruzamentos, de todos os tumultos e acasos. Ela não fica presa jamais a simples formas, idéias, leis gerais, mas sempre vê formar-se nelas, concretamente, o conteúdo material⁽³¹⁾. O fato histórico é aquele que é propriamente durável ou produz efeitos duradouros. Ele é essencialmente econômico-político, natural e não ideal, dinâmico — é um processo e não uma imobilidade, é dialético, isto é, se dissolve em oposição vital real e materialmente interessada.

A premissa básica de toda a existência humana, e portanto de toda a história, é a de que os homens devem estar em condições de

(29) *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris, 1945, 6.

(30) In J. W. Thompson, com a colaboração de Bernard J. Holm, *A History of Historical Writing*, Nova York, 1942, vol. II, 296.

(31) E. Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*. Tübingen, Mohr, 1922, 327.

viver para poder fazer história, escreve Marx⁽³²⁾. A primeira realidade histórica (conjunto de fatos, atos, acontecimentos), acrescenta, é, portanto, a produção dos meios que satisfaçam às necessidades da vida. A produção da própria vida material constitui, na realidade, um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que devemos, hoje, como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter vivos os homens. Observar este fato fundamental é, portanto, a primeira exigência de qualquer concepção histórica. A segunda condição do fato histórico é que ele seja capaz de satisfazer as necessidades novas. Estes dois momentos⁽³³⁾ não são simultâneos, mas coexistem e, logicamente, se contrariam.

As idéias de Marx não se opõem, na caracterização do fato histórico, aos princípios da eficácia histórica, que veio de Hegel e se definiu em Rickert e Meyer. A diferença fundamental consiste na naturalização, no realismo do conceito, que se economiza.

Há ainda outro elemento que nos ajuda a individualizar o processo histórico: ele pode ser pessoal ou impessoal, ele se personaliza ou despersonaliza, ele é um fato, um evento, um sucesso, um acontecimento, ou uma ação, um feito, uma façanha. A personalização da história conduz à biografia, e a história do Brasil, por exemplo, tem sido uma suma biográfica desde o período colonial aos nossos dias⁽³⁴⁾.

Na historiografia brasileira predomina a busca pelo fato pessoal, a ação pessoal e seus efeitos positivos ou negativos. A impersonalidade do fato não significa que nele próprio não se contenha a decisão da liderança ou da minoria dominante, como a de um grupo, uma classe, e não individualmente. Meyer valorizou a responsabilidade na história, na tentativa de descobrir os motivos que levaram as personagens a tomar suas decisões. O ato histórico da personalidade, apesar de todas as circunstâncias externas, é criado livre e responsabilmente, e seguindo esta mesma base do livre arbítrio defende o acaso, que seria uma série causal estranha que interfere, transtornando o processo regular causal. O acaso poderia desempenhar um papel importante na vida histórica, exemplificado com atentados frustrados, ou acertados, com mortes de líderes no começo da carreira, enfim, com vários fatos fortuitos⁽³⁵⁾.

Daf desenvolve uma teoria do *fato histórico negativo*, por mais paradoxal que possa parecer a expressão. Trata-se do caso em que

(32) *A Ideologia Alemã*, Rio de Janeiro, 1965, 23-24.

(33) Marx trata ainda de um terceiro elemento, o de que os homens, que renovam diariamente sua vida, se reproduzem, se constituem em família, a primeira relação social.

(34) José Honório Rodrigues, *História e Historiadores do Brasil*, São Paulo, Fulgor, 1965, 24-25.

(35) E. Meyer, *El Historiador y la Historia Antigua*, ob. cit., 16 n. 23, e 18-22. Meyer cita os "Kritischen Studien auf dem Gebiet der Kulturwissenschaftlichen Logik" [Estudos críticos no campo da lógica das ciências culturais], in *Archiv fuer Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, t. xxii, 1906, 143 e segts.

um acontecimento deixa de produzir-se, conforme podia esperar-se em face da marcha das coisas humanas, e sua ausência traz consequências positivas importantes. Supõe uma época em que se não produz uma personagem importante, embora houvesse premente necessidade dela, e cita exemplos na história universal como a da morte prematura de Alexandre, ou a esterilidade do matrimônio de Filipe II da Espanha e Maria da Inglaterra. Para exemplificar, no Brasil, seria um fato histórico negativo que Rui Barbosa não tivesse sido presidente, ou que Jânio Quadros renunciasse?

Há ainda a considerar o pseudofato, o pseudo-acontecimento, inventados sob a aparência da verdade, para falsificar o processo histórico, ou desviá-lo do seu curso normal. A história do Brasil está cheia deles, uns nascidos de falsas lendas, outros criados em documentos infidedignos. Seus efeitos são depressivos e servem para alterar o curso histórico, o progresso, a vitória contra os privilégios. Pseudo-atos, pseudopersonalidades, tão indiferentes à função criadora da História quanto a roupa que vestiam, enchem a História, são biografados, quando deviam ser eliminados dos quadros sintético-interpretativos.

4. *Fato e complexo de fatos*

Nenhum fato ou ato histórico existe isolado; eles aparecem sempre no conjunto do processo histórico. Podem ser vistos e examinados isoladamente, mas funcionam em relações estruturadas, articulam-se com todos os componentes da realidade, conformam-se ao todo do sistema real. A grande descoberta de Marx consistiu em estabelecer as relações funcionais entre a estrutura e a superestrutura da realidade histórica. Há, assim, uma relação real e vivida entre todos os atos e fatos, embora tenham sido estudados separadamente por interesse didático, desconhecimento científico ou malícia ideológica. As relações descobrem-se na própria pesquisa, quando o historiador está preparado para a sua tarefa, ou quando não pretende senão esgotar-se nos meros fatos despídos de significação.

Além disso há construções conceituais, que são conjuntos de fatos relacionados e funcionais, que constituem um fato complexo. Assim, por exemplo, quando falamos em feudalismo, descobrimento, renascimento, capitalismo, barroco, socialismo, imperialismo, bandeirismo, ou quando relacionamos o capitalismo e o calvinismo, estamos tratando de um conjunto de fatos significativos que já foram definidos.

Outros conceitos ideais podem levar-nos ao exame histórico de outros conjuntos factuais significativos e relacionados, formando um complexo. Estes complexos de elementos associados na realidade histórica formam uma individualidade histórica, unida numa definição

conceitual devido à sua significação cultural. A individualidade histórica compõe-se de um conjunto de relações genéticas que são inevitavelmente de caráter especificamente único e individual⁽³⁶⁾.

5. A seleção dos fatos

A produção dos fatos e atos históricos é sempre mínima, comparada com a produção não só dos fatos e atos individuais, que são recolhidos apenas pela lembrança pessoal e familiar⁽³⁷⁾, mas ainda com aquela imensa coleção de fatos mortos a que se referiu Karl Marx. Esses fatos mortos, que constituem o pasto preferido da historiografia antiquária⁽³⁸⁾, são miudezas e minúcias que deveriam continuar entregues ao esquecimento universal, ou nasceram de farsas e paródias, tentativas de repetição histórica, quando os mortos não enterraram seus mortos⁽³⁹⁾. Eles são, enfim, aquela escória, aquele lixo de que falava Macaulay.

Do ponto de vista universal, a produção histórica apresenta grande variedade, e assim como o poder mundial é transitório, assim também é transitória a produção histórica. Nos países mais modestos na sua força econômica, insuficientes na educação, com uma minoria dominante alienada, não só é insignificante a produção dos fatos e atos, como realmente não produzem história, mas crônica⁽⁴⁰⁾.

Diante da massa de fatos, históricos logo no nascedouro, mas não descobertos na sua potencialidade, o historiador está sempre obrigado a guiar-se pelo princípio da seleção essencial de que falava H. Rickert⁽⁴¹⁾. A omissão deste princípio individualizador da seleção é fatal ao historiador. Ele precisa distinguir entre a individualidade histórica e a diversidade inessencial. Cabe ao historiador, e não ao cronista, expor o importante, o significativo, o eficaz, o produtivo, o de efeitos conseqüentes. O historiador busca os efeitos essenciais para os valores, para a vida humana, para o processo his-

(36) Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. inglesa, Londres, 1930, 47-48.

(37) As Efemérides constituem, ao lado da historiografia antiquária, o cemitério destes fatos e dos fatos mortos. O 7.º vol. (Efemérides) de *A Terra Goitacá* de Alberto Lamego (Niterói, 1945) está repleto de exemplos. Veja-se esta efeméride de 20 de maio de 1943: "Falece no Rio o dr. Alfredo Jabor, cirurgião-dentista que residiu em Campos, muitos anos. Era casado com d. Lúcia Marques Jabor e pai da dr.ª Diva Jabor, casada com o dr. Donald Grieco, embaixador do Brasil, nos Estados Unidos". Independentemente dos erros de fato, Donatelo e não Donald, que nessa época era cônsul de terceira classe, no início da carreira —, o fato não é histórico. O livro está repleto de falecimentos, suicídios, crimes, acidentes, desastres não-históricos.

(38) José Honório Rodrigues, *História e Historiadores do Brasil*, ob. cit., 23.

(39) Vide Karl Marx, *Le 18 Brumaire*, ob. cit., 7-9.

(40) B. Croce, *Teoria e Storia della Storiografia*, ob. cit., 3-17, especialmente 10.

(41) *Ciência Cultural e Ciência Natural*, ob. cit., 101, 103, 105.

tórico. Só deste modo, nesta escolha — e toda a história é escolha ⁽⁴²⁾ —, é que o historiador constrói a história, evita a crônica e destrói a história factual reduzida a uma coleção morta de fatos, de nomes, datas, títulos e cargos oficiais. Só assim ele combate a idolatria do fato, como escreveu Lucien Febvre.

6. O julgamento. A presunção

Feita a escolha, construída a história, nela está implícito o julgamento. Todo historiador julga, e esse é seu dever primário. Vimos que na própria raiz da palavra grega que deu origem ao vocábulo história (*histor-histōr* = juiz) ⁽⁴³⁾ está a idéia de julgamento. Mesmo quando o historiador não possui todos os elementos de convicção, por deficiência de provas — como é usual na história contemporânea —, ele deve fazer um julgamento, ainda que provisório. Se não é possível estabelecer-se uma presunção de direito (*iuris*), pode-se fazer a *hominis* (pessoal), ou a de fato, conforme estabelece o Can. 1825-1826 do Direito Canônico. A presunção de fato — a que nos interessa aqui — é aquela pela qual os fatos seguintes presumem os precedentes ou os futuros ⁽⁴⁴⁾.

Muitas vezes não possuímos prova documental — e tantas outras vezes nunca a possuiremos —, mas são tantos os indícios, que a presunção pode firmar-se, embora sob forma leve, grave ou gravíssima, como também pode ser temerária, e, como tal, rechaçada; pode, ainda, ceder à verdade, quando descoberta (*presumptio cedit veritati*), ou provada (*probatio vincit presumptionem*). Muitas vezes não há provas — porque não há acesso aos documentos (reservados, confidenciais, secretos), mas outros fatos equivalentes, no caso, às provas, fazem presumir a verdade. Neste caso — e na pesquisa isto é comum —, os fatos servem como “chaves”, tal como nas estórias policiais de Sherlock Holmes, quando cinzeiros usados, manchas de sangue, objetos deslocados fornecem a pista ⁽⁴⁵⁾. Os fatos servem como indícios, circunstâncias agravantes da pressuposição, anterior à convicção e à certeza ⁽⁴⁶⁾; servem como quase-prova.

(42) *Combats pour l'Histoire*, Paris, Colin, 1953, 7 e 22.

(43) *Webster's Third New International Dictionary*, Massachusetts, 1966, v. *history*.

(44) Lorenzo Quintana Reynés, *La prueba en el procedimiento canónico*, Barcelona, 1943, 168-178.

(45) —A tese de Thomas E. Skidmore, de que os Estados Unidos não apoiaram o movimento militar contra-revolucionário de abril de 1964, defendida no apêndice “The United States Role in João Goulart's Fall”, in *Politics in Brazil, 1930-1964*. (Nova York, Oxford University Press, 1967, 322-330), se contrapõe a uma série de indícios veementes que autorizam, por indução, conclusão contrária, embora tão cedo ou nunca se consigam documentos comprobatórios. Pessoalmente, como estava nos Estados Unidos e pude acompanhar a evolução da pressão americana, através dos jornais, formei a presunção desta influência.

(46) Vide na *Teoria da História do Brasil* o capítulo 3, n.º III, sobre “A Natureza da Convicção Histórica”.

7. Conclusão

A pesquisa é uma operação complexa. Ela não se divide, como fazia crer a frase de Taine “d’abord la collection des faits, après, la recherche des causes”, tão criticada por Croce. Não se trata de atos descontínuos, mas simultâneos, como sumariei na regra, escrita na *Teoria da História do Brasil*: “no princípio, o fato apurado e criticado, no fim, a compreensão” (47).

No próprio fato apurado e criticado, na mesma operação, vai surgindo a compreensão das conexões causais, das motivações, das ligações funcionais de todos os fatos. Procurei mostrar também neste livro como a seleção dos fatos é um ato criador do historiador, ele é sempre conduzido desde o primeiro momento pelas categorias *a priori* de que falava Hegel, pela concepção do mundo que possui. Mas como as teorias são sempre relativamente provisórias, escrevi que “as teorias vão e os textos ficam” (48), significando a relativa permanência e revalorização dos documentos.

Como conclusão geral, as características dos fatos históricos são:

- a) todo fato histórico é contemporâneo;
- b) é eficaz, isto é, produz ou produziu efeitos;
- c) é produtivo na satisfação das necessidades da vida;
- d) é capaz de satisfazer às necessidades novas;
- e) é singular e individual, isto é, ele se distingue de todos; é único, é qualificado;
- f) é irreversível;
- g) é impessoal, enquanto o ato é pessoal;
- h) é único e complexo;
- i) é dialético — processual, relaciona-se com todos os demais; está no centro das conexões causais, cria relações sociais, políticas e econômicas;
- j) é breve na ação, durável nos efeitos.

(47) *Ob. cit.*, 646.

(48) *Ob. cit.*, 654.

SEGUNDA PARTE

A evolução da pesquisa pública
histórica brasileira

1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, peças novas que fundamentem os temas a desenvolver.

Mas o gasto de tempo, dinheiro e trabalho que podiam ser economizados por uma melhor organização pública, convidam os pesquisadores a um encontro permanente que os ajude na tarefa preliminar e fundamental do trabalho histórico. Ainda assim, nem sempre os Institutos Históricos atendem a este apelo. Muitas vezes, domina um caráter acadêmico, avesso a tais iniciativas e propenso aos trabalhos mais ornamentais e sociais, como comemorações, necrológios, elogios históricos, conferências e discursos.

No caso brasileiro não houve tal discordância. Tal como a fundação da American Historical Association em 1884, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro serviu de estímulo para tarefa desta natureza. Nos estatutos fixava-se claramente que o principal fim e objetivo do Instituto era coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil (1). Ele não surgia como organização puramente acadêmica, mas com o objetivo de investigar, organizar e publicar os documentos históricos brasileiros.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nascia inspirado pelos melhores e mais corretos princípios que acabavam de ser lançados pela escola alemã. Procurar os documentos, coligi-los, classificá-los e publicá-los, era impor aos membros do Instituto a mais perfeita e atual regra de metodologia histórica. O próprio fato de colocar a publicação como tarefa posterior bem mostra a correção do art. 1.º dos seus Estatutos. Os historiadores brasileiros e a sua principal instituição sabiam, assim, desde o início, o que se devia entender e fazer em matéria de história. Se acasos e descaminhos perturbaram esta marcha inicial, tão bem organizada, a culpa não coube aos sábios fundadores do Instituto Histórico.

A pesquisa histórica brasileira nasceu, pois, com o próprio aparecimento do Instituto. É certo que, antes, alguns estudiosos já se haviam encaminhado pela pura pesquisa, deixando de lado a velha compilação que estava então em uso, sem contar com o inquérito e a observação que haviam sido utilizados pelos cronistas e pelos que

(1) *RIHGB*, 1839, t. 1, 22.

faziam e ainda fazem descrição da atualidade. Mas se o método histórico baseia-se essencialmente na consulta às fontes escritas originais e nas tarefas críticas auxiliares, então, não há como negar que os fundadores do Instituto Histórico deram ao seu trabalho, desde o início, uma orientação impecável.

A doutrina do Instituto Histórico não foi estabelecida somente no art. 1.º dos Estatutos acima citados; mostra-se nos primeiros projetos apresentados pelos sócios. Já na proposta de criação do Instituto, de autoria do Marechal Raimundo José da Cunha Matos e do Cônego Januário da Cunha Barbosa, dois inovadores brasileiros no campo da periodização (2), reconhecia-se “a falta de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, tão difícil por falta de um tomo ou prontuário de que se possam aproveitar os nossos escritores” (3).

Na primeira proposta apresentada à consideração dos membros do Instituto, Januário da Cunha Barbosa propunha que se organizasse uma instrução sobre o modo de haver notícias históricas e geográficas acerca do Brasil, “para remeter aos nossos correspondentes e poder melhor deles haver manuscritos e outros objetos que nos possam ser úteis”.

A sessão de 1.º de dezembro de 1838 marca, por conseguinte, não só a primeira iniciativa no campo da periodização da história do Brasil como também a primeira proposição de pesquisa e conquista de fontes. Não satisfeito com isto, Januário da Cunha Barbosa apresenta ao Instituto a “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à Sociedade central no Rio de Janeiro” (4) que é o primeiro plano de pesquisa histórica brasileira.

Januário da Cunha Barbosa é, assim, o primeiro teórico e prático da pesquisa histórica. A proposição de 1.º de dezembro de 1838 era geral e teórica; a “Lembrança” era um plano prático limitado ao Brasil. Nela se aconselhava a colheita pelas províncias de notícias impressas e manuscritas, de cópia de documentos, os extratos de notícias das secretarias, arquivos e cartórios, civis e eclesiásticos. Não se fazia uma precisa distinção entre o documento histórico e o inquérito, e pediam-se todas as informações sobre a atualidade econômica, social, literária e geográfica.

A ânsia de organizar um grande documentário histórico comunicou-se a vários sócios do Instituto Histórico. É assim que já na terceira sessão (19 de dezembro de 1838) Paiva Guedes propunha que o governo comunicasse ao Instituto quaisquer papéis existentes

(2) José Honório Rodrigues, *Teoria*, ob. cit., 66-67.

(3) *RIHGB*, t. 1, 6.

(4) *RIHGB*, t. 1, 1839, 141.

nas secretarias de Estado ou Bibliotecas públicas e os emprestasse para cópia (5).

A primeira iniciativa de pesquisa no estrangeiro pertence a Rocha Cabral, ao pleitear que o Instituto Histórico empregasse todos os seus esforços para mandar vir de Portugal importantes manuscritos que lá deviam existir sobre o Brasil (6). Mas a melhor medida prática veio de José Silvestre Rebelo, ao pedir que o corpo legislativo autorizasse o Ministro dos Negócios Estrangeiros a mandar um adido à Espanha e outros países, a fim de copiar os manuscritos importantes que ali existissem, relativos ao Brasil (7). A proposta foi aprovada pelo governo, assim como as instruções para o adido (8).

Januário da Cunha Barbosa, no discurso do primeiro aniversário do Instituto, agradece ao Imperador o amparo que dera à iniciativa deste e louva a nomeação do primeiro pesquisador público brasileiro, José Maria do Amaral, o qual, por decreto de 23 de agosto de 1839, foi removido da Legação de Washington para as de Madri e Lisboa, a fim de coligir documentos que pudessem interessar à história do Brasil, na conformidade das instruções que lhe enviaria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deveria manter-se em constante e direta correspondência. Em carta de 11 de setembro recebia Amaral as instruções de Januário da Cunha Barbosa. Mas só a 11 de junho de 1840 pôde chegar a Lisboa e tratar de obter a indispensável permissão oficial para trabalhar nos Arquivos.

J. M. do Amaral não estava preparado para essas tarefas, ao contrário de Varnhagen, que o irá substituir; e ele próprio escreve: "Se os bons desejos, se o entusiasmo, se o amor-próprio lisonjeado podem substituir as qualidades que o Instituto vê em mim para o bom êxito da sua empresa, devo ter alguma esperança no resultado desta minha comissão" (9).

O Instituto Histórico não se ateve a esta única iniciativa. Em 1840, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes retomava a lição de Januário da Cunha Barbosa para discutir quais os meios de que devia lançar mão o Instituto para obter o maior número possível de documentos relativos ao Brasil (10). Depois de acentuar que a primeira e mais urgente das incumbências deste consistia em coligir e preparar os materiais necessários para o estudo da história e geografia do Brasil, os quais se achavam depositados nos cartórios, em arquivos e em mãos particulares, mostra que o primeiro passo seria solicitar o consentimento do governador, das autoridades eclesiásticas e dos par-

(5) *RIHGB*, t. 1, 59.

(6) Segunda sessão, 15 de dezembro de 1838, *RIHGB*, t. 1, 58.

(7) Sessão de 7 de junho de 1839, *RIHGB*, t. 1, 151.

(8) *RIHGB*, t. 1, 257 e 259.

(9) Carta a Januário da Cunha Barbosa, de Lisboa, 15 de agosto de 1840, lata 141, Mss. 2.826 do Arquivo do Instituto.

(10) *RIHGB*, t. 3, 1841, p. 149-157.

ticulares, e depois nomear comissões que examinassem os documentos. Estas apresentariam relatórios sobre a autenticidade, importância, valor material e avaliariam as despesas para compra ou cópia. Este sistema seria aplicado à metrópole e às províncias. Aconselhava, depois, as excursões científicas para estudo dos monumentos históricos e conhecimento dos lugares em que se haviam passado cenas controvertidas pelos cronistas da época. Finalmente, Silva Pontes propõe que fossem redigidas para cada província regras especiais, de acordo com os conhecimentos a adquirir, as questões e os problemas. Em relação à pesquisa no estrangeiro propunha que se procurasse a colaboração de sábios estrangeiros e se mantivesse a correspondência com sociedades científicas, solicitando o auxílio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e aceitando a colaboração dos diplomatas. Essa idéia, que aparece em todos os nossos pioneiros da metodologia da pesquisa histórica no estrangeiro, é propugnada, nos Estados Unidos, por Franklin Jameson⁽¹¹⁾.

2. Os Institutos históricos estaduais

Mas não é só o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que nasce com esta inspiração de conquistar os documentos e de estabelecer um método lógico e racional para a pesquisa no Brasil e no estrangeiro. Todos os Institutos Históricos estaduais seguem a mesma diretriz e colocam nos seus Estatutos a obrigação de colher os documentos históricos. Alguns de seus sócios formulam planos de investigação que merecem, ainda hoje, atenta leitura⁽¹²⁾.

É o caso de Raposo de Almeida, que representa, na historiografia estadual, o mesmo papel de Januário da Cunha Barbosa, o primeiro planificador da pesquisa histórica. Ele atende, com a sua "Breve Memória"⁽¹³⁾, que atesta um melhor preparo que todos os demais trabalhos anteriores, ao apelo de Silva Pontes, de organizar para as províncias um sistema de colheita sistemática de suas fontes primordiais. Raposo de Almeida quer encontrar "a melhor arte de buscar, achar, criticar e organizar os deficientes elementos da história, que é uma ciência, assim como o modo de escrevê-la é uma arte". Depois de estabelecer as fontes primordiais da história, procura mostrar como é possível explorá-las em relação à história pernambucana.

(11) Franklin Jameson, *Historical Scholarship in America*, Nova York, 1932, p. 23-24.

(12) "O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano tem por fim coligir, verificar e publicar documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou de que tiver notícia pertencentes à história das províncias que formaram as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até nossos dias." *RIAGP*, t. 1, p. 22. Todos os demais Institutos estabeleceram o mesmo princípio em seus estatutos.

(13) "Breve memória sobre o processo mais fácil de investigar, colecionar e organizar os materiais da história", t. 1, p. 449-456.

Propõe se colecionem todos os mapas, que se cataloguem os escritos. É o primeiro a falar em fontes primordiais, a reconhecer o valor documental de monumentos e tradições e a fazer o legítimo paralelo entre Alexandre Herculano e Varnhagen, mostrando que ambos são frutos do incansável trabalho dos primeiros pesquisadores da Academia Real das Ciências e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Do mesmo modo, o futuro historiador pernambucano só há de aparecer quando estiverem reunidos e criticados os materiais que lhe hão de servir. Este trabalho, assinado aos 26 de junho de 1868, é um marco na evolução da metodologia e da pesquisa histórica brasileira. O estudioso pernambucano, que há dez anos colhia as fontes para a sua *História Eclesiástica Brasileira*, é o primeiro teórico de visão exata sobre as necessidades e os objetivos da pesquisa histórica.

Deste modo, coube ao Instituto Histórico Brasileiro e aos Institutos Históricos estaduais e aos seus membros iniciar a pesquisa histórica e lançar os fundamentos de um sistema de investigação.

3. A. Meneses Vasconcelos de Drummond

Ao lado da iniciativa de caráter público, promovida pelos Institutos Históricos, aparecem as colheitas individuais, como são os casos de Meneses Vasconcelos de Drummond e de Francisco Adolfo de Varnhagen. É praticamente impossível tratar da evolução da pesquisa histórica de iniciativa individual e neste sumário só faremos raras exceções, entre as quais incluímos as pesquisas de Meneses Drummond e Varnhagen, ambos relacionados com o Instituto Histórico desde sua fundação, seus sócios e interessados no seu desenvolvimento. Coube ao primeiro sugerir ao Instituto o aproveitamento de Varnhagen no seu quadro social e especialmente no corpo diplomático brasileiro para fins de pesquisa, em substituição a José Maria do Amaral.

Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond (1794-1865) foi um dos poucos diplomatas que atendeu aos apelos do Instituto Histórico de colher documentos brasileiros na Europa. Na sua correspondência com o Instituto, lida nas sessões e publicada na Revista, vê-se o interesse que dava à história e à pesquisa. Ofereceu ao Instituto inúmeras cópias, colecionou ainda maior número e doou a Melo Moraes grande parte dos originais e cópias que adquiriu e extratou na Europa⁽¹⁴⁾. Esta coleção consta não só de segundas vias de despachos e minutas de officios e notas, cujos originais devem fazer parte do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores,

(14) A Relação dos papéis doados ao Instituto Histórico acha-se publicada na *RIHGB*, t. 37, parte 2, 424-31.

como também de cartas particulares e documentos sobre a Independência e a revolução de 1824⁽¹⁵⁾.

Logo depois da fundação do Instituto Histórico, Meneses Vasconcelos de Drummond correspondia-se com os diretores, enviando papéis, sugerindo pesquisas, informando. "Eu possuo muitos papéis curiosos relativos à nossa história moderna destes últimos vinte anos. Bem vejo que deles não devemos fazer ainda uso, pois é muito cedo para julgar ações, cujos autores estão ainda entre nós; hei de, porém, tratar de os colecionar para os depositar no arquivo do nosso Instituto, donde sairão algum dia analisados". Comprava obras raras, "não com a rapidez que desejava, mas com o vagar que as circunstâncias me permitem". Os papéis do Marquês de Aracati, que o Instituto lhe pedira obter, tiveram, informa ele, a mesma sorte dos papéis de Gonzaga; e acrescenta: Moçambique é a sepultura de papéis interessantes ao Brasil⁽¹⁶⁾.

Grande parte dos seus papéis foi parar às mãos de Melo Morais, que lhe escreveu a biografia e editou mal alguns originais. A história dos documentos colhidos por Meneses Vasconcelos de Drummond está intimamente relacionada com a dos documentos de Melo Morais. Aqueles que ele deixou de ofertar em vida ao Instituto Histórico foram parar às mãos de Melo Morais e constituíram o acervo documental de origem estrangeira do arquivo do cronista. Este pesquisou, copiou, comprou e dizem que obteve, nem sempre por meios lícitos, milhares de documentos de arquivos, bibliotecas, cartórios e secretarias do governo. Durante 18 anos colecionou impressos e manuscritos acerca da história civil e política do Brasil e, assim, pôde formar, nas suas palavras, "a mais rica coleção que um historiador pode desejar, composta de crônicas manuscritas, de cartas régias, cartas de doações, ordenações, regimentos, alvarás, correspondências, notas de fundações, etc., desde 1502 até agora, segundo a ordem dos governadores e vice-reis do Brasil, desde Tomé de Sousa ao Marquês das Minas, e do Conde de Odemira, de Castelo-Melhor, até o Conde dos Arcos, último vice-rei do Brasil"⁽¹⁷⁾.

Foi especialmente no Arquivo Nacional e no Arquivo da Secretaria do Império que Melo Morais pesquisou e extratou cópias de documentos. Ele mesmo declara, no Prefácio à *Corografia Histórica*, que foi "com estes recursos e com o grande arquivo de importantíssimos manuscritos originais, inéditos, do nosso venerando amigo, o distinto diplomata conselheiro Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond, que pôde escrever aquele trabalho". "O conselheiro

(15) A cópia da sexta parte do Tesouro Descoberto foi obtida e enviada ao Instituto por intermédio de Vasconcelos de Drummond. Cf. a 67.^a sessão, de 6 de junho de 1841. *RIHGB*, t. 3, 1841.

(16) 77.^a sessão, 5 de dez. de 1841, *RMHGB* t. 3, 1841.

(17) Melo Morais, *O Brasil social e político. O que fomos e o que somos*, Rio de Janeiro, 1872, 78-79. Vide José Honório Rodrigues, "Melo Morais", in *História e Historiadores do Brasil*, São Paulo, 1965, 91-109.

Meneses de Drummond, como diplomata, em diversos Estados da Europa, colheu quantos documentos históricos encontrou relativos ao Brasil e formou escolhido gabinete de manuscritos dos mais interessantes à história pátria". Foi com o extraordinário arquivo de peças colhidas na Europa por Vasconcelos de Drummond que conseguiu Melo Morais formar a sua coleção, destruída em parte por um incêndio⁽¹⁸⁾. Em 1878 vendeu a outra parte deste arquivo à Biblioteca Nacional⁽¹⁹⁾.

Já em 1839, Meneses Vasconcelos de Drummond declarava possuir inúmeros documentos históricos. "As ocupações do meu lugar não me deixam suficiente tempo livre para me empregar, como desejava, com mais eficácia no interesse da História do nosso País; farei todavia quanto de mim depender, para de alguma forma corresponder aos meus desejos. Possuo muitos papéis e cartas do Brasil, e deles irei extraíndo o que for convindo mandar para ser examinado, cotejado e publicado pelo nosso Instituto"⁽²⁰⁾. Ele é, assim, o primeiro investigador particular que, por sua própria iniciativa, pesquisa e colhe nos arquivos portugueses as fontes de nossa história.

De Vasconcelos de Drummond partem, como seus discípulos firmados pela sua simpatia e generosidade, dois historiadores tão diferentes e tão desiguais como o foram Melo Morais, que recebe o seu patrimônio documental, a que junta peças de arquivos e cartórios brasileiros, e Varnhagen, que estimulado pelo seu interesse começa a investigar os documentos dos arquivos portugueses. Melo Morais é um cronista despreparado para tarefas tão importantes; Varnhagen torna-se, com o treino contínuo e a preparação cuidada, o maior pesquisador brasileiro do século XIX. De Vasconcelos de Drummond vem-lhe o primeiro apoio, bem como a proposta para membro do Instituto e o ser substituído de J. M. do Amaral como pesquisador público. A princípio ele é um simples investigador por conta própria. É por intermédio de Drummond que Varnhagen oferece ao Instituto Histórico, em 1840, um exemplar de suas *Reflexões Críticas* e de sua edição do *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa. "O Sr. Varnhagen ocupa-se ainda em procurar outros documentos da mesma natureza e igualmente interessantes à nossa história. Devemos esperar de seu talento e grande atividade que continue a prestar ao País do seu nascimento importantes serviços deste gênero"⁽²¹⁾.

(18) Capistrano de Abreu, "Melo Morais", *Gazeta de Notícias*, 30 de outubro de 1880.

(19) *Catálogo da Exposição Permanente dos Cimelios da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1885, p. 465. A história da venda do arquivo de Melo Morais encontra-se no *Brasil Social e Político*, ob. cit., 79 e segs.

(20) *RIHGB*, t. 2, 1840, 138. Esta carta existe em Mss. na Biblioteca Nacional, I-28, 32, 31, n.º 3. É de 10 de nov. de 1839.

(21) *RIHGB*, t. 2, 1840, 136.

4. *Francisco Adolfo de Varnhagen*

Eleito sócio correspondente em 1840, neste mesmo ano oferece Varnhagen ao Instituto Histórico vários manuscritos copiados em Portugal⁽²²⁾ e inicia pesquisas em São Paulo. Em Santos, com Frei Gaspar da Madre de Deus à vista, examina localidades e inscrições e faz no Arquivo da Câmara de São Vicente um exame rigoroso. “O Arquivo pelo desleixo dos Camaristas passados foi não só desfalcado de muitas preciosidades e documentos mais antigos, como mal resguardado, do que resulta achar-se pela maior parte carcomido e sem ordem”. As facilidades de empréstimo e as teimas dos escrivães que não entregavam seus papéis talvez expliquem os grandes desfalques. “Cada vez me convenço mais da minha opinião já anunciada pela imprensa que nas cartas dos jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as primeiras épocas da história moderna do Brasil”⁽²³⁾.

Em São Paulo, examina os livros e papéis dos Arquivos da Câmara Municipal e os de datas de sesmarias da antiga Provedoria da Fazenda, não lhe escapando o cartório dos jesuítas. No Arquivo da Câmara Municipal encontra os mais antigos documentos brasileiros, como o caderno das vereanças da extinta vila de Santo André (1555-1558), das vereanças de São Paulo (1573-1577) e roteiros de sertanistas. Visita arquivos do interior, aponta enganos, corrige erros⁽²⁴⁾. Em carta de Curitiba a Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen revela que nos arquivos das vilas em que tem estado procurou colher todos os apontamentos que lhe possam servir não só para a notícia de suas fundações, como algumas notas para a *História Geral*⁽²⁵⁾.

Nomeado aos 18 de maio de 1842 adido de primeira classe em Lisboa, por sugestão de Vasconcelos de Drummond e influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que desejava aproveitar sua inteligência e capacidade em pesquisas históricas, Varnhagen inicia desde aí, realmente, a primeira investigação histórica de caráter público, já que José Maria do Amaral poucos resultados apresentara.

Vasconcelos de Drummond escrevera a Caetano Maria Lopes Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em ofício reservado de 14 de dezembro de 1839⁽²⁶⁾, que Varnhagen pretendia ser empregado no serviço do Brasil. “Nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Le-

(22) Cf. Lista in *RIHGB*, t. 2, 1840, 394-395.

(23) *RIHGB*, t. 2, 1840, 526. Esta opinião vai ser partilhada depois por Capistrano de Abreu. Vide adiante.

(24) *Ibid.*, 526-528.

(25) Carta de 15 de dez. de 1840, Mss. do Instituto Histórico, Lata 141, n.º 2827.

(26) Rodolfo Garcia, “Ensaio bio-bibliográfico sobre Francisco Adolfo d Varnhagen”, Varnhagen. *História Geral do Brasil*, t. 2, 437-438.

gação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa". Considerava Vasconcelos de Drummond o ordenado e o valor do moço e observava que José Maria do Amaral "foi encarregado de uma missão de que não pode dar satisfação senão com o andar do tempo, visto não ser cousa fácil orientar-se com brevidade em três países estrangeiros para chegar ao termo de fazer proficuas indagações e descobrir inéditos nos arquivos e bibliotecas, mormente em Portugal, aonde as repetidas modernas revoluções e a abolição dos conventos confundiram todos os papéis públicos e deslocaram todos os depósitos e arquivos, a ponto de ser este mesmo governo obrigado a mendigar agora cópia de tratados e outros diplomas que não acha na Secretaria do Estado, nem na Torre do Tombo. Não falta em que aproveitar o talento de Amaral nesta Legação, aonde muito desejo tê-lo e nas indagações históricas na Espanha e na França".

Como se vê, Vasconcelos de Drummond sabia o que significavam as pesquisas históricas, suas dificuldades e problemas e reconhecia em Varnhagen a figura ideal para exames em arquivos portugueses, pelos seus trabalhos anteriores, seus conhecimentos e seus contatos pessoais. O fato é que Varnhagem, que até então fora um pesquisador por iniciativa própria e não revelara pouco para a história do Brasil, com seus trabalhos publicados e suas contribuições ao Instituto Histórico, em pesquisas em São Paulo, inicia, de 1842 a 1846, nos arquivos portugueses, a maior contribuição na espécie trazida à historiografia brasileira⁽²⁷⁾.

Na carta ao Secretário do Instituto, de janeiro de 1843⁽²⁸⁾, escrevia Varnhagen que ainda se achava no primeiro século, graças à riqueza dos documentos que cada dia descobria na Torre do Tombo, dos quais não extraía cópias, mas apontamentos. Considerava-se em situação favorável e acabava de enviar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era Vice-Presidente do Instituto, seu opúsculo *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*⁽²⁹⁾, onde se encontram muitos fatos pela primeira vez aparecidos. "Porém, ainda que as minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mais remotas não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno. Assim vou reunindo e colecionando as informações que por ordem da Corte davam por escrito no princípio do século passado os nossos sertanejos que descobriram as Minas Gerais, o Cuiabá e Mato Grosso. Destas informações ou roteiros já remeti um ao Instituto para o fazer publicar se assim o julgar conveniente". Diligencia obter a *Nobiliarquia Paulistana* de Pedro Taques, de que já teve menores esperanças de conseguir no-

(27) Rodolfo Garcia, *ob. cit.*, 440.

(28) Arquivo do Instituto Histórico, n.º 139, mss. 2.574, transcrito na *RIHGB*, t. 5, 1843, 94-97.

(29) Rio de Janeiro, Tip. Laemmert, 1845, e *RIHGB*, t. 65, parte 1, 425-453.

tícias. Informa sobre vários documentos e notas e conclui “asseverando a V. S.^a que é quase exclusivamente à geografia e à história do nosso país, que o Instituto tanto tem fomentado, que se dedicam todas as minhas horas vagas e que se não dou disso já provas e documentos pela imprensa é porque me reservo a fazê-lo com mais madureza e sem precipitação por todos os escritores condenada nas expressões proverbiais do velho Horácio”.

Deste modo, Varnhagen confirmava a Januário da Cunha Barbosa os seus propósitos de investigação, já apresentados desde 1839, quando em carta, ofertando as *Reflexões críticas* àquele, escrevia que “os arquivos e bibliotecas da Europa, especialmente os de Portugal, contêm tão ricos e preciosos manuscritos sobre o Império, que muito conviria ao Instituto tomar providências para os possuir por cópias, análogas às que outrora praticou Portugal votando somas para conservar Monsenhor Ferreira em Madri, Visconde de Santarém em Paris e outros literatos na Itália e Inglaterra”.

Aos 14 de março de 1843, em carta a Januário da Cunha Barbosa, informava Varnhagen o seu processo de trabalho. O seu tempo, desde manhã até 4 horas, era dividido entre a Legação e as pesquisas na Torre do Tombo, “onde me vai aparecendo tanta coisa, que não devo fazer mais do que copiar e andar para diante”. Planejava, então, depois da pesquisa, a organização dos documentos e a redação histórica⁽³⁰⁾. Varnhagen estava obrigado a funções de Secretário da Legação, especialmente entre a partida de J. M. do Amaral, em abril, e a chegada de Antônio José Lisboa, em setembro de 1843.

Varnhagen não parava em Lisboa, seguia continuamente para Coimbra e Évora. Não são estes anos de grande produção. Pouco ou quase nada deve ser apontado. Varnhagen investigava, colhia, copiava, anotava, enfim, preparava-se para sua obra futura. Transferido aos 8 de junho de 1847 para a Espanha, dedica-se aos mesmos trabalhos de pesquisa. Já antes dessa transferência estava, no exercício de uma comissão histórica, estudando nos arquivos espanhóis os papéis relativos a questões de fronteira, encarregado que fora pelo Governo Imperial, aos 17 de março de 1846, de ali examinar os documentos sobre o Brasil. Esteve em Sevilha no Arquivo Geral das Índias, em Simancas e em Madri, na Biblioteca do Escorial, na Biblioteca do Palácio Real, na de Santo Isidoro, na Pública, na da Real Academia de la Historia e no Depósito Hidrográfico. Para ele era Simancas e não Sevilha o paradeiro dos mais importantes papéis acerca de nossos limites com a antiga América espanhola, sobretudo os ilustrativos dos trabalhos de 1750 a 1777⁽³¹⁾.

Transmitindo-lhe as ordens do governo, escrevia-lhe Vasconcelos de Drummond: “Todos os papéis relativos à América desde seu des-

(30) Mss. do Instituto Histórico, L. 142, Mss. 3.076.

(31) Relatório de Francisco Adolfo de Varnhagen ao Sr. Antônio de M. Vasconcelos de Drummond, 14 de dez. de 1846. Mss. da Biblioteca Nacional, I-4, 3, 17, n.º 1.

cobrimto até agora, ainda não conhecidos no Império, são de interesse, quer digam respeito à física e moral, quer à geografia e colonização da mesma América, sobretudo no que é tocante ao mesmo Império. V. Ex.^a, habituado a proceder a estas indagações, não precisa que eu entre em especificações para fazer escolha e dar preferência ao que for de mais imediato interesse, na generalidade destes documentos. Na especialidade deles é que eu quisera chamar a atenção de V. Ex.^a para o desempenho desta Comissão de que vai encarregado. Falo do que é relativo às fronteiras e limites das antigas colônias de Espanha na América Meridional” (32).

Foi em Simancas que Varnhagen encontrou importantíssimos documentos acerca das negociações dos tratados em 1750 e 1777 e de quanto se passou, antes destes, com a Colônia do Sacramento. “Passam talvez de 10.000 os documentos que acerca dos nossos limites existem no mencionado Arquivo” (33). Pouco tempo permanece Varnhagen em Lisboa, pois é promovido, aos 8 de junho de 1849, a secretário de legação na Espanha, onde exerceu interinamente as funções de Encarregado de Negócios, durante a ausência de Cavalcânti de Albuquerque. Neste período sua atividade pesquisadora não se revelou, porque ele preparava o seu mais importante trabalho, a *História Geral do Brasil*, aparecida em 1854. Os pequenos estudos e notícias que imprime na *Revista* do Instituto e as edições de textos raros de valor filológico são apenas distrações de sua grande obra, para a qual trabalhava desde 1839. As pesquisas nos arquivos portugueses e espanhóis nos anos de 1842 a 51 e as investigações na França e Holanda são recolhidas para a maior revelação de fatos novos e de documentos inéditos que até hoje se fez na historiografia brasileira.

A *História Geral* é o resultado da mais completa e positiva colheita documental empreendida especialmente no estrangeiro, pois as fontes da história colonial estão principalmente em Portugal. As investigações realizadas no Brasil eram subsidiárias e acessórias. Já escreveu Oliveira Lima que os documentos do Conselho Ultramarino são as fontes primordiais do Brasil colonial, como as Consultas do Conselho de Estado o são para o Brasil Imperial. Vindo para o Brasil em 1851 e eleito secretário do Instituto Histórico, Varnhagen reorganiza a biblioteca, o arquivo e o museu, com tal cuidado e interesse, que sua saída do Rio é motivo para um encontro de serviço com Joaquim Manuel de Macedo, “moço a quem voto tanta estima” e que o devia substituir (34).

(32) Carta a Francisco Adolfo de Varnhagen por Ant. M. V. de Drummond, de 17 de fevereiro de 1846. Manuscrito da Biblioteca Nacional, I-4, 3, 17, n.º 1.

(33) A “Relação das Cópias de Manuscritos extraídos por ordem de Francisco Adolfo de Varnhagen no Arquivo General de Simancas em 1846” encontra-se na Biblioteca Nacional, Mss. I-33, 1, 5.

(34) Cf. Carta de 12 de dez. de 1851, Arquivo do Instituto Histórico e Geog. Brasileiro, Lata 180, Mss. 4.330.

Aos 15 de dezembro de 1851 partia Varnhagen de volta à Espanha e já aos 22 de junho de 1852⁽³⁵⁾ comunicava ter terminado as biografias de brasileiros ilustres que tinha em preparo e informava sobre pesquisas relativas às questões de fronteira e aos holandeses no Brasil. É deste período a sua notável edição crítica do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa. As edições de texto, os artigos biográficos, as pesquisas arquivais tinham por remate a monumental *História Geral do Brasil* que aparecia em Madri entre 1854 e 1857. Antes dela, escreve Rodolfo Garcia, a história do Brasil quase prescindia dos documentos, abeirada, como se achava, às velhas crônicas, sem dúvida utilíssimas, mas insuficientes, como fontes únicas para a interpretação definitiva dos fatos narrados, para lhes dar a significação precisa, as circunstâncias que os determinaram e a finalidade que cumpriram.

O que, nesse sentido e para a época em que se realizou, representa de esforço e inteligência a tarefa que se impôs Varnhagen, são forçados a reconhecer quantos têm estudado a sua ação como historiador⁽³⁶⁾. De 1851 a 1858 permanece na Espanha, inteiramente absorvido com a sua *História Geral*. Promovido a Ministro Residente no Paraguai, aos 8 de dezembro de 1858, demora-se na América do Sul, em Venezuela, Nova Granada, Equador, Chile e Peru até 30 de maio de 1868. Não eram centros especiais para a pesquisa, pela falta de fontes e livros relativos ao Brasil. Dedicar-se, então, Varnhagen ao estudo econômico e, em matéria histórica, a Colombo e Vespúcio, o primeiro muito focalizado pelos americanistas hispano-americanos. São dez anos de abandono do material europeu.

Removido aos 22 de fevereiro de 1868 para Viena, volta-se Varnhagen para o exame dos códices inéditos e reúne as suas novas fontes documentais. Afora os trabalhos lingüísticos sobre cancioneiros e a continuação dos estudos sobre a descoberta da América e Vespúcio, publica, em 1871, a *História das lutas com os holandeses no Brasil*, obra que resultou de um enorme esforço de pesquisa e do uso de fontes inéditas, devendo ser justamente considerada como uma das principais contribuições, até hoje, para o conhecimento do Brasil holandês. Editou também textos importantes, como os *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia e assim de algumas frutas achadas nela*, compostas pelo Dr. Garcia da Orta⁽³⁷⁾ e a *Arte, Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani*, de Montoya⁽³⁸⁾.

Varnhagen permaneceu na Europa até 1876. É deste período a descoberta do exemplar único da *Prosopopéia* na Biblioteca Pública de Lisboa e do texto dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, na Biblioteca de Leiden. Viajou pela França, Alemanha, Suécia, Noruega, Rússia, Espanha, Itália e Holanda, sempre procurando novos do-

(35) Arquivo do Instituto Histórico, Mss. 426, Lata 179.

(36) Rodolfo Garcia, *ob. cit.*, t. 2, 443.

(37) Lisboa, 1872.

(38) Viena, 1876.

cumentos sobre o Brasil e sempre preferindo Lisboa para seus estudos e suas publicações. Em 1873 propusera ao Barão de Ramiz Galvão o estabelecimento na Biblioteca Nacional de uma sala devotada ao Brasil, quando as bibliotecas européias e norte-americanas ainda não pensavam na criação de facilidades desta natureza.

Para seus estudos sobre J. Schöner pesquisou Varnhagen em Nuremberg; para conhecer bem o problema Vespúcio investigou em Florença; para discutir a questão de Porto Seguro empreendeu uma viagem a Ilhéus e àquele porto; ajudou a descobrir os "Anais" de Frei Luís de Sousa na Biblioteca Real de Lisboa. Desde a publicação da *História Geral* Varnhagen tinha firmado o seu nome e prestígio como o maior conhecedor dos assuntos brasileiros. A ele recorriam todos os que se iniciavam nestes trabalhos. Explorara, na Torre do Tombo, o mais importante até o meado do século passado⁽³⁹⁾; pesquisara em Évora, no Porto, em Lisboa, na Biblioteca Pública e, na Biblioteca da Academia⁽⁴⁰⁾, compulsara, pela primeira vez, os *Diálogos das Grandezas do Brasil* e a *História do Brasil* de Frei Vicente; editara em texto limpo e fidedigno as fontes mais importantes da história do Brasil dos séculos XVI e XVII, como o *Diário da Navegação* de Pero Lopes, o *Livro da Nau Bretoa, A Enformação do Brasil de 1584*, o *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim, os *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Como escreveu Capistrano de Abreu, "os achados de Varnhagen foram consideráveis, sobretudo quanto ao primeiro século da nossa história. Não diremos que renovou a fisionomia da época, mas descobriu bastantes elementos para quem possa e queira fazer obra definitiva"⁽⁴¹⁾.

Os seus conhecimentos e sua intimidade com os arquivos portugueses tornaram-no um mestre de consulta obrigatória. João Francisco Lisboa vai tomá-lo como guia, quando nomeado pesquisador oficial pelo Governo brasileiro. É o que veremos mais adiante.

5. Pesquisas promovidas pelo Instituto Histórico no Brasil e no estrangeiro

Ao lado da pesquisa de Varnhagen, apoiada pelo governo, devem-se considerar outras iniciativas tomadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tendo em vista a exploração dos arquivos brasileiros. É assim o caso da investigação do Arquivo da Câmara Municipal da Vila de São Vicente, feita por J. J. Machado de Oliveira. Aos 21 de julho de 1854, o Instituto Histórico incumbia aquele

(39) Carta de João Francisco Lisboa, de 3 de outubro de 1856, in *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa*, Lima, 1867, 73.

(40) *Ob. cit.*, 73-74.

(41) J. Capistrano de Abreu, Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil* de Varnhagen, t. 3, 436.

estudioso paulista de investigar o mencionado Arquivo, coligindo todos os documentos que servissem para a história pátria. J. J. Machado de Oliveira não pôde realizar a pesquisa e dela encarregou João Pereira Pinto que, em officio de 20 de novembro de 1854, dava uma notícia sumária do estado do Arquivo.

Havia uma grande deficiência de documentos e só poucos códices, todos posteriores a 1700, arruinados pela traça e pelas águas da chuva. Pereira Pinto recriminava a incúria e a criminoso indiferença dos secretários da Câmara, alguns dos quais, numa prova de desamor às tradições pátrias e de ignorância, queimaram grande quantidade de documentos numa grande fogueira e fabricaram bombas⁽⁴²⁾. Ao transmitir ao Instituto Histórico as notícias desoladoras de Pereira Pinto, Machado de Oliveira acrescenta algumas informações valiosas sobre a paulatina destruição do Arquivo. Depois da publicação da obra de Frei Gaspar da Madre de Deus, "visitadores nacionais ou estrangeiros que ali iam ter, e aos quais franqueava-se indistintamente o venerando Arquivo da Câmara a simples pedido seu, iam-lhe aos poucos subtraindo os códices mais notáveis, os documentos mais significativos das primeiras datas da capitania de São Vicente, as peças de maior importância e imprescindíveis para fundamentar a história da província, e porventura a do país". Diz ainda que a essas sucessivas extorsões nunca levantou a mão a municipalidade, ou por ignóbil indulgência, ou porque não soubesse ligar o devido apreço a esse rico depósito de elementos históricos, que ainda não tinha sido bem esmerilhado; Fr. Gaspar o examinara minuciosamente só pelo lado que se entendia com a questão suscitada entre os donatários das capitanias de São Vicente e Santo Amaro⁽⁴³⁾.

Machado de Oliveira não pudera fazer pessoalmente a pesquisa, mas fora escolhido porque já se distinguia como estudioso notável. Neste mesmo officio, a propósito do testamento de João Ramalho, noticiado por Frei Gaspar e muito procurado pelas estranhas relevações nele contidas, declara que o procurara já "no Arquivo da Secretaria do governo e nos das câmaras municipais da capital e de Paranaíba, que foi a segunda povoação que fundou-se serra acima, precedentemente às demais da capitania de São Vicente, já no cartório público, que se presume conter os escólios dos cartapácios do judiciário, referidos aos tempos mais remotos da província". Fora ao Mosteiro de S. Bento e recorrera aos registros mais antigos arquivados na Secretaria da presidência da Província de São Paulo⁽⁴⁴⁾. Por estas informações vê-se que Machado de Oliveira era um co-

(42) Cf. Officio de J. Pereira Pinto dirigido ao Sr. Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, *RIHGB*, t. 19, 154-156. O officio é acompanhado de uma lista dos códices encontrados, 156-157.

(43) Investigação do Arquivo da Câmara Municipal da Vila de São Vicente pelo Sr. Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, *RIHGB*, t. 19, 1856, 144.

(44) *Ob. cit.*, p. 147. As revelações do testamento de João Ramalho foram totalmente destruídas por Cândido Mendes de Almeida, cf. "João Ramalho precedeu Colombo na descoberta da América", *RIHGB*, t. 40, 2.^a parte, 277.

nhecedor profundo das fontes paulistas e examinara os papéis dos seus principais arquivos. A escolha do Instituto Histórico recaía sobre um pesquisador comprovado, que já em 1841 havia proposto iniciativa semelhante nos arquivos da Bahia. Sabendo pela história de Gomes Freire de Andrada⁽⁴⁵⁾ da existência do roteiro de João Velho do Vale, grande prático das terras do sul nos fins do século xvii, sugeriu que se promovesse uma pesquisa com o fito de encontrá-lo nos arquivos baianos⁽⁴⁶⁾.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ampliava a sua rede de pesquisas; no estrangeiro, José Maria do Amaral e depois Varnhagen, no Brasil o próprio Varnhagen e J. J. Machado de Oliveira. Na Bahia, o juiz de direito da comarca de Caravelas, João Antônio de Sampaio Viana, percorria e examinava os poucos arquivos públicos existentes a fim de ver se deparava com alguns documentos interessantes à história e geografia do Império; e comunicava que, infelizmente, nada havia encontrado digno de oferecer ao Instituto, a não ser alguns papéis acerca de antigas sesmarias concedidas a diversos indivíduos pelos Reis, "mas que fora mister ter noções de paleografia para devidamente entendê-las". Percorrera quase toda a comarca, que se compunha de cinco vilas, para ver se descobria manuscritos ou quaisquer outros documentos de nossa glória e nada deparara⁽⁴⁷⁾. Não dependia só dos adidos de legação nomeados por iniciativa do Instituto a pesquisa no estrangeiro. O Instituto nomeava membros honorários estrangeiros, que prometiam procurar nos arquivos e bibliotecas europeus documentos relativos ao Brasil. É o caso de Teodoro Monticelli, que de Nápoles se oferecia a pesquisar para o Instituto⁽⁴⁸⁾. Era o caso, também, de Caetano Lopes de Moura, que, pensionista de D. Pedro II, examina as bibliotecas de Paris e depois foi à Bélgica e à Holanda, enviando para o Instituto Histórico os resultados de suas pesquisas⁽⁴⁹⁾.

6. Gonçalves Dias e os Arquivos do Norte

Em 1854, quando era publicada a *História Geral do Brasil* e Varnhagen praticamente se desincumbia da missão de pesquisa oficial para a qual pleiteara o Instituto sua nomeação como adido diplo-

(45) Domingos Teixeira, *Vida de Gomes Freire de Andrada*, Lisboa, 1727.

(46) Cf. 69.^a sessão de 26 de agosto de 1841, *RIHGB*, t. 3, 1841, 365.

(47) 72.^a sessão de 7 de outubro de 1841, *RIHGB*, t. 3, 486.

(48) 72.^a sessão, 7 de outubro de 1841, *RIHGB*, t. 3, 487.

(49) Informação em *O Guanabara*, 1850, 39. Era sócio correspondente do Instituto Histórico e no seu elogio, em 1861 (*RIHGB*, t. xxiv, 809-811), Joaquim Manuel de Macedo fala de sua permanência em Paris, seu falecimento aos 81 anos (1780-1861), refere-se a uma autobiografia, mas não trata das pesquisas. Em "O Brasil Intelectual em 1801" (*RIHGB*, t. Lxiv, parte 1, XXI), C. L. de Moura aparece como médico e tradutor da obra de Walter Scott, Fenimore Cooper, Marmontel, Thiers, e do *Dicionário Geográfico* de Milliet Saint Adolphe.

mático em Portugal e Espanha, o mesmo Instituto se interessava pela indicação de um novo pesquisador oficial. A escolha recaiu em Antônio Gonçalves Dias que, aos 8 de junho de 1854, era encarregado de estudar o estado da instrução primária e secundária em alguns países da Europa e de examinar os arquivos e coligir documentos e notícias que interessassem ao Brasil, sendo abonado com uma quantia especial para o pagamento e aquisição de cópias.

Gonçalves Dias não era um noviço nesses trabalhos. Já fora incumbido em 1851, pelo governo imperial, de coligir todos os documentos concernentes à história do país, que porventura existissem nas bibliotecas e arquivos dos mosteiros e repartições públicas das províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas⁽⁵⁰⁾.

A história de sua escolha e nomeação foi contada mais tarde por ele próprio na carta que escreveu ao Visconde de Rio Branco, aos 17 de março de 1859⁽⁵¹⁾: “Em 1850, sendo professor do Imperial Colégio Pedro II, e tendo necessidade de ir à minha província natal, pedi uma licença, que aceitaria sem vencimentos, e uma passagem d’estado nos paquetes da Companhia Brasileira. O negócio, apesar de simples, oferecia dificuldades; deram-me em vez de uma licença uma comissão com os meus ordenados, ficando incumbido de estudar a instrução pública nas províncias do Norte e, executado satisfatoriamente este trabalho, teria eu uma gratificação na minha volta”. Esta a sua versão. Outra seria a do Ministro do Império, o Visconde de Monte Alegre, José da Costa Carvalho⁽⁵²⁾, que mostra ter sido o fim primordial o de recolher ao Arquivo a documentação histórica. “Maiores do que era de prever têm sido as dificuldades de concentrar neste estabelecimento todos os documentos, que nele devem arquivar-se, e com especialidade os concernentes à história do país”. Vários empregados do Ministério percorriam as repartições da Corte na colheita de documentos com o fim de remetê-los ao Arquivo. E acrescentava que “se mesmo aqui se tornou necessário esta providência, com maior razão cumpria adotá-la, ou dar alguma outra no mesmo sentido para as Províncias, donde em vão se tem esperado alguma remessa de documentos, apesar das repetidas ordens para esse fim expedidas. Deu pois o Governo essa comissão ao Dr. Antônio Gonçalves Dias, que acaba de partir para as Províncias do Norte, a fim de ali desempenhá-la”.

É bem conhecido o famoso capítulo de Croce sobre as semelhanças e diferenças entre a poesia e a historiografia⁽⁵³⁾. A esfera da

(50) Antônio Gonçalves Dias, “Exames nos Arquivos dos Mosteiros e das repartições públicas para a Coleção dos Documentos Históricos relativos ao Maranhão”, *RIHGB*, t. 16, 1853, 370-384.

(51) Vide Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-5, 1, 15.

(52) *Relatório do Ministério do Império*, Rio de Janeiro, 1851, 9.

(53) Benedetto Croce, *La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 348-353.

fantasia não expele, mas pode conduzir ao juízo histórico, como deste se pode alcançar a poesia. Gonçalves Dias é bem um exemplo disso. Lúcia Miguel Pereira observou que foi o impulso da mesma força inspiradora de grande parte dos seus poemas — o amor, o entusiasmo pela terra e pela gente do Brasil — que o levou à história e à etnografia⁽⁵⁴⁾.

Membro do Instituto Histórico, seus pareceres e trabalhos haviam demonstrado seu interesse e cuidado pela historiografia. Deste modo, não causaria surpresa a nomeação do poeta historiador para cargo de tanta responsabilidade. A primeira pesquisa oficial de caráter público promovida no Brasil era iniciativa de D. Pedro, tal como havia sido a realizada no estrangeiro por Francisco Adolfo de Varnhagen.

Antônio Gonçalves Dias tinha idéias próprias sobre história. “Fui sempre de parecer que o mais importante da história de um povo ou de um determinado círculo, dos que seguem a civilização européia, se acha nos tribunais judiciários e nos cartórios dos seus escrivães. Nos processos, principalmente nos políticos, propõem-se fatos com os seus efeitos, os homens com as suas paixões; não há incidente que se despreze, nem circunstância que se deva omitir. Sendo isto exato para a maior parte das nossas províncias, deverá sê-lo principalmente para o Maranhão”⁽⁵⁵⁾.

Esta razão leva-o a examinar rapidamente os arquivos dos Mosteiros — o de Santo Antônio, o das Mercês e o do Carmo, todos em lastimável estado de abandono e sem documentos, para concentrar-se no convento dos jesuítas, pois com estes, dizia, estava o princípio da escravidão dos índios, um dos fatores políticos das lutas maranhenses. As devassas, informações e processos deviam achar-se nos arquivos dos cartórios ou dos jesuítas. Procura-os, não os acha e imagina que possam estar ou entre os papéis do Conselho Ultramarino ou na Biblioteca do Vaticano. Informa que, em virtude da carta régia de 11 de junho de 1761, os papéis e livros dos jesuítas foram confiados aos cuidados do Bispo diocesano. No Maranhão, no arquivo da Presidência, encontrou a notícia de que, em 1831, Cândido José de Araújo Viana mandara proceder a um exame destes papéis, achando-se apenas 1.000 em estado de completa destruição. E concluía nada haver que aproveitasse do arquivo dos jesuítas.

Não podendo visitar todos os cartórios, nem compulsar seus documentos, procurou notícias de dois processos de que tinha informação. Nesta observação nota-se não só a falta de método como também que Gonçalves Dias não estava disposto a um trabalho mais árduo. Não seria certo que devendo informar sobre os documentos existentes nas Províncias e sabendo que a maior riqueza se concen-

(54) Lúcia Miguel Pereira, *A vida de Gonçalves Dias*, Rio de Janeiro, 1943, 102.

(55) Gonçalves Dias, “Exames”, *ob. cit.*, 373.

trava nos cartórios, se limitasse a procurar o destino de dois processos, pelos quais se interessava pessoalmente. Mas, apesar de tudo, colheu muitos dados preciosos. É assim que soube, pelo ofício de 15 de março de 1840, existente na Secretaria do Governo, que até a revolução de 1838-39, Antônio José do Couto Pinheiro, por alcunha o Malagueta, estragou livros, papéis e correspondência, que encontrou no arquivo da Comarca de Caxias⁽⁵⁶⁾.

Da visita feita à Biblioteca Pública, verifica-se que só naquela época se havia começado a formar uma coleção de jornais da capital, ameaçada de destruição, por falta de verba para encadernação, e pela fúria de alguns presidentes menos esclarecidos, que desejavam destruir as folhas adversárias. O Arquivo da Câmara Municipal não se encontrava em melhores condições. Lembra Gonçalves Dias que "sendo o Maranhão em seus princípios a cabeça do estado deste nome, os seus arquivos deveriam conter preciosos documentos desses primeiros tempos, mas experimentando repetidas comoções, já da invasão estrangeira, já do gênio turbulento dos seus habitantes, esses documentos desapareceram de todo ou em parte. A reparação da casa da Câmara e a transferência dos livros manuscritos para um sobrado exposto à chuva e umidade danificaram os que sobraram dos tumultos. Deste modo não se executaram os decretos de 10 de janeiro de 1825 e o de 2 de janeiro de 1838, que mandaram recolher à Corte os documentos que importassem à nossa história"⁽⁵⁷⁾.

Data desta época o envio de 12 volumes manuscritos para o Arquivo da Corte. Mas não se reduziu a isto a colheita de Gonçalves Dias. No fim é o próprio Ministro do Império José da Costa Carvalho quem declara que "foram recolhidos ao Arquivo Público do Império durante o ano próximo passado 275 documentos, incluídos 161 vindos da Província do Maranhão, relativos a fatos históricos da época da Independência: sendo devida a remessa destes últimos às diligências que em desempenho da sua comissão tem empregado o Dr. Antônio Gonçalves Dias para salvar os poucos documentos concernentes à nossa história, que porventura tenham escapado à voragem do tempo e à incuria e desleixo de conservá-los"⁽⁵⁸⁾.

(56) Gonçalves Dias, "Exames", *ob cit.*, 375.

(57) *Ibid.*, p. 378. Gonçalves Dias enumera, aí, alguns manuscritos encontrados. A decisão do Governo de 10 de janeiro de 1825 (Vide *Leis do Brasil*, Impr. Nac., 1825) recomendava aos Presidentes das Províncias a remessa de documentos que serviam para a história do Brasil. A decisão assinada por Estêvão Ribeiro de Resende originou-se do encargo feito por D. Pedro I a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, de escrever a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, desde 1821. A obrigação era de enviar cópias autênticas, e não os originais, conforme parece pensar Gonçalves Dias. Vide pouco adiante. De outro modo seria impossível a existência de Arquivos provinciais. O Regulamento n.º 2, de 2 de janeiro de 1838, assinado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, dava instruções sobre o Arquivo Público, provisoriamente estabelecido na Secretaria do Estado dos Negócios do Império.

(58) *Relatório do Ministério do Império*, Rio de Janeiro, 1852, 5.

Do Arquivo Municipal passou Gonçalves Dias ao exame do Arquivo do Governo. Tinha sido iniciado um índice dos papéis, mas de 1831 em diante era necessário examinar maço por maço e cada documento em cada maço. Diante desta tarefa realmente demorada e paciente, desiste Gonçalves Dias e, ao invés de pleitear a elaboração do índice, contenta-se em examinar os papéis de épocas "notáveis" da província.

Não poderia haver maior falta de critério. Por fim vinha a palavra certa e correta em relação à providência tomada pelo governo. Gonçalves Dias lembrava ao governo não ser justo que as municipalidades e arquivos provinciais fossem despejados de suas preciosidades. "Conviria, portanto, procurar-se algum meio para que não sofram os arquivos provinciais com o engrandecimento do central. Pode no futuro encontrarem-se homens como os Srs. Acioli e Baena, que na falta de tais depósitos nada ou muito pouco possam fazer em proveito da história do Brasil" (59).

Desta investigação procedida por Gonçalves Dias, nos Arquivos estaduais, por iniciativa do governo imperial, sob o patrocínio de D. Pedro II, verifica-se o estado de abandono em que se encontravam aqueles depósitos, o desamor pelos papéis históricos, sua paulatina destruição, muitas vezes consciente, e também que o nosso poeta não era talvez a pessoa realmente indicada para uma tarefa desta natureza. Uma total incompreensão sobre o exato sentido de um inquérito e exame dos arquivos estaduais determinava a remessa do material para o Arquivo Nacional, com prejuízo dos estudos locais, que ficavam sem as indispensáveis fontes primordiais.

Foi o que aconteceu a João Francisco Lisboa, necessitado, para seus estudos, de alguns dos códices remetidos por Gonçalves Dias. "V. S.^a deixou no Arquivo da Câmara alguns livros interessantes, mas suponho que levou os melhores. A falta deles me tem causado, e há de causar ainda grandes embaraços nos trabalhos que trago entre mãos. Só essa grande falta me faria aventar a seguinte idéia. Será possível virem a meu poder os mais importantes desses livros? Creio que isso não seria mui difícil, vindo eles por mão do nosso Antônio Henriques, e reenviando-os eu na primeira ocasião segura, e elas se oferecem todos os dias. Sobre não serem muitos os livros que V. S.^a levou (apenas doze) e basta que viessem só os mais importantes, é certo que eu aqui mais facilmente poderei escolher e fazer copiar o que me convém" (60).

Apesar dessas deficiências e da falta de método do nosso poeta-historiador, tratava-se, o que convém assinalar, da primeira pesquisa

(59) "Exames", *ob. cit.*, p. 380. Da p. 381-384 vem a lista dos documentos extraídos do Arquivo do Governo, das cópias extraídas e dos livros da Câmara Municipal do Maranhão que foram remetidos para o Arquivo do Rio de Janeiro. Estes parecem ser os cronistas locais que Gonçalves Dias admirava.

(60) Carta de João Francisco Lisboa a Antônio Gonçalves Dias, Maranhão, 3 de fev. de 1854. Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-5, 2, 10.

oficial, de caráter público sistemático sobre as fontes da história do Brasil espalhadas pelas províncias. Era a primeira tentativa de sua descoberta e colheita, embora defraudando os arquivos locais.

É verdade, também, que se os documentos tivessem sido recolhidos ao Arquivo Nacional antes de sua destruição ocasional ou consciente poderiam também hoje estar a salvo, para riqueza de nosso acervo histórico. Os "Exames" de Antônio Gonçalves Dias eram, ainda, a primeira denúncia grave e séria sobre o estado lastimável em que se achavam os arquivos provinciais e os seus documentos. Quando ele escreveu o "Catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte"⁽⁶¹⁾ anotou as péssimas condições dos arquivos do governo e da municipalidade daquela província. No Arquivo do governo não havia documento antigo, nem mesmo registro dele, de que se pudesse tirar algum proveito. Segundo Gonçalves Dias provinha isto de que os capitães-mores e os governadores remetiam os próprios originais, sem deles guardarem traslados. O Arquivo da Municipalidade possuía alguns documentos valiosos, mas ele não os pôde ver, por ter o escrivão da câmara ocultado não só os livros de atas, como os antigos registros, durante a campanha eleitoral em que foi suspensa a câmara. Mas, apesar de não os ter visto, acrescenta que de data antiga poucos documentos se poderiam encontrar, pelo extravio dos papéis da capitania com a invasão holandesa. Esta luta representa, no Brasil, o papel do terremoto de Lisboa. Quando não se acha um documento antigo atribui-se sua perda à invasão. E os documentos também do século XVII, posteriores a 1654, onde se encontram?

O Governo Imperial estava, assim, advertido da grave situação dos papéis históricos. O Barão de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins, no Relatório de 1853, depois de registrar os serviços de Gonçalves Dias de copiar e fazer enviar ao Arquivo vários documentos importantes, lastima que não houvesse um sistema ou ordem de classificação dos papéis, o que dificultava a busca, e lamentava a perda de muitos documentos. "Tanto um como outro fato denunciavam a extrema necessidade de providências que obstem a sua reprodução, mas a circunstância de se considerarem as Secretarias das Presidências, Repartições Provinciais, e por isso sujeitas à organização que lhes queriam dar as respectivas Assembléias, é não só uma anomalia no sistema que nos rege, privados os Delegados do Governo Imperial dos meios, que deviam somente depender deste, de exercer a ação administrativa geral com a precisa facilidade de expediente; como é ainda um grande estorvo à execução de quaisquer medidas tendentes a regularizar com uniformidade o modo de se arquivarem os documentos e garantir sua conservação. Entretanto, o Governo, atendendo à importância do objeto, dará sobre ele as providências ao seu alcance, solicitando da vossa sabedoria as que dependerem de medida legislativa".

(61) *RIHGB*, t. 17, 1854, 22-25.

De volta ao Rio, foi Gonçalves Dias nomeado oficial da secretaria dos estrangeiros e aos 8 de junho de 1854 era incumbido de uma missão semelhante a ser realizada na Europa. Deste modo, pode-se dizer que ele foi o único brasileiro incumbido de realizar pesquisas históricas de colheita e cópia de documentos, com caráter oficial, no Brasil e no estrangeiro. As pesquisas no Brasil foram sempre de iniciativa particular ou do Instituto Histórico, sem remuneração. Gonçalves Dias vinha substituir o mestre, o senhor, o maior pesquisador brasileiro. Agora, sim, era quase impossível o êxito. Aos 14 de junho daquele mesmo ano partia para Portugal, onde esperava contar com o auxílio de Alexandre Herculano.

7. Gonçalves Dias e os Arquivos da Europa

Nomeado também para estudar os métodos de instrução pública em diversos países da Europa, não parece que Gonçalves Dias tenha podido dedicar-se à colheita dos documentos como era de se esperar. Se é exato que os arquivos e bibliotecas portuguesas não eram, por esta época, como o não são ainda, nenhum modelo de organização, a verdade é que lá não haveria, como no caso dos arquivos provinciais, falta de documentos. Mas Gonçalves Dias estava, ao que parece, mais interessado na parte relativa à instrução na Europa, e por isso viajava sem cessar⁽⁶²⁾ e sem apresentar ao Ministro do Império, Luís Pedreira do Couto Ferraz, os relatórios exigidos. “Aguardo os trabalhos que V. S.^a tem prometido sobre os diversos fins da sua comissão. Limitar-me-ei apenas mui amigavelmente a recomendar-lhe que não deixe de mandar-me informações nas épocas prescritas em suas instruções. Seja o que for, convém que mande alguma coisa. As câmaras estão a abrir e eu muito estimaria em meu relatório dar conta dalguma coisa que V. S.^a tiver mandado”⁽⁶³⁾.

Gonçalves Dias nada enviava; daí os apelos de Pedreira do Couto. O Instituto Histórico, que pleiteara estas comissões, era muito pobre em manuscritos e, em 1854, possuía apenas 610⁽⁶⁴⁾. É certo que Gonçalves Dias se queixará, mais tarde, em 1859, em carta ao Visconde de Rio Branco, de ter remetido para a secretaria do Império cerca de 50 volumes manuscritos *in-folio* e que tendo precisado de alguns deles para uma notícia que tencionava apresentar ao Instituto Histórico não os encontrou. “Tinham saído da

(62) Suas cartas da Europa aos amigos revelam mais cuidado pela saúde e procura de uma recuperação que trabalho de Arquivo. Cf. Cartas de A. Gonçalves Dias na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(63) Carta de Luís Pedreira do Couto Ferraz a Antônio Gonçalves Dias de 13 de fevereiro de 1855. (Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 2, 8).

(64) *Relatório do Ministério do Império, apresentado pelo Ministro Luis Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de Janeiro, 1855, 77.

Secretaria do Império para as mãos de um homem a quem só conheço pela carência absoluta de boa fé e de honestidade literária”⁽⁶⁵⁾.

O fato é que o próprio Gonçalves Dias não se sentia satisfeito com a comissão e percebeu que João Francisco Lisboa a desejava ansiosamente. Não é certo que de Gonçalves Dias tenha partido a proposta de sua substituição pelo historiador maranhense. João Francisco Lisboa andava empenhando-se com vários amigos e já obtivera a promessa do governo, como o declara o próprio Gonçalves Dias ao escrever ao Visconde de Rio Branco que pedira o exonerassem em favor do Sr. Lisboa⁽⁶⁶⁾. O provável é que ao se encontrar com João Francisco Lisboa em Portugal se tivesse interessado em pleitear para o amigo o que não mais queria e era tão querido por este.

João Francisco Lisboa, ao chegar a Portugal, em viagem de recreio, escreve a Varnhagen, revelando os seus propósitos: “Detesto a política e estou aborrecido da vida de advogado. Seria pois para mim uma boa fortuna se o governo imperial me proporcionasse por qualquer modo os meios de servir o país com essa tal qual habilidade que me reconhecem. Fiquei nisso no Rio; porém a ocasião não era oportuna. Apresentaram-se objeções que me parecem fundadas; uma delas era a existência de outras comissões literárias do mesmo genero, como por exemplo a do nosso distinto poeta Gonçalves Dias. Ele acaba de chegar aqui e assegura-me que ao mais tardar em um ano regressa ao Rio. Verei se me será possível substituí-lo; do contrário volverei ao meu antigo teor de vida, pois me faltam recursos para me dar à custa a trabalhos que nada fundem para poder viver um homem com família em terras estranhas”⁽⁶⁷⁾.

João Francisco Lisboa revela, em suas cartas, muito mais consciência da tarefa que Gonçalves Dias. Confessa sua ignorância, seu desconhecimento e apela para Varnhagen, a quem terá a honra de consultar não poucas vezes, sobre esses assuntos históricos. Manifesta seu desejo de tê-lo por mestre e guia⁽⁶⁸⁾. Declara ainda não haver solicitado o emprego permanente, pois não sabia se o clima conviria à sua saúde. “Agora, porém, o meu comprovinciano Gonçalves Dias pede a exoneração da que lhe fora confiada de examinar os arquivos deste reino para o fim de fazer extrair cópias de todos os documentos que possam importar à nossa história. Escrevi para a Corte, pedindo que me encarregassem de substituí-lo. Serei atendido? É o que ignoro. Muitos dos nossos homens políticos, a maior parte, parecem-me indiferentes aos nossos progressos literários, bem

(65) Carta de Gonçalves Dias ao Visconde de Rio Branco, de 17 de março de 1859. Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 1, 15.

(66) *Id., id., ibidem.*

(67) Carta de João Francisco Lisboa a Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa, 3 de maio de 1856, transcrita em Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, Lima, 1867, 68-69.

(68) *Id., id., 69.*

que, por mera compostura, afetem um certo amor às letras. Duvido pois que se preste demasiada atenção ao meu pedido, no meio das distrações da política militante, se ele não for fortemente apoiado por pessoas respeitáveis". Pede, então, a Varnhagen que interceda a seu favor, pois era uma das pessoas mais bem colocadas para o servir neste empenho⁽⁶⁹⁾.

Tudo faz crer que Varnhagen se tenha interessado por quem o considerava o nosso primeiro e único historiador, o pai da nossa história. Deste modo, pode-se concluir que Gonçalves Dias se desinteressara da comissão para a qual não tinha grande preparo, nem vocação, apesar das tarefas anteriores, e pedira realmente pelo com-provinciano, tão dado à história, e que Varnhagen se empenhara fortemente para conseguir sua nomeação.

8. João Francisco Lisboa

O fato é que pelo Aviso de 8 de outubro de 1856 passava para o Comendador João Francisco Lisboa a parte relativa ao exame dos arquivos dos diversos países e à colheita dos documentos e notícias que pudessem interessar à história do Brasil, ficando Gonçalves Dias com a parte relativa à instrução na Europa. Por este mesmo Aviso mandava-se a Gonçalves Dias que passasse a João Francisco Lisboa as instruções que recebera concernentes àquela parte da missão⁽⁷⁰⁾.

É em agosto que João Francisco Lisboa recebe a comunicação oficial de estar despachado para substituir Gonçalves Dias. O Ministro recomendara-lhe que desse começo o quanto antes aos trabalhos. Mas Lisboa não recebera as ordens e as instruções oficiais⁽⁷¹⁾, e insiste com Gonçalves Dias, remetendo-lhe o ofício do Governo⁽⁷²⁾.

Recebido este ofício, verifica João Francisco Lisboa que lhe era permitido examinar arquivos e tirar cópias, não em Portugal somente, mas em qualquer parte da Europa. Assim informado, inicia imediatamente as suas investigações, não sem primeiro pedir a Varnhagen que o guiasse com os seus conselhos e experiência na descoberta de importantes documentos que devessem ser de preferência copiados⁽⁷³⁾.

(69) Carta de João Francisco Lisboa a Francisco Adolfo de Varnhagen, de 23 de maio de 1856, transcrita sob o n.º 2 em Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, 69-70.

(70) Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 2, 8 e I-5, 5, 5. Vide também "Comissões na Europa dos Srs. Gonçalves Dias e Lisboa, 1857", Mss. 6.332, Lata 217, da Coleção Marquês de Olinda, depositada no Instituto Histórico.

(71) Carta n.º 4 de J. F. Lisboa a F. A. Varnhagen, in Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, 71.

(72) Carta de J. F. Lisboa a Gonçalves Dias, de 8 de novembro de 1856, Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 2, 10.

(73) Carta de J. F. Lisboa a Gonçalves Dias, de 8 de novembro de 1856, Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 2, 10.

Não se pode deixar de assinalar esta diferença entre João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias: enquanto o primeiro confessava a sua inexperiência e sempre se referia em suas cartas aos seus trabalhos, recorrendo à sabedoria do mestre acatado de então, o segundo não recorreu a ninguém e pouco tratou da sua comissão ou a ela se referiu aborrecido com o trabalho.

Aos 3 de outubro de 1856, com um mês de intervalo da recepção do ofício de sua designação, João Francisco Lisboa já escrevia a Varnhagen, confessando que andava “como é fácil supor, às apalpadelas. Conto com V. Ex.^a e que me queira servir de guia e começarei por submeter-lhe algumas considerações sugeridas pela sua carta de 28 de agosto. V. Ex.^a diz-me que na Torre do Tombo explorara o mais importante até o meado do século passado. O Sr. Gonçalves Dias porém sustenta que ali se encontram tesouros inapreciáveis, e é certo que o Governo lhe recomendou ultimamente que se aplicasse de preferência à exploração daqueles arquivos, cujos documentos têm em geral a vantagem da autenticidade”. Pedia-lhe João Francisco Lisboa orientação para evitar a duplicata de cópias, em que caíra o seu antecessor, e que Varnhagen dissesse que cópias extraíra da Torre do Tombo e dos demais arquivos da Corte. Providência elementar que a Gonçalves Dias nunca ocorrera tomar. Se Varnhagen havia sido incumbido, há anos, de missão semelhante, como não se informar sobre o que copiara. Pedia-lhe ainda que indicasse mais alguns manuscritos importantes que devesse copiar quanto antes, com as indicações da data, autor e merecimento. “Acho-me, por assim dizer, ainda atado, e muito receoso de cair em duplicatas, e até de tirar cópias de documentos já impressos na mesma Revista do Instituto, como já tem sucedido a outros, porque nem tenho aqui a coleção completa deste jornal”.

Varnhagen indicara-lhe a “Rezão do Estado” e os “Diálogos das Grandezas do Brasil” (74). Varnhagen era o seu consultor e desatava todas as dúvidas em que laborava. Neste primeiro mês de trabalho, João Francisco Lisboa escreve a Varnhagen sete cartas-consultas. Infelizmente, não conhecemos os originais deste último. Em 18 de outubro João Francisco sentia-se tão agradecido às gentilezas e informações de Varnhagen que lhe dizia: “me sinto e declaro de todo rendido e cativo, pois vejo que da sua parte não há refolhos, reservas, segundas tenções, idéias de rivalidade, etc. etc., senão amizade sincera e franca, e ânimo generoso de auxiliar-me no desempenho desta comissão, que em verdade se me afigurava mais fácil e simples, antes de me haver dela encarregado” (75). Não haveria aí alguma coisa com Gonçalves Dias, que nada lhe dizia sobre as suas atividades anteriores?

Já sabia agora, influenciado por Varnhagen, que na Torre do Tombo o trabalho seria grande e tendo verificado, ao ler a Revista

(74) Carta n.º 6 de João Francisco Lisboa a Varnhagen, de 3 de outubro de 1856, in Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, 73.

(75) Carta n.º 8, in Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, 76.

do Instituto e a *História Geral* de Varnhagen, que copiara documentos já impressos, prontificava-se a enviar-lhe a lista das cópias tiradas para que ele tivesse a “bondade de notar o que se fez inutilmente, e outra dos que tenho indicação para copiar, a fim de evitar-se duplicatas. Assim, sem maior trabalho, conseguiremos o que eu desejava com as suas notas tão difíceis de coligir e apurar, pelo seu número e extensão”. Ainda não trabalhara no Conselho Ultramarino, como lhe sugerira Varnhagen, mas já tinha ido à Biblioteca de Lisboa à procura dos “Diálogos das Grandezas do Brasil”, sem encontrá-los. E pedia novas indicações, perguntando se havia alguma maneira ou método especial para achar os documentos ou se se deveria proceder a um exame vago e geral. E quanto ao que já copiara Varnhagen, devia fazer novas cópias para uso do governo, ou do Instituto “ou é isto trabalho escusado, porque V. Ex.^a tenciona dá-los ao mesmo Instituto depois que tiver concluído a sua História”. Remetia a Varnhagen alguns apontamentos tirados por um empregado da Torre do Tombo, pedindo-lhe que apontasse os que estavam copiados e o valor dos outros. Fora também à Biblioteca da Academia e examinara o documentário sobre sesmarias da capitania de São Paulo. Receava enviar para o Rio papelada inútil⁽⁷⁶⁾.

Por esta carta, de que nós vimos obrigados a extrair vários trechos, vê-se que Varnhagen era consultado em tudo e sobre tudo opinava, sugeria e revia; vê-se ainda que Lisboa trabalhava exaustivamente — não há prova de que o tenha feito Gonçalves Dias — embora sem método, que aprendia com Varnhagen e que, sem nenhuma idéia do valor dos documentos, tinha receio de enviar papelada inútil. Sua avaliação de documentos históricos aqui se evidencia claramente. As sesmarias de São Paulo poderiam ser consideradas como documento inútil. Só por um novato, ou então porque se dava, àquela época, pouca importância a problemas de terras, à história econômica.

Estas mesmas indecisões e falta de método revela João Francisco Lisboa na carta seguinte⁽⁷⁷⁾. Em relação ao Conselho Ultramarino, pergunta a Varnhagen por onde começaria os seus trabalhos, pois lhe parecia que acharia ali apenas ofícios e relatórios dirigidos do Brasil, cartas régias, ordens e alguns regimentos daqui para lá. J. F. Lisboa duvida da importância deste material e afirma que há de pôr em contribuição a experiência de Varnhagen. “V. Ex.^a como já navegou por estes mares de poeira talvez me possa indicar algum método com que se perca menos tempo”. Novas perguntas, novos pedidos de informação, novos envios de apontamentos e peças para que Varnhagen lhes anotasse o merecimento e a reprodução encham a correspondência.

Não pedia grande coisa. Bastava que Varnhagen anotasse: inútil, interessante, impresso, copiado, existente aqui ou ali. Na décima

(76) Carta n.º 8, in Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, 76-78.

(77) Carta n.º 3, *id. id.*, 81.

carta, J. F. Lisboa informa que a Biblioteca de São Francisco era pobre e fora desfalcada dos documentos mais interessantes por Castilho. Tirava as informações dos catálogos e logo pedia a Varnhagen que lhe dissesse o que pensava sobre este ou aquele manuscrito. Ainda não começara o trabalho no Conselho Ultramarino, à espera das notícias de Varnhagen. E pergunta a este se as cópias que ele tirara em Portugal e Espanha haviam sido oferecidas ao Instituto ou se se “tirou algumas por ordem e conta do Governo para a Biblioteca e o Arquivo Público do Império”⁽⁷⁸⁾. Todas as pesquisas e os achados eram imediatamente comunicados a Varnhagen para seu parecer⁽⁷⁹⁾.

Aos 8 de novembro daquele ano, João Francisco Lisboa escreve duas cartas, uma dirigida a Gonçalves Dias e outra a Varnhagen. Elas vão nos mostrar a diferença de tratamento dado por ele aos dois. Já vimos que enquanto Lisboa vinha mantendo com Varnhagen uma correspondência muito ativa e o tomara como o mestre que o devia guiar nesta missão, a Gonçalves Dias, seu antecessor, nada ou quase nada dizia. Já havia percebido seus erros, sua desorientação, sua falta de preparo metodológico e de informação bibliográfica. A Gonçalves Dias pedia-lhe as instruções, com brevidade, e dava-lhe os parabéns pela nomeação para a parte etnográfica da Comissão Científica, que deveria explorar o interior do Brasil em 1859 e informava-o que trabalhava “com muito escrúpulo e lentidão”, pois verificara “que se achavam não só copiados, mas impressos alguns papéis que tanto V. S.^a como eu fizemos copiar. Por isso e porque nada têm de bons despedi alguns amanuenses”. Não lhe pedia nenhuma informação; ao contrário, censurava seus erros e dizia-lhe: “tem me servido de muito o auxílio de Varnhagen, que anda muito informado de todos estes alfarrábios e miudezas, como quem por tanto tempo lidou com eles”. Queixava-se a Gonçalves Dias do número extraordinário de pretendentes a amanuenses que o perseguiam, “dominados, ao que parece, da idéia de que o Imperador, quando criou esta comissão, o que teve principalmente à vista foi dar aqui de comer aos que têm fome”⁽⁸⁰⁾.

Depois que Varnhagen lhe afirma que no Arquivo do Conselho Ultramarino se encontra reunida uma coleção como não existe no Brasil, João Francisco Lisboa ora dizia que tencionava enterrar-se de preferência na poeira daquela repartição, ora achava que não existiria tal coleção na corte, mas dispersa nas províncias. Na Torre do Tombo um seu copista extratava os índices dos documentos. Tudo enviava a Varnhagen e sobre tudo pedia seu parecer⁽⁸¹⁾. Em

(78) Carta de 26 de out. de 1856, *in* Varnhagen, *ob. cit.* 83.

(79) Carta n.º 11, de 28 de out. de 1856, *in* Varnhagen, *ob. cit.*, 84.

(80) Carta de João F. Lisboa a Gonçalves Dias, Lisboa, 8 de nov. de 1856, Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1-5, 2, 10.

(81) Carta n.º 13, de 20 de nov. de 1856, *in* Varnhagen, *ob. cit.*, 85-86. Vide também 88-89.

dezembro de 1856 João Francisco Lisboa andava muito satisfeito com o exame do Arquivo do Conselho Ultramarino, pois encontrava muitas coisas importantes “e até particularidades da crônica Maranhense de 100 anos a esta parte”⁽⁸²⁾.

Varnhagen aconselhara-o a copiar antes de tudo os índices e depois tudo o que parecesse importante, com crítica e escolha, e informara-o que os papéis sobre limites do sul só deviam ser copiados até 77, pois daí em diante o Arquivo no Rio possuía tudo⁽⁸³⁾. Mas Varnhagen não se limitava a dizer onde estavam os documentos e quais deviam de preferência copiar-se. Lembrava-lhe a necessidade de cópias limpas, de textos corretos, de crítica, enfim. “Tirá-las com correção, castigar os manuscritos pela maior parte incorretos e estupidamente copiados, como os tenho por aqui encontrado, e ainda mais substanciar o muito difuso e menos importante me levaria muito tempo, ou mo absorveria todo. Pelo que tenho-me limitado a escolher as peças e manuscritos que julgo interessantes e fazê-los copiar tais e quais com todos os seus erros e irregularidades. A correção fique para quem no Brasil quiser usar deles, ou para extratos, ou para dá-los à estampa. É trabalho longo e minucioso, que só mui de espaço se poderá ir fazendo”⁽⁸⁴⁾.

Por aí se vê que o próprio João Francisco Lisboa não jura pela correção e integridade de suas cópias enviadas ao Instituto Histórico e que são um orgulho do seu acervo documental. E mais. Revela desconhecer o que seja crítica de textos, pois imagina possível corrigi-las no Brasil, sem original à vista. Como era trabalho longo ele não respondia pela fidedignidade do texto. Sabemos todos das deficiências dos antigos processos de reprodução, mas custa-nos crer que um investigador oficial, remunerado para investigar e copiar documentos na Europa, pudesse oferecê-los e enviá-los sem uma revisão de texto, que limpasse a cópia dos seus vícios conscientes ou inconscientes e estudasse no original os antigos erros involuntários. Toda cópia extratada contém erros, mas é de supor-se que estes não de escapar involuntariamente à vigilância do pesquisador, sobretudo se este não é um mero copista, mas um historiador. Mas quando se declara abertamente ser impossível responder pela correção do texto, que valem estes papéis que jazem no Instituto Histórico?

João Francisco Lisboa servia também a Varnhagen, como aconteceu com a nova documentação sobre Gabriel Soares de Sousa, de que este se aproveitou para redigir o Aditamento que publicou na segunda edição de sua *História Geral*. Lisboa reencontrou a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, já vista por Varnhagen e depois perdida durante anos, até sua descoberta por João Capistrano de Abreu⁽⁸⁵⁾.

(82) Carta n.º 17, de 30 de dez. de 1856, in Varnhagen, *ob. cit.*, 89.

(83) Carta n.º 18, de 3 de janeiro de 1857, *id. id.*, 91.

(84) Carta n.º 19, de 19 de fev. de 1857, *id. id.*, 92.

(85) Cartas ns. 20, de 27 de fev. de 1857, e 23, de 7 de abril de 1857, in Varnhagen, *ob. cit.*, 93 e 97-98.

É somente em março de 1857 que João Francisco Lisboa recebe a cópia das instruções e as comenta com Varnhagen. Não as recebera de Gonçalves Dias, apesar dos insistentes pedidos. O primeiro artigo exigia a cópia das datas, forais, doações e sesmarias e quaisquer concessões de terras no Brasil, desde a mais remota antiguidade de que houvesse notícia, em coleção separada para o Arquivo Público. No terceiro pediam-se cópias de documentos sobre limites e Lisboa achava que pouco ou nada teria a fazer. Havia solicitado ao Arquivo Público e à Biblioteca Nacional que lhe enviassem relações dos seus diplomas mais notáveis e a lista era tão magra que julgava pobríssimo o Arquivo⁽⁸⁶⁾. Em junho pretendia partir para o Porto, onde iria iniciar sua investigação na Biblioteca Municipal. Já contava passar o ano de 1858 em Lisboa, caso o conservassem no lugar⁽⁸⁷⁾.

Varnhagen só publicou 26 cartas, até 30 de julho de 1857. Daí em diante afrouxou muito a correspondência, não só porque Varnhagen deixou de responder, devido ao abalo sofrido com a morte de sua mãe, como também porque andou excursionando pelas províncias espanholas e fazendo visitas a Paris, Roma, Florença e Londres. Recebera algumas mais e as perdera. As atividades de Lisboa não podem, assim ser acompanhadas até 1863, quando a morte o surpreende e Gonçalves Dias o substitui. Como não sabemos onde pairam suas outras cartas de 1857 a 1863 é difícil reconstituir os seus trabalhos e anotar a eficiência com que procurou desempenhar sua comissão.

Há apenas mais três cartas dirigidas a Antônio Henriques Leal, seu fiel companheiro e também de Gonçalves Dias, a primeira das quais de 12 de março de 1857, de puro interesse local e político. Na segunda responde a Henriques Leal, que lhe pedira consultasse os arquivos dos frades de Santo Antônio ou do Carmo; quando os conventos foram extintos, seus papéis se extraviaram ou foram parar nas Bibliotecas públicas. Aqueles pouco ou quase nada possuíam e os papéis dos jesuítas foram guardados em Évora, onde os copiou em parte Gonçalves Dias, e o resto andava sendo respigado por João Francisco Lisboa.

Este andava entusiasmado com o Arquivo do Conselho Ultramarino e a todos comunicava seu interesse. "O Arquivo do Conselho Ultramarino é um depósito riquíssimo de notícias de todo o genero acerca do Brasil desde 1750 para cá, e ainda não tinha sido compulsado por ninguém. Ali e no meu gabinete é que passo o mais do

(86) Carta n.º 22, de 22 de março de 1857, *in* Varnhagen, *ob. cit.*, 96. O Ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz, em Aviso de 17 de novembro de 1856, determinou ao Bibliotecário da Biblioteca Nacional que remetesse a João Francisco Lisboa uma lista dos documentos existentes na Seção de Manuscritos. Cf. Avisos, 1854-57. Seção de Manuscritos da B. N.

(87) Carta n.º 19, de 2 de fev. de 1857 e n.º 25, de 6 de junho de 1857, *in* Varnhagen, *ob. cit.*, 96 e 100.

tempo. Sobre a nossa terra, tenho descoberto coisas do arco da velha, toda a crônica escandalosa de 1770 e tanto até 1807, casamentos, raptos, concubinatos, adultérios, roubos, amotinatos, pasquins; tudo mandavam mexericar para cá os generais, as câmaras, os ouvidores, e mesmo particulares, travados numa luta constante e não menos furiosa que a destes tempos de liberdades”...

“O meu trabalho consiste em fazer copiar crônicas, memórias e documentos oficiais sobre história, estatística, legislação e administração para o governo e em extrair apontamentos sobre a história do Maranhão para meu uso e em ir desde já escrevendo alguma coisa. Estudo também o Padre Antônio Vieira para acabar de escrever a sua vida e reformar completamente a parte publicada. Para dar conta de todas estas tarefas ficarei por aqui provavelmente até o fim de 1858, se me conservarem — do contrário irei para o Maranhão logo que me derem a comissão por acabada”⁽⁸⁸⁾. Em outubro de 1857, confessa que estava inteiramente entregue ao trabalho — seu único divertimento — pois não fazia amizade com a terra, por pouca ou nenhuma disposição para isso⁽⁸⁹⁾. Deste modo, só se pode apreciar o desempenho de João Francisco Lisboa através desta curta correspondência, que abrange apenas um ano e meio de atividades.

9. Resultado das missões de Gonçalves Dias e J. F. Lisboa

Melhor apreciação se pode fazer comparando o exercício da missão por Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa. O primeiro julgamento inscreve-se no Relatório do Ministério do Império publicado em 1857. Af Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, declara que “a história e a geografia pátria não podem deixar de merecer a mais especial atenção dos poderes do Estado. Cada geração tem para com as seguintes o dever de concorrer para o seu desenvolvimento, e para que não se percam nem as tradições nacionais nem a notícia de objetos cujo conhecimento possa interessar o futuro”. Gonçalves Dias já havia adiantado alguns trabalhos desta natureza, mas entendendo o Governo que convinha separar esta comissão da outra de que também se acha incumbido, relativa à instrução pública, a fim de poderem ter ambas maior impulso, “nomeara para substituí-lo na de que se trata o Comendador João Francisco Lisboa, cujos conhecimentos literários e gênio investigador são assaz conhecidos. Ultimamente recebi uma porção de

(88) Carta de J. F. Lisboa a A. H. Leal, de Lisboa, 12 de abril de 1857. Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-5, 5, 1.

(89) Carta de Lisboa, 13 de out. de 1857. Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-5, 5, 1.

documentos históricos, em parte de subido interesse, remetidos pelo mesmo doutor, e resolvi mandá-los arquivar no Instituto”.

Parece fora de dúvida que Lisboa foi muito superior a Gonçalves Dias, não só porque soube pedir a colaboração de Varnhagen, que era a pessoa mais autorizada para orientá-lo, como porque teve consciência de que era preciso informar-se bibliograficamente, antes de ordenar as cópias. Deste modo, por mais estranho que pareça, João Francisco Lisboa, apesar de possuir pouca formação metodológica, teve mais método, mais orientação que Gonçalves Dias. Este entregou o serviço aos auxiliares, que copiavam o que queriam. Sabemos que Gonçalves Dias entregou ao governo 50 volumes de manuscritos, conforme sua declaração em carta escrita ao Visconde de Rio Branco em 17 de março de 1859. Mas a verdade é que muito do que copiou já estava copiado, segundo as afirmações do seu sucessor. No Arquivo da Torre do Tombo, por exemplo, Gonçalves Dias copiou muito pouca coisa, pela maior parte pequenos documentos avulsos, pertencentes à parte cronológica. Foi especialmente no Arquivo de Évora que ele reproduziu coisas copiadas e já impressas⁽⁹⁰⁾.

Gonçalves Dias não esteve na Biblioteca Pública, na Academia pouco copiou e no Conselho Ultramarino extratou algumas cópias. De nada informou a João Francisco Lisboa, que o substituiu, como se queixa este em várias cartas a Varnhagen⁽⁹¹⁾. Documentos impressos na *Revista*, oferecidos ao Instituto por Varnhagen, eram de novo copiados. Combinava preços elevados pelas cópias, sem distinguir os documentos de caracteres antigos e os de letra moderna e inteligível⁽⁹²⁾.

João Francisco Lisboa foi mais escrupuloso. Se é verdade que não era tão preparado quanto Gonçalves Dias, pois já andara pesquisando em arquivos brasileiros — com melhor método do que aquele —, e se é verdade também que não tinha idéia alguma das fontes de nossa história, como diz Varnhagen⁽⁹³⁾, o certo é que tomou a este como seu mestre, que o devia guiar com seus conselhos, e cercou-se de livros e bibliografias de consulta indispensável. Recorria, aliás, a todos os estudiosos portugueses, mas deles pouco obtinha. Era Varnhagen o seu único mestre. Preferia não mandar um só volume e resignar à comissão que expor-se a mandar duplicatas⁽⁹⁴⁾. Sempre pediu a Varnhagen que lhe indicasse algum método com que evitar as cópias⁽⁹⁵⁾.

(90) Carta n.º 6, de 3 de out. de 1856, in Varnhagen, *ob. cit.*, 73.

(91) Varnhagen, *ob. cit.*, 74, 78 e 80.

(92) Varnhagen, *ob. cit.*, 80.

(93) Varnhagen, *ob. cit.*, 8.

(94) Varnhagen, *ob. cit.*, 81.

(95) Varnhagen, *ob. cit.*, 73.

É certo, também, como já dissemos, que as cópias mandadas executar não lhe mereciam crítica e, portanto, não eram fiéis. Os resultados finais desta investigação ainda não podem ser devidamente apreciados por falta de um inventário completo de toda a documentação. O Catálogo dos Documentos mandados copiar por D. Pedro II⁽⁹⁶⁾, atribuído por Vieira Fazenda a Capistrano de Abreu⁽⁹⁷⁾, abrangerá aqueles 50 volumes mandados copiar por Gonçalves Dias e depois perdidos? Max Fleiuss ofereceu uma lista muito sumária dos 79 códices trazidos ao Instituto, num total avaliado de 1.500 documentos⁽⁹⁸⁾.

O relato destas duas pesquisas demorou muito porque realmente elas marcam a mais importante iniciativa do governo no sentido de investigar e recolher para o Arquivo Público e o Instituto Histórico os documentos sobre o Brasil existentes no estrangeiro. Os seus escolhidos não eram homens novatos no campo da historiografia brasileira, pois o primeiro pertencia ao Instituto Histórico e já havia realizado trabalho de igual natureza e o segundo era o historiador do Maranhão. Mas ainda assim não foram bem escolhidos. Só havia no Brasil, nessa época, dois homens capazes de dirigir um serviço desta espécie: Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Caetano da Silva. Os dois nomeados ou não recorreriam a eles e pouco fariam, e esse pouco cheio de enganos, como é o caso de Gonçalves Dias, ou deveriam aprender desde o início as fontes, a bibliografia de referência, os processos de cópia autêntica, etc. Seria necessário uma completa aprendizagem metodológica, uma iniciação prática, como revela a correspondência de João Francisco Lisboa.

(9) *RIHGB*, t. 67, 1903.

(97) *RIHGB*, t. 74, 1911, p. 364.

(98) Max Fleiuss, *Páginas Brasileiras*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1919, p. 220. Existe no Instituto Histórico uma Relação dos Documentos copiados no tempo de Ant. Gls. Dias composta de 84 documentos, de 1508 a 1630. A Relação ocupa 7 páginas e parte da oitava. A "Relação dos Documentos copiados no tempo de João Francisco Lisboa" encerra 34 documentos, de 1523 a 1617, e ocupa 4 páginas e meia. Os documentos de ambas as Relações estão anotadas por Varnhagen. Cf. Arquivo do Instituto Histórico, Lata 122, Mss. 2.135. Será esta Relação uma das referidas por João Francisco Lisboa em suas cartas a Varnhagen, enviada para que este anotasse o que convinha copiar? O Catálogo mais completo é o acima referido. Há também na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (I-33, 1, 3) um catálogo iniciado, mas não completado, dos Documentos de Évora, onde se diz que os documentos copiados por Gonçalves Dias foram feitos por ordem de D. Pedro II, o que serve para identificar aquele Catálogo com as investigações de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, já que na edição do referido Catálogo não se faz nenhuma referência a esse ponto. Que o Catálogo não registrava todas as cópias mandadas fazer, como aqueles 50 volumes a que se refere Gonçalves Dias na carta já citada ao Visconde de Rio Branco, confirma Capistrano de Abreu, em carta a João Lúcio de Azevedo, quando escreve ter lido no trabalho de Baião sobre a Torre do Tombo que no naufrágio de Gonçalves Dias perderam-se vários documentos, perguntando-lhe ainda se seria possível obter uma lista deles. (Carta de 8 de outubro de 1916, existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.)

10. *Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza e Pimenta Bueno*

Duarte da Ponte Ribeiro foi chefe da 3.^a seção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por onde corriam os negócios das repúblicas limítrofes. Depois de ser Ministro em Buenos Aires e enviado em missão especial às Repúblicas do Pacífico, voltou à Secretaria de Estado, aposentando-se em 1853. Um dos maiores estudiosos dos problemas de limites do Brasil com seus vizinhos, deixou um acervo imenso e variado, quase todo inédito até hoje, reunindo memórias e documentos sobre questões de limites.

Sua disponibilidade era ativa, pois fora incumbido em 1853 de preparar o Elenco dos Papéis e Mapas existentes nas repartições públicas que dessem a conhecer a história, geografia, estatística e as questões de fronteiras das Províncias do Império, limítrofes com os Estados vizinhos, para se consultar oportunamente⁽⁹⁹⁾.

O Arquivo Histórico do Itamarati publicou o catálogo do seu arquivo particular⁽¹⁰⁰⁾, onde se vê a massa imensa não só de memórias sobre limites e fronteiras que deixou — mais de 180 — como a vastidão de pesquisas que realizou para documentar-se e assessorar os ministros nas mais graves questões de limites. Resumos históricos sobre limites nos Estados, documentos, mapas, colhidos em várias instituições imperiais e provinciais, memórias gerais sobre as fronteiras feitas com base em documentação especialmente pesquisada, cópias de papéis e memórias coloniais, informações estatísticas, estudos sobre limites dos estados e do Brasil com seus vizinhos, tudo reuniu e preparou Ponte Ribeiro num incansável trabalho de pesquisador, dos maiores que o Brasil jamais possuiu.

Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguai⁽¹⁰¹⁾ esteve sempre ligado a Ponte Ribeiro. Embora mais homem de Estado que pesquisador, realizou investigações que lhe servissem para defender o direito do Brasil na questão do Oiapoque. Nomeado Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto ao Imperador dos Franceses, à Rainha da Grã-Bretanha, e ao Papa Pio IX, limitou-se à missão na França, onde devia procurar uma solução para o caso dos limites com a Guiana Francesa.

Ao chegar a Lisboa, auxiliado por Alexandre Herculano e Antônio da Silva Túlio, o Visconde de Uruguai continuou o trabalho

(99) Citado por José Antônio Soares de Souza, *Um Diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1952, 332 e 430.

(100) *Arquivo Histórico do Itamarati*, parte III, 34. Arquivos Particulares. Barão da Ponte Ribeiro. Ministério das Relações Exteriores, 1965.

(101) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.

iniciado no Rio de Janeiro com o auxílio de Ponte Ribeiro, investigando nos arquivos e bibliotecas os documentos e mapas essenciais à questão, e consultando os arquivos das famílias dos Marquês de Penalva e de Rezende, no qual conheceu a correspondência do Conde de Tarouca, quando representante de Portugal em Utrecht.

Em Lisboa e Paris fez pesquisas especiais sobre a questão, encontrou documentos, descobriu detalhes que modificavam a nosso favor a questão, tanto do ponto de vista geográfico como histórico, tendo recebido, em Paris, a orientação do Visconde de Santarém⁽¹⁰²⁾.

Apesar dos seus esforços e do esclarecimento que trouxe à questão das terras do Cabo Norte (art. 8.º do Tratado de Utrecht) e que foram ainda mais esclarecidas por Joaquim Caetano da Silva, o Visconde tentou chegar a um acordo com sacrifício dos direitos do Brasil, como escreveu o Barão do Rio Branco⁽¹⁰³⁾.

Outra grande figura do Império, mais conhecido como jurista e especialmente como constitucionalista, principal comentador da Constituição de 1824, José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, realizou, quando presidente da Província de Mato Grosso (1836-1838), pesquisas, como as anteriores, de caráter pragmático e público, "coligindo no arquivo provincial vários documentos importantes com os quais escreveu em 1836 a sua primeira memória sobre limites". Foi "O Breve Resumo Histórico dos Limites entre os Domínios Portugueses e Espanhóis pelo que toca à Província de Mato Grosso", que serviu de base às suas negociações de limites, quando foi encarregado de negócios e cônsul-geral do Brasil no Paraguai, em 1843-1847⁽¹⁰⁴⁾.

Ainda antes de partir para o Paraguai, Pimenta Bueno enviou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma "Relação dos Documentos que achei na Secretaria do Governo de São Paulo e que dizem respeito às Demarcações e Limites entre a mesma Província e o Paraguai"⁽¹⁰⁵⁾.

Pimenta Bueno escreveu Memórias sobre questões de limites baseadas nas pesquisas empreendidas para fins de defesa de direitos do Brasil, como "Algumas Observações acerca da divisa entre o Brasil e o Governo do Paraguai"⁽¹⁰⁶⁾.

(102) José Antônio Soares de Souza, ob. cit. 470, 472, 476, 477.

(103) *Obras do Barão do Rio Branco*. IV. Questões de Limites. Guiana Francesa. 2.ª Memória. Ministério das Relações Exteriores, 1945, 10.

(104) *A Missão Bellegarde ao Paraguai (1847-1852)*. *Exposição, Antecedentes e Notas por José Antônio Soares de Souza*, vol. I, 170 e 340 n.º 404. O manuscrito pertence ao Arquivo do Visconde do Uruguai.

(105) Id. id., 190 e 344, n.º 431. Nesta se esclarece que o original está no Arquivo do Visconde do Uruguai, onde se encontra também uma relação de cartas geográficas de Mato Grosso, de autoria, supõe José Antônio Soares de Souza, de Pimenta Bueno. Além das cartas geográficas se consignam também várias memórias, não somente sobre Mato Grosso e São Paulo, mas ainda sobre o Pará e o Amazonas, acrescenta José Antônio Soares de Souza.

(106) Original no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cf. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, n.º 10.583. Existe cópia no Arquivo do Visconde do Uruguai. José Antônio Soares de Souza, ob. cit., 343, n.º 427.

11. Joaquim Caetano da Silva

Varnhagen estava ocupado com seu trabalho de chancelaria e suas pesquisas próprias, é certo. Mas poderia dirigir, com a remuneração para o pagamento de cópias, os serviços dos amanuenses contratados. Joaquim Caetano da Silva andava também encarregado pelo Ministério dos Negócios Exteriores de semelhante missão. Encarregado da legação de Haia, sua missão diplomática confundia-se com a pesquisa. É neste caso, não por interesse pessoal, mas por determinação oficial. Desde a leitura de sua “Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do art. 6 do Tratado de Utrecht”⁽¹⁰⁷⁾ fora convidado por D. Pedro II para pesquisar na Europa os documentos sobre o Brasil relativos ao assunto. A missão diplomática facilitava-lhe a outra e a ocultava aos olhos dos franceses. Tratava-se de uma das mais graves questões internacionais que então se discutiam no Brasil e o sigilo era fundamental.

De 1852 a 1861, de quando data sua disponibilidade, pesquisou Joaquim Caetano da Silva especialmente na França e na Holanda. A verdade é que não foi na questão de limites que ele enriqueceu extraordinariamente a documentação brasileira, embora tivesse produzido com o *L'Oyapoc et l'Amazone*⁽¹⁰⁸⁾ um dos maiores monumentos da erudição brasileira, mas sim no episódio da invasão holandesa no Brasil. Aí ele superou Netscher e o próprio Varnhagen. Ninguém — nem Varnhagen — enriqueceu um só fato da história do Brasil de tantas e tão boas fontes. Esmiuçou o Arquivo Real de Haia e trouxe oito grossos volumes de cópias, desconhecidas no Brasil e pouco examinadas não só por eruditos brasileiros mas também estrangeiros. Foi uma pesquisa modelar, no método, na orientação, nos resultados. Se Varnhagen foi o maior pesquisador da historiografia brasileira no século XIX, Joaquim Caetano igualou-o na decisão e capacidade de esgotar as fontes de um só período. Varnhagen enriquece as fontes da história geral, Joaquim Caetano as fontes da história particular dos holandeses no Brasil e da questão de limites no Brasil. São os dois maiores pesquisadores que o Brasil produziu no século XIX.

Os “Documentos para a História do Brasil coligidos na Holanda pelo Encarregado de Negócios Joaquim Caetano da Silva”⁽¹⁰⁹⁾ compreendem fontes do Arquivo dos Estados Gerais, depositados no Algemeen Rijksarchief de Haia, de 1623 a 1655. As cópias eram

(107) *RIHGB*, v. 13, 1850, 421-512.

(108) Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone, Question brésilienne et française*. 1.^a ed., Paris 1861.

(109) Vide descrição no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, 1881, n.º 10.628.

acompanhadas de tradução francesa de autoria desconhecida, para facilidade da leitura dos estudiosos brasileiros.

Deste modo, nem Varnhagen nem Joaquim Caetano poderiam dirigir este trabalho, pois já serviam ao governo, no negócio diplomático; o primeiro pesquisando para sua obra e o segundo oficialmente para o governo.

Mas nunca um governo serviu tanto à historiografia como o de D. Pedro II. Se era necessário outro pesquisador, este seria nomeado.

12. *Nova Comissão de Gonçalves Dias*

Assim não deveria surpreender que ocorrendo o falecimento de João Francisco Lisboa, aos 26 de abril de 1863, o governo decidisse nomear de novo Antônio Gonçalves Dias. Deve-se notar o interesse e o estímulo do governo imperial a trabalhos desta natureza, antes de censurar o equívoco da escolha. Gonçalves Dias não parecia contra-indicado. Já exercera mandatos iguais e pleiteara junto a amigos poderosos. Nomeado a 5 de outubro de 1863, a 7 comunicava a Araújo Porto Alegre ter recebido a notícia de sua nova nomeação, que vinha restabelecer a antiga duplicidade de missões⁽¹¹⁰⁾. Gonçalves Dias se empenhara com seu grande amigo Guilherme Schuch Capanema, que gozava de grande influência junto ao Imperador. Aos 22 de julho de 1863 perguntava-lhe: “Em que ficou a Comissão de Lisboa? Se isso se arranjar (e convém-me por mil e uma razões) vê se ao mesmo tempo me mandam pagar na Europa os vencimentos como de costume”⁽¹¹¹⁾. E depois de nomeado considerava o Marquês de Olinda um grande homem porque o mandava por todos estes arquivos⁽¹¹²⁾.

Da primeira vez, ele dispunha, só na Biblioteca de Évora, copiando-lhe originais, de cinco amanuenses e sentia-se feliz de “abandonar Portugal e ir para a Europa”⁽¹¹³⁾. Os documentos seus e de João Francisco Lisboa haviam sido arquivados no Instituto Histórico⁽¹¹⁴⁾. De Paris, onde estava quando nomeado, Gonçalves Dias parte para Lisboa, a fim de assumir o encargo e daí escreve agradecendo ao Marquês de Olinda e ao Visconde de Sapucaí⁽¹¹⁵⁾, que fora um dos seus padrinhos. O tom da carta a este último revela

(110) Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-5, 1, 7.

(111) Carta a G. S. Capanema. Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 1, 12.

(112) Carta de Paris a G. S. Capanema, de 22 de outubro de 1863. Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 1, 12.

(113) Carta de 13 de set. de 1866, a G. S. Capanema. Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 1, 12.

(114) *Relatório do Ministro do Império*, 1857, 72.

(115) Foi Presidente do Instituto Histórico de 1847 a 1875.

que a comissão lhe permitiu concluir alguns estudos que tinha em vista e só acessoriamente ele pretendia servir ao objetivo principal: pesquisar para que outros pudessem amanhã servir-se da documentação colhida. "No entanto como de modo algum devo pôr de parte essa comissão que me confia o Governo de S. M. tenciono escrever *se me restar tempo* ao Sr. Noberto (então secretário do Instituto Histórico), pedindo-lhe que confrontando o catálogo que eu tive a honra de remeter a S. M. o Imperador com o que existe no Arquivo Público dos Manuscritos por mim remetidos me informe do que falta em ordem a preenchermos essas lacunas. Algumas sei eu que existem" (116).

Não há maior simplicidade e ingenuidade em matéria de pesquisa histórica. Algumas lacunas que ele sabia existirem seriam preenchidas logo que se fizesse o confronto dos dois catálogos, o do Instituto e o do Arquivo, sem referência aos de Portugal. O pouco tempo que lhe sobrasse dos seus trabalhos particulares seria dedicado à comissão, e como método bastava que do Rio de Janeiro lhe dissessem o que faltava copiar. Daí só lhe podiam dizer o que possuíam, enviando-lhe os dois catálogos que serviriam para evitar as duplicatas. Mas perguntar ao Rio de Janeiro o que faltava, quando Portugal era um mar de documentação nova e original, era a prova do mais absoluto desconhecimento do que fazer. E o que ele fez de 1863 a 1864 pouco se sabe (117). O fato é que José Bonifácio dispensa os seus serviços e extingue a comissão que, bem dirigida, poderia ter sido de enormes proveitos à historiografia brasileira.

Ainda assim, apesar dos erros e deficiências de Gonçalves Dias, nas suas duas comissões, e de João Francisco Lisboa, os resultados práticos vêem-se na lista dos documentos acima referida (118).

Em 1861, o Imperador recebia várias cópias de documentos enviados da Áustria (119), e em 1864 J. Franklin Massena realizou pesquisas nos Arquivos da Companhia de Jesus, em Roma, copiando vários documentos que ofertou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No seu pequeno relatório (120), Massena chamava a atenção do Instituto para estes arquivos, onde existiam várias preciosidades históricas, especialmente relativas às atividades da Companhia

(116) Minuta da carta de 22 de outubro de 1863 ao Visconde de Sapucaí. Mss. da Biblioteca Nacional, I-5, 3, 44.

(117) Os Relatórios do Império de 1863 a 1864 não se referem aos trabalhos e à demissão.

(118) Infelizmente, não há catálogo completo organizado pelo Instituto Histórico.

(119) Cf. "Memorandum do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 8 de agosto de 1861 sobre Documentos remetidos à Biblioteca particular de S.M. o Imperador pelo representante do Governo Austríaco, no último Congresso de Estatística em Londres". Mss. da Biblioteca Nacional, I-36, 11, 118. Foram oferecidos pelo Barão Charles Czoerniy.

(120) Mss. da Biblioteca Nacional, I-33, 1, 4.

de Jesus no Brasil. Era a primeira vez que se exploravam estas fontes, base da nova reconstrução histórica do Padre Serafim Leite. A época revolucionária por que passava a Itália obrigou os padres a ocultarem seus arquivos e por isso Massena não encontrara tudo que desejava. Mas, ainda assim, ele ofereceu vários documentos sobre Anchieta, num total de 30 volumes⁽¹²¹⁾.

13. *A Coleção Visconde do Rio Branco*

Aos 24 de agosto de 1869, o Visconde do Rio Branco escrevia ao Conde d'Eu que lhe constara ter caído em poder das tropas brasileiras parte do arquivo do Estado do Paraguai, sendo muito provável nela se acham documentos de grande importância para os aliados e, sobretudo, para o Governo Imperial. O Visconde, convencido da importância do documentário, rogava que os arquivos lhe fossem enviados, para serem por ele examinados.

Em 31 de agosto de 1869, o comandante-em-chefe das forças brasileiras na guerra do Paraguai, Conde d'Eu, escrevia ao Ministro do Brasil em Missão Especial no Rio da Prata, Visconde do Rio Branco, que mandava pelo major João de Oliveira e Melo apresentar-lhe parte do Arquivo do Governo do Marechal Francisco Solano López, encontrado na povoação de Peribebiu, a fim de que o Visconde lhe desse o destino que julgasse conveniente, e que o restante do mesmo arquivo que se achava recolhido à Pagadoria Militar lhe seria entregue pelo respectivo chefe, tenente-coronel Joaquim Antônio Vasques.

Aos 3 de setembro do mesmo ano, o Visconde acusava o recebimento do ofício do Conde d'Eu e dos arquivos, e dizia haver dado um ofício ao Major J. de Oliveira e Melo para que este pedisse ao Comandante de Paacupê os papéis de Estado que soubera ali existirem. Recolhido pelo Visconde, que deixou em várias peças a marca do seu cuidadoso exame, acrescido e valorizado de muitos novos papéis provenientes de vários lugares e ocasiões, de notas do próprio punho do Visconde, e enriquecido de comentários do Barão do Rio Branco, que nela deve ter-se baseado grandemente para as suas anotações à obra de Schneider, a coleção adquiriu, com o tempo, um valor inestimável como a principal fonte primordial para o estudo dos negócios das Repúblicas do Rio da Prata, da Guerra do Paraguai e para a história diplomática dos aliados e do Paraguai, especialmente entre 1850 e 1870. E isso sem contar os documentos para a história primitiva e independente do Paraguai até 1870, sobre Ar-

(121) O pesquisador afirma a autenticidade dos manuscritos baseado nas declarações do Notário Apostólico de 1730 e de Andreoni, que copiara várias canções.

tigas, Rosas, Farrapos, questões de limites, lutas diplomáticas, informações econômicas e sociais, e sobre figuras preeminentes do Império.

A coleção, contendo 49.313 documentos, foi recebida pela Biblioteca Nacional, como depositária, por determinação do Ministro do Império Barão Homem de Melo, em 1881, ao falecer o Visconde do Rio Branco. O Barão do Rio Branco solicitara ao Ministério que a coleção fosse recolhida a uma instituição cultural, e em lugar do Arquivo Nacional, foi escolhida a Biblioteca Nacional. Várias tentativas foram feitas para sua completa catalogação, sem resultado, até que em 1948, por iniciativa do autor deste trabalho, então Chefe da Seção de Pesquisa do Instituto Rio Branco, foi sugerido ao Diretor do mesmo Instituto, Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, como parte de um plano de pesquisa dos documentos da história diplomática brasileira, a elaboração do *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco* (122).

14. João Ribeiro de Almeida

João Ribeiro de Almeida, médico do Exército Imperial e cronista conhecido da Balaiada (123), teve, ao acompanhar o Conde d'Eu ao Paraguai, a deliberada intenção de colher o que pudesse esclarecer os costumes, a terra e a gente paraguaia, e os motivos da luta. Mas ele próprio declara, ao entregar ao Instituto Histórico os pequenos resultados do seu trabalho, que teve no Visconde do Rio Branco um concorrente muito poderoso. Realmente, sua colheita limitou-se a 22 documentos, descritos em artigo intitulado "Breves Considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguai" (124).

15. Ramiz Galvão

Só em 1873 é que se renova a investigação brasileira no estrangeiro, com a ida à Europa de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, o grande bibliotecário da Biblioteca Nacional, o maior e melhor organizador da bibliografia brasileira. Comissionado pelo governo imperial para estudar a organização das bibliotecas européias, Ramiz

(122) Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1950, 2 vols. Publicado sob a direção de José Honório Rodrigues. O historiador Efraim Cardozo, em artigo "La Llamada Colección Rio Branco" (*La Tribuna*, Assunção, 26 de fevereiro de 1967), escreveu ser este arquivo do Estado do Paraguai, devendo, como tal, ser devolvido ao mesmo.

(123) *Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*. Maranhão, 1898-1906, 3 vols.

(124) *RIHGB*, t. xxxiii, 2.^a parte, 186-205.

Galvão visita as bibliotecas de Berlim, Zurique, Florença, Milão, Roma, Paris, Lisboa e o Museu Britânico. Seu relatório, que é uma peça de extrema importância para a história da Biblioteca Nacional, pois dele parte a reforma da casa e seu grande desenvolvimento até administração de Manuel Cícero Peregrino da Silva — apresentado ao Ministro do Império em 1874⁽¹²⁵⁾ —, é a prova de sua vontade de acertar e do seu mais ardente zelo pela causa pública. Ramiz Galvão eliminou deste Relatório toda a parte relativa aos documentos sobre o Brasil encontrados nas Bibliotecas européias e em ofício de 30 de maio de 1874, dirigido ao Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, expôs o que vira neste particular. Ele fora incumbido também de investigar nos Arquivos e Bibliotecas européias que manuscritos havia relativos ao Brasil, cuja cópia pudesse interessar ao Arquivo Público da Corte.

Quando o Aviso que lhe determinava esta segunda missão lhe chegou às mãos, já havia passado pela Áustria, Alemanha, Itália e Inglaterra. Deste modo, a relação apresentada não era tão minuciosa quanto o poderia ser, em face de sua capacidade de trabalho, seu preparo, competência e zelo. Ainda assim registra fontes da Biblioteca Nacional de Paris, da Biblioteca Real de Munique, da Biblioteca Ambrosiana de Milão e especialmente da Biblioteca e do Arquivo Real de Haia. Aqui encontrou a nova e extensa documentação da Câmara Zeelandesa confiada ao Arquivo Real em 1856, depois das cópias de Joaquim Caetano. Deste modo, numa viagem empreendida a princípio sem fito de exame e colheita de documentos, descobre-se um material novo tão vasto quanto o trazido por Joaquim Caetano.

Ramiz Galvão não pôde copiar ou mandar copiar estas fontes, mas revelou sua existência aos eruditos brasileiros e foi pelo conhecimento do ofício de Ramiz Galvão que José Higinio Duarte Pereira planejou sua investigação em Haia⁽¹²⁶⁾. Toda a documentação nova colhida e oferecida ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano por José Higinio, como as “Brievens en Papieren”, as “Notulen”, os “Criminele Papieren” foi encontrada para o Brasil por Ramiz Galvão, o mestre organizador do maior instrumento bibliográfico brasileiro, o “Catálogo da Exposição de História do Brasil” de 1881.

Aliás, foi na Europa que Ramiz Galvão sentiu a profunda deficiência das bibliotecas brasileiras, destituídas de simples catálogos. A organização e publicação de catálogos de manuscritos e livros da Biblioteca Nacional data desse período. No Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional em 1874⁽¹²⁷⁾ lamenta a

(125) *Relatório do Ministério do Império*, Rio de Janeiro, 1875, Anexo D.

(126) José Higinio Duarte Pereira. “Relatório sobre as pesquisas realizadas na Holanda”, *RIHGB*, n.º 30, 1886, 11-12.

(127) *Relatório do Ministério do Império*, Rio de Janeiro, 1875, Anexo D.

falta de catálogos, discute os processos de organização, nomeia dirigentes e auxiliares e afirma que o catálogo de biblioteca é antes de tudo um instrumento de pesquisa. Daí a publicação dos *Anais* e a descrição de suas coleções de cimélios, do Catálogo da Coleção Barbosa Machado, e de vários outros catálogos⁽¹²⁸⁾.

A missão Ramiz Galvão presta ao Brasil vários e importantes serviços: a reforma da biblioteca, a descoberta de novos documentos e a publicação dos melhores instrumentos de pesquisa, bibliografias e catálogos⁽¹²⁹⁾.

16. Antônio Henriques Leal

Depois de publicar alguns trabalhos históricos e de dirigir a edição das obras de João Francisco Lisboa, Antônio Henriques Leal foi a Portugal, onde realizou, por iniciativa pessoal, várias investigações. Em 1875, comunicara ao secretário do Instituto Histórico os resultados parciais de suas pesquisas, enviando uma relação de manuscritos existentes em várias instituições, e oferecendo-se para dirigir as cópias, desde que o Instituto pagasse o copista. Oferecia, ainda, ao Instituto o manuscrito da História da Guerra da Catalunha, de Francisco Manuel de Melo, adquirido em Madri (editado desde 1645).

O secretário do Instituto, cônego J. C. Fernandes Pinheiro, não respondeu à carta e não publicou a relação⁽¹³⁰⁾, o que levou Antônio Henriques Leal a enviar nova relação em 1877⁽¹³¹⁾. Nesta localizam-se os documentos na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca da Academia Real das Ciências e na Torre do Tombo, sem contar os manuscritos existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, já apontados no 2.º tomo dos *Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil*⁽¹³²⁾.

(128) "Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional", *Anais*, vol. 4, 1877-1878; vol. 5, 1878-1879; vols. 10, 15 e 18; "Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios", *Anais*, vol. 11; "Catálogo dos retratos", *Anais*, vol. 16, fasc. 1, e vol. 16, fasc. 2, vols. 17, 18, 20, 21 e 26; "Catálogo das Bíblias", *Anais*, vol. 17; "Catálogo da Coleção Barbosa Machado", *Anais*, vol. 1, fasc. 1 e 2, e vol. 2, fasc. 1, vol. 3, fasc. 1 e 2, e vol. 8; "Catálogo da Coleção Camoniana", *Anais*, vol. 1, fasc. 1 e 2, vol. 2, fasc. 1 e 2, vol. 3, fasc. 1.

(129) Vide Edson Nery da Fonseca, *Ramiz Galvão. Bibliotecário e Bibliógrafo*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1963.

(130) No seu relatório de 1875 (*RIHGB*, t. xxxiii, 2.ª parte, 397 e 453), registra o secretário apenas o recebimento do 2.º e 3.º volumes do *Pantheon Maranhense* e do 2.º vol. dos *Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil*, de Antônio Henriques Leal.

(131) *RIHGB*, t. xl, 2.ª parte, 412-413 (carta), e 413-416 (relação).

(132) Primeiro publicado na *RIHGB*, t. xxxiv, 2.ª parte, 1871, 47-195, e t. xxxvi, 2.ª parte, 1873, 65-201, e depois no Maranhão, 1874, 2 tomos em um vol.

17. Alfredo do Vale Cabral

Alfredo do Vale Cabral foi um homem modesto, simples, cujos trabalhos nunca interessaram ao grande público. Ele quis ser e foi um grande erudito, conhecedor de antiguidades, e um grande bibliógrafo, editor crítico e pesquisador exemplar. Admitido na Biblioteca Nacional em 1874, na época da grande administração de Ramiz Galvão, coube-lhe organizar a seção de Manuscritos, e dar início ao seu catálogo⁽¹³³⁾. Chefe da seção desde 1882, ele é a alma de todas as pesquisas que nela se realizam.

Como bibliógrafo, devem-se-lhe os *Anais da Imprensa Nacional*⁽¹³⁴⁾, história da tipografia nacional e descrição bibliográfica das obras publicadas entre 1808 e 1822; deve-se-lhe sobretudo o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*⁽¹³⁵⁾, a maior exposição e bibliografia de história do Brasil já realizadas, que tiveram nele o seu maior colaborador.

Publicou ainda neste campo, afora pequenos estudos bibliográficos⁽¹³⁶⁾, a *Bibliografia Camoneana*⁽¹³⁷⁾, a *Bibliografia da Língua Tupi ou Guarani, também chamada Geral do Brasil*⁽¹³⁸⁾, a *Vida e os Escritos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*⁽¹³⁹⁾.

Como editor crítico de textos, Vale Cabral preparou a edição das *Obras Poéticas de Gregório de Matos*⁽¹⁴⁰⁾, das *Cartas do Brasil do Padre Manuel da Nóbrega*⁽¹⁴¹⁾, e das *Cartas Avulsas*⁽¹⁴²⁾.

Como pesquisador, ele se revelara não só em todos esses trabalhos, como também na colheita epigráfica que realizou na Bahia, em 1887, de cerca de mil inscrições⁽¹⁴³⁾, e na descoberta dos 17 volumes dos documentos históricos da Tesouraria do Governo da

(133) "Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional", *ABN*, 1877-1878, vol. iv, Rio de Janeiro, 1878. Os vols. v (1878), x (1883) e xv (1892) foram realizados sob sua direção. A obra continuou depois de sua morte com mais 2 vols. (xviii, 1896, e xxiii, 1899). Daí em diante a publicação de catálogos de manuscritos só foi retomada em 1950, com o *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*, sob a direção de José Honório Rodrigues, então Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, além de Diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Coube a Vale Cabral, ainda, preparar, no *Catálogo da Exposição Permanente dos Cimélios da Biblioteca Nacional*, a parte relativa aos manuscritos preciosos (457-552).

(134) Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.

(135) *ABN*, vol. ix, 1.612 págs., e Suplemento, Rio de Janeiro, 1883, págs. 1615-1758, mais os Índices.

(136) Vide Bibliografia de Vale Cabral in *ABN*, vol. 73, 1954.

(137) Rio de Janeiro, 1880.

(138) Rio de Janeiro, 1880.

(139) Rio de Janeiro, 1881.

(140) Rio de Janeiro, 1881.

(141) Rio de Janeiro, 1886.

(142) Rio de Janeiro, 1887.

(143) Ver *ABN*, vol. 73 cit.

Bahia, um conjunto precioso de cópias executadas em 1800, relativas a todo o período colonial, mais tarde publicados nos *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁽¹⁴⁴⁾, e aproveitados por Capistrano de Abreu nas anotações à *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Suas pesquisas no campo do folclore, recolhendo jogos infantis, provérbios, cantigas, adágios e adivinhações correntes na Bahia completam sua carreira de erudito, bibliógrafo, pesquisador, folclorista, crítico de textos, paleógrafo. Apesar de sua modéstia, ele foi um dos mais seguros e competentes mestres das ciências auxiliares da história e um pesquisador que realizou muito, nos seus 43 anos de vida⁽¹⁴⁵⁾.

18. Barão Homem de Melo

Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Barão Homem de Melo, que exerceu várias funções públicas de relevo durante o Império, quando Presidente da Província de São Paulo (1864), desenvolveu os serviços de viação férrea, e em 1877, como presidente da Companhia de Estrada de Ferro de São Paulo e Rio de Janeiro (1873-1878) terminou as obras da ligação férrea Rio-São Paulo, publicando os documentos da sua história⁽¹⁴⁶⁾. Neste mesmo ano publicava os "Documentos relativos à história da Capitania, depois Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, compilados e copiados na Secretaria do Governo em Porto Alegre, de ordem do Conselheiro Barão Homem de Melo"⁽¹⁴⁷⁾, que presidira a Província (1867-1868). Reuniu também todos os documentos relativos à ereção do monumento ao Ipiranga (julho-dez. 1877)⁽¹⁴⁸⁾.

Sua iniciativa mais importante foi a de propor, na sessão de 3 de agosto de 1860, a nomeação de uma comissão encarregada de dar as bases sobre as quais se devia confeccionar uma coleção autêntica dos documentos da história do Brasil. Feito o trabalho preliminar, a Comissão indicaria todos os documentos que deviam entrar na coleção e, com o auxílio do Estado, o Instituto imprimiria uma "Coleção autêntica dos documentos da história do Brasil"⁽¹⁴⁹⁾. Como a matéria não teve andamento, Homem de Melo voltou ao assunto, publicando a memória justificativa que acompanhava a proposta⁽¹⁵⁰⁾.

(144) Vols. XI a XXIX, LIV a LX e LXXIX a LXXXIV.

(145) Vide José Honório Rodrigues, "Vale Cabral", *O Jornal*, 9 de outubro de 1952, e "Alfredo do Vale Cabral, 1851-1894", in *ABN*, vol. 73, 9-38, também publicado em separata e em inglês na *RIB*, vol. VIII, n.º 1, jan.-março de 1958, 1-30.

(146) *RIHGSP*, vol. VI, 1900-1901, 12-16.

(147) *RIHGB*, t. XL, parte 1, 1877, 191-302.

(148) *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1950, 2 vols., documento n.º 5.401.

(149) *RIHGB*, t. XXIII, 1860, 634-635.

(150) *RIHGB*, t. LXIV, parte 2, 1901, 149-151.

Reconhecendo a necessidade de uma história completa do país — a obra de Varnhagen já fora publicada (1854-1857) —, de um corpo sistemático de documentos, que deveria preceder a todos os demais trabalhos, pois as fontes estavam esparsas, lembrando o exemplo das coleções iniciadas e concluídas na Europa, Homem de Melo reconhecia ser uma empresa difícil que absorveria os esforços de várias gerações. Que se desse o primeiro passo, era o seu conselho, infelizmente só em parte ouvido neste século, quando se iniciaram em São Paulo e depois no Rio de Janeiro as coleções dos documentos do Arquivo de São Paulo e os *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional.

19. *Medeiros e Albuquerque*

Missão sem grandes resultados e realizada ao acaso das circunstâncias foi a de que se incumbiu Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, diretor da Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores e presidente da Comissão Central Brasileira de Permutações Internacionais.

Medeiros e Albuquerque obtivera uma licença de seis meses⁽¹⁵¹⁾ e oferecera seus serviços, na viagem que decidira empreender à Europa, em alguma comissão não remunerada. O Barão Homem de Melo, Ministro do Império e Negócios Interiores, incumbiu-o de proceder, no Real Arquivo da Torre do Tombo, a pesquisas quer sobre a criação de dioceses, prelazias, paróquias e curatos no Brasil, e sua divisão, união e incorporação ou extinção, quer sobre a divisão do território do Brasil com referência às diferentes ordens religiosas que se estabeleceram aqui, e de examinar nos Museus de Lisboa, Coimbra e Porto os espécimes de produtos minerais descobertos no Brasil, procurando saber com a possível individuação os lugares e as datas dos descobrimentos e obter quaisquer outras informações que se lhes referissem.

Medeiros e Albuquerque partiu para a Europa em 15 de agosto de 1880. Examinou, no Arquivo da Torre do Tombo, todos os livros, diplomas, cartas e mais documentos que poderiam interessar à primeira parte de sua comissão, conforme determinara o Ministro Manuel Pinto de Sousa Dantas⁽¹⁵²⁾. Passou seis meses na Europa e os resultados de suas investigações, apesar dos louvores oficiais que aparecem no Relatório do Ministério, não são tão positivos como se pode ver pelo elenco cronológico das bulas e outros documentos semelhantes⁽¹⁵³⁾. O Elenco registra desde a Bula de 14 de março de 1319 até a de 4 de outubro de 1822, com uma pequena nota de conteúdo, e as in-

(151) Portaria de 22 de março de 1880.

(152) Cf. *Relatório do Ministério do Império*, Rio de Janeiro, 1880, p. 68, e *id.*, Rio de Janeiro, 1882, 176.

(153) *RIHGB*, t. 62, 2.^a parte, 158-180.

dicações topográficas do Arquivo da Torre do Tombo. É assinado de Lisboa, em 4 de outubro de 1880 e foi remetido ao Ministro, com um cartão explicativo sobre seu trabalho aos 13 de outubro. Lembra alguns documentos já publicados, aponta outros importantes, como as Bulas de criação do Bispado do Peru, e acentua que há muitas lacunas na série de prelados nomeados e confirmados para diversas dioceses do Império. Não havia documento algum de 1602 a 1670⁽¹⁵⁴⁾. Trata-se, assim, de uma comissão sem importância e sem significação, referida apenas para efeito de registro.

20. José Higinio Duarte Pereira

Empreendimento de grande e extraordinária significação para o estudo de certo período de nossa história foi amparado pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e pela Assembléia Provincial de Pernambuco, com a viagem de José Higinio Duarte Pereira à Holanda.

José Higinio partiu para a Holanda nos princípios de 1885 e em Haia permaneceu até princípios de 1886. Sua investigação concentrou-se no Arquivo Real de Haia, onde pôde examinar e fazer copiar todo o Arquivo da Câmara da Zelândia, que só dera entrada no Arquivo Real depois de 1856, posteriormente às pesquisas de Joaquim Caetano da Silva. Sua atenção sobre a importância destas fontes fora despertada pelo Relatório e a Lista apresentados ao Ministro do Império em 1874 pelo Barão de Ramiz Galvão. Os documentos de extraordinário valor histórico foram completamente desconhecidos por Joaquim Caetano, Netscher e Varnhagen. O Arquivo Real de Haia, depois da aquisição da coleção zeelandesa, passou a possuir dez vezes mais documentos sobre o Brasil do que possuía de 1850 a 1856, quando Joaquim Caetano e Netscher realizaram suas investigações.

A pesquisa de José Higinio teve realmente um resultado extraordinário. É depois de Varnhagen e Joaquim Caetano o maior investigador de nossa historiografia. A coleção trazida em cópias por José Higinio compunha-se dos seguintes volumes: 1) *Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilie, 1635-1654*, 12 vols.; *Secreten Notulen, 1642-1654*, 1 vol.; 2) *Brieven uit Brazilie, 1630-1653*, 15 vols.; 3) *Extracten uit het Missiven uyt der Vergaderinge der XIX*, 2 vols.; 4) *Vonnesjen, 1654*, 1 vol.; 6) *Relações diversas*, 1 vol. José Higinio examinou também o Arquivo dos Tribunais da Holanda, donde extraiu cópias de vários processos relativos ao domínio holandês. Estas peças formam os *Criminele Papieren* (1 vol.).

Do Arquivo dos Estados Gerais, investigado por Joaquim Caetano, mandou José Higinio copiar alguns documentos que, pela sua

(154) *RIHGB*, t. 64, 2.^a parte, p. 217-220.

importância, deviam fazer parte do seu pecúlio de cópias. Estão neste caso as Cartas de João Maurício de Nassau, em coleção mais completa do que a trazida por Joaquim Caetano. José Higinio fez também extrair várias leis e regimentos da Coleção impressa de leis chamada *Placaet Boek*. Visitou o Arquivo particular do Rei da Holanda (Het Huis Archief), onde examinou e fez copiar documentos que pertenceram ao Conde Maurício de Nassau e copiou vários mapas manuscritos e inéditos do Real Arquivo. Para facilitar o trabalho dos estudiosos, José Higinio adquiriu uma excelente coleção de opúsculos da época e traduziu vários papéis e relatórios, publicando-os na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e em outras revistas históricas brasileiras⁽¹⁵⁵⁾. Finalmente, organizou uma galeria de retratos de holandeses que militaram na campanha. Deste modo, a pesquisa de José Higinio não se limitou à cópia exaustiva de uma espécie de fonte inédita. Ele reuniu folhetos e retratos, examinou vários arquivos e traduziu documentos e livros. Foi um serviço extraordinário que infelizmente ainda não produziu todos os seus resultados, seja pela falta de um catálogo moderno das peças trazidas em cópias, seja pela tradução de todas as fontes para uso dos estudiosos brasileiros.

Antes de sua chegada a Haia, de passagem por Londres, José Higinio realizou valiosa investigação no Museu Britânico, fazendo copiar vários manuscritos relativos ao Brasil. O seu Relatório lido na sessão especial de 9 de maio de 1885 relata fielmente o valor do seu esforço, a capacidade de trabalho, o zelo e a competência com que se dedicou à obra que lhe confiou o Instituto Arqueológico com o auxílio da Assembléia Provincial⁽¹⁵⁶⁾.

José Higinio era o homem indicado para uma tarefa desta natureza. Sabia pesquisar, tinha informação bibliográfica, conhecia as coleções de manuscritos já trazidas ao Brasil e era capaz de ler o holandês. É de lamentar-se que o governo imperial, tão generoso para com esta espécie de trabalhos, tivesse dificultado a execução final da tarefa com a suspensão dos vencimentos de José Higinio⁽¹⁵⁷⁾.

21. F. A. Pereira da Costa

A iniciativa promovida pelo governo com a missão de Gonçalves Dias em 1851, nos arquivos provinciais, teve repercussão nos Estados e em 1892 o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano incumbiu Francisco Augusto Pereira da Costa, um dos mais pacientes investigadores do nosso passado e um dos mais autorizados cronistas

(155) A bibliografia dos seus trabalhos pode ser encontrada em José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, e *Índice Anotado da RIAHGP*, Recife, 1961.

(156) *RIAGHP*, n.º 30, 1886.

(157) Cf. Relatório, *ob. cit.*, 104-108.

de Pernambuco, de examinar os arquivos públicos de Olinda e escolher os documentos mais interessantes à história⁽¹⁵⁸⁾. Pereira da Costa começou o trabalho pelo Arquivo do Conselho Municipal e o da Câmara Episcopal e depois pelos do Cabido da Catedral e do Seminário Episcopal. O da Municipalidade, pelo inventário que encontrou, devia ter sido em outro tempo riquíssimo repositório de documentos históricos, "porquanto os nossos antepassados que dirigiam o velho Senado da Câmara de Olinda não se limitavam somente a arquivar e registrar o que dizia respeito aos trabalhos do mesmo Senado, mas sim todas as ordens régias, leis, decisões importantes e até mesmo os fatos mais notáveis da capitania". De tudo isso pouco restava, sendo de lamentar a falta de grande parte dos livros de atas dos diversos anos, entre eles o de 1710, em que vinha consignado o Congresso de 10 de novembro, em cuja reunião Vieira de Melo proclamara o movimento revolucionário.

O da Câmara Episcopal estava ainda em piores condições, não tendo sido encontrados os livros de registro de pastorais dos bispos diocesanos, de Bulas e atos da Santa Sé, criação de freguesias, correspondência de prelados e originais recebidos. Avultava apenas grande cópia de autos de *genere*, dispensas matrimoniais, etc. Não encontrou também os autos de ereção de igrejas e capelas do Recife, Olinda e outras localidades. No do Cabido da Catedral nada conseguiu, a não ser três livros de registros. Pereira da Costa encontrou ainda livros de receita e despesa da Catedral, que declara sem importância histórica. Felizmente estão salvos pois hoje é reconhecido o seu imenso valor para a história econômica, especialmente de preços e para a história artística⁽¹⁵⁹⁾.

O Arquivo da Sé, afirma Pereira da Costa, era um bom repositório, segundo as informações de Borges da Fonseca e Jaboatão, mas grande cópia de peças perdeu-se e o extravio do que restava deve ser atribuído ao Dr. Francisco Manuel Raposo de Almeida, sobre quem já tivemos oportunidade de falar, o qual se obtivera com o propósito de escrever a história eclesiástica de Pernambuco e se retirara para São Paulo com os documentos da Secretaria do Governo. O Presidente da Província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por instâncias de Pereira da Costa, oficiara ao de São Paulo, pedindo-lhe a remessa dos documentos, sem nada conseguir. No Seminário Episcopal só encontrou seis dúzias de livros de ponto de professoras e de receita e despesa do estabelecimento. Pereira da Costa fez ainda indagações sobre objetos de arte e antiguidades e colheu várias inscrições⁽¹⁶⁰⁾.

(158) Cf. José Honório Rodrigues. *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano*. Recife, 1961.

(159) Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, 2.^a ed., 1957.

(160) "Relatório com que o Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa dá conta da sua incumbência de examinar os arquivos públicos de Olinda e escolher documentos mais interessantes à história". *RIAHGP*, n.º 43, 1893, p. 21-100.

22. *Oliveira Lima e seu trabalho no Museu Britânico*

Não é possível, neste trabalho, como já acentuamos, registrar os esforços pessoais feitos sem finalidade pública. O simples exame deste ou daquele arquivo, a própria cópia deste ou daquele documento, para utilização em obra própria, não pode nem cabe ser aqui registrada. Oliveira Lima, por exemplo, foi um dos maiores pesquisadores de nossa historiografia e seu esforço documental só é igualado ou ultrapassado por um Varnhagen, um Joaquim Caetano, um Rio Branco ou um Capistrano de Abreu. Mas não é pela pesquisa realizada em vários arquivos europeus e americanos e pela busca de fontes inéditas para a elaboração dos seus magníficos trabalhos que o seu nome deve ser inscrito aqui. Afora a colheita de documentos, pelo processo então usual e único, que era a cópia manuscrita, interessa-nos registrar a iniciativa de organização de instrumentos de trabalho de investigação histórica. Neste caso, sua "Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres" ⁽¹⁶¹⁾ é um precioso guia para o conhecimento das fontes inglesas de nossa história.

Todos quantos estudam a história do Brasil sabem da importância e riqueza do Museu Britânico para o estudo do nosso passado. Quando Oliveira Lima iniciou o seu trabalho já haviam sido publicados os catálogos de F. F. de la Figanière e Francisco Adolfo de Varnhagen, o primeiro muito mais completo e mais dedicado a Portugal, e o segundo com a simples enumeração dos códices adquiridos pelo Museu Britânico no leilão da Livraria de Lorde Stuart de Rothesay em 1855. Foi Eduardo Prado quem teve a idéia de aumentar, corrigir e pôr em dia no tocante ao Brasil o livro clássico de Figanière. Não podendo continuar o trabalho, fez presente a Oliveira Lima de suas notas e lhe sugeriu que empreendesse a sua definitiva execução. Oliveira Lima aproveitou sua estada na Legação de Londres para terminar a Relação publicada. Trata-se de um elenco utilíssimo, onde, ao lado do registro da peça, se dá, também, uma pequena notícia do conteúdo. Oliveira Lima não alimentava "a pretensão de que o Museu Britânico ficasse desta feita absolutamente devassado para os estudiosos de história do Brasil", mas adiantava, com bons fundamentos, que a Relação fornecia dados incomparavelmente mais completos que as duas anteriores, além de

O Relatório é acompanhado de uma "Lista dos Documentos do Conselho Municipal" (anexo 1, 25-33), da "Relação da prata pertencente ao Colégio dos Extintos Jesuítas desta vila de Santo Antônio do Recife" (*id. id.*, 45-49) e da reprodução de várias peças.

(161) *RIHGB*, t. 65, 2.^a parte, 1903, 1-139.

pôr o leitor ao corrente das recentes aquisições do grande repositório literário britânico.

O fato é que aquela "Relação" representava um enorme serviço para a pesquisa histórica brasileira. Ela indicava as fontes primordiais existentes no Museu Britânico e punha-as, assim, ao alcance de todos. Entretanto, os documentos revelados pouco foram aproveitados pelos estudiosos brasileiros, ou porque não foram providenciadas as cópias, ou porque a dificuldade e carestia de uma viagem à Inglaterra impedia o exame pessoal. Hoje, quando é possível, pela microfilmagem, reproduzir mais fácil e fielmente os documentos contidos na "Relação" de Oliveira Lima, já essa lista está superada, ou por lacunas e deficiências agora descobertas, ou pelas novas e grandes aquisições feitas nestes últimos cinquenta anos⁽¹⁶²⁾.

Oliveira Lima foi um dos poucos brasileiros perfeitamente adestrados para tarefas deste caráter. Sua formação, seu preparo, sua disciplina, seus métodos relembram Varnhagen. Nas duas primeiras décadas do século 20, Oliveira Lima forma com Rio Branco e Capistrano de Abreu a trindade mais bem preparada da historiografia brasileira. Sua história é baseada em fontes legítimas e fiéis, buscadas nos arquivos nacionais ou estrangeiros e, portanto, é sempre uma contribuição decisiva e importante.

Naturalmente, as pesquisas de Oliveira Lima não se limitaram a Londres. Por toda parte, para onde o destino diplomático o enviava, ele rebuscava velhos papéis, na faina de revelar o passado brasileiro. Por toda parte procurou as fontes para escrever história com autoridade e suas obras revelam o esforço destes exames, a novidade da contribuição, afora as suas superiores qualidades de escritor. Deste modo, tal como a Varnhagen e a Rio Branco, a carreira diplomática ofereceu a Oliveira Lima oportunidade para preciosas indagações arquivais. Seus livros são todos baseados em fontes inéditas e trazem especialmente para a história do Brasil-Reino e da nossa Independência um extraordinário volume de novas descobertas e novos fatos. É uma investigação ampla, universal, das fontes de uma fase de nossa história.

Afora a "Relação", Oliveira Lima publicou em Revistas várias fontes por ele descobertas. É o caso dos Documentos Inéditos existentes no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, referentes à Revolução de 1817⁽¹⁶³⁾.

Eduardo Prado não se limitara a sugerir a Oliveira Lima a elaboração daqueles magníficos instrumentos de pesquisa. Ele já expressara, em sessão do Instituto Histórico de São Paulo, aos 5 de março de 1901⁽¹⁶⁴⁾, o desejo de que se organizassem para os ar-

(162) Sobre isto, vide José Honório Rodrigues, *As fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1950.

(163) *RIAGHP*, vol. 12, 1907, 317-334.

(164) A proposta de Eduardo Prado foi muito bem recebida e o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo o encarregou de redigir uma representação nesse sentido ao governo do Estado. *RIHGSP*, vol. VI, 1900-1901, 604.

quivos e bibliotecas da Europa, particularmente de Portugal e Espanha, catálogos no genero daquele. Seria uma glória para o Brasil o ser o primeiro país da América a captar as fontes da sua história.

Oliveira Lima era um freqüentador assíduo de arquivos e bibliotecas, americanas e européias. Quando no Rio, mudara, segundo suas próprias palavras, o seu pouso na Secretaria do Exterior para a Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional⁽¹⁶⁵⁾.

23. *A Lição de Oliveira Lima*

Oliveira Lima conhecia como poucos as nossas necessidades e os nossos problemas historiográficos e também as soluções indicadas. Na importantíssima conferência sobre o papel do Instituto Histórico⁽¹⁶⁶⁾, pronunciada em 1913, ele dava à direção do Instituto as normas de uma orientação moderna, verdadeiramente dedicada a auxiliar o estudioso, fornecendo-lhe métodos, revelando documentos, incentivando pesquisas. “É preferível que na Revista sobrelevem os documentos aos ensaios”. Aconselhava que se arrecadassem arquivos particulares e lembrava que “em Portugal os arquivos públicos estão longe de se acharem esgotados. Pelo contrário, impõe-se como trabalho inicial um estudo paciente, seguido e minucioso dos papéis do Conselho Ultramarino, que tão de perto nos dizem respeito. Eles encerram a verdadeira história social e econômica do Brasil colonial, assim como as atas do nosso extinto Conselho de Estado contém a história política e diplomática do Império na sua trama íntima”.

Aconselhava a devassa nos arquivos particulares do Reino, “porque das famílias nobres de Portugal raras foram — se alguma houve — as que não tiveram parte pessoal no governo e, portanto, no desenvolvimento das capitâneas brasileiras”. Lembrava algumas famílias nobres, ligadas ao Brasil e cujos papéis deviam esclarecer a nossa história: Pombal, os vice-reis, Lavradio, Rezende, Vasconcelos e Sousa, o duque de Saldanha, que tomou parte nos acontecimentos do Rio Grande do Sul e da Cisplatina, por ocasião da proclamação da Independência, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Secretário da Junta Constitucional, organizada no Recife por Luís do Rego. “Não há quase casa fidalga em Portugal que não possua papéis brasileiros e semelhantes papéis cumpre conhecê-los e recolhê-los antes que se dispersem e se percam”.

Mas a riqueza documental não estava só em Portugal. Na Holanda, as pesquisas de Joaquim Caetano, José Hígino e Pedro Souto Maior não esgotaram a mina. Em Roma, os arquivos das congregações religiosas esperavam o descobrimento e a revelação para o

(165) Carta a Salvador de Mendonça, de 29 de junho de 1904. Mss. da Biblioteca Nacional, I-6, 4, 38.

(166) Oliveira Lima, “Atual papel do Instituto Histórico”, *RIHGB*, t. 76, parte 2.^a, 1913, 485-493.

mundo erudito. “O Brasil fora uma criação moral dos jesuítas e os franciscanos e carmelitas tiveram o seu papel no desbravamento dos sertões e na conquista do interior”. Era preciso surpreender nos repositórios eclesiásticos o caráter de nosso passado colonial; era preciso imitar o exemplo da Universidade de Califórnia, mantendo no exterior, permanentemente, copistas, no Arquivo Geral das Índias, a transcrever quanto se relacionasse com a história da conquista e ocupação espanhola da costa do Pacífico Setentrional.

Nos Arquivos ingleses, franceses, holandeses e suecos, o passado da União Americana era esmiuçado pelos universitários americanos nas suas origens diversas e divergentes. O verdadeiro papel do Instituto Histórico era, entre outros, “o de fomentar, dirigir e congregar as pesquisas pelos Arquivos da Europa de um pessoal habilitado e ilustrado por uma forma metódica e inteligente”.

Oliveira Lima não só nos ofereceu o excelente instrumento de pesquisa que foi a “Relação dos Manuscritos” do Museu Britânico e contribuiu, com os seus livros, para o conhecimento de uma massa enorme de novos fatos recolhidos de documentos inéditos, como propôs ao Instituto Histórico, que era, então, o único centro brasileiro de estudos históricos, um programa de atividades e um plano de pesquisas ainda hoje muito atuais.

Por volta de 1913, Vicente Ferrer de Barros Wanderley, cônsul do Brasil em Lisboa, andou fazendo algumas pesquisas nos arquivos portugueses e oferecendo ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano cópia de alguns documentos. Era uma contribuição insignificante, mas que, ainda assim, deve ser assinalada. Ele chamava atenção para os documentos do Conselho Ultramarino e de alguns arquivos particulares, entre os quais o mais importante era o do Conde de Sabugosa⁽¹⁶⁷⁾.

24. Norival de Freitas

Max Fleiuss, que durante tantos anos foi secretário do Instituto Histórico, decidiu indicar a este o Sr. Norival de Freitas, jovem de 24 anos, sem nenhum preparo especial, nem trabalhos que o recomendassem para uma tarefa de tanta responsabilidade, para investigar os arquivos e bibliotecas portuguesas a fim de extrair cópias de documentos valiosos para a nossa história. Por carta de 23 de fevereiro de 1907, ficou Norival de Freitas comissionado para o trabalho. Era uma pesquisa limitada a quatro meses e, assim, aos 31 de agosto apresentava ele o seu Relatório sobre as pesquisas realizadas e uma lista dos documentos encontrados. A investigação realizou-se no Arquivo da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Palácio da Ajuda, na Academia das Ciências de Lisboa, na Biblioteca Pública do Porto, na Biblioteca da Universidade de

(167) *RIHGB*, t. 76, 2.^a parte, 1913, p. 514.

Coimbra e na Biblioteca Pública de Évora. Pela extensão do serviço logo se pode calcular os malefícios de sua execução, embora à primeira vista o seu resultado possa parecer excelente⁽¹⁶⁸⁾.

O comissionado não tinha a menor noção desses trabalhos, desconhecia as fontes e a bibliografia de nossa história e sua importância, e não possuía, para evitar as duplicatas, senão o incompletíssimo Catálogo dos Manuscritos do Instituto Histórico. Deste modo não sabia o que já haviam colhido não só o Instituto como outras instituições brasileiras. Via-se obrigado a consultar o Secretário perpétuo e o bibliotecário, o grande historiador do Rio de Janeiro, Dr. José Vieira Fazenda. Não copiou os documentos do Conselho Ultramarino, porque Manuel Cícero, então diretor da Biblioteca Nacional, já tomara esta providência.

Aliás, o seu Relatório não deixa claro se as listas são dos documentos copiados ou dos existentes nos arquivos e bibliotecas sobre o Brasil. A primeira hipótese parece pouco plausível, já que seria muito trabalho para quatro meses, especialmente considerando que Norival de Freitas se via obrigado a consultar Max Fleiuss e Vieira Fazenda e as cópias manuscritas exigem tempo e paciência. A segunda mostraria sua incompetência, julgando possível fazer em tão pouco tempo listas de documentos existentes sobre o Brasil em vários arquivos portugueses que não dispunham de catálogos. Seriam sempre listas incompletas, "au vol d'oiseau", como ele se exprime. Fez copiar alguns documentos importantes, como o Processo do Padre Manuel de Moraes, o único publicado⁽¹⁶⁹⁾. Norival de Freitas não estava preparado para leituras paleográficas e confrontos textuais. Não houve, provavelmente, confronto do original com a cópia e muito menos castigo, como dizia Varnhagen⁽¹⁷⁰⁾. Apesar de tudo, Norival de Freitas, que nunca mais prestou nenhum serviço à historiografia ou ao Instituto Histórico, foi altamente louvado por sócios como Pedro Lessa e o Visconde de Ouro Preto. No parecer sobre sua admissão chegaram a compará-lo a Varnhagen⁽¹⁷¹⁾.

25. Manuel Cícero

Em 1907 seguia para a Europa e para os Estados Unidos, para estudar as organizações bibliotecárias e investigar documentos relativos ao Brasil, o operoso e competente Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, então Diretor da Biblioteca Nacional. Por Aviso de 4 de fevereiro, ele devia examinar com cuidado os catálogos de manus-

(168) Cf. Relatório apresentado, pelo comissionado do Instituto Histórico em Portugal, *RIHGB*, t. 70, parte 2.^a, 823-897, e "Depoimento Histórico", *RIHGB*, vol. 241, 1958, 216-220.

(169) *RIHGB*, t. 70, 1.^a parte, 1-165.

(170) As notas extraídas da Real Biblioteca da Ajuda encontram-se na Lata 112, Mss. 1.922 do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro.

(171) *RIHGB*, t. 71, parte 2.^a, 521-542.

critos das bibliotecas e arquivos, para extrair a relação daqueles que se referissem ao Brasil⁽¹⁷²⁾. O seu relatório sobre a viagem não é conhecido, mas sabe-se de um resultado muito positivo da mesma: a decisão de propor ao Ministro da Justiça a organização do inventário do Conselho Ultramarino por Eduardo de Castro e Almeida. Este inventário é, ainda hoje, um dos melhores instrumentos de pesquisa das fontes portuguesas de nossa história colonial. A 30 de junho de 1908 era assinado o contrato de que resultou o conhecimento de mais de 20.568 verbetes, divulgados pelos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Capistrano de Abreu assim se refere a este magnífico empreendimento: "Quando Manuel Cícero, diretor da Biblioteca Nacional, esteve em Lisboa, compreendeu que nada poderia conseguir sem Castro e Almeida. Com ele fechou contrato, aprovado pelo Ministério depois de ligeiras modificações: Castro e Almeida mandaria certo número de verbetes e, salvo erro, receberia 4 contos anualmente. Um ano não vieram os papéis em tempo e a Biblioteca perdeu a verba. Nova modificação, pela qual Castro e Almeida poderia, se trabalhasse, ter o mesmo dinheiro sem que a Biblioteca corresse o mesmo risco"⁽¹⁷³⁾. O inventário foi útil não só aos brasileiros como aos próprios portugueses, pois João Lúcio de Azevedo declara, em 1920, que com ele descobrira novos horizontes⁽¹⁷⁴⁾.

26. Rodolfo R. Schuller

Deve-se também a Manuel Cícero uma das melhores iniciativas no campo da investigação histórica. Rodolfo R. Schuller, filólogo e americanista, propunha, aos 6 de abril de 1911, proceder, por conta da Biblioteca Nacional, a investigações nas bibliotecas e arquivos da Europa, principalmente em Madri e Sevilha, sobre o problema cartográfico e etnológico da Bacia do Amazonas, assim como reunir elementos para o estudo das línguas indígenas sul-americanas, tais como catecismos, gramáticas e vocabulários inéditos. Schuller era um americanista conhecido pelos seus vários trabalhos publicados em revistas científicas que atestavam seu preparo e competência⁽¹⁷⁵⁾.

(172) "Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional ao Sr. Ministro da Justiça, apresentado aos 15 de fev. de 1908", *ABN*, vol. 30, 1908.

(173) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 16 de março de 1917. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, vol. 2, 33. Vê-se, através dessa *Correspondência*, a interferência decisiva de Capistrano de Abreu na execução do contrato com Castro e Almeida. Na conquista desta documentação deve-se, assim, tanto a ele quanto a Manuel Cícero.

(174) Carta a Capistrano de Abreu, de Lisboa, 23 de outubro de 1920. *Correspondência cit.*, vol. 3, 233.

(175) Rodolfo R. Schuller, "Primera contribución al estudio de la cartografía americana", *Anales del Museo Nacional*, Montevideu, 1905; "A Couvade", *Boletim do Museu Goeldi do Pará*, 1910; *O primeiro livro impresso nas Mis-*

Ele não era um investigador comum; era um homem altamente competente não só na exata colocação dos problemas sobre os quais desejava investigar, como treinado metodologicamente para tarefas de busca, colheita e reprodução legítima. No momento em que escrevia ao diretor da Biblioteca Nacional, oferecendo-se para tais exames, servia no Museu Goeldi do Pará, onde já lhe haviam confiado a missão de verificar a documentação das bibliotecas e arquivos da capital. Diante das deficiências bibliográficas e documentais que impediam o exato conhecimento dos problemas históricos, geográficos, cartográficos e lingüísticos da bacia amazônica, ele propõe ao Dr. Manuel Cícero, com o apoio de Jacques Huber, diretor do Museu Goeldi, realizar essa investigação na Espanha.

Do ponto de vista histórico, R. Schuller desejava estudar a época que vem do descobrimento da foz do Amazonas à fundação da cidade de Belém, o que só "poderia ser executado com fontes espanholas à vista, pelas razões que estão ao alcance: o descobrimento e as viagens mais importantes posteriores àquele faustoso acontecimento foram feitas por espanhóis. E a fundação do Pará teve lugar quando o Brasil estava sob o domínio do Rei de Castilha" (176). Do ponto de vista da lingüística indígena, sua investigação tinha por fim a cópia de artes, vocabulários e catecismos das diversas línguas da América do Sul. Os documentos não deviam ser só copiados, mas estudados antes de sua publicação pelos *Anais*. Aos 2 de maio de 1911, Manuel Cícero oficiava ao Ministro, encaminhando sua proposta, convencido de que ela só poderia trazer vantagens para a Biblioteca Nacional, pelas incontestáveis qualidades do pesquisador (177).

Foi em julho que Schuller iniciou suas pesquisas, bastante dificultadas pelas deficiências dos serviços bibliotecários espanhóis. Começou pela Biblioteca Nacional, indo a seguir ao Arquivo Histórico, à Real Academia de la Historia, a São Isidoro e, finalmente, à Biblioteca do Rei. Mas logo se lembrou que o principal estava no Arquivo das Índias de Sevilha, para onde havia sido levada a maior parte dos documentos referentes à história americana (178). Sua principal tarefa, a princípio foi a cópia de "El Paraíso en el Nuevo

sões da S. J., Pará, 1910; "Yñerre o Stammvater dos Índios Maynas", *ABN*, vol. 30, 1911; "Lingüística Americana, Notícias bibliográficas e fragmentos de Gramática Pancio", *Revista Americana*, Rio de Janeiro, maio de 1911, e vários outros trabalhos em revistas alemãs e norte-americanas, cuja lista completa aparece em sua carta ao Dr. Manuel Cícero, oferecendo seus serviços. Cf. Mss. da Biblioteca Nacional, I-35, 25, 2.

(176) Carta de 6 de abril de 1911 a Manuel Cícero, Mss. da Biblioteca Nacional, I-35, 25, 2.

(177) Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Livro de Ofícios. O Aviso do Ministro é de 16 de maio de 1911. Cf. Avisos e Ofícios recebidos, Seção de Mss. da Biblioteca Nacional. O êxito dos seus trabalhos provocou o pedido de prorrogação feito aos 7 de fevereiro de 1912. Cf. Seção de Mss., Livro de Ofícios e correspondência recebida, 1912.

(178) Carta de Madri a Manuel Cícero, 6 de nov. de 1911. Mss. da Biblioteca Nacional, I-35, 25, 2.

Mundo" de León Pinelo, espécie de comentário apologético e de história natural das Índias Ocidentais, de interesse para o Norte, especialmente o Amazonas. O códice era da Biblioteca do Rei⁽¹⁷⁹⁾.

A primeira remessa de documentos é feita de Sevilha, aos 5 de dezembro de 1911. Já então ele sentia a necessidade extrema de confrontar as cópias com os originais, pois não podia confiar nem nas cópias que levam o "confronto oficial". A primeira dificuldade era achar os documentos; a segunda não confiar nas cópias. Pedia a Manuel Cícero que confrontasse as cópias por ele confeccionadas com as que os *Anais* publicara segundo as cópias mandadas fazer por Varnhagen⁽¹⁸⁰⁾. Todos os investigadores do Arquivo, sem distinção de nacionalidade, e os próprios diretores o aconselhavam a rever minuciosamente todas as cópias. Uma investigadora norte-americana, Goulé(?), do Instituto de Boston, que se ocupava da história das Antilhas, comunicara-lhe ser necessário copiar não só os documentos inéditos, mas os já publicados nas Coleções de Documentos Inéditos⁽¹⁸¹⁾ pois estes não ofereciam nenhuma segurança. Sobre estas cópias acusava ainda o historiador e bibliógrafo J. T. Medina de haver editado cheio de erros o manuscrito de Orellana sobre a viagem ao Amazonas. Era mister aceitar estes textos com muita crítica. Deste modo, Schuller erguia, como norma básica, a necessidade do texto limpo pelo confronto e castigo dos vários códices e cópias. E fazia suspeitar todas as cópias que não houvessem sido feitas de acordo com esta indispensável regra metódica. O que se diria das cópias brasileiras realizadas até então?⁽¹⁸²⁾

É a 28 de dezembro que Schuller comunica a sua importante descoberta da "Arte, Vocabulario y Doctrina Christiana" em língua saliva composta de três códices manuscritos absolutamente desconhecidos, existentes no Arquivo Geral das Índias. "Estes três códices constituem um verdadeiro tesouro lingüístico e bibliográfico, pois se trata dum idioma índio, que muito pouco se conhecia". Conta a história do manuscrito, a descoberta e as tentativas de publicação promovidas pelos diretores⁽¹⁸³⁾. O Arquivo possuía 35 milhões de documentos, diz ele muitas vezes, e não catalogados.

Aos 29 de fevereiro de 1912, com o contrato renovado, Schuller comunica sua partida para Londres, onde participaria do Congresso Internacional dos Americanistas e faria investigações sobre o Brasil.

(179) Carta de Madri a Manuel Cícero, 11 de set. de 1911. Mss. da Biblioteca Nacional, I-35, 25, 2.

(180) *ABN*, vol. 26.

(181) Schuller refere-se especialmente à *Colección de Documentos Inéditos*, editada por J. T. Medina, Santiago, 1888-1902, 30 vols. e à *Colección de Documentos Inéditos relativos al descubrimiento*, etc., editada por J. F. Pacheco, F. de Cárdenas, e L. Torres de Mendoza, Madri, 1864-84, 42 vols.

(182) Cf. Cartas de 5 de dez. de 1911, 28 de dez. de 1911 e sem data, mas a primeira escrita à máquina. Mss. da Biblioteca Nacional, I-35, 25, 2.

(183) Esta carta de 28 de dezembro de 1911 é importantíssima para os estudos de lingüística americana.

A próxima carta de 26 de junho já é de Londres, onde chegara com uma tese sobre o Yslario de Alonso de Santa Cruz, baseada em documentação nova, que iria desfazer muitas das afirmações do famoso geógrafo, historiador e cartógrafo Wieser. Já copiara no Museu Britânico artes e vocabulários inteiramente desconhecidos, como os da língua chobona e xabera. Vários documentos já publicados nos *Anais* ele os enviava de novo, pois ofereciam erros e variantes. Schuller mostra-se muito cuidadoso quanto a este ponto capital. Documentos editados por Navarrete não lhe merecem confiança, “não possuem as condições para utilizá-los com consciência tranqüila para a história crítica”.

Na última carta recolhida à Biblioteca Nacional, de 3 de setembro de 1913, fala Schuller rapidamente de suas pesquisas em Madri, Sevilha e Londres e promete um “catálogo razonado dos materiais colhidos”⁽¹⁸⁴⁾. Uma magnífica bibliografia etnológica americana, com 1.850 fichas manuscritas, correspondentes a 1.800 títulos bibliográficos, foi entregue à Biblioteca Nacional, em 31 de janeiro de 1914 e suplementada em 30 de maio do mesmo ano com 870 fichas, correspondentes a 840 títulos.

A vasta coleção de documentos colhidos escrupulosamente, a competência e o rigor das investigações, o espírito crítico que presidiu às cópias, a bibliografia de manuscritos e livros sobre etnologia e lingüística americana e história primitiva da América bem dizem de mais esta iniciativa de Manuel Cícero, da sua escolha e do autor que honrou o mandato.

27. Souto Maior

Em 1912, Pedro Souto Maior partia para Lisboa, a fim de representar o Instituto Histórico, por designação do Barão do Rio Branco, ante a Sociedade de Geografia daquela cidade. Ali demorou-se apenas enquanto durou a realização do Congresso e partiu para a Holanda. Sua pesquisa nos Arquivos de Haia foi realmente de poucos resultados. Ele mesmo declara que não levou com ele nem o Relatório de José Higino, nem a lista dos documentos copiados por Joaquim Caetano. Deste modo, informou e copiou aquilo sobre que já se estava informado e que já fora reproduzido. Wätjen declara que de modo algum seus estudos corresponderam ao dispêndio de tempo, dinheiro e fadiga consumidos. “O que Souto Maior oferece não é outra coisa senão a produção literária de um diletante

(184) Na Biblioteca Nacional encontra-se o Inventário dos Documentos consultados por R. R. Schuller no Arquivo Geral das Índias, Sevilha, 6 de nov. de 1911 a 10 de maio de 1912. I-33, 33-21. É um simples índice. Encontram-se ainda: Lista dos documentos enviados, 19 itens, I-35, 25, 2; Índice da Segunda Remessa para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Sevilha, março de 1912, I-33, 1-6; Relação das cópias dos manuscritos feitos pelo Dr. Schuller.

que em conseqüência de sua pouca habilitação histórica e deficiente conhecimento da língua holandesa não conseguiu levar a bom termo a tarefa a que se impôs" (186).

O resultado de suas pesquisas de cinco meses e meio está exposto no Discurso ao ser recebido como sócio do Instituto Histórico (186). *Os Fastos Pernambucanos*, que representam o resultado dos seus exames arquivais, atestam, como bem diz Wätjen, um grande retrocesso historiográfico em relação a Netscher, Varnhagen e Oliveira Lima. Pedro Souto Maior trouxe alguns documentos não conhecidos, como cartas tupis e as "Classicale Acta" entre outros, e revelou a importância de trabalhos coevos, como o Diário de Hendrik Haecx (187).

Souto Maior não era historiador. Não era também pesquisador. Faltava-lhe muito para isso. Preparo metodológico, capacidade crítica, informação bibliográfica, conhecimento de fontes, imaginação investigadora. Por tudo isso ele não teve sucesso, como não o teve também nas investigações dos arquivos espanhóis. Em meados de 1914, designado novamente pelo Instituto Histórico, ele parte para Sevilha, a fim de participar do Congresso de História Hispano-Americano. É então que inicia suas pesquisas no Arquivo das Índias, onde demora três meses, nas bibliotecas e arquivos de Madri, aos quais dedica igual tempo, reservando 20 dias ao Arquivo de Simancas. A "Relação dos Manuscritos que interessam ao Brasil", apresentada ao Instituto Histórico e publicada em sua Revista (188) é um trabalho inteiramente secundário, que se limita a registrar, naquele mundo de papéis, 1.471 peças. A pesquisa baseou-se nos catálogos manuscritos que são, como estão fartos de saber os que lidam com estas coisas, muito incompletos. Esta "Relação" pouco serviço pode prestar, quando se sabe, pelas pesquisas anteriores, que os arquivos espanhóis são profunda e amplamente ricos em fontes sobre o Brasil.

28. Pesquisas de iniciativa privada. Pesquisa e historiografia

A iniciativa do Governo deixara de existir. O Instituto Histórico e a Biblioteca Nacional, pobres de recursos, limitavam-se a trabalhos especiais e de circunstância, como são as últimas pesquisas de

(185) Hermann Wätjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, 46-47.

(186) *RIHGB*, t. 75, 2.^a parte, 1912, 247-266.

(187) Cf. sobre seus trabalhos e traduções, José Honório Rodrigues, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

(188) *RIHGB*, t. 81, 1918. Esta Relação existe também em Mss. na Biblioteca Nacional, I-3, 1, 68-70.

Souto Maior e Schuller. Os grandes historiadores, necessitados de novas fontes ou simplesmente de peças referidas por Varnhagen, mas nunca obtidas em cópias integrais, ou ainda desconfiados das cópias extraídas por investigadores desprevenidos, viam-se obrigados a recorrer aos seus próprios amigos na Europa ou a pagar com seus próprios meios as novas pesquisas. Deixou de haver qualquer interesse de busca e reprodução de fontes. A historiografia brasileira, de acordo com a opinião oficial, não precisava mais de investigações no estrangeiro. O que fora feito era o suficiente. Deste modo, qualquer estudioso brasileiro, verdadeiramente consciente dos problemas, dúvidas e questões que afluíam no campo da investigação histórica, cuidava de realizar, pelo seu próprio esforço e às suas custas, o que fosse necessário.

É o caso de Capistrano de Abreu e do Barão de Studart sem falar de Rio Branco e Joaquim Nabuco: aquele porque o serviço diplomático lhe facilitou durante toda a vida a minuciosa investigação das fontes européias de nossa história, e este porque as pesquisas que fez para a defesa do *Direito do Brasil* na questão de limites com a Inglaterra foram oficiais. Deste modo, antes do litígio de fronteiras, Rio Branco pesquisa com a facilidade do serviço diplomático, no interesse próprio de escrever uma contribuição histórica. Mas escrever história já não é só pesquisa, porque é interpretação e composição.

Aqui só nos interessam os exames de arquivos e bibliotecas com o fito de revelar as fontes, ou por meio de listas e catálogos, ou pela publicação de documentos. Quando o estudioso permanece nesta tarefa, ele faz pesquisa; se escreve história, baseado em fontes novas que lhe custaram esforçadas pesquisas, então não temos mais as fontes puras, mas uma junção de raciocínio, imaginação e composição. De outro modo, para relatar a história da pesquisa histórica no Brasil seria indispensável percorrer toda a historiografia e contar os esforços de cada um na busca das fontes de que se serviram para reconstruir os fatos. E isto seria impossível ou extremamente custoso. O que queremos é a história da busca de documentos, da sua revelação e publicação, isto é, a tentativa de fornecer a todos todas as fontes, os elementos primordiais do trabalho histórico.

Deste modo, se Rio Branco e Nabuco ficam de lado⁽¹⁸⁹⁾, não podem ser postos à margem os esforços de Capistrano de Abreu e do Barão de Studart. Os dois cearenses não só escreveram história, como procuraram fornecer aos estudiosos os materiais indispensáveis. Para escrever história, ambos fizeram pesquisas, mas pesquisa pela própria pesquisa, isto é, pelo desejo de conhecer as fontes e divulgá-las em registros ou publicações.

(189) Rio Branco forneceu à Biblioteca Nacional valiosos documentos, que foram publicados no vol. 26 dos *Anais*.

29. Rio Branco e Joaquim Nabuco

Rio Branco esgotou-se em pesquisas pelos arquivos europeus para escrever os seus trabalhos e, depois, as monumentais *Questões de Limites*. Neste último caso, como Nabuco, foi auxiliado por um grupo de assistentes. Divulgaram ambos, nos trabalhos de defesa, peças inéditas inteiramente desconhecidas dos estudiosos, acrescentando, assim, o documentário. Mas estes materiais tinham sido aproveitados nos trabalhos e acompanhavam-nos como peças justificativas; não eram divulgados pelo simples desejo de apresentar peças novas. Como os de todo historiador digno desse nome, os seus trabalhos baseavam-se em fontes autênticas e legítimas. Todas as descobertas de documentos novos feitas, por exemplo, desde 1893, quando Rio Branco se preparava para defender o nosso direito na questão com a República Argentina, perante o árbitro, tinham por objetivo, como o de qualquer historiador ou advogado, buscar as fontes ou produzir as provas para suprir a instância documental⁽¹⁹⁰⁾.

Toda a correspondência do Barão do Rio Branco, nos anos em que se batia pelo nosso direito, está cheia de pedidos urgentes de documentos que deviam esclarecer a questão. O General Cerqueira era enviado à Espanha, pois conhecia os documentos que possuíamos e os de que precisávamos⁽¹⁹¹⁾. Recorria a todos e dizia a Viana de Lima: "Se para ativar as buscas for necessário dar gratificação aos auxiliares a que V. Ex.^a tenha de recorrer, faça-o sem hesitar e mande-me a conta"⁽¹⁹²⁾. A Capistrano de Abreu pedia que ajudasse o Dr. Francisco Mendes da Rocha e ao Dr. Teixeira de Melo a descobrir os ofícios do Sargento-mor Francisco de Sousa e Faria, os do piloto Inácio, o "Roteiro dos Bandeirantes", documentos citados por Varnhagen⁽¹⁹³⁾. Deste modo, a pesquisa de Rio Branco era feita como a de qualquer grande historiador, para ser utilizada no trabalho de que estava encarregado e não para servir como simples instrumento de trabalho.

Do mesmo modo foi Nabuco auxiliado por um grande corpo de pesquisadores⁽¹⁹⁴⁾.

(190) Sobre as descobertas, cf. Carta do Barão do Rio Branco, 25 de setembro de 1893, a Viana de Lima. Arquivo Histórico do Itamarati.

(191) Carta de Nova York, 7 de set. de 1893, a Francisco Xavier da Cunha. Cf. também os Apontamentos entregues ao Gal. Cerqueira, a 10 de nov. de 1893, com a lista de documentos a procurar em Simancas e na Biblioteca da Real Academia de História. In Arquivo Histórico do Itamarati. Em carta a Salvador de Mendonça, de 14 de nov. de 1893, comunica que Cerqueira partira para Paris, Madri, Simancas e Lisboa, onde ia examinar certos documentos para dizer o que devia ser copiado com urgência. Mss. da Biblioteca Nacional.

(192) Carta a Viana de Lima, de 2 de out. de 1893. Arquivo Histórico do Itamarati.

(193) Carta de Nova York, 29 de set. de 1893, ao mesmo. Arquivo Histórico do Itamarati.

(194) Missões Especiais, Joaquim Nabuco. Despachos e Notas, 1899-1905. (Arquivo Histórico do Itamarati).

30. Capistrano de Abreu

Já Capistrano de Abreu e o Barão de Studart trabalharam para o conhecimento e divulgação das fontes. Ao primeiro devemos o Catálogo dos Documentos mandados copiar por D. Pedro II, ou inventário das cópias mandadas fazer por Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, utilíssima lista que compendia os esforços dos dois pesquisadores. Mas não é só por esta lista que seu nome deve aqui figurar. Capistrano de Abreu conhecia como ninguém as deficiências e as necessidades de nossa historiografia: sabia que pouco se poderia fazer enquanto novas fontes não fossem dominadas e divulgadas. E por isso, desde cedo, na sua obra e na sua correspondência, talvez maior e tão importante quanto aquela, ele dirigia daqui pesquisas na Europa, instava por exames, inquiria amigos, consultava arquivistas, especialmente os portugueses e espanhóis. “A história do Brasil é um mundo e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa”, escrevia a Lino de Assunção, em 1885⁽¹⁹⁵⁾.

Ele pretendia, nesta época, editar, para conhecimento de todos, uma grande coleção de documentos inéditos. A princípio desejava concentrar-se no século XVI e dentro deste nos jesuítas. Para isto enviou a Lino de Assunção uma “Lista dos documentos deste século relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e na Biblioteca da S. M. Imperial”⁽¹⁹⁶⁾. A coleção de cartas dos jesuítas Anchieta, Nóbrega e outros deveria iniciar a série. Ele já reunira um bom conjunto, que ia até 1568 ou 1570. Depois viria o volume de Frei Vicente e, finalmente, a coleção cronológica de todos os documentos, desde 1500 até 1550. Este último seria um volume importantíssimo, talvez o mais original da coleção: “Basta que o queiras e a Torre do Tombo e o Conselho Ultramarino não se oponham”⁽¹⁹⁷⁾. Achava também que se devia dar preferência, nas buscas, sempre e sempre, às crônicas, porque têm vida e, depois, é fácil corrigi-las com documentos, ao passo que o contrário é difícil⁽¹⁹⁸⁾. O Conselho Ultramarino sempre lhe despertou vivo interesse e sempre julgou extraordinariamente importante a reprodução de seus documentos.

Nas cópias trazidas por Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa notou logo a falta dos documentos que deviam acompanhar as consultas⁽¹⁹⁹⁾. Pretendia publicá-las e avaliava em 30 volumes o

(195) Luís da Silveira, *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946, 1.

(196) *Id. id.*, carta n.º 1, de 12 de março de 1885, 4-8 e 35.

(197) *Id. id.*, 44.

(198) *Id. id.*, 65.

(199) *Id. id.*, carta de 19 de julho de 1886, 54.

conjunto da coleção de Consultas⁽²⁰⁰⁾. Já mostramos como ele julgou o empreendimento de Manuel Cícero e em suas cartas a João Lúcio de Azevedo revela ter prestado um grande serviço à execução da obra, interferindo no cumprimento do contrato⁽²⁰¹⁾. Mas se o seu interesse se concentrava especialmente nos arquivos portugueses, o certo é que sabia bem e muito bem a riqueza dos outros, espanhóis, franceses e ingleses. O Barão do Rio Branco descobria a seu pedido as Histórias da Fundação do Colégio da Bahia e do Rio de Janeiro, que estavam na biblioteca Vitório Emanuel⁽²⁰²⁾ e, na de Nápoles, um manuscrito que ele atribuía a Antonil⁽²⁰³⁾. A João Lúcio e a Oliveira Lima escrevia pedindo documentos do Museu Britânico⁽²⁰⁴⁾.

Pesquisas no Arquivo do Ministério do Estrangeiro eram pedidas a Lino de Assunção⁽²⁰⁵⁾. Essas pesquisas nem sempre puderam resultar na publicação das fontes, mas o fim era este. Quando combinava com Lino de Assunção a cópia de documentos, determinava-lhe os princípios a seguir⁽²⁰⁶⁾ e dizia-lhe ter “pensado em formar aqui uma sociedade de umas vinte pessoas contribuindo cada qual com 5\$ mensalmente para tomares um copista, ou mais, se o dinheiro chegar, que copie documentos sob tuas ordens”.

Dizia a João Lúcio ter sabido ultimamente, pelas informações do Padre Hernández, que em Sevilha e Simancas havia milhares de documentos sobre o Brasil, misturados com os papéis de Portugal, e lamentava que Manuel Cícero lá não se tivesse demorado e Souto Maior pouco tivesse feito⁽²⁰⁷⁾. Considerava como um grande passo para a historiografia a publicação da lista dos documentos relativos ao Brasil existentes na Torre do Tombo por Braancamp Freire, Baião ou Pedro de Azevedo⁽²⁰⁸⁾.

Das primeiras preocupações e pesquisas surgiram os grandes textos da história do Brasil, em edições exemplares, que ele ofereceu aos estudos históricos. Assim “Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar” (1881-1894), de Fernão Cardim, as *Informações e fragmentos do Padre Joseph de Anchieta* (1886), a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (1887, 1889), *A Primeira Visitação do Santo Ofício, Confissões da*

(200) *Id. id.*, carta de 22 de março de 1887, p. 72.

(201) Cf. Cartas de João Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 3 vols., 1954-1956.

(202) Luis da Silveira, *ob. cit.*, carta de 23 janeiro de 1886, 34 e 71.

(203) *Id. id.*, carta de 5 de out. de 1886, 61 e 71.

(204) Carta de João Lúcio de Azevedo a J. Capistrano de Abreu, de Londres, de 19 de agosto de 1919 (*Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 3, 231).

(205) Luis da Silveira, *ob. cit.*, carta de 2 de abril de 1886, 37.

(206) *Id. id.*, carta de 2 abril de 1886, 36.

(207) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 19 de março de 1917. *Correspondência cit.*, vol. 2, 38.

(208) Carta de 3 de setembro de 1917, de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, *Correspondência cit.*, vol. 2, 65.

Bahia (1922), a *Primeira Visitação do Santo Ofício, Denúncias da Bahia* (1925), *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1901 e 1930), *A Primeira Visitação do Santo Ofício, Denúncias de Pernambuco* (1929) e vários outros documentos que provocaram uma verdadeira revolução na historiografia brasileira. Se é exato que alguns deles deixaram de ser editados em sua vida ou inteiramente por ele, o certo é que lhe cabe a iniciativa de procurar a fonte em original limpo e criticá-la, para a edição correta. Só as *Cartas Jesuíticas, as Confissões e Denúncias* e os textos de Cardim, Frei Vicente e os *Diálogos* bastariam para consagrar a sua inesgotável capacidade de pesquisar e oferecer textos limpos que reformavam velhos erros ou conceitos.

A completa publicação de sua vasta correspondência, especialmente com João Lúcio de Azevedo, Paulo Prado e Pandiá Calógeras revela seu retrato de pesquisador completo, crítico apurado e historiador sem igual no Brasil⁽²⁰⁹⁾. As dificuldades com que lutou para empreender o que sabia que deveria ser feito e o desinteresse que aos poucos veio dominando a República pela investigação histórica justificam o pouco realizado.

31. Barão de Studart

Na historiografia local ninguém se avantajou ao Barão de Studart no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de realização⁽²¹⁰⁾. Desenvolvendo um esforço contínuo, persistente e positivo, procurou na Inglaterra, França, Holanda e Itália a matéria-prima reveladora do passado brasileiro. Era com seus próprios recursos que empreendia as viagens e recolhia, por cópia, os documentos históricos. Em 1892, quando ainda muitos anos de pesquisa o esperavam, sua coleção particular compreendia 1.333 documentos⁽²¹¹⁾. Em carta a Capistrano de Abreu em 1893, ele dizia que possuía documentos para 60 ou 80 volumes. Studart publicou os "Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará"⁽²¹²⁾, os "Documentos para a história da Confederação do Equador"⁽²¹³⁾, os "Documentos para a biografia do fundador do

(209) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ob. cit., 3 vols.; José Honório Rodrigues, *Novas Cartas de Capistrano de Abreu*. Sep. da *Revista de História*, n.º 31, 1957.

(210) Cf. José Honório Rodrigues, "O Ceará e sua historiografia", in *Notícia de Vária História*, Rio de Janeiro. Livraria São José, 1951. Reproduzido in *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

(211) *Relação dos Manuscritos originais e cópias sobre a história do Ceará que constituem a Coleção Dr. G. Studart*. Lisboa, 1892.

(212) *RIC*, t. 24, 215-399; t. 34, 231-330; t. 35, 31-137; t. 37, 97-230.

(213) *RIC*, t. esp. 1824, 355-565; t. 40, 79-82.

Ceará" (214), os "Documentos para a história do Martim Soares Moreno" (215), os "Documentos relativos ao Mestre de Campo Morais Navarro" (216), os "Documentos do tempo da Independência" (217), os "Documentos da Revolução de 1817" (218), os "Documentos para o litígio sobre limites entre Ceará e Piauí" (219).

Mas não foi só na descoberta e divulgação das fontes que se destacou Studart. Ele auxiliou muito as pesquisas com as suas magníficas bibliografias, livros de referências e catálogos. Nos "Estrangeiros e o Ceará" reuniu erudita biobibliografia de viajantes estrangeiros do Ceará. O *Dicionário Bibliográfico Cearense* (220) é talvez o mais erudito trabalho deste gênero na historiografia brasileira. Auxílios cronológicos e listas de dirigentes civis e religiosos ofereceu-nos nos "Cearenses presidentes da Província do Ceará" (221), "Cearenses elevados ao sólio episcopal" (222), "Conselho Geral da Província do Ceará" (223), "Moradores do Ceará no Tribunal do Santo Offício" (224), e em catálogos sobre a imprensa cearense (225).

Suas pesquisas, classificadas de conscienciosas por Capistrano de Abreu, a fidelidade e segurança de seus trabalhos elevaram o Barão de Studart a uma posição raramente atingida. Ele era um pesquisador que resistia a qualquer confronto com os mais idôneos e melhores. É, também, a mais alta figura da historiografia regional.

Seria justo mencionar neste capítulo de pesquisas de história estadual as *Investigações nos arquivos portugueses para achar documentos que interessam ao Piauí* (226), realizadas por G. L. dos Santos Ferreira.

32. Afonso d'E. Taunay

Sucessor legítimo do Barão de Studart na capacidade de esgotar as fontes primordiais e a bibliografia da história local é Afonso d'Escragnoille Taunay, que com a *História Geral das Bandeiras Paulistas* deu uma magnífica lição de investigação, exame e análise das fontes. Na edição de velhos textos, como os de Pedro Taques e Bartolomeu de Gusmão, na direção de reedição de obras raras de cronistas como

(214) Tip. Studart 1895.

(215) *RIC*, t. 17, 177-228; t. 19, 1-116; t. 23, 334-336.

(216) *RIC*, t. 30, 350-364; t. 31, 161-223.

(217) *RIC*, t. 36, 308-323.

(218) *RIC*, t. 31, 13-93 e 107-160; t. 41, 231-242.

(219) *RIC*, t. 35, 160-165.

(220) Fortaleza, 1910-1915, 3 vols.

(221) *RIC*, t. 36, 236-241.

(222) *RIC*, t. 36, 416-429.

(223) *RIC*, t. 36, 236-241.

(224) *RIC*, t. 40, 204-212.

(225) "Catálogo dos jornais de grande e pequeno formato publicados no Ceará", *RIC*, t.12, 167-211, t. 18, 196-291; "Jornais do Ceará nos primeiros 40 anos, 1824-1864", *RIC*, t. esp., 1924, 48-118; afora as listas que dava periodicamente na *Revista*.

(226) Lisboa, 1903.

Pedro Taques, Madre de Deus, de cientistas e viajantes, como Marcgrave, e na historiografia local paulistana, ele ofereceu a prova de sua capacidade de pesquisa. Mas a principal contribuição para esta área de nossa história lhe advém da iniciativa e impressão da documentação espanhola do Arquivo Geral das Índias de Sevilha. Ao iniciá-la, em 1922 no 1.º tomo dos *Anais do Museu Paulista*, relembra Taunay que para o estudo do passado paulista cabia capital importância à documentação espanhola na parte relativa à expansão bandeirante, ao sul e a oeste, de que resultou para os castelhanos o recuo além-Paraná e Uruguai e para o Brasil a incorporação de centenas de milhares de quilômetros quadrados ao seu território. Afirma que os papéis portugueses são escassos, lacunosos e sóbrios sobre as lutas das bandeiras e conta que por volta de 1892 Martim Francisco propusera no Congresso Paulista a votação de uma verba de dez contos de réis para a cópia dos documentos do Arquivo de Simancas. Taunay decidiu, com a leitura da obra de Pablo Pastells⁽²²⁷⁾, fazer copiar documentos paulistas no Arquivo Geral das Índias de Sevilha e não em Simancas, pois Souto Maior informara ser pobre a documentação paulista deste último. Os documentos paulistas do Arquivo Geral das Índias foram publicados nos vols. 1, 3 e 5 dos *Anais do Museu Paulista* (1922, 1925 e 1931)⁽²²⁸⁾. Esta pesquisa, embora limitada a São Paulo, é um grande serviço que se presta à historiografia brasileira. Além disso, seu trabalho sobre "Heurística Paulista e Brasileira" é o primeiro ensaio de um registro crítico das fontes e publicações oficiais brasileiras⁽²²⁹⁾.

33. *Alberto Rangel, Alberto Lamego e Tobias Monteiro*

Em 1938, Alberto Rangel, incansável investigador de arquivos franceses, entregava à Biblioteca Nacional para publicação nos *Anais* o Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil no Castelo d'Eu⁽²³⁰⁾. Auxiliado por Miguel Calógeras, organizou o inventário, por iniciativa de D. Pedro de Orléans e Bragança, para comemorar o centenário da fundação de Petrópolis. Trata-se, como escreveu Rodolfo Garcia, de repertório abundante de indicações e subsídios para a história do período imperial. Foi feito o catálogo sem nenhuma técnica de biblioteconomia e, segundo a opinião do próprio diretor do Museu Imperial de Petrópolis, onde os documentos hoje se encontram, de seus funcionários e de histo-

(227) Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, Madri, 1918-1945, 8 vols.

(228) As cópias foram realizadas por Santiago Montero Díaz e Francisco N. del Valle compreendendo material não utilizado por Pablo Pastells e aproveitado também na *História das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, ts. 4 e 5, 1928-1929.

(229) *AMP*, t. 4, 1931, 411-425.

(230) *ABN*, vols. 54-55, 1938-1939.

riadores que dele se têm utilizado, apresenta grandes lacunas e deficiências. Evidentemente, ainda assim presta grandes serviços aos estudiosos.

Alberto Rangel, em 1936, fazia pesquisas e extraía cópias dos arquivos franceses para o Ministério das Relações Exteriores⁽²³¹⁾. Ele conhecia como poucos os documentos sobre o Brasil existentes em França. No Ministério dos Negócios Estrangeiros de França examinou com cuidado a correspondência diplomática e consular e embora não nos tenha oferecido uma lista ou relação, nem os tenha publicado como textos, mas sim aproveitado em seus livros, dá-nos uma idéia de sua importância e valor num estudo sobre a "Natureza dos Documentos e A Seara de Orsay"⁽²³²⁾. De certo modo, teve, como Tobias Monteiro e Alberto Lamego, excelentes oportunidades de prestar este serviço à pesquisa histórica: a elaboração de listas de documentos sobre o Brasil existentes em arquivos europeus. Mas todos os três preferiram pesquisar para seus próprios trabalhos. Referindo-se a Tobias Monteiro, em carta a Paulo Prado, Capistrano de Abreu comentava que este estava nababescamente documentado com as pesquisas nos arquivos de Viena, que "contêm tesouros"⁽²³³⁾.

Rangel, Monteiro e Lamego pesquisaram muito em arquivos franceses, austríacos e portugueses, mas sem oferecer textos, senão os trabalhados nas suas histórias. Por isso pouco contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, no sentido que a definimos aqui: de conquista e reprodução de documentos para uso dos historiadores em geral. Nunca oferecem indicação sobre os documentos dos arquivos examinados, nem os exibiram íntegros, mas usaram-nos ao seu sabor e gosto. Todos os três produziram trabalhos importantes para a história do Império e para a historiografia local, como é o caso de Alberto Lamego, com sua obra *A Terra Goitacá*⁽²³⁴⁾. Studart e Tau-nay escreveram história estadual e Lamego história puramente local, baseada em grande massa de documentos inéditos de arquivos, bibliotecas públicas e particulares de Portugal.

34. *J. A. Figueira de Melo, Luís Camilo de Oliveira Neto e Pedro Calmon*

Não se devem deixar de mencionar neste esboço os resultados das investigações de Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Luís Camilo de Oliveira Neto e Pedro Calmon. Ao primeiro deve o Ins-

(231) Carta de Alberto Rangel a Rodolfo Garcia, de 23 de set. de 1936. (Seção de Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

(232) Alberto Rangel, *No Rolar do Tempo*, Rio de Janeiro, José Olympio, s. d.

(233) Carta datada do Rio de Janeiro, 28 de julho de 1922, de que o autor deste trabalho possui cópia. Vide *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ob. cit., e José Honório Rodrigues, "Tobias Monteiro", *O Jornal*, 7 de agosto de 1952; "Tobias Monteiro e a Pesquisa Histórica", *O Jornal*, 14 de agosto de 1952.

(234) Rio de Janeiro, 1913-1945, 7 vols.



tituto Histórico a publicação da importantíssima correspondência do Barão Wenzel de Mareschall, agente diplomático da Austria no Brasil, de 1821 a 1831⁽²³⁵⁾, tirada do arquivo do Ministério dos Estrangeiros de Viena, e deve a Biblioteca Nacional a “Memória sobre a evasão do nuncio apostólico Monsenhor Caleppi da corte de Lisboa para a do Rio de Janeiro (1808), escrita pelo seu secretário Camilo Luís de Ross, colhida nos arquivos do Vaticano e por ele mesmo traduzida”⁽²³⁶⁾. Já em 1910 e 1911 publicara na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* alguns documentos relativos ao período da Independência e um depoimento sobre o 7 de abril⁽²³⁷⁾. Deste modo, Figueira de Melo prestou, com suas pesquisas nos arquivos estrangeiros, inestimáveis serviços, sendo de encarecer a correspondência de Mareschall com o Príncipe de Metternich sobre os sucessos anteriores e posteriores à Independência do Brasil. Varnhagen, durante sua permanência em Viena, utilizou-se desta correspondência para sua *História da Independência*, mas foi somente depois de sua integral edição, promovida por Figueira de Melo, que puderam utilizá-la os historiadores brasileiros.

A Luís Camilo de Oliveira Neto deve a pesquisa histórica brasileira a lista de “Verbetes para a história do Brasil pertencentes ao fundo geral da Biblioteca Nacional de Lisboa”⁽²³⁸⁾, as “Notícias antigas do Brasil”⁽²³⁹⁾, peças inéditas de 1531 a 1551, do Corpo Cronológico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, conferidas pelo mestre paleógrafo e historiador Dr. João Martins da Silva Marques, o “Índice do código das mercês gerais de todas as partes ultramarinas, de 1644 a 1824” (ns. 79 a 91)⁽²⁴⁰⁾ e o “Índice das Consultas do Conselho da Fazenda, de 1622 a 1652”⁽²⁴¹⁾, ambos do Arquivo Histórico Colonial (ns. 34 e 35). Com estes quatro trabalhos, três de referência de documentos e um de publicação de inéditos, Luís Camilo de Oliveira Neto mostrou sua acertada conduta quando investigou os arquivos portugueses. Os “Verbetes” e os “Índices” revelavam para o estudioso brasileiro documentos desconhecidos e importantes, pois no do Conselho da Fazenda, criado em 1591, para substituir os Vedores da Fazenda Real, discutiam-se os negócios do reino e ultramarinos e nos códigos das mercês registravam-se as recompensas de serviços concedidos pela Coroa a todos os que se distinguiram no império colonial.

Luís Camilo, porém, não limitou sua experiência de estudioso e sabedor das coisas históricas à organização destes índices e verbetes,

(235) *RIHGB*, t. 79, 1914, parte 1.^a, 169-244, e t. 80, 1916, 1-148.

(236) *ABN*, vol. 61, 1941, 15-58.

(237) Vols. 15 e 16.

(238) *ABN*, vol. 51, 1938, 391-452. A Biblioteca Nacional possui uma Relação dos Manuscritos referentes ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, sem declaração de autoria e data (I-33, 1, 2). É um lista naturalmente muito incompleta.

(239) *ABN*, vol. 57, 9-28.

(240) *ABN*, vol. 58, 337-474.

(241) *ABN*, vol. 58, 5-336.

com o que dava uma lição de método aos investigadores, mas esforçou-se pela continuação do Inventário do Conselho Ultramarino feito por Castro e Almeida. Caduco o contrato, deixou a Biblioteca Nacional de continuar a publicá-lo nos seus *Anais*, interrompendo a magnífica iniciativa de Manuel Cícero, tão louvada por Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, João Lúcio de Azevedo e Rodolfo Garcia. Luís Camilo tentou, em 1946, restabelecer o trabalho do Inventário, com o plano de Ernesto Ennes no que diz respeito a iniciar-se o inventário pelos documentos do século XVII, remetidos de todas as capitanias e já devidamente arrumados. O trabalho seria cronológico e as normas técnicas seriam as mesmas adotadas por Castro e Almeida. À medida do recebimento dos verbetes no Rio seria solicitada a cópia integral de um ou outro de mais interesse e mais as cópias fotostáticas ou cópias de desenhistas de plantas, que seriam cobradas à parte. O trabalho seria custeado pelo Itamarati e feito sob a responsabilidade de E. Ennes, que pensava elaborar 2.000 verbetes por mês e que escolheria os colaboradores, reveria os sumários, índices e provas e faria a conferência das reproduções de mapas e plantas⁽²⁴²⁾.

Luís Camilo estabeleceu que o trabalho seria iniciado por um suplemento aos documentos do Rio de Janeiro e Bahia, que haviam escapado ao inventário de Castro e Almeida e que o mínimo seria de 1.000 a 2.000 verbetes por mês. A organização do Inventário dos documentos do Arquivo Histórico Colonial relativos ao Brasil era de interesse para o Brasil e Portugal e, deste modo, seria negociado pela Embaixada do Brasil com o Governo português. É de lamentar-se que Luís Camilo não tivesse podido levar adiante um trabalho tão útil.

Neste mesmo sentido trabalhou também Pedro Calmon, ao apresentar ao Instituto Histórico sua comunicação sobre os "Arquivos Portugueses e a História do Brasil"⁽²⁴³⁾. Depois de mostrar a importância dos arquivos portugueses, como o da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Colonial, e dos particulares, como os das casas de Palmela, de Cadaval, do Conde dos Arcos, de Sabugosa, da Fronteira, da Torre, de Lavradio, de Asseca, e de afirmar que a história do Brasil continuará incompleta, sensivelmente omissa sem a revisão geral que os documentos portugueses aí nos estão a sugerir, cita alguns documentos encontrados na Torre do Tombo e propõe que se fixe a atitude do Instituto Histórico em face do problema de intensificar as pesquisas nos opulentos arquivos portugueses.

A proposta, bem recebida pelo Instituto Histórico e pelo embaixador português, Dr. Pedro Teotônio Pereira, que comparecera à sessão, resultou na organização pelo Instituto para a Alta Cultura

(242) Cartas de Luís Camilo a Ernesto Ennes, do Rio de Janeiro, 17 de set. de 1946, e resposta deste de Lisboa, 29 de set. de 1946, em poder deste último, que permitiu a consulta pelo autor deste trabalho.

(243) *RIHGB*, vol. 192, 1946, 134.

de um catálogo dos documentos relativos ao Brasil existentes na Torre do Tombo, dirigido pelo professor J. M. da Silva Marques. A comissão, custeada por aquele Instituto, já catalogou mais de 10.000 documentos (244).

35. José Honório Rodrigues (1950)

Entre fevereiro e maio de 1950, a convite do Conselho Britânico e com a cooperação do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Instituto Rio Branco, o autor deste trabalho fez uma viagem à Europa, realizando pesquisas em várias bibliotecas, arquivos e instituições culturais de Portugal, França, Itália, Espanha e Grã-Bretanha. Sua missão foi relatada em trabalho especial, *As Fontes da História do Brasil na Europa* (245), sumariando as principais fontes, apontando a riqueza, anotando os catálogos e inventários em andamento, e os ajustes promovidos para a obtenção de cópias e microfimes.

Em Portugal, conseguiu estabelecer o intercâmbio entre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações, a que estava subordinada a Seção de Manuscritos, e a Universidade da Califórnia, representada pela Professora Gwendolin Cobb, que realizava pesquisas e reproduzia em microfimes milhares de documentos relativos ao Brasil, na base da troca de rolo de microfimes. A Biblioteca Nacional forneceu à Universidade documentos ou livros raros constantes das suas coleções.

O catálogo dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Torre do Tombo, então em preparo, sob os auspícios do Instituto de Alta Cultura, não foi até hoje (1968) concluído. A catalogação dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Colonial, hoje Ultramarino, que se vinha realizando por iniciativa da Biblioteca Nacional desde 1913 (246), não mais se realizou, sendo publicada apenas, sob a direção do autor deste trabalho, a parte final do antigo contrato, que estava esquecida (247).

Na Grã-Bretanha, o inventário complementar, que viu em preparação em 1950 pela professora Maria da Conceição Martins Ribeiro, suplementando os trabalhos anteriores de César Figanière, Varnhagen, Oliveira Lima e Conde de Tovar, não foi até hoje concluído e publicado.

(244) José Honório Rodrigues, *As Fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, 1950, 11-12.

(245) *ob. cit.*

(246) Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar, *ABN*, vols. xxxi-xxxii, 1914; xxxiv, 1914; xxxvi, 1916; xxxvii, 1918, e o Índice dos Documentos relativos ao Brasil, vol. LXI, 1939.

(247) Inventário *cit.*, *ABN*, vol. LXXI, 1951.

Nos Países Baixos, a indicação que fez aos estudiosos brasileiros da existência de vastíssima coleção notarial do Oud Archief de Amsterdã, até então não usada pelos pesquisadores, motivou em parte a viagem de José Antônio Gonsalves de Melo Neto e seu exame por este estudioso do domínio holandês no Brasil, bem como de outras indicações inéditas que anunciamos no estudo já referido, inclusive o material diplomático, hoje microfilmado por intermédio do Embaixador Sousa Leão.

Na França, por iniciativa da Comissão de Textos da História do Brasil, Cícero Dias vem preparando inventários de algumas coleções, tendo já entregue o relativo à Biblioteca de Santa Genoveva, onde existe a coleção Ferdinand Denis.

Na Itália nada se fez, exceto a pesquisa do General Paula Cidade.

Na Espanha, onde já se haviam realizado pesquisas de Varnhagen, Souto Maior, Rio Branco e seus auxiliares, as sugestões que fez foram aproveitadas pela Comissão do Ministério das Relações Exteriores, e João Cabral de Melo Neto dirigiu o inventário finalmente publicado sobre o Arquivo das Índias⁽²⁴⁸⁾.

36. *Guilherme Auler*

A significação das pesquisas de Guilherme Auler está especialmente na revelação e utilização dos papéis e documentos de D. Pedro II, bem como dos arquivos da Mordomia da Casa Imperial. Mostrou G. Auler que todo este conjunto foi entregue a uma comissão nomeada pelo Governo Provisório, que depois de uma inspeção arrecadou os de caráter público e os enviou ao Arquivo Nacional. Assim, em agosto de 1891 os documentos imperiais encontrados no Paço da Cidade e de São Cristovão foram divididos em três partes: a primeira, reconhecida como de caráter privado, composta de 21 caixas e uma grande mala, foi para a Europa, tendo o Príncipe do Grão-Pará, com esse acervo, formado o Arquivo da Casa Imperial, doado ao Governo brasileiro e desde 1947 conservado no Museu Imperial; a segunda, constituída propriamente dos papéis da Mordomia da Casa Imperial e composta de 13 caixões, encontrada em São Cristovão, só foi entregue em abril de 1895 aos procuradores dos herdeiros de D. Pedro II, sendo remetidos à Superintendência da Casa Imperial em Petrópolis, em 1907.

Foi somente em 1945, quando da mudança da Superintendência para o edifício em que residira a Princesa Isabel, que se verificou a existência dessa documentação, hoje constituindo o Arquivo da Superintendência, organizado por Guilherme Auler. A terceira parte,

(248) *O Arquivo das Índias e o Brasil*, Ministério das Relações Exteriores, Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, 1966.

composta de códices e papéis separados pela Comissão de 1891 (81 Livros da Mordomia da Casa Imperial), encaminhada ao Arquivo Nacional, foi em 1941 transferida para o Museu Imperial⁽²⁴⁹⁾.

A primeira parte foi inventariada antes de sua transferência para o Museu de Petrópolis por Alberto Rangel⁽²⁵⁰⁾; a segunda, depois de organizada, serviu às pesquisas de Guilherme Auler, e como parte do Arquivo da Casa Imperial sua consulta depende de autorização de D. Pedro de Orléans e Bragança⁽²⁵¹⁾; a terceira, no Museu Imperial, também foi utilizada por Guilherme Auler, que pesquisou ainda o Arquivo do Palácio do Grão-Pará, em Petrópolis, de cujo acervo, de posse de D. Pedro de Orléans e Bragança, não se conhece inventário.

As pesquisas de Guilherme Auler no Arquivo Nacional sugeriram ao então diretor dessa instituição, o autor deste trabalho, incumbi-lo de organizar os levantamentos relativos à entrada dos estrangeiros no Brasil⁽²⁵²⁾, e por sua iniciativa empreendeu valiosos estudos sobre *Os Colonos de Santa Amélia (Pernambuco — 1829)* e o *Diretor Major João Bloem*⁽²⁵³⁾, complemento para seus estudos sobre os alemães no Brasil⁽²⁵⁴⁾.

37. Pe. Arnaldo Bruxel, S. J.

A fundação do Instituto Anchietano de Pesquisas em 1956, em Porto Alegre, pelos padres da Companhia de Jesus, e de seu órgão *Pesquisas*, promoveu e estimulou a pesquisa no Rio Grande do Sul. O Instituto tinha como objetivos a história, a antropologia, a zoologia e a botânica. A História concentra-se nas missões jesuíticas no Paraguai, sul do Brasil, Uruguai e Argentina, e possuía como seus principais elementos o conhecido padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J., e o padre Arnaldo Bruxel. O primeiro, que exerceu grande influência espiritual no Rio Grande do Sul, depois de numerosos estudos se dedicava à pesquisa e elaboração de uma História da Província da

(249) Guilherme Auler, *Os Bolsistas do Imperador*. Tribuna de Petrópolis, 1956.

(250) "Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu", organizado por Alberto Rangel e Miguel Calógeras, *ABN*, vols. LIV-LV, 1939.

(251) Os trabalhos de Guilherme Auler utilizando este material estão esparsos em artigos e opúsculos, especialmente em *Vozes de Petrópolis* e *Tribuna de Petrópolis*, sobretudo "O Imperador e os Artistas", *Tribuna de Petrópolis*, 1955.

(252) *Os Franceses residentes no Rio de Janeiro, 1808-1820*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960; *Registro de Estrangeiros, 1808-1842*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960-1964, 4 vols.; *Registro de Estrangeiros nas Capitânicas, 1777-1819*, Rio de Janeiro, 1963.

(253) Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1964.

(254) *A Companhia de Operários, 1839-1843*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1959.

Sociedade de Jesus no Sul do Brasil, quando faleceu em 1963. O padre Arnaldo Bruxel especializou-se na História das Missões Jesuíticas do Paraguai, que em termos geográficos ocupava não somente o Paraguai propriamente dito, como vastas extensões da Argentina Oriental, Uruguai e o Ocidente do Rio Grande do Sul.

Para colher documentação para esse trabalho, o padre Bruxel passou mais de dois anos (1952-1953) na Europa, primeiro em Roma, onde durante doze meses selecionou e preparou cerca de 50.000 fotocópias dos arquivos centrais da Companhia de Jesus, quase todos inéditos, entre os quais quatro mil cópias de cartas escritas pelos padres da Companhia de Jesus no século passado, elaborando, ao mesmo tempo, as fichas referentes às fotocópias e a nominata de 1.500 jesuítas que estiveram na Província. Em Portugal, onde permaneceu outros doze meses, pesquisou nos arquivos da Companhia de Jesus, em Évora e Lisboa, e na Biblioteca da Ajuda, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Arquivo Ultramarino. Ao todo reuniu, em Roma e Portugal, um documentário de mais de 200.000 páginas fotocopiadas sobre a ação da Companhia nas Missões Orientais do Uruguai. Toda esta documentação encontra-se no Instituto Anchietano, que tem a intenção de franqueá-la aos estudiosos⁽²⁵⁵⁾.

38. Jaime Cortesão

Desde 1940, quando chegou ao Brasil como exilado político, Jaime Cortesão desenvolveu intensa e proffuca atividade pesquisadora, quer no Instituto Rio Branco, quer na Biblioteca Nacional. No primeiro, além dos cursos que deu desde 1944 sobre cartografia, desenvolvendo teses novas e originais, e cujas apostilas infelizmente não foram publicadas⁽²⁵⁶⁾, e sobre a História da formação territorial do Brasil, publicou entre 1947-1949 uma série de 64 artigos n' *O Estado de São Paulo* e na *Manhã*, sob o título geral de "Introdução à História das Bandeiras", com base, especialmente, na coleção Pedro de Angelis, que foram postumamente publicados em livro⁽²⁵⁷⁾.

A Coleção Pedro de Angelis fora adquirida em 1853 por iniciativa do Ministro Paulino José Soares de Souza e em 1854 dava entrada na Biblioteca Nacional, avaliada em 1855 num total de

(255) Pe. Arnaldo Bruxel, S. J. *Dois anos nos arquivos europeus*, separata do n.º 7 da *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, s. 1. 1957. Vide também *Pesquisas. Communications 1*. 1960, 11-12. O autor deste trabalho manteve correspondência com o padre Bruxel sobre a matéria entre 1954-1957.

(256) *História da Cartografia Política do Brasil*, curso mimeografado. Instituto Rio Branco, 1945. *Curso de Cartografia, Geografia e Mapotecnomia*. Lições mimeografadas do Instituto Rio Branco.

(257) *Introdução à História das Bandeiras*, Portugaláia, 1964, 2 vols.

4.076 obras, das quais 1.291 documentos. Era uma coleção preciosa, em grande parte pertencente ao Arquivo da Província de Jesus do Paraguai, contendo fontes primordiais para a história da formação territorial, dos problemas de limites, do bandeirismo⁽²⁵⁸⁾.

A direção da Biblioteca Nacional convidou Jaime Cortesão, que para seus cursos no Instituto Rio Branco dela se utilizara, para estudar a coleção e publicar os documentos que se prendessem à história do Brasil. O estudo e preparo da publicação da coleção se iniciou por volta de 1945, seguindo Jaime Cortesão critérios que nunca aceitei, quando assumi a direção da Divisão de Obras Raras e Publicações, em 1946, sem conseguir convencê-lo, nem convencer a direção geral da Biblioteca Nacional.

O primeiro problema era a publicação inicial de um inventário completo dos manuscritos, para conhecimento integral da coleção, de modo que a seleção documental estivesse sujeita à crítica dos eruditos e estudiosos, evitando a escolha subjetiva. Em segundo lugar, seu processo de edição diplomática era inteiramente ultrapassado, de acordo com a moderna técnica de publicação de documentos⁽²⁵⁹⁾. Finalmente, antes de Jaime Cortesão o padre Bruxel havia tratado com o Dr. Rodolfo Garcia a edição dos documentos da Coleção, e para isso se preparara estudando e copiando os documentos, colhendo material no Arquivo do Vaticano, aberto ao público, e no Arquivo da Ordem, fechado ao público. Esta questão era importante, porque Jaime Cortesão não era simpático à obra da Companhia⁽²⁶⁰⁾. A coleção, iniciada sem o inventário preliminar, teve seu prosseguimento parado com a morte de Jaime Cortesão⁽²⁶¹⁾.

A outra pesquisa importante realizada por Jaime Cortesão para o Instituto Rio Branco foi sobre Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, baseada em documentação oriunda de vários arquivos europeus, especialmente portugueses, e dos arquivos brasileiros⁽²⁶²⁾.

Finalmente, encarregado da organização da Exposição de História de São Paulo, realizou, entre 1952-1953, uma viagem de pesquisa à Europa, especialmente Portugal, com o fim de colher do-

(258) José Antônio Soares de Souza, "Como se adquiriu a livreria de Pedro de Angelis", *RIHGB*, t. 192, 1948, 60-63.

(259) Vide *Teoria da História do Brasil*, 2.^a ed., *ob. cit.*, 581-598.

(260) Na carta do Padre Bruxel de 2 de abril de 1954, em minha posse, faz-se esta crítica e sugere-se a organização de um trabalho contendo em resumo toda a documentação.

(261) *Manuscritos da Coleção de Angelis*. I. *Jesuítas e Bandeirantes do Guairá*, Biblioteca Nacional, 1951; II. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*, id., 1952; V. *Tratado de Madri*, id., 1954; VI. *Antecedentes do Tratado de Madri*, id., 1955; *Jesuítas e Bandeirantes no Tape*, id., 1969.

(262) A Coleção publicada compõe-se de 7 vols.: *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte I, t. 1, 1695-1735, e t. 2, 1735-1753, Instituto Rio Branco, 1952-1956; *Obras Várias de Alexandre de Gusmão*, Parte II, t. 1, e t. 2, *Documentos Biográficos*, id., 1950; *Antecedentes do Tratado*, parte III, tomo 3, s. d.; *Negociações*, parte IV, tomos 1 e 2, id., s. d. *Execução do Tratado*, parte V, s. d.

cumentos. Pesquisou bibliotecas e arquivos de Lisboa, Porto, Évora, Vila Real e Casa de Insua, esta uma das mais ricas, pois pertence ainda aos descendentes de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que foram Governadores de Mato Grosso (1772-1789 e 1789-1796), em período crítico das questões de limites com a América Espanhola.

A Exposição de História do Brasil (aberta em setembro de 1954) revelou a profundidade e extensão das pesquisas e estudos de Jaime Cortesão da história do Brasil, especialmente na fase colonial, os descobrimentos, as explorações do litoral, a fundação de São Paulo, o bandeirismo, a fixação das fronteiras com a América Espanhola⁽²⁶³⁾.

39. *Ernesto Cruz e General F. Paula Cidade*

Em 1956, o historiador paraense Ernesto Cruz realizou em Portugal e Espanha um exame dos documentos relativos ao Pará, trazendo, segundo declarações à imprensa, mais de mil cópias de documentos, alguns de extrema importância⁽²⁶⁴⁾. Da mesma forma, o General F. de Paula Cidade realizou em Nápoles (1949-1950) uma pesquisa sobre os documentos históricos relativos ao Brasil existentes no Arquivo do Estado. Segundo o General Cidade, os documentos são um complemento indispensável à nossa história, contendo opiniões sobre homens e coisas do Brasil durante o Império, especialmente sobre os costumes políticos, sem contar os de origem diplomática provindos da legação e consulado napolitanos no Brasil⁽²⁶⁵⁾.

40. *José Antônio Gonsalves de Melo Neto*

Uma das missões de pesquisa mais completas, pela capacidade exaustiva de trabalho e pela dedicação temática integral, foi e vem sendo realizada por José Antônio Gonsalves de Melo Neto. Creio que a publicação de minha comunicação ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (outubro de 1950), mais tarde transformada n'*A Pesquisa Histórica no Brasil* (1952), com o seu plano detalhado de investigações na Europa, e mais tarde a publicação do

(263) Houve críticas ao fato de caber a um historiador português a direção geral da Exposição. Foram respondidas pelo assistente de Cortesão, Mário Neme, a quem couberam as demais partes, assistido por Ernâni Silva Bruno e Hélio Damante. Vide "Análise das Críticas à Exposição de São Paulo", *Estado de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1955. Vide também *Exposição de História de São Paulo. Guia para o Visitante*, São Paulo, 1954.

(264) *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1957.

(265) "Documentos relativos ao Brasil no Arquivo Nacional de Nápoles", *Jornal do Comércio*, 8 de janeiro de 1957.

folheto *As Fontes da História do Brasil na Europa* tiveram um efeito estimulante na decisão de José Antônio de lutar na Universidade de Recife pela concessão de ajuda para pesquisar em Portugal e na Holanda.

Em novembro de 1951, conseguiu os recursos necessários para sua primeira missão, incluindo pesquisas na Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, da Ajuda, de Évora e Porto, e outros arquivos menores⁽²⁶⁶⁾. Seu primeiro Relatório enviado ao reitor Joaquim Amazonas⁽²⁶⁷⁾ comunicava ter realizado já o exame (por dois dias) de toda a documentação nordestina da Biblioteca e Arquivo de Évora, a mais conhecida pela divulgação feita pelo *Catálogo* de Cunha Rivara, onde deparara com o folheto de Manuel Álvares Pegas sobre a alegação dos direitos do Conde de Vimioso à Capitania de Pernambuco, exemplar talvez único. Na Biblioteca Nacional de Lisboa consultara todos os códices de interesse nordestino da coleção Pombalina e do Fundo Geral. No Arquivo Histórico Ultramarino examinara, um por um, todos os documentos das 93 caixas e 126 maços de Pernambuco, todos referentes a Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, e mais os do século xvii da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Angola e Açores, microfilmando apenas os relativos ao Nordeste, já registrados no Catálogo Fitzler-Ennes.

Mostrava José Antônio seu desejo de que a documentação servisse aos interesses do ensino superior da História, e dizia que a seleção visara o melhor conhecimento da história de Pernambuco. A documentação era relativa aos séculos xvii-xix, devendo a parte relativa ao século xvi ser fornecida pelo Arquivo da Torre do Tombo. Revelava, ainda, as novidades que a sua documentação traria ao conhecimento histórico, especialmente em detalhes sobre a guerra holandesa; a restauração; o devassamento territorial de Pernambuco, que teria sido feito e ocupado já em 1690 por pernambucanos, ao contrário do que afirmara Capistrano de Abreu; arquitetura civil e fortificações; ensino público; a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba; a conspiração dos Suassuna, na sua grande maioria uma documentação extensa, cuja significação no quadro geral da história de Pernambuco e do Brasil só o seu integral aproveitamento revelará⁽²⁶⁸⁾.

Ampliando as pesquisas, examinou na Torre do Tombo as seguintes coleções: 1) Livro do Brasil; 2) Manuscritos da Livraria; 3) Chancelarias de D. João III a D. Pedro II; 4) Corpo Cronoló-

(266) Carta de José Antônio Gonsalves de Melo Neto a José Honório Rodrigues, de Recife, 8 de novembro de 1951.

(267) "A História de Pernambuco esclarecida e retificada", *Diário de Pernambuco*, 30 de março de 1952, comparado com a carta de 30 de maio de 1953 de José Antônio a José Honório Rodrigues.

(268) A Devassa de 1801, em Pernambuco, foi publicada nos *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional (vol. cx, 1955), sob a direção de José Honório Rodrigues.

gico; 5) Cartório da Inquisição de Lisboa; 6) Ministério do Reino; 7) Processo de habilitação das ordens militares e respectivos livros das Chancelarias; 8) Mesa da Consciência e Ordens; 9) Portarias do Reino. Na Biblioteca da Ajuda orientou-se pelo Catálogo de Carlos Alberto Ferreira, examinando 51 códices. Examinou o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, e o cartório da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba; o Arquivo Histórico Militar, seguindo o catálogo de Henrique de Campos Ferreira Lima; a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, seguindo o catálogo incompleto de Francisco Morais.

Desses trabalhos, organizou, com sua paciência e minúcia, três Relações que estão à consulta dos consulentes no Arquivo Histórico Ultramarino, mas infelizmente não publicadas até hoje: 1) Relação dos Papéis Avulsos relativos à Capitania de Pernambuco, 1605-1738, organizada pelo Sr. Professor José Antônio Gonsalves de Melo Neto, da Universidade do Recife, quando Leitor deste Arquivo, 1952, 62 págs.; 2) Relação dos Papéis Avulsos, id. id., 63-154; 3) Relação de Papéis Avulsos e Códices, id. id. 155-395.

O êxito de sua primeira missão levou-o de volta à Europa, ainda com o apoio da Universidade do Recife, que dava, assim, um exemplo de incentivo às pesquisas históricas, enquanto a então chamada Universidade do Brasil nunca tomou a menor iniciativa nesse sentido.

Já na primeira viagem, José Antônio conseguiu do Reitor da Universidade de Pernambuco, segundo me escreveu, "autorização para mandar microfilmar as coleções Schaeff e Winter que você mencionou", referindo-se às informações que divulguei nas *Fontes para a História do Brasil na Europa* ⁽²⁶⁹⁾, embora no segundo Relatório de 1958, publicado, escreva ter sido por sugestão de Gilberto Freyre que fez novo exame de papéis holandeses relativos ao Brasil ⁽²⁷⁰⁾. Nessa segunda missão incumbiu-se de ensinar História do Brasil no Instituto Espanhol Português e Ibero-Americano da Universidade de Utrecht, e de pesquisar a documentação relativa ao Nordeste Brasileiro em geral e a Pernambuco em particular, nos arquivos da Holanda, Espanha, França e Inglaterra, dentro do mesmo critério da missão anterior nos arquivos de Portugal (1951-1952).

A pesquisa iniciou-se no Arquivo Geral do Reino, na Haia, examinando os mesmos papéis que José Higinio examinara em 1885-1886. Afirma que este, dispondo de verba reduzida e tendo que fazer copiar à mão os documentos, selecionara os documentos principais, abandonando os apensos anexados, tudo isto em relação às Cartas e Papéis do Brasil (1630-1655); em relação às Nótulas Diárias do Governo do Brasil (1635-1654), que constituem com a primeira coleção o grande acervo de cópias trazidas por José Higinio da

(269) Carta de José Antônio Gonsalves de Melo Neto a José Honório Rodrigues, de 8 de novembro de 1951.

(270) "Missão nos Municípios", *Didrio de Pernambuco*, 15 de junho de 1958.

Holanda e depositadas no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, diz José Antônio que, apesar de vasta, a coleção não é senão “um notável trabalho de seleção, de tal forma conduzido que não há praticamente aspecto histórico da ocupação holandesa do Nordeste brasileiro que aí não encontre elementos substanciais de informação”. Ainda assim, procedeu a uma segunda seleção, particularmente importante pelo que se refere ao extraordinário surto de urbanização do Recife no período de 1637-1654. Referia-se, ainda, aos Arquivos em que pretendia trabalhar, o arquivo da Casa Real, e, em Amsterdã, o Arquivo Municipal, o do Seminário Português Israelita Ets Haim – ambos pela primeira vez anunciados pelo autor deste trabalho aos estudiosos brasileiros, nas *Fontes da História do Brasil na Europa* –, e no arquivo da Igreja Reformada, onde outros brasileiros já haviam trabalhado.

Com o apoio do Embaixador Joaquim de Sousa Leão visitou os grandes museus da Holanda, onde se guarda vasta iconografia de interesse histórico, e coleções particulares, em geral inacessíveis ao público, como a Coleção Engelbrecht e a Fundação Atlas van Stolk, ambas de Roterdã, tendo obtido algumas fotografias das mais raras para torná-las conhecidas em Pernambuco (271).

Afora esta documentação, examinou José Antônio os “Papéis dos Estados Gerais das Províncias Unidas”, isto é, da Assembléia que dirige a política interna e externa das Sete Províncias que formavam os Países Baixos, e que não haviam sido examinados por José Higino, pelo fato não só de terem sido objeto especial das investigações de Netscher e Joaquim Caetano da Silva, como por ser muito limitado o tempo de que dispunha.

Verificou José Antônio que as pesquisas de Netscher foram muito incompletas e que Joaquim Caetano da Silva não realizou pessoalmente nenhuma pesquisa, tendo encarregado o funcionário J. A. Zwaan da seleção do material copiado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por não conhecer a história do Brasil nem a língua, esse funcionário deixou escapar numerosos documentos de importância; afirma que somente com ele os documentos dos Estados Gerais foram objeto de exame completo. Examinou 13 maços relativos ao Brasil (ns. 5.770 a 5.782), compreendendo os documentos recebidos da Bahia e de Pernambuco e as decisões relativas ao Brasil, tomadas pelos Estados Gerais entre 1625-1665; 2 maços respeitantes à Companhia das Índias Ocidentais, ns. 3.228 a 3.229, 1638-1663, e 3 maços relativos a Portugal, ns. 7.017 a 7.018 e 8.315, 1641-1669.

Revela, depois desta longa pesquisa, ter encontrado seis importantes documentos subscritos pelas principais figuras luso-brasileiras de Pernambuco desde 1642, com novas revelações sobre a atitude da população conquistada em relação a seus dominadores (272). As no-

(271) “Missão nos Arquivos”, *Diário de Pernambuco*, 4 de maio de 1954.

(272) “Missão nos Municípios”, *Diário de Pernambuco*, 15 de junho de 1958.

vidades estariam na urbanização do Recife, com as notícias de que o engenheiro Frederik Pistor é o responsável por várias e importantes obras de urbanização e a relativa ao número de tijolos enviados a Pernambuco; na população israelita do Brasil holandês, grande e economicamente poderosa, mas cuja síntese por ele feita não traz maior contribuição; nas listas de livros holandeses no Recife, entre os quais 4.057 catecismos em língua espanhola; nos elementos biográficos, sobre as atividades comerciais de João Fernandes Vieira, cartas de André Vidal de Negreiros, cartas de Antônio Filipe Camarão, já conhecidas e traduzidas e agora trazidas em microfilme, e na descoberta de que o nome de Nieuhof é Nyhov⁽²⁷³⁾.

Finalmente, em dezembro de 1957 José Antônio foi a Sevilha e verificou no Archivo General de Indias que é diminuta a documentação sobre o Nordeste, embora vasta a relativa ao Brasil, conclusão sem novidade em face dos estudos anteriores já referidos. Foi também ao Porto, onde cotejou as duas edições de Diogo Lopes de Santiago com o manuscrito daquela Biblioteca⁽²⁷⁴⁾.

No exame geral e final destas duas missões de 1951-1952 e 1957-1958, realizadas com método, domínio da matéria, conhecimentos indispensáveis da história e da língua, com paciência e pertinácia louváveis, parece-nos que o resultado não correspondeu ao esforço. O quadro geral do período de 30 anos da história do Brasil (1624-1654) pouco se modifica, a não ser em detalhes e minúcias, que podem ficar à mercê das descobertas por acaso, e não devem depender de tanta diligência e esforço. O período holandês está esgotado no conhecimento da sua evolução e significação, enquanto áreas mais importantes da história de Pernambuco e do Nordeste estão relegadas e esquecidas.

O certo é que o pesquisador, depois de tanto empenho e cansaço, não modificou essencialmente a não ser com a série biográfica publicada entre 1954-1956, a história do domínio holandês, para a qual contribuiu com o seu *Tempo dos Flamengos* (1947). Esperemos que a documentação portuguesa colhida possa fazê-lo contribuir com um estudo significativo para a história de Pernambuco e do Nordeste, e não o esterilize, dominado pela vastidão do material.

41. Ministério das Relações Exteriores

No Brasil não há pesquisa histórica, nem no Ministério da Educação, criado em 1930, nem nas Universidades federais ou estaduais, criadas também na década de 1930. Mas existe tradição de pesquisa

(273) "Missão nos Arquivos", II. Infelizmente meu recorte está sem data, mas deve ser igualmente do *Diário de Pernambuco*, entre 4 de maio e 15 de junho de 1958.

(274) "Missão nos Municípios", artigo citado.

histórica no Ministério das Relações Exteriores, já nesta obra várias vezes apontada e infelizmente interrompida durante a República.

a) *Instituto Rio Branco*

A retomada desse espírito se fez em 1948, quando o Instituto Rio Branco iniciou, com a criação da seção de pesquisas, dirigida pelo autor deste trabalho, tarefas regulares de investigação histórica (275).

O primeiro esquema de trabalho da Seção visava especialmente a história diplomática do Brasil, tal como se observa na seguinte transcrição:

ESQUEMA DOS TRABALHOS DA SEÇÃO DE PESQUISAS

1. Esgotar as pesquisas relativas ao Barão do Rio Branco e preparar publicações, tais como:
 - a) Bibliografia de Rio Branco;
 - b) Colaboração esparsa;
 - na Enciclopédia;
 - na Ilustração;
 - sob pseudônimos;
 - em jornais.
 - c) Anotações do Barão do Rio Branco:
 - P. M. Netscher e outros.
 - d) Relatórios.
 - e) Iconografia
2. Inventário do Arquivo Geral do Itamarati.
3. Inventários dos Arquivos particulares:
 - a) José Maria da Silva Paranhos Júnior.
 - b) Joaquim Nabuco.
 - c) José Maria da Silva Paranhos.
 - d) Joaquim Tomás do Amaral.
 - e) Duarte da Ponte Ribeiro.
 - f) Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.
 - g) Francisco Adolfo de Varnhagen.
 - h) Francisco Inácio de Carvalho Moreira.
4. Inventário dos documentos relativos à diplomática existentes no Arquivo Nacional.

(275) A Seção fora criada pelo Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, e seu encarregado, José Honório Rodrigues, foi confirmado na chefia pelo ato de 2 de setembro de 1948, assinado pelo Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva.

5. Inventário dos documentos relativos à história diplomática existentes na Biblioteca Nacional.
6. Inventário dos documentos relativos à história diplomática existentes no Arquivos estaduais.
7. Inventário dos documentos relativos à história diplomática existentes nas Seções de Manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nos Institutos Históricos estaduais.
8. Arquivos estrangeiros:
 - a) Preparar listas dos documentos brasileiros existentes nos arquivos estrangeiros, de acordo com os inventários da Carnegie Institution, Gayangos, F. Figanière, Oliveira Lima.
 - b) Alexandre de Gusmão (já em prepató pelo Prof. Jaime Cortesão).

Era tão evidente esta orientação que o historiador José Antônio Soares de Souza, um dos maiores conhecedores do Arquivo Histórico do Itamarati, observou, ao ser publicado o *Catálogo da Coleção Visconde de Rio Branco*: "Do que escreveu à guisa de prefácio, o Dr. José Honório Rodrigues, inspirador e orientador da publicação, verifica-se que o trabalho fora planeado para ter começo com a divulgação dos catálogos de documentos pertencentes ao Arquivo Histórico do Itamarati" (276).

O que não era evidente era a oposição do diretor do Serviço de Documentação do Itamarati, Luís Camilo de Oliveira Neto, que conseguia, por um passe de mágica, ser ao mesmo tempo diretor deste Serviço e Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, e via com maus olhos qualquer iniciativa alheia, embora da Casa, realizadora no setor que dirigia (277).

Do esquema geral partiu-se para um plano mais concreto e realizou-se a prazo médio, estabelecendo-se a ordem de precedência das tarefas e as diretrizes práticas de sua realização. Solicitara-se de Luís Camilo o apoio para a elaboração dos seguintes trabalhos: 1) Catálogo do Arquivo do Barão do Rio Branco; 2) Catálogo do Arquivo de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes; 3) Joaquim Nabuco no Arquivo Geral (Missão na Itália, Embaixada em Washington); 4) Rui Barbosa no Arquivo Geral (Haia, etc.); 5) Catálogo do Arquivo de Duarte da Ponte Ribeiro.

Os itens 1, 2 e 5 estavam, segundo Luís Camilo, em fase de execução final, mas sugeri modificações de natureza metodológica; quanto a Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, a intenção era colaborar

(276) "A Coleção Visconde do Rio Branco", *RIHGB*, vol. 208, 1952, 3.

(277) Luís Camilo de Oliveira Neto não chegou a ser um historiador e mesmo como pesquisador sua atividade foi menor, tendo trazido de Portugal algumas listas de documentos, já aqui referidas, preparadas por Ernesto Ennes (Cf. cartas entre eles trocadas em 1946) e uns poucos artigos bibliográficos sem maior significação. É, assim, uma heresia a comparação entre ele e Capistrano de Abreu feita por Afonso Arinos de Melo Franco in *A Alma do Tempo*, Rio de Janeiro, 1961, 298-299.

nas comemorações centenárias. Feitas as modificações, o Instituto Rio Branco publicaria os catálogos, já que contava com recursos para o trabalho, enquanto o Serviço de Documentação dependia da Imprensa Nacional, o que significava, como todos sabem, total incerteza quanto à execução do serviço.

As evasivas, os pretextos mais variados tornaram, em pouco tempo, muito claro ser impossível contar com a colaboração de Luís Camilo, embora fosse manifesto que o Instituto Rio Branco, no caso de trabalhos em execução final, declararia ter-se limitado à publicação, ainda que lhes tivesse dado maior compostura metodológica.

Foi por isso que se deixou de lado a pesquisa no Arquivo Histórico do Itamarati — onde também o professor Jaime Cortesão sentia sempre a velada oposição de Luís Camilo —, e passou-se para a pesquisa na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, que já se propusera ao Diretor do Instituto Rio Branco prevendo a hipótese de fracasso da primeira tarefa.

Da Biblioteca Nacional passar-se-ia para o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pensava-se, ainda, em reunir um vasto fichário de documentação existente nos Arquivos estrangeiros, tomando como base todos os Guias⁽²⁷⁸⁾ editados pela Carnegie Institution de Washington, e os catálogos de documentos de Arquivos e bibliotecas estrangeiras⁽²⁷⁹⁾. Os Guias foram organizados visando a história da América e por isso registram os documentos relativos ao Brasil existentes em 115 instituições eruditas européias. Feitas as fichas, segundo estes guias e catálogos, e organizados os fichários por países e estes subdivididos por arquivos e bibliotecas, alfabeticamente, poder-se-ia verificar a existência de cada documento nos vários arquivos e bibliotecas brasileiros e eliminar da busca os existentes no Brasil, e saber também precisamente o que não possuíamos. A elaboração desse fichário iria orientar metodicamente o que devíamos procurar no estrangeiro para reprodução de qualquer espécie, sem eliminar, evidentemente, aquilo que, não registrado nos guias e catálogos e, conseqüentemente, no fichário, fosse encontrado nas pesquisas.

Outro ponto importante no plano de trabalho era o de publicações. Inauguravam-se quatro séries: a) bibliografia das fontes, abrangendo inventários e catálogos de documentos e bibliografias especializadas, sob o título de Coleção Bibliográfica de Fontes; b) coleção de fontes, sob o título Textos de História Diplomática, compreendendo a publicação selecionada de documentos inéditos, selecionados depois do levantamento da bibliografia das fontes; c) contribuições originais, resultado do exame e interpretação de fontes

(278) *Guides to manuscripts materials for the history of the United States*. 21 vols.

(279) Ofício dirigido ao Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, 31 de agosto de 1948. Dava-se precedência à Biblioteca Nacional porque nesta, onde o encarregado das pesquisas do Instituto Rio Branco era Diretor da Divisão de Obras e Publicações, seria mais fácil dar-lhes a orientação necessária.

primordiais, formando uma coleção intitulada Biblioteca Histórica Diplomática, ou Coleção Diplomática Brasileira.

As dificuldades criadas por Luís Camilo impossibilitaram completamente a realização do plano, obrigando a limitar-se a pesquisa à Biblioteca Nacional, onde se realizou o exame da Coleção Visconde do Rio Branco, cujo Catálogo foi depois publicado, como já referimos, fazendo-se ainda a edição das *Cartas ao Amigo Ausente* ⁽²⁸⁰⁾.

Em 1953 deixei a direção das pesquisas do Instituto Rio Branco, que apresenta ainda, em seu acervo de realizações, a obra de Alexandre de Gusmão, dirigida independentemente por Jaime Cortesão, e da qual já tratamos.

b) *Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil*

Criada em 27 de março de 1943, a Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil tinha por atribuições: a) tomar conhecimento da bibliografia nacional editada no Brasil ou no estrangeiro; b) preparar, mensalmente, uma relação bibliográfica das principais obras e artigos sobre assuntos históricos; c) rever, em vista dos dados de maior segurança e autenticidade, as informações compendeadas nos impressos sobre assuntos históricos, assinalando as inexatidões por ventura encontradas; d) apresentar pareceres ou realizar estudos sobre questões de história nacional, relacionadas com a política exterior do país, quando solicitadas pelo seu Presidente (sempre o Secretário-Geral do Ministério) ⁽²⁸¹⁾.

O inspirador da criação da Comissão fora Luís Camilo de Oliveira Neto e a essência da idéia se concentrava no item c, que significava a tentativa de estabelecer, por meios diplomáticos, a correção dos textos de ensino da história que poderiam ser lesivos ou prejudiciais às relações entre o Brasil e as nações amigas, especialmente as latino-americanas.

Raras vezes a Comissão foi convocada a dar pareceres sobre livros de ensino médio, especialmente da região platina, nos quais se cometiam equívocos ou interpretações consideradas tendenciosas ou nocivas às boas relações entre o Brasil e o país produtor do livro.

A Comissão dedicava-se quase inteiramente ao levantamento bibliográfico ⁽²⁸²⁾ e em 1945 foi reorganizada, com as mesmas atribuições, excetuada a antiga letra c das instruções de 1943. Permanecia a idéia de dar pareceres sobre questões de história nacional, relacionadas com a política exterior do país, uma tímida iniciativa de con-

(280) Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1953. No Instituto, tive que estudar e dar parecer sobre várias obras apresentadas para fazerem parte das contribuições originais, mas nenhuma delas foi publicada pelo Instituto Rio Branco.

(281) *Bibliografia de História do Brasil*, 2.º semestre de 1943. Rio de Janeiro, 1944.

(282) Foram publicados, entre 1943 e 1956, 15 vols. da *Bibliografia de História do Brasil*.

sultoria histórica, até hoje não efetivamente criada e que constitui, nos países mais avançados, todo um departamento⁽²⁸³⁾.

Até então a Comissão não tivera funções de pesquisa. Coube ao autor deste trabalho apresentar à Comissão, que dia a dia se desinteressara da sua tarefa simplesmente bibliográfica, um plano de pesquisas, que seria distribuído pelos seus vários membros, assistidos pelo Arquivo Histórico, cuja chefia também participava dos seus trabalhos. O plano debatido e ampliado pela Comissão era o seguinte:

I - Publicar os documentos existentes no Arquivo Histórico das seguintes Missões, por ordem:

- 1) Missão Visconde de Abrantes, 1846 (junto aos gabinetes de Londres e Paris, para cooperar com o Brasil na manutenção do Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai).
- 2) Missão Marquês do Paraná, 1852, a fim de obter do governo da República do Uruguai a ratificação, que recusava, dos Tratados de 12 de outubro de 1851, sobre limites e navegação.
- 3) Missão Pedro Ferreira de Oliveira, 1853, pedindo satisfação ao Governo do Paraguai pela ofensa e atentado que praticara à soberania do Brasil, enviando passaporte ao Ministro Pedro de Alcântara Bellegarde.
- 4) Missão Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, 1856, incumbida de obter do governo paraguaio um Tratado para o ajuste de limites com o Brasil, Tratado de 6 de abril de 1856.
- 5) Missão do Visconde do Uruguai, 1856-1857, limites do Brasil com a Guiana Francesa.
- 6) Missão Saraiva, 1864, pedindo satisfação ao Governo da República do Uruguai pela violação de seus direitos.
- 7) Missão Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, 1865, junto ao Governo da República do Uruguai.
- 8) Missão do Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, 1865, tendo por fim a celebração de uma aliança entre o Brasil, a Confederação Argentina e a República do Uruguai contra o governo do Paraguai.
- 9) Missão Conselheiro Filipe Lopes Neto, perante o governo da República da Bolívia; neutralidade, limites, comércio, navegação e extradição de criminosos.

II - Promover e realizar pesquisas sobre a história diplomática em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras, publicando catálogos, inventários e os próprios textos.

O fruto deste trabalho já se fez notar com a publicação d'*A Missão Pimenta Bueno (1843-1847)* e d'*A Missão Bellegarde ao Paraguai (1849-1852)*⁽²⁸⁴⁾. A volta do Embaixador J. C. de Macedo Soares à Secretaria de Estado provocou a reorganização da Comissão,

(283) O Historical Office, do Departamento de Estado.

(284) Introdução por Pedro Freire Ribeiro, 1965, e Exposição, Antecedentes e Notas por José Antônio Soares de Souza, 1966. 2 vols. Os catálogos de documentos ainda não foram publicados.

feita pela portaria de 19 de janeiro de 1956, consolidando-se todas as atribuições de 1943 e 1945 e mais a organização dos *Anais do Itamarati*, para sua publicação periódica, bem como quaisquer outras publicações relativas à História do Brasil, e em especial a assuntos diplomáticos (285), bem como o novo item *f*: organizar instruções para orientar pesquisas em arquivos estrangeiros, a serem feitas por funcionários das missões diplomáticas brasileiras, estudar o material resultante dessas pesquisas e propor ao Ministro de Estado o destino que ao mesmo deva ser dado e a parte que o Itamarati deverá conservar em seus arquivos ou publicar, na conformidade da Portaria de 19 de janeiro de 1956 (286).

Nessa mesma Portaria se resolveu:

"Incumbir a um membro da missão diplomática em Lisboa e outro em Madri, a serem designados oportunamente,

I — de fazer, respectivamente, nos arquivos históricos de Portugal e da Espanha, um índice geral da documentação referente ao Brasil, que neles se encontrar, o qual será enviado à Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, criada neste Ministério pela Portaria de 13 de abril de 1943, a fim de que esta verifique não só os que devem ser copiados, como a ordem de precedência, seguindo instruções que, para orientar essas pesquisas, serão baixadas pelo Ministro de Estado e de cuja elaboração fica encarregada a mesma Comissão;

II — de proceder à cópia dos documentos indicados, seja escrita, fotografada ou microfilmada, conforme as condições e possibilidades;

III — de remeter o material copiado à Comissão, que, depois de considerá-lo devidamente, proporá ao Ministro de Estado o destino que ao mesmo deva ser dado e a parte que o Itamarati deverá conservar em seus arquivos ou tomar a iniciativa de publicar, tudo na conformidade com as Instruções acima referidas;

IV — de fazer as pesquisas indicadas pela Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil".

Vários pesquisadores foram encarregados de examinar os arquivos de Portugal, Espanha e França, e o primeiro trabalho publicado como resultado dessa iniciativa foi *O Arquivo das Índias e o Brasil. Documentos para a História do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*, preparado por João Cabral de Melo Neto (287).

(285) Item *e* do novo texto. Foi o Embaixador J. C. de Macedo Soares quem teve a iniciativa, como Ministro (1934-1937), de iniciar a publicação dos *Anais do Itamarati*. Aurélio Porto, como redator-chefe, editou 9 vols.: vol. I. *A Revolução no Rio Grande do Sul* (Correspondência de Manuel de Almeida Vasconcelos, 1831-1834-1837); vol. II. *Relações Diplomáticas com o Prata*. 1.^a parte. *Os Corréas da Câmara*, vol. III. id. id., 1824-1828; vol. IV. idem, idem, 1829-1830; vols. V a IX. *Relações diplomáticas com o Prata* (vol. I a V da Coleção Cisplatina).

(286) A portaria foi publicada no *Jornal do Comércio* de 28 de janeiro de 1956, pág. 5.

(287) Ministério das Relações Exteriores, Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, 1966. Prefácio de José Honório Rodrigues, a quem coube orientar e assistir como membro da Comissão a pesquisa de João Cabral de Melo Neto. Há um outro trabalho já realizado por Cícero Dias sobre a Biblioteca de Santa Geneveva, em Paris, ainda não publicado.

TERCEIRA PARTE

Os instrumentos do trabalho histórico

I. A PESQUISA E AS FONTES

O desenvolvimento da historiografia está sempre na dependência da utilização e controle das fontes, do aperfeiçoamento da pesquisa e dos métodos, da capacidade interpretativa, da compreensão. Os dois primeiros aspectos constituem o objetivo deste capítulo.

Foi a expansão investigadora, descobrindo e preservando fontes, valorizando os testemunhos em cuidadas edições críticas, a responsável pelo crescimento da historiografia. Para isso concorreram as disciplinas auxiliares, a arqueologia, a biblioteconomia, a arquivologia, tornando acessíveis fontes impenetráveis e desconhecidas, enriquecendo patrimônios de bibliotecas e arquivos, ou elaborando inventários, listas, catálogos.

Tem sido pobre e lento o processo de provimento documental das nossas instituições de caráter histórico. Não temos recolhido, não temos preservado, não temos registrado os grandes acervos de documentos históricos, quer públicos quer privados. Mesmo em horas de necessidade prática nacional, como nos casos de defesa dos limites ou da soberania (Ilha da Trindade, por exemplo), os nossos historiadores-advogados, como o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco queixaram-se da falta de fontes primordiais, ou porque não tivessem sido preservadas no Brasil, ou porque não havíamos procedido às pesquisas nos arquivos europeus e feito copiar os documentos que servissem de prova.

Os Estados Unidos se dedicaram há muito, cuidadosamente, ao levantamento sistemático de todas as fontes existentes nos arquivos estrangeiros, e depois iniciaram sua reprodução em massa. Essa tarefa foi também iniciada modestamente pela Argentina. Vimos, no capítulo anterior, que as iniciativas de D. Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não tiveram seguimento na República. Não se deu, igualmente, expansão aos recursos para as bibliotecas e arquivos, que não se enriqueceram no acervo e nos instrumentos de controle documental.

A massa da produção documental manuscrita e impressa, o crescimento dos serviços públicos, a abundância legislativa e parlamentar, a difusão jornalística, a publicidade informativa comercial e industrial, a divulgação estatística tornaram gigantesca a tarefa de guardar, conservar e dominar as fontes.

O crescimento da produção dos documentos públicos tem sido tão grande nos últimos tempos, que a tarefa mais urgente se tornou a avaliação, para bem aquilatar o que deve ser conservado permanentemente no Arquivo Nacional, e o que deve ser destruído, pela insignificância de seu valor informativo ou probatório.

As taxas de crescimento são mais que geométricas e recentemente Arnold Toynbee mostrava que o conteúdo cúbico dos arquivos britânicos acumulados durante a guerra, de 1939 a 1945, era igual aos depósitos de toda a fase anterior da história britânica⁽¹⁾.

Num inquérito realizado em 1954, e apresentado pelo *Chancellor of the Exchequer* (uma espécie de Ministro da Justiça), de ordem de S. Majestade, verificou-se que eram necessários 200 mil pés cúbicos (ou cerca de 40 milhas) para guardar os documentos públicos desde a Conquista normanda (1066) até aquela data, e que, atualmente, somente os documentos públicos existentes nos Departamentos Governamentais exigiam mais de 600 mil pés cúbicos (cerca de 120 milhas) de espaço para sua conservação.

Deste modo, o acúmulo de material a preservar seria três vezes o já reunido no Public Record Office (Arquivo Nacional) durante mil anos de história⁽²⁾.

O crescimento da produção documental americana é também desmesurado. O cálculo norte-americano avalia em 4 milhões de pés cúbicos a produção anual de documentos, da qual um quarto é selecionada para retenção indefinida ou permanente. Como a capacidade do Arquivo Nacional de Washington é de um milhão de pés cúbicos, seria necessária a construção anual de um edifício de igual capacidade somente para conservar os documentos públicos. Como não é possível construir um novo edifício anualmente, o único caminho consiste em completar e executar rigorosamente as tabelas de eliminação⁽³⁾.

Os arquivos correntes, onde se acumula a produção documental pública, em crescimento assustador, talvez em proporção maior que a própria população, devido à expansão das atividades oficiais e populares, passaram a ser controlados pelo Arquivo Nacional, decidindo este a eliminação ou retenção dos documentos sem interesse ou de interesse permanente. O oceano de papéis públicos impõe um critério rigoroso de avaliação, pois nem os Estados Unidos, como nação poderosa de recursos, podem afrontar os custos da manutenção documental, sem contar a falta de espaço e de técnicos. O problema da avaliação e eliminação é, assim, um problema fundamental, agravado ainda nos países onde a iniciativa estatal é muito superior à iniciativa privada⁽⁴⁾.

No Brasil, a produção documental vem também crescendo, com o aumento da população, a expansão das atividades governamentais,

(1) *A Study of History*, Oxford University Press, 1954, vol. ix, 354.

(2) *Committee on Departmental Records. Report*. Londres, H. M. S. Office, 1954, 5.

(3) Robert H. Bahmer e Ernst Posner. *Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

(4) José Honório Rodrigues, Nota liminar, in *A avaliação dos documentos públicos modernos*, de T. R. Schellenberg. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

e o desenvolvimento econômico. O problema das fontes brasileiras agrava-se, como em todos os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, inclusive alguns países europeus, como Portugal e Espanha, tão diretamente ligados ao Brasil, pelo atraso das suas instituições arquivísticas, inteiramente indiferentes aos problemas essenciais da seleção, avaliação e destinação de seus documentos. A consequência é o acúmulo fantástico, a divisibilidade de inúmeros depósitos, inteiramente acumulativos e não funcionais, e a destruição irracional de suas fontes primordiais. As perdas de documentos coloniais foram de certo modo compensadas pela existência de um original e duas cópias, o primeiro quase sempre existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Mas desde a Independência, afora os incêndios e destruição por negligência, não se tem podido recompor a perda de substancial documentação⁽⁵⁾.

E isso sem contar outro aspecto verdadeiramente capital: os arquivos correntes costumam confiar ao Arquivo Nacional a guarda de documentos secundários, evitando a entrega de papéis políticos e econômicos fundamentais. Michel Ducheim, referindo-se à experiência francesa, escreveu: "Sejamos francos e confessemos aqui o que todos sabem, mas que é de bom tom dissimular pudicamente: a cada mudança de ministério queimam-se quilos e quilos de documentos nos gabinetes ministeriais. A mesma coisa, em grau menor, acontece nas províncias"⁽⁶⁾.

Quando fui diretor do Arquivo Nacional, procurei convencer as autoridades a organizarem sistematicamente a transferência dos documentos para Brasília, mas cada ministério, cada serviço de documentação constitui uma unidade independente, inteiramente indiferente a uma política nacional de documentação, e o nosso único resultado positivo foi conseguir a entrega do arquivo da Presidência da República, isto mesmo sem o seu fichário correspondente, transferido para Brasília.

Os serviços de documentação, a que estão subordinados os arquivos ministeriais correntes — de modo generoso, pois guardam papéis de mais de 30 anos — tornaram-se os grandes causadores da desordem documental brasileira, sob todos os pontos de vista, de unidade, indivisibilidade, destruição e falta de recolhimento.

O problema da defesa das fontes brasileiras não se esgota nestes aspectos. Nas relações entre arquivos, bibliotecas e museus, a indefinição sobre suas funções específicas agrava a invasão recíproca de depósito e atribuições. Na verdade, as bibliotecas e museus têm invadido mais a área dos arquivos que estes a daqueles. As bibliotecas têm ampliado suas seções de manuscritos, adquirindo coleções

(5) José Honório Rodrigues, Nota liminar, in *Os arquivos e os documentos públicos modernos*, por J. Mady e R. H. Bautier. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Marilena Barbosa Vieira.

(6) *A Colaboração entre os Serviços Administrativos e os Arquivos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, 16. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

privadas, muitas vezes de origem pública, pois criadas no exercício de atividades oficiais, e que, pela sua natureza, deveriam ter guardada nos arquivos, onde completariam as informações dos papéis oficiais. Os museus, destinados à guarda de uma espécie documental — os chamados restos — e formados inicialmente, como o Museu Histórico Nacional (1922) e o Museu Imperial (1940) com parte do material guardado inapropriadamente em arquivos e bibliotecas — coleções de numismática, de medalhística — passaram a conter documentação manuscrita, cuja guarda deveria caber ao Arquivo Nacional. É um erro, e erro grave não manter a unicidade e indivisibilidade da documentação pública, fundando novos Museus, como o da República, para guardar também a documentação manuscrita republicana. Além da diferença de fonte que cabe a cada instituição e a vantagem da indivisibilidade da espécie documental, devem-se ter em conta as diferenças de método na técnica do arranjo e os fins diferentes que as instituições visam na guarda de seus materiais⁽⁷⁾.

Outro aspecto importante seria a organização do Registro Nacional de Arquivos e o Catálogo Coletivo de Manuscritos, idéia que desde 1865 Frei Camilo de Monserrate, paleógrafo, bibliotecário e diretor da Biblioteca Nacional defendeu, ao pleitear a organização de um Inventário Geral dos Arquivos Brasileiros, centralizando na Biblioteca Nacional os catálogos de todos os arquivos existentes no país. A idéia, um esboço do registro nacional de arquivos, foi em parte aproveitada na reforma do Arquivo Nacional, durante a minha administração⁽⁸⁾.

Todos estes problemas tratam da preservação física das fontes, de sua seleção e destino; são tarefas que dependem do Estado, exceto quando se trata de documentos privados. Mas o Estado, no Brasil, tem sido, na verdade, muito indiferente ao documento histórico. Ele não tem atendido aos apelos dos estudiosos e se descurou da defesa do documento histórico. É certo que ainda recentemente, mesmo em países avançados, ouvia-se o mesmo apelo, como o do professor V. H. Galbraith, na Universidade de Oxford, em 1948, e o do professor J. R. M. Butler, da Universidade de Cambridge, em 1949⁽⁹⁾.

Ora, num país de tão rica consciência histórica, não é por acaso que em duas de suas mais famosas Universidades, um ano após o outro, seus mestres viessem de público mostrar ao governo que o problema fundamental da historiografia é o da pesquisa e da defesa do documento histórico. Os governos podem ou não interessar-se pelo

(7) *Os arquivos públicos e as bibliotecas*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

(8) Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958. Vide também Robert H. Land, *O Catálogo Coletivo Nacional das Coleções de Manuscritos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley; e Howard H. Peckham e Bell I. Wiley, *O Registro Nacional de Manuscritos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley.

(9) *Historical Study and the State*, Oxford, At the Clarendon Press, 1948; e *The Present Need for History*, Cambridge, At the University Press, 1949.

futuro de uma disciplina clássica, mas não podem descuidar-se da defesa do documento, um problema nacional e urgente.

Na apologia final, Galbraith, ao fazer um apelo incisivo ao Estado, lembrava que ninguém pode roubar-nos da nossa história, exceto nós mesmos. Um vasto estímulo potencial nos vem do passado, a grande raiz de nossa civilização, e também o verdadeiro caminho da educação. Deve ser nosso dever preservar pela pesquisa, para a posterioridade e os futuros sistemas, uma notícia mais completa e exata dos fins pelos quais lutamos. As fontes não são efêmeras; elas ficam e é função da sociedade civilizada preservá-las, como testemunhos silenciosos dos nossos esforços, das nossas lutas, da nossa paixão, da nossa criação. Por isso eles merecem, como os monumentos arquitetônicos, um cuidado especial.

Cabe ao Estado compreender a importância da prova documental e revelar seu interesse pela sua conservação. Por toda parte tomam-se medidas prudentes para a conservação destas vozes da vida passada e presente e programas eficientes de preservação são planejados nos Estados Unidos⁽¹⁰⁾.

O velho apelo de James Monroe, em defesa do patrimônio escrito, dirigido à Assembléia da Virgínia aos 12 de dezembro de 1800, é ali sempre lembrado e tem servido de estímulo à política de amparo aos arquivos.

A importância, a urgência e o caráter nacional do problema consistem, em resumo, no valor administrativo, legal, fiscal, protetor dos direitos dos cidadãos e na significação histórica dos documentos. Nenhum negócio privado, nenhum Banco, nenhuma sociedade comercial e industrial pode progredir sem um arquivo bem organizado ou privado de seus papéis. Do mesmo modo se pode bem avaliar a importância do arquivo público, daquele que defende interesses sociais e a eles atende. Sem os arquivos da geração passada sua experiência estaria perdida, e o país sofreria uma lastimável privação do nosso conhecimento⁽¹¹⁾.

É exato que a defesa documental está sempre em relação direta com o amadurecimento da consciência histórica. Não é, assim, por acaso que o desenvolvimento dos arquivos está associado à hora histórica criadora. Napoleão e a Rainha Vitória foram os criadores dos primeiros arquivos modernos, e Lenine e Franklin D. Roosevelt seus reformadores e modernizadores no século vinte⁽¹²⁾.

(10) *Disposition of Federal Records*, Washington, D. C., 1949. No Brasil, ao contrário, o Ministro do Planejamento estimula a destruição desordenada de papéis públicos. J. H. Rodrigues, "A reforma administrativa e destruição de papéis", *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 1968.

(11) José Honório Rodrigues, "O Estado e o Documento Histórico", *O Jornal*, 21 de fevereiro de 1952.

(12) *A significação dos arquivos econômicos*. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, 8.

1. *Patrimônio Histórico*

Na Constituição atual se declara que “ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”⁽¹³⁾. A defesa do patrimônio histórico nacional surgiu na Constituição de 10 de novembro de 1937, e o decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro desse mesmo ano organizou a proteção e definiu este patrimônio como “o conjunto dos bens móveis e imóveis, existentes no país, e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A esses bens se equiparam os monumentos naturais, e ainda os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”⁽¹⁴⁾.

Como se vê por esta definição longa e imprecisa, os documentos manuscritos não estavam resguardados⁽¹⁵⁾, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1936 e transformado em Diretoria em 1946, passou a cuidar também, por dispositivo legal, da catalogação sistemática e da proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessam à história nacional e à história da arte no Brasil⁽¹⁶⁾. Esse foi um erro grosseiro, não só porque ampliava em demasia as tarefas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já por si gigantescas, e sendo ele impotente para realizá-las, como invadia atribuições específicas do Arquivo Nacional, ao qual deveria caber o encargo, a menos que, a exemplo da Grã-Bretanha, se criasse uma instituição especial, como a Comissão Real de Manuscritos Históricos e o Registro Nacional de Arquivos que, ainda assim, deveriam funcionar ligados ao Arquivo Nacional.

O erro pífio de técnica histórica consistia na confusão de fontes históricas tão diferentes — restos e vestígios e documentos escritos — e na unidade da defesa, que exigia métodos diversos. Além do mais, os valores constitutivos do patrimônio histórico eram inscritos em quatro livros diferentes, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas, noutra demonstração do despreparo metodológico histórico de seus autores,

(13) Art. 172, parágrafo único, da Constituição de 24 de janeiro de 1967, repetindo a Constituição de 18 de setembro de 1946, art. 175.

(14) O art. 134 não tratava de documentos, como vieram a fazer os arts. 175 de 1946, e o art. 172, de 1967.

(15) Decreto-lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946.

(16) Art. 2.º, § 1.º, do Decreto-lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946.

pois afora as divisibilidades unidas sem critério, surgia aquele tomo histórico, como se os demais históricos não fossem.

Era um sinal do despreparo da época, quando o Arquivo Nacional distinguia documento administrativo e documento histórico (17), esquecendo-se que a historicidade do fato, revelada em qualquer documento, é indivisível. O resultado é que o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se fez alguma coisa em matéria de monumentos, palácios, casas, igrejas, fortes, pontes, chafarizes, marcos — esta foi sempre a sua motivação principal — não pôde defender nem o documento arqueológico e etnográfico e muito menos o manuscrito (18).

Em face do colapso do sistema instituído para assegurar-lhes a preservação, iniciou o jornalista Franklin de Oliveira uma campanha em defesa dos bens culturais do Brasil, isto é, daqueles “documentos de identidade da nação brasileira”, na expressão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. A obra de Franklin de Oliveira é uma denúncia documentada de um crime consciente de desintegração do acervo cultural brasileiro, onde se revelou a situação calamitosa de todas as instituições culturais brasileiras, a destruição sistemática de todo o patrimônio, não só monumental — este, apesar de tudo ainda defendido —, mas do acervo histórico-bibliográfico documental — manuscritos, livros raros, jornais em situação de ruína. Mobilizando os brasileiros, clamando contra os vivos que destroem o legado dos mortos, não esquecia Franklin de Oliveira de denunciar a exportação em massa de livros raros e esgotados, de bibliotecas privadas, ação que denominou de saque cultural (19).

Na verdade, há o receio, muito fundado, que em breve não haja mais livros relativamente antigos no Brasil, não porque as edições tenham diminuído, ao contrário, mas porque tem havido a compra em massa de bibliotecas privadas cujos livros deixaram de circular, como era comum antes, satisfazendo às necessidades do restrito mercado de compradores individuais ou institucionais. A razão repentina está na concorrência dos compradores americanos, oferecendo preços elevados que afastam o comprador nacional. Bibliotecas privadas são compradas em vida do colecionador, ou logo que falece, e são oferecidas em bloco às bibliotecas americanas por livreiros, ou compradas por representantes americanos.

As próprias bibliotecas americanas disputam entre elas o mercado brasileiro, expelindo o comprador nacional, especialmente

(17) Vide *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relação dos Bens Tomados*. Ministério da Educação e Cultura, 1957, e José Honório Rodrigues, *A Situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 1959.

(18) Vide Relação citada. Vide também Heloísa Alberto Torres, *Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico*, Rio de Janeiro, 1938. O decreto “N” n.º 346, de 31 de dezembro de 1946, regulou a proteção ao patrimônio Histórico e Artístico do então Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara.

(19) *Morte da Memória Nacional*, Rio de Janeiro, 1967.

depois do despertar dos estudos brasileiros, iniciados na administração de John F. Kennedy e atualmente em grande desenvolvimento nos Estados Unidos⁽²⁰⁾.

Não era, assim, difícil imaginar, como disse experimentado livreiro brasileiro, que dentro de cinco anos não haveria edição rara ou mesmo esgotada no Brasil. Foram o clamor e as advertências públicas, de livros como o de Franklin de Oliveira e denúncias de outros estudiosos que levaram o Governo a sancionar lei proibindo a exportação, sob qualquer forma, de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas desde o século XVI ao XIX, incluindo-se na proibição obras e documentos desmembrados de conjuntos bibliográficos e coleções de periódicos com mais de dez anos de publicação, bem como originais e cópias de partituras musicais⁽²¹⁾.

2. *Acessibilidade do Público aos documentos.*

Sigilo e reserva

O interesse pelos estudos de história do Brasil da parte de brasileiros e estrangeiros tem crescido à medida que se desenvolvem os estudos universitários e se ampliam os quadros do professorado superior. É natural, assim, que se revejam, de quando em quando, as normas de acesso ao uso das fontes depositadas e conservadas nos arquivos brasileiros.

A primeira questão relevante consiste em estabelecer inicialmente se esse acesso deve ser assegurado como um privilégio ou um direito legal, como mostrou H. Hardenberg, no estudo sobre a matéria apresentado ao Congresso Extraordinário promovido pelo Conselho Internacional de Arquivos⁽²²⁾. A lei holandesa de 1918 estabeleceu o princípio de que o uso dos arquivos é um direito legal. Creio que este direito proclamado pela lei holandesa se filia ao art.

(20) Creio ser um equívoco a disputa americana pelo livro brasileiro, motivada pela organização de bibliotecas especializadas por toda a rede universitária americana. Se criassem 5 ou 6 centros latino-americanos — com ênfase em certas áreas de estudos — evitariam a multiplicação de tantas coleções e atenderiam à necessidade de responder ao interesse na formação de especialistas americanos. Antigamente, afora as grandes bibliotecas — do Congresso e de Nova York — havia bibliotecas como a da Universidade John Carter Brown, e a Newberry Collection, dedicadas à história colonial — e outras como a Coleção Latino-Americana da Universidade do Texas, por exemplo, especializada na história geral dos países latino-americanos. Hoje são inúmeras as Universidades que se especializam nestes estudos.

(21) Lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968, publicada no *Diário Oficial* de 10 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos. Sobre a mesma disposição na Grã-Bretanha, vide *The Economist*, 28 de dezembro de 1968.

(22) "La liberalización de restricciones sobre el acceso a los Archivos. Problemas legales y jurídicos relacionados con el acceso a los archivos". Mimeografado. Washington, 9-13 de maio de 1966.

37 do decreto Messidor (25 de junho de 1794), quando estabeleceu que "todo cidadão tem o direito de pedir, em cada depósito (...) a exibição dos documentos ali contidos" (23).

O ato de Leão XIII, abrindo em 1881 o Arquivo do Vaticano às pesquisas históricas, representou novo impulso à política liberal arquivística. Em outros países tão liberais quanto a Holanda, o princípio, escrito ou não, é considerado sem contestação. Creio também que no Brasil, segundo a tradição constitucional, reforçada pelos regulamentos administrativos, sempre se considerou a consulta aos arquivos um direito legal (24).

O problema da acessibilidade se divide em duas partes distintas. A primeira refere-se aos arquivos mais antigos, cujo uso se restringe ou se amplia por motivos muito diferentes. Não há, atualmente, nenhuma uniformidade nos regulamentos, e em 74 países há os que restringem o acesso aos documentos posteriores a 1852 e os que permitem a consulta até 1945, variando na grande maioria entre dez e cinqüenta anos a interdição de consulta.

A maioria das restrições se baseia nos seguintes princípios: 1) segurança, de difícil definição, mas sempre relacionada com a matéria militar, diplomática, e política nacional, ou qualquer assunto considerado pelo governo como contrário ao interesse nacional. Restrições desta natureza são inevitáveis, mas a grande maioria dos estudiosos estão de acordo em que há uma tendência para exagerar o prazo necessário para a conservação secreta do documento. 2) O direito à vida privada indevassável, que se relaciona com o privilégio da reserva oficial. Na Grã-Bretanha, e em outros raros países, o sistema de governo e as práticas de administração conservam a tradição dos funcionários se manterem no anonimato, julgando-se que isso lhes permite serem mais explícitos nos documentos, e que a abertura ao público dos documentos de data recente os obrigaria a manterem-se reservados, temerosos da opinião pública. Esta norma não tem aceitação geral, considerando-se, ao contrário, que os funcionários públicos — como seus chefes, agiriam mais cuidadosamente se soubessem que em breve suas decisões poderiam ser examinadas (25).

O que a lei e os regulamentos em geral têm feito é restringir este direito em vez de liberalizá-lo, ao contrário das normas norteamericanas. Enquanto na Europa, em geral, os documentos podem ser consultados depois de 50 anos da data de sua elaboração, nos

(23) Ernst Posner, *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, 9. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

(24) A Constituição brasileira de 1946 (ns. III e IV do § 36, art. 141) e de 1967 (§ 34, art. 150) garantem não a exibição, mas a certidão para a defesa de direitos e esclarecimento de situações. É uma forma mitigada, mais restritiva ainda na de 1946, quando estabelece: "salvo se o interesse público impuser sigilo".

(25) W. Kay Lamb, *La liberalización de restricciones sobre el acceso a los archivos. Sumario General*. Congreso Extraordinario. Consejo Internacional de Archivos. Washington, 9 a 13 de maio de 1966.

Estados Unidos este prazo reduz-se à metade. Se os prazos variam na Europa, com predominância da regra dos 50 anos, nos Estados Unidos os regulamentos dos arquivos mais importantes, como o do Nacional, o do Departamento de Estado, e o do Ministério da Guerra, estabelecem períodos variados, de consulta livre (33 anos) e com permissão especial nos últimos 21 anos.

A política arquivística norte-americana de acesso e consulta é tão liberal quanto possível, determinando apenas que se não violem os princípios da segurança nacional, a proteção ao interesse público e a atividade do Ministério ou Arquivo depositário das coleções. O período aberto é de 33 anos, ao qual se segue um período de acesso limitado de 10 anos, e, finalmente, há o período fechado. O primeiro período não distingue documentos ostensivos, reservados, confidenciais ou secretos, mas sujeita-os aos princípios gerais acima referidos. Desde que há um propósito sério e se trata de estudiosos reputados, a norma é sempre desclassificar os documentos para sua utilização. Uma política muito liberal divulga em coleções impressas e em microfilmes de fácil aquisição e baixo preço a informação geral, excetuada aquela que possa desatender aos princípios referidos⁽²⁶⁾. Ela garante, na forma a mais ampla, o direito à pesquisa e à informação, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos escreveu entre os direitos fundamentais do cidadão⁽²⁷⁾.

Em 1947, o General D. Eisenhower, chefe do Estado-Maior americano, assinou o memorando que é até hoje a base da política do Exército em relação ao uso dos documentos da Segunda Guerra Mundial. Esse memorando permitia o acesso: 1) aos estudiosos que indicassem um propósito sério e digno de fé; 2) aos arquivos não classificados, aos eruditos de reputação; 3) a desclassificação sempre que possível de documentos classificados, quando necessários à pesquisa histórica; 4) a habilitação de eruditos para o uso restrito de arquivos que não pudessem ser desclassificados. As restrições oficiais se aplicariam aos seguintes casos: 1) arquivos pessoais, inclusive os de lealdade e ação disciplinar e julgamentos por cortes marciais; 2) acusações não provadas relativas a indivíduos; 3) relatórios de investigações pelo Inspetor Geral do Exército; 4) arquivos que contenham documentos que possam servir de base para reivindicações contra os Estados Unidos; 5) arquivos que revelem ou comprometam as fontes do serviço de inteligência militar; 6) fontes que ponham em perigo as relações amistosas dos Estados Unidos com outras nações⁽²⁸⁾.

A política arquivística norte-americana, seja a dos Arquivos Nacionais, do Departamento de Estado ou do Exército, visa não a de-

(26) Sobre a política de acesso do Departamento de Estado, vide a *AHR*, julho 1951, 1.027-1.028, e *Regulations for the public use of records in the National Archives*.

(27) Art. XIX.

(28) *AHR*, out. 1951, 288-289.

sencorajar, mas a encorajar o estudioso ao exame das fontes de informação. A importância dessa orientação está principalmente em que se trata de uma das nações mais poderosas, mais influentes e de maiores responsabilidades nos destinos da humanidade.

Não é necessário lembrar a campanha que historiadores e arquivistas vêm desenvolvendo para libertar os arquivos das restrições que os oprimem. Esta campanha e a influência do exemplo norte-americano tiveram como resultado a redução do prazo de 50 para 30 anos na Inglaterra e na França, decidida em 1967.

Em 31 de março de 1966, o primeiro-ministro Wilson decidia permitir, a partir de 1.º de janeiro de 1967, a acessibilidade aos documentos de 30 anos. Wilson, defendendo sua decisão contra a velha queixa de que esta liberdade poderia causar embaraços aos homens públicos e ativos, respondeu: "Falando por mim mesmo, se as críticas forem feitas a mim e à minha conduta, prefiro estar vivo para respondê-las quando elas forem feitas". E os funcionários públicos, ele insistia, não vão ficar inibidos de dar conselhos, pela consciência de que possam lê-los nos impressos públicos quando estiverem aposentados. Sua intenção era ainda associar esta liberdade à elaboração de histórias oficiais (guerra e diplomacia, especialmente), que ultrapassem a Segunda Guerra Mundial. Estes poderiam incluir "períodos selecionados de episódios da história de após-guerra, escritos quando os documentos oficiais ainda devessem ser suplementados pelas memórias pessoais dos homens públicos envolvidos. O preço do relaxamento é a negação do acesso ao período fechado. Permite-se que saibamos mais sobre a geração prévia em troca de saber menos sobre a nossa" (29).

A decisão do atual Papa Paulo VI de permitir a publicação de documentos oficiais do pontificado de Pio XII (30) deve ser vista como um passo muito considerável na direção da modernidade liberal.

Espera-se que de agora em diante outras nações reduzam o prazo da inacessibilidade documental. A necessidade do acesso a documentos de período mais recente deve-se especialmente ao desenvolvimento dos estudos de história contemporânea. A regra dos 50 anos é inadequada ao estudo da história contemporânea, tornando-a impossível, como escreveu antes da liberação o professor D. C. Watts (31). Ele mostrou, primeiro, que a política liberal americana (32) contrastava com a inglesa, do que resultava impedir-se o co-

(29) *The Economist*, 19 de março de 1966, p. 1.133. No dia 31 de dezembro de 1967, os jornais de domingo da Grã-Bretanha deram amostras de documentos de grande interesse público, especialmente de 1926 a 1933, que estariam no dia seguinte livres para a consulta.

(30) *Actes et Documents du Saint-Siège relatifs à la Seconde Guerre Mondiale*, 1.º vol. da *Le Saint-Siège et la Guerre en Europe*, 1966. 2. vols.

(31) *Personalities and Politics. Studies in the formulation of British Foreign Policy in the Twentieth Century*. 1965.

(32) "United States Documentary Resources for the Study of British Foreign Policy. 1919-1939", *International Affairs*, vol. 38, n.º 38, n.º 1.

nhcimento do lado britânico das questões internacionais. Deste modo, dizia ele em artigo posterior, o efeito da regra mais prejudica que defende o interesse público britânico, pois apenas um lado da questão se torna evidente⁽³³⁾. Historiadores britânicos de grande responsabilidade, como H. Butterfield⁽³⁴⁾ e A. J. P. Taylor⁽³⁵⁾, por outro lado, criticavam a inacessibilidade ou se viam obrigados a escrever sem o conhecimento dos documentos nacionais. Iguais reivindicações eram feitas na França. Georgette Elgey foi uma das que censurou a proibição da consulta aos arquivos franceses⁽³⁶⁾.

A política do sigilo não é uma política esclarecida. Ela revela o temor de ver censurada uma má administração. Como escreveu o professor canadense D. C. Rowat, de Ottawa, "é importante considerar-se que qualquer sigilo excessivo da parte do governo é incompatível com a democracia"; especialmente porque "vivemos numa época em que as fontes de informação necessárias à crítica inteligente se encontram cada vez mais nas mãos do próprio governo". A política de sigilo ou de acesso reduzido a fases muito longínquas não só impede o exame honesto e sério da obra da liderança nacional, como é uma política antinacional, pois equivale, parafraseando Lorde Acton, a deixar escrever a história da pátria pelos estrangeiros ou pelos inimigos.

É por isso que nos Estados Unidos, convencidos da honestidade de propósitos dos historiadores e pesquisadores em geral, desde Foster Dulles a John F. Kennedy a decisão foi sempre liberal. Ao deixar o primeiro os seus papéis para o Centro de Estudos da Universidade de Princeton, escreveu no seu testamento: "O acesso aos meus papéis pessoais, para o propósito de promoção da pesquisa *bona fide* no campo da história, da política, das relações internacionais e assuntos correlatos, será concedido o mais amplamente possível. A presunção será que o acesso deve ser concedido em qualquer caso particular, a menos que exista uma razão constrangedora para impedi-lo"⁽³⁷⁾. O segundo não só determinou que todos os esforços fossem feitos para que os volumes do *Foreign Relations of the United States* fossem publicados com uma diferença de apenas 20 anos, como escreveu, em carta de 6 de janeiro de 1961: "Na minha opinião, todo funcionário deve ter motivos claros e precisos relacionados com o interesse nacional antes de proibir a publicação de documentos ou papéis com antiguidade de 15 anos ou mais".

Atualmente os volumes de história oficial documental americana nos *Foreign Relations* vão até 1943, mas já há volumes adicio-

(33) "Restrictions on Research. The Fifty-Year Rule and British Foreign Policy", *International Affairs*, vol. 41, n.º 1.

(34) *The Present State of Historical Scholarship. An Inaugural Lecture*. Cambridge, 1965.

(35) *English History, 1914-1945*. Oxford, 1965.

(36) *La République des Illusions. 1945-1951*. Paris, 1965.

(37) Citado por D. C. Watts, "Restrictions on Research. The Fifty-Year Rule and British Foreign Policy", *International Affairs*, jan. 1965, 91.

nais sobre Yalta e Potsdam. A própria barreira de 1945 foi rompida com o estabelecimento de duas novas bibliotecas presidenciais, com todos os documentos pessoais e de gabinete. As bibliotecas de Harry S. Truman (Independence, Missouri) e Dwight D. Eisenhower (Abilene, Kansas) constituem verdadeiras minas para o estudo da história contemporânea, sem contar o centro estabelecido em Princeton (*20th. Century American Statecraft and Public Policy*), contendo os documentos de Foster Dulles.

A política arquivística deve ser liberal, ampla e generosa em matéria de abertura de seus depósitos e da consulta de seus documentos. Esta lição deve ser tanto mais seguida quanto a política nacional não teve e não tem responsabilidades de liderança mundial. É sobretudo a necessidade imperiosa de fornecer aos estudiosos brasileiros o acesso aos documentos mais recentes que deve determinar a abertura dos arquivos contemporâneos.

Enquanto os países avançados caminhavam para uma liberalização da política de acesso, no Brasil andávamos para trás. A política do sigilo, velha tradição portuguesa, tão do agrado da minoria dominante brasileira, sempre receosa do exame livre e crítico de sua conduta pública, muitas vezes tão nociva aos interesses nacionais⁽³⁸⁾, tem sido um entrave sério ao desenvolvimento da historiografia brasileira, não somente a republicana, mas a própria imperial. Esta política pretende esconder e sonegar os documentos, independentemente do tempo relativo que já tenha decorrido; a ela se filia, embora não ortodoxamente, a Arca do Sigilo⁽³⁹⁾ criada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1847, na qual se conservam documentos lacrados em cartas, que só poderão ser abertos no tempo que seu autor determinar. Recebeu a Arca vários depósitos, como o do Conselheiro Francisco Correia, a ser publicado em três partes diferentes: a primeira, três meses depois de falecido, em 1890; a segunda, depois da morte de D. Pedro II (1891); e a terceira, quando o Conselheiro deixasse o cargo de Presidente do Tribunal de Contas⁽⁴⁰⁾. Nela foram guardadas, em 1892, as memórias do Visconde de Taunay, que só deviam ser publicadas em 1943⁽⁴¹⁾, e em 1914 o Arquivo do Conselheiro Saraiva, para ser conhecido somente em 1930⁽⁴²⁾.

O Brasil nunca possuiu uma política de consulta, pois cada arquivo, como já escrevemos, é independente, não obedece senão ao critério pessoal do diretor temporário. Como o Arquivo Nacional nunca possuiu autoridade em matéria arquivística, e não passou de

(38) Vide sobre isto meu *Aspirações Nacionais*, 3.^a ed., São Paulo, Fulgor, 1965, e *Conciliação e Reforma*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

(39) *RIHGB*, v. 13, 1850.

(40) O primeiro depósito foi publicado na *RIHGB*, t. 73, v. 122, 1910; o segundo, no t. 55, v. 86, 1892.

(41) São Paulo, 1948.

(42) Vide Max Fleiuss, "O Imperador D. Pedro II no Arquivo do Conselheiro José Antônio Saraiva", *1.º Congresso de História Nacional*, v. 1, t. esp. da *RIHGB*.

um arquivo de custódia do Ministério da Justiça⁽⁴³⁾, não se estabeleceu uma política geral. Quando assumi a sua direção a consulta era inteiramente fechada, dependendo de licença do Diretor; imediatamente modifiquei tal critério, estabelecendo a maior liberdade.

Cada arquivo ministerial tem seus próprios critérios, e estes variavam ao sabor do espírito liberal ou conservador do seu próprio diretor. É certo que as coleções de manuscritos da Biblioteca Nacional foram sempre abertas, exceto em relação a certos documentos confidenciais, que a tradição oral ensinou às sucessivas gerações de bibliotecários que não deviam ser abertos ao público⁽⁴⁴⁾. É certo também que no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — embora instituição privada, a consulta é normalmente livre⁽⁴⁵⁾. Em outras instituições no Rio de Janeiro e nos Estados, a regra geral é o acesso livre. As exceções mais evidentes são os arquivos militares e o do Ministério das Relações Exteriores. No primeiro não há uma política uniforme, critérios estabelecidos segundo princípios, ainda que não fossem tão liberais quanto os determinados pelo General Eisenhower. No segundo é que predominou sempre a política sigilosa. O Arquivo do Itamarati, impropriamente chamado de Arquivo Histórico, foi sempre um tabu, com seu caráter sagrado, secreto e interdito.

O único arquivo ministerial que nunca permitiu o recolhimento ao Arquivo Nacional foi o Arquivo do Itamarati, como contei n'*A Situação do Arquivo Nacional*. Ao contrário dos demais, ele possui princípios e regras, estabelecidas nos vários regimentos da Secretaria de Estado. O regimento de 1943, que teve vigência até 1965, estabelecia que "a consulta de estranhos ao Arquivo Histórico só seria permitida, em geral, para documentos anteriores a 1850. No tocante a assuntos relativos às relações do Brasil com países não americanos, poderão ser consultados os documentos anteriores à proclamação da República (1889)"⁽⁴⁶⁾.

Como se vê, a regra adotada no Ministério era de quase cem anos, o dobro do exigido na Europa, para os documentos relativos a assuntos americanos, e de 54 anos para os europeus⁽⁴⁷⁾. Em 1.º de

(43) José Honório Rodrigues, *A Situação do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1959.

(44) Alguns documentos de D. Pedro I, de Caxias, e as cartas de Capistrano de Abreu, estas últimas não totalmente publicadas na *Correspondência de Capistrano de Abreu*, editada por José Honório Rodrigues (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.). A decisão da não publicação das cartas censuradas coube ao Sr. Eugênio Gomes, diretor da Biblioteca Nacional.

(45) Há coleções sobre as quais pesam restrições. Um exemplo recente é o arquivo de José Carlos de Macedo Soares, em face de sua atividade política e especialmente de política externa.

(46) Decreto n.º 12.343, de 5 de maio de 1943, art. 25. *Organização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1944.

(47) Luís Camilo de Oliveira Neto era o chefe do Serviço de Documentação, e foi provavelmente o técnico consultado. Tenha ou não partido dele o conselho, as datas limites de 100 e 54 anos revelam o desconhecimento do problema.

setembro de 1965, o governo Castelo Branco, na sua ânsia de modernizar, deu, como sempre, mais um passo tímido e pequenino. Os documentos relativos a assuntos europeus poderiam ser consultados, não passados 54 anos, mas 47, já que o prazo fatal é 1918; e os documentos sobre a América até 1900, ou sejam 68 anos⁽⁴⁸⁾. Logo a Secretaria de Estado passou uma circular às missões diplomáticas e aos consulados de carreira⁽⁴⁹⁾, estabelecendo que “os pedidos de consulta ao Arquivo Histórico deverão ser dirigidos às missões diplomáticas e aos consulados de carreira, que os encaminharão à Secretaria de Estado acompanhados dos seguintes documentos: I. prova de identidade moral; II. prova de matrícula em universidade ou curso que frequenta ou haja frequentado; III. indicação de obras porventura publicadas; IV. carta explicativa dos objetivos da pesquisa; no caso de professores, cientistas, personalidades de renome ou representantes de organizações culturais em geral será suficiente o preenchimento da formalidade mencionada no item IV”.

Além das datas fatais, tão obsoletas, em face da renovação da política aberta de consulta, o art. 24, não modificado, estabelecia que “as pessoas estranhas ao Ministério unicamente poderão proceder a estudos e pesquisas no Arquivo Histórico com autorização escrita do Ministro de Estado e em sala especial”; e seu parágrafo único determinava que “as autorizações serão válidas por três meses, a partir da data em que forem concedidas. Deverão ser solicitadas em petição, com indicação dos códices ou documentos a serem consultados”.

O primeiro problema consiste na discriminação entre brasileiros estabelecida pelo artigo, ao distinguir brasileiros estranhos e não estranhos ao Arquivo Histórico; o segundo, na consequente igualdade entre brasileiros estranhos e estrangeiros estranhos; a terceira, na necessidade de autorização escrita do Ministro de Estado. Deve-se distinguir entre brasileiros, entre nacionais e estrangeiros? Ou, ao contrário, como fazem, por exemplo, os Estados Unidos, a Holanda, a Grã-Bretanha e a França, não distingui-los?

Na verdade, o regimento não garante ao brasileiro qualificado (cabe ao Ministro regular a qualificação) o acesso ao arquivo, ferindo a liberdade de informação, discriminando entre brasileiros estranhos e não estranhos ao Itamarati, e dificultando à pesquisa que não se pode limitar à consulta de códices determinados de antemão.

Divergindo da mera alteração do art. 25 do Regimento da Secretaria e Estado, feito à revelia dos interessados e eruditos, e inteiramente infeliz nos prazos finais de consulta, apresentei, na primeira reunião da Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, presidida pelo Ministro Vasco Leitão da Cunha, meus reparos, so-

(48) Decreto n.º 56.820 de 1.º de setembro de 1965, alterando o art. 25 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 12.343, de 5 de maio de 1943.

(49) Circular n.º 5.874, de 25 de outubro de 1965.

licitando verbalmente a revisão dos artigos 22 a 25, e defendendo os seguintes princípios: 1. o prazo deveria ser de 25 anos, libertando os documentos produzidos até os últimos 25 anos; 2. recolhimento ao Arquivo Histórico dos documentos elaborados nos últimos 15 anos; 3. a igualdade dos brasileiros qualificados; 4. os princípios gerais que orientam as restrições à consulta devem ter em vista principalmente: a) os princípios da segurança nacional; b) a proteção do interesse público; c) a proteção dos interesses do Ministério das Relações Exteriores.

A sessão da Comissão foi dominada por esta matéria, tendo o Ministro declarado ser impossível rever o decreto, mas prometendo liberalizar sua interpretação⁽⁵⁰⁾. Como a matéria não fora resolvida, voltei a pleitear sua solução quando assumiu o Ministro Juraci Magalhães (17 de janeiro de 1966), que decidiu lhe fosse apresentado um memorando⁽⁵¹⁾. Feito pelo autor deste livro, nas bases acima referidas, foi a revisão rejeitada, depois de longo e demorado prazo. Preferiu-se, assim, a solução pessoal e de favor, os privilégios para os conhecidos, muitas vezes estrangeiros⁽⁵²⁾.

O novo regime inaugurado em abril de 1964 reforçou as dificuldades de conhecimento das fontes da história contemporânea ao baixar o decreto n.º 60.417, de 11 de março de 1967, que aprovava o regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos. Nele classificam-se em quatro categorias (ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado) uma generalidade imensa de documentos sigilosos, impressos, datilografados, gravados, desenhados, manuscritos ou fotografados, contendo informações cujo conhecimento deve ser restringido a um grupo muito reduzido de responsáveis. Pela amplitude dos assuntos, pela facilidade da classificação — excetuados os ultra-secretos —, pela custódia temporária, pela liberdade de informação, fica uma massa imensa de informação tolhida, sonogada, não simplesmente da divulgação momentânea, mas da possibilidade de conhecimento posterior, quando poderão ter perdido a classificação sigilosa.

(50) Os jornais deram destaque à matéria, afirmando que o Ministério prometera liberar o arquivo para os historiadores. Vide *Jornal do Brasil* e *O Globo*, ambos de 24 de agosto de 1966.

(51) Apresentado à Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, em 27 de outubro de 1966. Alguns dos elementos ultraconservadores desta Comissão retardaram, com pequenas objeções, facilmente resolvidas, a aceitação do texto memorando.

(52) O primeiro acesso às fontes posteriores a 1930 foi feito não por um brasileiro, mas por um jovem professor norte-americano, com licença especial concedida pelo Ministro interino Antônio Borges Leal Castelo Branco Filho. Nessa mesma ocasião foi negada ao autor deste trabalho licença para a consulta de documentos entre 1930 e 1945, com parecer do Sr. Arnaldo Vasconcelos, que alegou não serem históricas tais fontes. Alguns anos depois, outro professor americano teve acesso aos documentos, enquanto a outros igualmente americanos, mas sem apresentação especial, eram negados documentos da Cisplatina e da Guerra do Paraguai.

O decreto n.º 60.417 significa uma guerra à informação, e o domínio da política de sigilo, obscurantista e colonialista⁽⁵³⁾. Qualquer sigilo excessivo da parte do governo é incompatível com a democracia, especialmente se considerarmos que a oposição e o público têm cada dia informações mais insuficientes — exceto as oficiais — e que vivemos numa época em que as fontes de informação necessárias para uma crítica inteligente do governo se encontram cada vez mais nas mãos do próprio governo.

Na realidade, a razão de Estado está predominando excessivamente nas falsas democracias. John F. Kennedy, na época da invasão de Cuba, disse que “a palavra sigilo é repugnante em uma república livre e aberta. (...) Há muito tempo que os perigos de ocultar fatos pertinentes, excessiva e desnecessariamente, ultrapassam os perigos que são citados para justificar esse sigilo. (...) Funcionário algum de minha administração, graduado ou não, civil ou militar, deve interpretar estas minhas palavras como uma desculpa para censurar as notícias, sufocar as divergências, cobrir os nossos erros ou ocultar da imprensa e do público os fatos que merecem divulgação”.

3. *Divisão das fontes*

Bernheim divide todo o material das fontes em dois grandes grupos: o da tradição e o dos restos. Tudo o que existe e ficou indiretamente dos acontecimentos ele chama de restos, e tudo o que é transmitido diretamente, através da compreensão humana, chama de tradição. Os restos podem ser ainda subdivididos em dois grandes grupos: 1) restos no sentido estrito (vestígios), nos quais não há nenhum intuito de recordação para a posteridade, tais como utensílios, vestidos, adornos, veículos, etc., pelos quais podemos ter uma idéia dos hábitos, costumes, jogos, cultos, etc.; e 2) os monumentos ou restos em que se manifesta a intenção de memorizar e lembrar para o futuro. Assim os monumentos propriamente ditos, as inscrições, etc.

A tradição pode ser pictórica, oral e escrita. A primeira é constituída por exposições artísticas de personalidades e lugares históricos, como, por exemplo, cartas geográficas, plantas de cidades, etc. A tradição oral é constituída de narrativas, anedotas, provérbios, adágios, canções de conteúdo histórico. É a matéria do folclore. A tradição escrita abrange inscrições de conteúdo histórico, calendários, árvores genealógicas, anais, crônicas, memórias, biografias e exposições históricas de toda natureza; sua parte mais importante é o documento manuscrito ou impresso, de cujas espécies trataremos adiante.

(53) O Decreto é muito mal redigido, define mal a matéria, desconhece o aspecto técnico e classifica por adjetivos qualificativos.

A tradição pictórica brasileira conserva-se especialmente nos Museus, sendo que a parte iconográfica se encontra também em Bibliotecas.

A tradição oral pode ser dividida, segundo Bauer, em duas partes: 1) aquilo que se atribui a personalidades determinadas e que tendo sido fixado em escrito se conservou até nós; e 2) as formas impessoais de transmissão oral que incluem o rumor, o mito, a lenda, a anedota, o provérbio, a canção popular⁽⁵⁴⁾. A historiografia extrai dessas fontes os materiais para a compreensão da vida popular e o sentido de que a história se faz com o acréscimo vagaroso e a humilde influência dos homens comuns. Enquanto a história, ao recorrer à tradição, retifica as invencionices, os acréscimos e as interpolações, o folclore visa recolher o maior número de variantes tradicionais e verificar como se processam todas estas transformações da memória popular.

Já Varnhagen notara que a tradição é vaga, compõe, associa, romanceia, despreza a cronologia, reúne, às vezes, dois entes em um só, criando monstros, mas nunca inventa⁽⁵⁵⁾.

A atitude de reserva e de crítica era a posição normal do historiador diante do fato folclórico. Ele não era, como dizia Mário de Andrade, verdadeiramente concebido como um processo de conhecimento do passado e do atual. “Na maioria de suas manifestações é antes uma forma burguesa de prazer (leituras agradáveis, audições de passatempo), que consiste em aproveitar exclusivamente as “artes” folclóricas no que elas podem apresentar de bonito para as classes superiores. Na verdade, este “folclore” que conta em livros e revistas ou canta no rádio e no disco, as anedotas, os costumes curiosos, as superstições pueris, as músicas e os poemas tradicionais do povo, mais se assemelha a um processo de superiorização social das classes burguesas”⁽⁵⁶⁾.

O fato folclórico, como fato social e, ao mesmo tempo, tradicional (conteúdo ou forma), anônimo e popular, é de extrema importância para a história em geral e muito especialmente para a história social e cultura. A evolução dos estudos folclóricos relembra os pioneiros como Sílvio Romero, Melo Morais Filho, Pereira da Costa, Silva Campos, Basílio de Magalhães, Couto de Magalhães, João Ribeiro, Lindolfo Gomes, Rodrigues de Carvalho, Amadeu Amaral. Alguns fatos importantes mostram o desenvolvimento e o apuro metodológico alcançado pelos estudos folcló-

(54) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 341-352. Hoje caminha-se na investigação histórica para a colheita e seleção de uma nova fonte, o registro oral, através de entrevistas ou leituras de textos, de autores e personalidades influentes e populares. Há oito anos (1948-1956) a *Oral Historical Research Office* da Universidade de Columbia regista em discos entrevistas com homens preeminentes nas atividades nacionais. Vide *AHR*, LIX, n.º 2, jan. 1954, 497-498.

(55) F. A. de Varnhagen, “Caramuru”, *RIHGB*, xvi, 130-140.

(56) Mário de Andrade, “Folclore”, in *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1950, 285-298.

ricos. O primeiro foi o exame crítico de Mário de Andrade sobre a situação dos estudos folclóricos no Brasil, onde se revelava a necessidade de uma orientação científica e se traçavam normas para o apuro da investigação. O segundo foi o levantamento bibliográfico feito por Oneyda Alvarenga. Nele se pode verificar a influência da doutrina de Mário de Andrade na orientação metodológica do Primeiro Congresso de Folclore e o salto científico dado por este em relação aos trabalhos anteriores, sendo o registro valiosíssimo pela riqueza da informação e referência. O terceiro foi a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, dirigido por Renato de Almeida, sob os auspícios da Comissão Brasileira da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco), no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Estabeleceram-se aí, na *Carta do Folclore Brasileiro*⁽⁵⁷⁾, os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro. Trata-se de um documento de importância capital, no qual se fixa o conceito de fato folclórico “como constituindo as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano, ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica”; aconselha-se, na análise, o emprego dos métodos históricos e culturalistas, e estabelecem-se as normas metodológicas da pesquisa folclórica. A Carta traça ainda as diretrizes para um Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas e propugna pela criação de um organismo nacional, no quadro administrativo, para a execução do plano de uma cadeira de Folclore nas Faculdades de Filosofia. O quarto fato foi a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, de Luís da Câmara Cascudo, que significou, pela riqueza e vastidão da pesquisa e da colheita, e pela novidade de muita informação, um dos marcos da nova etapa do folclore brasileiro. Contribuições importantes pelo sentido metodológico são a bibliografia de Edison Carneiro, completando a de Oneyda Alvarenga, e o pequeno manual de pesquisa folclórica deste último, bem como o *Guia do Folclore Gaúcho*, de Augusto Meyer⁽⁵⁸⁾.

Se a tradição oral é, por sua natureza, um processo que sofre alterações, o historiador precisa, diante dela, mais do que nunca, discutir a confiança do testemunho. As deformações sofridas pela tradição oral de narrador a narrador obrigam o crítico a retroceder

(57) *Anais*, 1.º Congresso Brasileiro de Folclore, Ministério das Relações Exteriores, 1952-1953, 2 vols., vol. 1, 77-85.

(58) Oneyda Alvarenga, “Folclore”, *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 299-317; Edison Carneiro, *O Folclore Nacional*, Rio de Janeiro, 1954; Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954; Edison Carneiro, *Pesquisa de Folclore*, Comissão Nacional de Folclore, Rio de Janeiro, 1955 (1.º manual de pesquisa folclórica). Augusto Meyer, *Guia do Folclore Gaúcho*, Rio de Janeiro, 1951.

tanto quanto possível à forma primitiva. Muitas vezes a tradição oral é recolhida por um escritor e, ainda aí, é necessária uma crítica rigorosa que procure apurar a forma primitiva da tradição recolhida. Um exemplo literário e em tom de exagerada caricatura sobre os perigos da tradição oral nos é dado por Machado de Assis, em seu delicioso "Quem conta um conto..."⁽⁵⁹⁾.

A tradição oral, que pode ser assim tão deturpada, já era severamente criticada por Luciano de Samósata, quando disse que os ouvidos merecem menos crédito do que os olhos, pelo que escrevia o que via e não o que ouvia⁽⁶⁰⁾. O historiador deve traçar uma linha divisória entre as fontes históricas e as legendárias, poéticas e míticas.

De um modo geral, podem-se aceitar as seguintes condições, estabelecidas por A. Tardif, para que a tradição seja admitida: 1) quando ela se aplica a um fato importante e público, que teve necessariamente um grande número de testemunhas; 2) quando foi universalmente admitida durante um lapso de tempo considerável; 3) quando não provocou nenhuma objeção de pessoas que teriam interesse em contradizê-la e que dispunham de meios de informação necessários para assegurar a realidade dos fatos⁽⁶¹⁾.

Bernheim assim resume, num esquema, a sua divisão das fontes:

1. Restos

- | | |
|--|---|
| a) Restos em sentido estrito (vestígios, utensílios, adornos, vestidos, etc.). | b) Monumentos (inscrições, monumentos). |
|--|---|

2. Tradição

<i>pictóricas</i> : quadros históricos, representações topográficas, esculturas históricas.	<i>oral</i> : narrativas, sagas, anedotas, provérbios, canções históricas.	<i>escrita</i> : inscrições históricas, genealogias, calendários, anais, crônicas, biografias, memórias ⁽⁶²⁾ .
---	--	---

Bauer classifica as fontes históricas em sentido estrito em três grupos: as transmitidas oralmente, por escrito (impressas) ou plasticamente. É o seguinte o esquema que apresenta:

(59) Machado de Assis, *Contos Fluminenses*, Rio de Janeiro, Ed. Jackson, 1944, 2.º vol., 55-83.

(60) Luciano de Samósata, *Sobre o modo de escrever a história*, Trad. de Custódio José e Oliveira, Lisboa, Régia Ofic. Tip. 1771, 57.

(61) A. Tardif, *Notions élémentaires de critique historique*, 1883, 17.

(62) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1903, 233. Aceitando a classificação de Bernheim, substituímos alguns exemplos.

I. Fontes transmitidas oralmente:

Lendas (sagas), anedotas, provérbios, canções, contos, narrações, discursos.

II. Fontes transmitidas por escrito (ou impressas):

1. que se refiram à vida prática:

fórmula, receitas, escritos econômicos (contas, inventários, etc.), calendários, livros de viagem, itinerários, nomes próprios e de lugares.

2. que se refiram à ordem volitiva:

- a) lendas (sagas, provérbios e refrãos), textos jurídicos, códigos.
- b) escritos sobre assuntos oficiais: documentos, inscrições de conteúdo jurídico, atas judiciais, de conselhos, de Cortes, de Concilios, estatutos locais, livros de rendas eclesiásticas, registros penais, livros de gastos, notas estatísticas, atas de tipo administrativo, as atas procedentes de relações internacionais, informações de embaixadores, atas de assuntos militares (ordens do dia e papéis de guerra etc.).
- c) escritos de índole religiosa, litúrgicos, de sermões, tratados, livros de fundações, de penitências, cartas de indulgências.

3. que se refiram à vida do espírito:

- a) descrições históricas, inscrições de conteúdo histórico, árvores genealógicas, crônicas, anais, biografias, obras históricas em geral.
- b) fontes autobiográficas: memórias, diários, cartas.
- c) meios especiais de expressão publicitária, libelos, folhas soltas, prognósticos, periódicos, correspondências periodísticas.
- d) escritos artístico-literários. Catálogos de bibliotecas.
- e) escritos científicos.

III. Fontes transmitidas por meio da representação plástica:

- 1. de conteúdo geográfico: mapas, planos de cidades, quadros de paisagens.
- 2. de conteúdo antropológico: retratos.
- 3. que afetam a vida prática: reproduções de utensílios, vestidos, armas, moedas, escudos, películas cinematográficas, cartazes publicitários.
- 4. representações plásticas de festas, cerimônias em geral, cultos, caricaturas, películas cinematográficas (63).

São os Museus que recolhem e guardam as fontes não escritas, os restos e vestígios.

(63) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 222. A fotografia é uma fonte primordial e adquire cada vez maior força de decisão. Diz com muita precisão Carlos Drummond de Andrade que "já muitos pleitos se decidem pela força da imagem, que inunda os autos de uma súbita e luminosa verdade. Não é demais esperar que os juízos históricos de amanhã repousem por sua vez no depoimento da objetiva, que captou, paralisou e cristalizou o fato controvertido..." ("O Fotógrafo", *Correio da Manhã*, 10-6-1956). Grandes coleções de fotografias não foram incorporadas aos arquivos públicos. Múcio Leão noticiava a existência do arquivo fotográfico de Guilherme dos Santos, de cerca de 17.000 clichês. Vide "De um precioso arquivo", *Jornal do Brasil*, 1-1-1955.

4. *Bibliografia das fontes*

As principais fontes não escritas encontram-se no Museu Nacional, criado em 1818 (Cf. Ladislau Neto, *Investigação histórica e científica sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1870; J. B. Lacerda, *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1905; C. de Melo Leitão, *A biologia no Brasil*, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, cap. V), no Museu Paraense, criado em 1867, e no Museu Paulista, fundado em 1894. Com exceção deste último, que passou, com a administração de Afonso d'E. Taunay, a conter fontes escritas, os outros só contêm restos arqueológicos e etnológicos. Encontram-se ainda no Museu Histórico Nacional, criado em 1922, e no Museu Imperial de Petrópolis, criado pelo decreto-lei 2096, de 29 de março de 1940. Citaremos ainda os Museus subordinados ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como o da Inconfidência, em Ouro Preto, criado pelo decreto-lei n. 965, de 20 de dezembro de 1938; o das Missões, em S. Miguel, Rio Grande do Sul, criado pelo decreto-lei n.º 2077, de 8 de março de 1940, o do Ouro, em Sabará, criado pelo decreto-lei n.º 7.483, de 23 de abril de 1945 e o do Diamante, em Diamantina. Há outros Museus, como o Regional de Olinda, com móveis, imagens, painéis e objetos de natureza vária (Cf. *RSPHAN*, n.º 1, 163); o de Mariano Procópio, em Juiz de Fora, de história e antiguidades, e de belas-artes, contendo autógrafos, gravuras, medalhas, cerâmica e objetos de história natural (Cf. *RSPHAN*, n.º 1, 164); o Museu Dom Inocêncio, de Campanha do Sul de Minas (1940); o Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba, de história, numismática, medalhística, etc. (Cf. *RSPHAN*, n. 1, 169); o Museu Emílio Goeldi, no Pará, de História Natural (cf. *RSPHAN*, n.º 1, 7); o Museu da Casa de Rui Barbosa, rico em documentário para a história do fim do Império, da República, da História do Direito e da língua portuguesa e em correspondência de personalidades destacadas; o Museu do Índio, o Museu do Conselho Nacional de Geografia, do Departamento Federal de Segurança Pública, do Banco do Brasil (inaugurado a 28-1-1955), e o Histórico Diplomático do Itamarati (inaugurado a 14-3-1956); o Museu do Açúcar, em Campos (1954); o Museu do Algodão, em Sorocaba (1955); o Museu de Ciência e Técnica, de São Paulo (1956); o Museu Aeronáutico, de São Paulo (1960); o Museu de História da Imigração Japonesa, de Marília (1964); a Casa Vitor Meireles (Florianópolis, Santa Catarina), e o Museu de Arte Tradicional (Salvador, Bahia); o de Ciência e Técnica (São Paulo), o do Teatro (Teatro Municipal do Rio de Janeiro) e o Republicano "Convenção de Itu". (Vide Afonso d'E. Taunay, *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu"*, São Paulo, 1946). Estes são alguns dos museus da rede brasileira de museus (ao todo 115), dos quais 60 nas capitais e 55 no interior, com um acervo de 1.911.192 peças. Destas, a metade se encontra no Estado da Guanabara.

Espécies de fontes

De modo geral, podemos dividir as fontes históricas em *primordiais* e *secundárias*. Não há, a propósito, nenhuma regra. O historiador conserva a inteira liberdade de decidir, de conformidade com os princípios das disciplinas auxiliares e da crítica histórica, qual

fonte deve ser considerada primordial e qual secundária. De acordo, porém, com a experiência e a prática, podem-se estabelecer certos requisitos indispensáveis ao reconhecimento da fonte primordial, que deve ter preferência e autoridade sobre as outras. É lógico que certos documentos devem, de princípio, merecer, mais fé que outros. Tais, por exemplo, os monumentos históricos, as moedas, as inscrições, os selos, os textos de lei, os atos jurídicos, etc. A autoridade e fidedignidade de outros têm sido asseguradas pelas disciplinas auxiliares e pela crítica — portanto, em fases posteriores à heurística.

De tal forma tem sido confirmada na prática a maior credibilidade de uns sobre outros, que a própria heurística se sente com forças para proclamar, com reservas, é claro, que tal documento deve ser preferido àquele outro, embora nada impeça que no trabalho histórico, depois de examinado e criticado o mesmo documento, se chegue à conclusão oposta.

Os restos materiais de uma civilização são sempre superiores, como fontes históricas, às memórias, diários, biografias e crônicas, porque estes variam grandemente no seu valor, e só depois do exame crítico é que podemos atribuir-lhes autoridade e fidedignidade. Há certos fatores que devem ser também considerados. Assim, por exemplo, se é exato que, em princípio, devemos atribuir à lei, como fonte histórica, maior fidedignidade do que a uma memória, não é menos certo que certos preâmbulos alegam fatos absolutamente inverídicos. Tivemos leis de emergência no Brasil em cujos preâmbulos foram alegados fatos inexistentes ou absolutamente falsos⁽⁶⁴⁾.

Várias são as definições, nem sempre satisfatórias, sobre o que seja fonte primordial e fonte secundária. De modo simples, pode-se dizer que a fonte primordial é aquela que contém uma informação de testemunha direta dos fatos, enquanto que a secundária é a que contém uma informação colhida por intermédio de terceiros. A primeira é original e a segunda derivada. Esta a diferença fundamental que as distingue.

Às vezes, uma mesma fonte é primordial em certos pontos e secundária em outros. Exemplo característico oferecem as Cartas de Luís dos Santos Vilhena, as primeiras sobre a Bahia, onde o autor viveu e lecionou, e nesse ponto fonte primordial e direta, e as últimas sobre Minas, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Ceará, etc., cujas informações foram obtidas por meio de terceiros, e nesse ponto fonte secundária⁽⁶⁵⁾.

É lógico também que aos vários tipos de história correspondem várias espécies de fontes. Só a história geral se utiliza de todas elas; mas a história administrativa utiliza-se especialmente dos relatórios

(64) Cf. Preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937, Imprensa Nacional.

(65) Luís dos Santos Vilhena, *Notícias Soteropolitanas e Brasíliaes*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922, 2 vols, 3.º volume, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1935.

ministeriais e documentos parlamentares⁽⁶⁶⁾; a eclesiástica, das bulas, pastorais, cartas, circulares, orações, sermões, atas, ânuas; a militar, de ordens do dia, boletins, diários, ofícios, proclamações, interrogatórios de prisioneiros⁽⁶⁷⁾; a constitucional, de instruções e legislação eleitorais, manifestos, editais, discursos e Falas, anais, etc.⁽⁶⁸⁾; a diplomática, de convenções, ajustes, tratados, atos e tréguas⁽⁶⁹⁾; a econômica, de relatórios, regulamentos, representações, memórias, legislação, dados estatísticos; a do ensino, de regulamentos, projetos, estatutos e programas; a artística tem sua mais genuína fonte nos livros de contas existentes nos arquivos de igrejas e óbito das diversas irmandades, matrizes, ordens terceiras, arquivo episcopal, termos e

(66) O artigo 42 da Lei de 15 de dezembro de 1830 determinava a obrigatoriedade da apresentação, até o dia 15 de maio, de relatórios impressos com a exposição dos negócios a cargo de cada uma das repartições que integravam a administração imperial. Cf. Carta de Lei de 15 de dezembro de 1830, que fixava as despesas e receita, in José de Figueiroa Nabuco de Araújo, *Legislação brasileira ou Coleção cronológica das leis, decretos, etc.*, Rio de Janeiro, 1844. Os Ministérios do Império, Estrangeiros, Fazenda, Marinha, Guerra, Justiça (Interior e Justiça em 1892) foram os primeiros criados, aos quais se uniram em 1860 o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Indústria, Viação e Obras Públicas em 1892), em 1906 divididos em Viação e Obras Públicas e Agricultura, Comércio e Indústria, o da Instrução Pública em 1892, o de Correios e Telégrafos em 1890 e os contemporâneos da Educação (1930), Trabalho e Aeronáutica. Alguns apresentaram antes de 1830 relatórios dos negócios de suas repartições. As coleções desses relatórios constituem, assim, uma fonte de caráter oficial, às vezes sujeita, por isso mesmo, a precauções críticas.

(67) Norton Cru, em seu livro *Témoins*, procurou demonstrar que só os soldados são capazes de dar testemunho de uma batalha. Stendhal pensava de modo diferente. Fabricio del Dongo, personagem de *La Chartreuse de Parme*, assiste à batalha de Waterloo e é incapaz de testemunhá-la. Cf. Paul Harsin, *Comment on écrit l'Histoire*, Paris, 1933, 69.

(68) Os Anais das Assembléias Constituintes, da Assembléia Geral, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, provinciais, estaduais, municipais, das câmaras, por estados e municípios são também fontes primordiais, não só políticas, como gerais. As *Falas do Trono* foram publicadas anualmente desde 1823 até 1889. Vide sobre publicações oficiais brasileiras, *Guide to the Official Publications of the other American Republics, III. Brazil*, Washington, Library of Congress, 1948.

(69) Gilberto Freyre diferencia a correspondência consular da diplomática dizendo que "os diplomatas propriamente ditos não se ocupavam em geral senão com o fato ou a ocorrência chamada única. Os cônsules é que nos seus relatórios se entregam principalmente ao registro das recorrências. A distinção é resultado prático do princípio teórico estabelecido na Sociologia, onde, inspirado por Rickert, Gilberto Freyre distinguira o fato sociológico, recorrente e plural, do fato histórico, único e singular. (*Sociologia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1945, 1.º vol., 175 e segts.). Na realidade, Rickert não distinguiria o fato sociológico do histórico pela unicidade, já que a própria sociologia é ciência histórica, e a recorrência nunca permitiu que se formulasse uma lei sociológica. A recorrência do fato Revolução, por exemplo, que é o que estuda a sociologia, ao contrário da história, que investiga uma revolução determinada, é formal e não substancial. O fenômeno Revolução não é a reprodução sob outra forma de um fundo que permanece o mesmo; a substância não é idêntica e sim a forma universal de exprimi-la. A sociologia é uma ciência de formas, e por isso a forma de ação radical dos grupos sociais chamada Revolução é matéria sua. Deste modo, a única recorrência que distingue a Sociologia da História é

acórdãos dos arquivos religiosos e dos arquivos dos cartórios dos tabeliães mais antigos, recibos, contratos, atos e processos⁽⁷⁰⁾. A primeira forma-se no momento exato da produção do fato ou ato; o segundo é concebido em épocas sucessivas, representando uma opinião posterior, um juízo ulterior.

5. *Documento histórico*

A principal fonte do historiador é o documento escrito, manuscrito ou impresso, datilografado, mimeografado, gravado, desenhado, fotografado, em suas várias formas. A palavra *documentum*, de uso mais generalizado que fonte, vem do verbo *docere*, ensinar, mostrar, indicar. O documento é, assim, entendido como fonte escrita, meio de conhecimento, de algum fato ou ato ali representado⁽⁷¹⁾.

Há também que distinguir os documentos que representam uma declaração ou manifestação de vontade. A vontade é simplesmente manifestada quando não é dirigida a nenhuma pessoa, em relação à qual deva produzir efeitos; é declarada quando se dirige a uma ou mais pessoas determinadas, em relação às quais deva produzir efeitos. Deste modo intervém aqui um elemento que não é necessário para a simples manifestação da vontade: o ser endereçada a uma ou mais pessoas determinadas. Uma é dirigida a alguém, outra a ninguém. Esta é o documento, quase sempre de boa fidedignidade, e aquele é o testemunho de veracidade duvidosa. A primeira é, de regra, fonte primordial, porque desinteressada; a segunda não é primária, porque interessada. Daí porque o documento jurídico, contrato, testemunho, inventário, testamento, é forçado, obrigatório, necessário, e merece, de princípio, menos fé, enquanto o querido, consciente, desnecessário é mais digno de credibilidade. Daí, também porque se exige tanto esforço de crítica interna no uso do testemunho escrito⁽⁷²⁾.

Por isso é que se deve, ainda, estabelecer uma clara distinção entre documento e testemunho. O documento é uma coisa que in-

a da forma, o que também é precário, de vez que a história, como já vimos, exprime-se em formas universais de pensamento e ação. Se assim é, não cabe distinguir as duas correspondências deste modo, uma cuidando das ocorrências aparentemente únicas, sensacionais ou importantes, e a outra registrando as recorrências, os processos sociais mais simples; uma anotando os fatos históricos, outra os sociológicos. Além disso, o exemplo dado, do declínio da importação da cerveja, é certamente infeliz, de vez que o fato, continuamente registrado pela correspondência consular, não é repetido, recorrente, plural, sociológico. É o mesmo fato, num mesmo processo histórico, registrado em suas várias etapas. — Sobre a correspondência diplomática e consular do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Cf. Alberto Rangel, *No rolar do tempo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

(70) Rodrigo Melo Franco de Andrade, "Araújo Porto Alegre, precursor dos estudos de História no Brasil", *RIHGB*, vol. 184, 1944, 124, e Hannah Levy, "A pintura colonial no Rio de Janeiro", *RSPHAN*, vol. 6, 1942, 7-78.

(71) Vide Paolo Guidi, *Teoria Giuridica del Documento*, Milão, 1950.

(72) Ver José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*.

forma, que dá notícia, um *Auskunftsache* (73); o testemunho é uma prova, mediante uma notícia vivente, *Beweis durch lebendige Kundschaft* (74). O testemunho é uma *vox viva*, o documento uma *vox mortua*. É certo que a voz viva, quando utilizada pela historiografia, tornou-se morta, e a morta já foi viva. Mas quer-se mostrar que uma é interessada e foi declarada para produzir efeitos imediatos, enquanto a outra é manifestada com intenção mediata. Daí nascem algumas advertências práticas: 1) o testemunho e o documento jurídico, em geral, exigem mais crítica interna que qualquer outra espécie de documento; 2) o documento jurídico é quase sempre autêntico, mas nem sempre fiel; 3) a distinção entre declaração e manifestação da vontade não nos deve levar à presunção de credibilidade do documento jurídico. É um ponto essencial de segurança do conhecimento histórico que a reconstrução se baseie na fidedignidade; 4) o documento contemporâneo ao fato é sempre mais veraz que o posterior.

Não se pode também diferenciar os documentos pelo grau de subjetividade, como faz Gottschalk (75), isto é, documentos escritos na primeira pessoa, autobiografias, cartas e documentos na terceira pessoa, jornais, etc.; porque documentos escritos aparentemente na terceira pessoa são às vezes da primeira pessoa, e outros há, como o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, em que o autor fala de si mesmo na primeira e na terceira pessoas.

É necessário distinguir, desde logo, no emprego da palavra documento, o sentido lato e o estrito. O primeiro significando toda a escritura destinada a comprovar um fato, e o segundo significando a declaração escrita revestida de forma determinada, sobre fatos ou acontecimentos de natureza jurídica. É lógico que em história usamos a palavra no sentido lato. E, por isso, tanto utilizamos os documentos privados, que não revestem nenhuma formalidade legal, nem contêm nenhum elemento jurídico, como os privados, revestidos de solenidade e os públicos. O primeiro é o redigido por pessoa privada ou pública quando não devido a seu cargo, ou sem observar as formalidades prescritas. O segundo é o redigido por pessoa privada segundo as regras jurídicas, estabelecidas no art. 135 do Código Civil. Este é, então, uma espécie intermediária, ou seja uma peça redigida para interesses privados, sob a sanção da autoridade pública ou de seu representante. O terceiro é o escrito por pessoa pública em razão do seu cargo.

Estas várias espécies de documentos podem transmitir-se à posteridade sob a forma de originais, cópias e transuntos (76). Os pri-

(73) W. Endemann, *Beweislehre des Civilprozesses*, Heidelberg, 1860, p. 253, § 64.

(74) Renaud, *Lehrbuch des gem. deut. civilprozessrechts*, § 104, p. 263.

(75) Louis Gottschalk e outros, *The use of personal documents in history, anthropology and sociology*, Nova York, Bul. n. 53, Social Science Council, 1945, 13.

(76) Certidão, traslado ou pública-forma chama-se à transcrição integral do texto copiado com o registro das emendas, borrões, rasuras, acréscimos. A certidão tem preâmbulo, o traslado, não; a certidão e a pública-forma têm extração facul-

meiros não são sempre únicos. Era comum, desde a mais remota Antiguidade, tirar-se de um documento mais de um original. A duplicata significa, portanto, qualquer cópia de um documento feita ao mesmo tempo do original. Podem existir também as triplicatas, multiplicatas, etc. É preciso, também, não confundir os originais com as cópias ou com as minutas; estas não trazem qualquer sinal de validação. São anteriores ao original. A cópia é simultânea ou posterior.

São várias as espécies de cópias. As figuradas procuram imitar o original, representando-lhe todas as características exteriores, e até mesmo os sinais de validação. As autógrafas são feitas pelo próprio autor do original. As autênticas ou certificados são as lavradas por notários ou tabeliães, autenticadas com os sinais públicos e contemporâneas ou simultâneas aos originais. As livres são despidas de quaisquer formalidades diplomáticas ou jurídicas. As cópias figuradas não devem ser confundidas com os *vidimus* e as renovações (*acta rescripta*). Estas são documentos posteriores à data do original, refeitos segundo os restos conservados dos originais, seja por meio de antigos extratos, de menções ou de simples tradições. Os *vidimus* são uma espécie de confirmação de antigos atos, nos quais se transcreve o texto, sem exclusão dos protocolos inicial e final, e dos sinais de validação, e reproduzem integralmente (*verbum ad verbum*) os atos anteriores. São, assim, atos autênticos, expedidos sob a garantia de uma autoridade competente. Neles quem os faz declara que viu o documento, que o examinou, e descreve o material empregado, a forma, integridade, etc.

Até aqui se tem considerado os documentos sob o ponto de vista da autenticidade e integridade, mas não sob o aspecto da fidedignidade ou veracidade de suas afirmações. Há que considerar, então, o aspecto jurídico e histórico da veracidade, nem sempre coincidentes. Juridicamente, os documentos públicos presumem-se genuínos e fidedignos até prova em contrário, por meio de argumentos convincentes, e, assim, merecem mais fé que os privados. Dentre estes têm mais força aqueles que estão revestidos de formalidades legais, isto é, assinados do próprio punho, subscritos por testemunhas

tativa e o traslado é obrigatório; a certidão e a pública-forma podem ser tiradas em tantas vias quantas a parte quiser; o traslado é único, não pode ser tirada segunda via sem despacho da autoridade competente. A certidão faz fé independentemente de conferência; o traslado, em segunda via, não é valioso sem o concerto do tabelião companheiro, ou sem escrevente juramentado. A certidão pode compreender tudo quanto há escrito e arquivado no cartório, tanto no livro de notas e auxiliares, como nos papéis avulsos; o traslado só se refere às escrituras e textos lançados nos livros de notas. Cf. A. Teixeira de Freitas, *Formulário dos contratos, testamentos e de outros atos do tabelionato*, Rio de Janeiro, Garnier, 1881. Sobre as cópias e transuntos, vide A. Giry, *Manuel de Diplomatie*, Paris, Alcan, 1925, 10-36. Exemplos de *vidimus* podem ser observados no *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*, Bahia, 1945, 76 e 85. A autenticação da cópia, ou reprodução fotográfica, era regulada pela lei do selo. Vide lei n.º 202, de 2 de março de 1936; decreto n.º 1.137, de 7 de outubro de 1936, e decreto-lei n.º 4.274, de 17 de abril de 1936.

e registrados (art. 135 do Código Civil). Para que um documento seja considerado público é necessário que preencha as seguintes condições: 1) que provenha de pessoa pública; 2) que esta pessoa possa realizar o ato; 3) que o tenha realizado dentro dos limites legais; 4) que haja observado todas as solenidades essenciais do ato. Segundo o Código Civil Brasileiro, são instrumentos públicos (77): 1) as escrituras lavradas por tabelião e os traslados extraídos dos seus livros de notas; 2) os atos judiciais; 3) as certidões tiradas dos autos pelos escrivães; 4) os atos autênticos passados em país estrangeiro, segundo as leis respectivas, e legalizados pelos cônsules brasileiros; 5) as certidões extraídas dos livros das repartições fiscais, do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos e de outros registros públicos; 6) os instrumentos guardados nos arquivos públicos; 7) os instrumentos de aprovação dos testamentos cerrados; 8) as notas de corretores, estando os seus livros regularmente escriturados; 9) os protestos de letras. Ainda juridicamente não merecem fé pública os documentos públicos ou privados cancelados, raspados, riscados e borrados (Código de Processo Civil, art. 227). Assim também as cópias ou traslados só são autênticos e, portanto, só merecem fé quando a pessoa pública certifica sua conformidade com o original (Código Civil, arts. 137 e 138 e Código de Processo Civil, arts. 225 e 226).

Juridicamente, as declarações dos documentos públicos presumem-se verdadeiras, ou seja, permitem a conclusão racional sobre a verdade de uma coisa duvidosa, deduzida de indícios freqüentemente relacionados com a verdade (*rei incertae probabilis coniectura*, Cânone 1825). Mas historicamente não se distingue nenhuma espécie qualificada como no direito. As próprias formalidades de pública fé do notário apenas nos dizem que a cópia é autêntica, fiel e legítima, sem contudo provar a veracidade de sua afirmação. Para que uma declaração tenha eficácia histórica é necessário que ao exame paleográfico e diplomático e à crítica externa, que investigam apenas a integridade e autenticidade dos documentos, se junte a crítica interna, que verifica a sua fidedignidade.

Deste modo, a validade da declaração histórica contida num documento não depende, tal como no direito, de forma especial (Código Civil, art. 130); apenas se conjectura que tal documento, por ser autêntico, deve merecer mais fé, mas a presunção deve ser confirmada pela crítica. Como exemplo, podemos apontar o caso de escrituras públicas que juridicamente têm um valor absoluto, mas que historicamente valem, às vezes, menos que um documento privado que, acidentalmente, trate do assunto. Aquele pode, apesar de todas as formalidades, ser viciado, e este não tem interesse a defender. É uma fonte "casual" e não intencional. Assim, não é certa para a história a determinação jurídica (Código Civil, art. 131, parágrafo único) de que não tendo relação direta com as disposições principais

(77) Clóvis Beviláqua, *Teoria geral do direito civil*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1929, 2.^a ed., 319.

ou com a legitimidade das partes, as declarações enunciativas não eximem o interessado em sua veracidade do ônus da prova. É só a análise cuidadosa, a leitura atenta, a crítica auxiliar paleográfica e diplomática e a crítica interna que permitem, sob a base de raciocínios legítimos, a presunção, e depois a certeza da informação prestada pela fonte.

Por conseguinte, uma simples memória pode, às vezes, ser mais verdadeira do que um documento público registrado. Quantas vezes um inventário ou um testamento contém afirmações facilmente reconhecidas como inexatas? Os que estão treinados no exercício da advocacia sabem as marcas de vício que podem trazer os documentos considerados legalmente como merecedores de fé pública. A verdade é que o tabelião não confirma senão o que lhe foi dito e declarado pela vontade livre das partes; não investiga o direito das pessoas, nem a verdade dos fatos. Na realidade, ele é uma mera testemunha instrumentária ⁽⁷⁸⁾.

O registro, o reconhecimento da firma, as formalidades impostas pela lei na produção das provas não merecem muito historicamente; podem, no máximo, presumir-se autênticas. Mas a recriação histórica faz-se não só com peças autênticas, mas fidedignas e verdadeiras nas suas afirmações. De documentos privados, como memórias, relatórios, relações, cartas, diários, papéis comerciais, destituídos de qualquer formalidade jurídica, considerados autênticos pelo exame paleográfico e diplomático, podem-se extrair informações indiscutivelmente verdadeiras.

6. *Micropelícula e microfilme*

A micropelícula começou a ser empregada na guerra franco-alemã de 1871, durante o sítio de Paris. O emprego nos arquivos é mais tardio, quando os pesquisadores reconheceram que se podia evitar o trabalho fastidioso de copiar e que era possível realizar investigações em arquivos longínquos por meio de microfilmagem. Como um novo documento arquivístico, o microfilme apresenta vários problemas, não propriamente do ponto de vista técnico-fotográfico mais ou menos igual em toda parte. O princípio de que o microfilme constitui uma nova espécie arquivística não significa que os demais documentos tornaram-se supérfluos, ou que se microfilma com o objetivo de destruir os documentos originais. Nem mesmo os arquivos das empresas privadas, das fábricas e dos bancos aplicam este método, já que os documentos no depósito não representam custo maior que a microfilmagem. Além disso, nenhum erudito, ne-

(78) A. Teixeira de Freitas, *Formulário dos contratos, testamentos e outros atos de tabelionato*, Rio de Janeiro, Garnier, 1881, 37. Veja-se sobre a verdade dos documentos jurídicos, o que conta Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, 1946, 1.º vol., 97.

nhum conservador de documentos aceitaria a destruição sistemática dos originais valiosos, que guardam o espírito do século. Cada autógrafo é uma peça única, uma fonte particular, um texto autêntico. É a universalidade de seu valor, sua pureza, e o gosto pelos manuscritos que servem como anteparo ao espírito de destruição econômico e técnico⁽⁷⁹⁾.

Basicamente não existe diferença entre micropelículas e outros documentos arquivísticos; todos devem igualmente ser classificados, ordenados e catalogados. A intenção de microfilmar os documentos originais, por motivos de segurança, para substituir os deteriorados, não pode ser realizada nos países de recursos minguados, como é o caso do Brasil. Na Biblioteca Nacional, grandes coleções de manuscritos, de jornais, de publicações periódicas em geral, e de publicações oficiais encontram-se parcialmente destruídas, e muito breve estarão totalmente destruídas, e não foi possível até hoje realizar um programa de defesa e preservação desses documentos.

Como não há meio para retardar a deterioração senão pela restauração, e esta é mais custosa que a microfilmagem, cada dia se adota mais a microfilmagem como meio de salvação dos documentos em deterioração. As deficiências no Brasil são tão grandes, que a Biblioteca Nacional, por exemplo, não tem praticamente nenhum programa deste tipo em execução, e limita-se a atender a pedidos de pesquisadores nacionais e estrangeiros⁽⁸⁰⁾.

Nos Estados Unidos, a microfilmagem chegou a ser um instrumento útil e versátil, sendo variados os objetivos de seu uso: 1) a consulta, tendo por objeto prover o investigador de cópias exatas, a um custo muito menor e mais rápido que transcrevê-los a mão ou à máquina, ou fotocopiá-los; 2) economia de espaço ou a intenção de evitar sua destruição. Segundo a experiência do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, o espaço necessário para guardar as duas cópias da película de um conjunto arquivístico é a trigésima parte do espaço necessário para guardar os próprios documentos. Mas não se justifica, concluiu o Arquivo Nacional de Washington, a filmagem extensiva de documentos de valor permanente, quando se faz somente com o propósito de destruir os originais, pois é uma operação extremamente custosa; 3) microfilme de segurança, que se faz para precaver-se da perda de informações valiosas contidas nos documentos, no caso de ameaças de guerra e outras calamidades. Neste caso devem as microfilmagens ser guardadas em lugares distintos; 4) conservação, feita por dois motivos: a) para a proteção de documentos contra a deterioração; e b) para conservação do conteúdo informativo dos documentos contra a deterioração ou perda total.

O Arquivo Nacional dos Estados Unidos — organização verdadeiramente modelar — usa ainda do microfilme para a publicação

(79) Vide Theodore Besterman, *Le Gout des Manuscrits*. Genebra, 1956.

(80) O maior atendimento é feito a professores e instituições americanas, que pagam o custo enviando rolos virgens.

documental e como política de aquisição. Publica, em micrope-lículas, cópias de conjuntos documentais, a custo muito menos elevado e sem o trabalho editorial das obras impressas; o pesquisador pode adquiri-las em qualquer parte do país ou no estrangeiro. E copia, em micropelículas, documentos que se acham em outros depósitos privados ou públicos estrangeiros, como suplemento ou aumento de seus fundos, para conservar as informações neles contidas ou para obter cópias fiéis.

Além do Arquivo Nacional, outras instituições culturais, como a Biblioteca do Congresso, ou outras bibliotecas possuidoras de ricos depósitos, usam também o sistema de publicação de microfilmes. O programa de microfilmagem do Arquivo Nacional dos Estados Unidos não tem similar no mundo, e serve vigorosamente a todos os pesquisadores e historiadores. O programa incluía a publicação em microfilme de alguns dos documentos nacionais mais importantes. Basta dizer que em maio de 1966 havia 1.300 projetos de publicação de microfilmes, tendo já sido publicados 76.000 rolos equivalentes a 74 milhões de páginas documentais dos seus depósitos.

A publicação de microfilmes fornece documentação básica americana para pesquisa na história dos Estados Unidos, das relações dos Estados Unidos com a Europa, Oriente e América Latina, desde o começo do século XIX até 1930.

Novos programas foram planejados com a captura dos arquivos alemães, no fim da Segunda Guerra Mundial. Estes documentos, compreendendo o período de 1867 a 1945, foram microfilmados e fazem parte da publicação de microfilmes⁽⁸¹⁾.

Também a Biblioteca do Congresso vem realizando projetos de microfilmagem, tal como o dos papéis dos Presidentes dos Estados Unidos, nela conservados, de modo a que em breve qualquer instituição ou pesquisador possa adquirir, por compra, os documentos dos 23 presidentes norte-americanos. Projeto extremamente útil da Biblioteca do Congresso foi a microfilmagem dos documentos do Ministério das Relações Exteriores do Japão, entre os quais se encontram papéis de grande interesse para o Brasil⁽⁸²⁾, que podem ser adquiridos por compra dos microfilmes⁽⁸³⁾.

Os programas de publicação de microfilmes revelam, como escreveu o Dr. Posner, que o Arquivo Nacional "abandonou seu mo-

(81) George O. Kent, *U. S. Department of State. Historical Office. A Catalogue of Files and Microfilms of German Foreign Ministry Archives, 1920-1945*. Stanford University, 1962, 2 vols.; *Documents of the German Foreign Policy 1918-1945 from the Archives of the German Foreign Ministry*, Washington, 1957-1962, 4 vols.; *Guides to German Records filmed at Alexandria, Va.* Washington, 1958-1965, 47 guias.

(82) *Checklist of Archives in the Japanese Ministry of Foreign Affairs. Tokyo, Japan, 1868-1945*. Microfilms for the Library of Congress, 1949-1951.

(83) Informei aos departamentos de História das Faculdades de Filosofia de Marília e de Curitiba a existência deste documentário, que exige o domínio do japonês para sua consulta.

nopólio de algumas coleções arquivísticas mais importantes e os põe ao alcance dos eruditos e investigadores, prescindindo dos méritos pessoais e das qualificações dos mesmos. Isso significa fundamentalmente um desvio definitivo do conceito de que o arquivista é proprietário de suas coleções, e uma democratização dos serviços arquivísticos de consulta” (84).

Se compararmos estes princípios democráticos de abertura total dos arquivos, de sua ampla difusão — onde se incluem documentos do Departamento de Estado — com a política brasileira de arquivos e de consulta no Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, vemos como estamos longe de um programa esclarecido e democrático (85). A multiplicação de cópias — que se inspira nas palavras de Thomas Jefferson à época da Revolução Americana — significa, mais que a facilidade de consulta, a verdadeira democratização dos documentos históricos. “O tempo e a sorte”, escrevia Jefferson, “dia a dia fazem estragos nos documentos originais que conservam nossas repartições públicas. Nisto a guerra passada produziu mais danos que muitos séculos. O perdido não se pode recuperar; conservemos, porém, o que nos fica, não por meio de depósitos e fechaduras que põem os documentos fora do alcance do público e além disso os condenam às avarias do tempo, mas por meio da multiplicação de cópias, até ficarem fora de todo perigo e acidente” (86).

Um programa de interesse da pesquisa histórica deve ter em vista os seguintes objetivos: 1) a preservação do patrimônio nacional documental que está sendo destruído ou ameaçado de destruição; 2) a microfilmagem de documentos de arquivos estaduais e de instituições desprovidas de recursos para salvá-los da destruição (87); 3) a microfilmagem de documentos de outros países, especialmente daqueles sob cuja dominação o país viveu. O grande obstáculo para um programa dessa natureza é o custo elevado, considerando-se especialmente que o povo brasileiro vive em estado de necessidade; 4) a organização de um Arquivo Central de Micro-

(84) “The National Archives and the Archival Theorist”, *The American Archivist*, julho 1955.

(85) Albert H. Leisinger, Jr., “El empleo de la micropelícula en los Archivos al servicio de las investigaciones y de la publicación. Aspectos selectos del microfilmaje en los Estados Unidos”, Congreso Extraordinario. Consejo Internacional de Archivos, Washington, 9 a 13 de maio de 1966.

(86) Carta a Ebenezzer Hazard, cit. por A. H. Leisinger, Jr., *ob. cit.*, 18.

(87) Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Elaborada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a pedido do ex-Ministério da Guerra, autoriza a microfilmagem dos documentos oficiais, declara que eles produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos, certidões ou traslados, e permite a incineração dos documentos a critério da autoridade competente. In *Coleção de Leis*, 1968, vol. III. A autorização é inócua, e a permissão para a incineração é um crime e atenta contra o art. 172 da Constituição de 1967. Nenhuma autoridade deve ter competência legal para destruir documentos oficiais, que constituem a fonte dos documentos de valor histórico, exceto o Arquivo Nacional. A única virtude da lei consiste em reconhecer efeitos legais aos microfilmes.

filmes, destinado a centralizar os documentos existentes em arquivos estaduais, municipais e particulares, bem como as cópias de arquivos estrangeiros.

O uso da micropelícula e da microfilmagem se estende e amplia no mundo inteiro, mas o seu preço, como o do xerox, continua retardando sua aplicação, especialmente no campo da defesa do patrimônio documental e da colheita de material existentes em arquivos estrangeiros. Para os países economicamente débeis, cujo destino foi durante muito tempo dirigido por outras nações, a microfilmagem oferece grandes possibilidades, especialmente se as organizações internacionais se dispuserem a subvencionar o seu custo⁽⁸⁸⁾.

6.1. *Bibliografia* ⁽⁸⁹⁾

List of National Archives Microfilm Publications. 1966. Washington, The National Archives, 1966. Esta lista enumera a documentação do Departamento de Estado, os despachos diplomáticos das legações, embaixadas e consulados, as notas das legações estrangeiras nos Estados Unidos (1809 e datas variadas, até 1906), e as relações políticas entre 1910-1929, todas publicadas em microfilme:

Mark G. Eckhoff e Alexander P. Mavro, *List of Foreign Service Post Records in the National Archives.* Washington, 1958. Enumera os arquivos dos postos diplomáticos (1789-1945) e consulares (1790-1949).

John P. Harrison, *Guide to materials on Latin America in the National Archives.* Washington, 1961. Descrição e localização dos principais documentos sobre a América Latina. É um guia indispensável.

(88) Antal Szedő, "El empleo de la micropelícula en los archivos al servicio de las investigaciones y de la publicación. Los problemas del microfilme". Congreso Extraordinario. Consejo Internacional de Archivos, Washington, 9 a 13 de maio de 1966.

(89) Inclusão apenas da Lista Geral dos Microfilmes publicados e das listas especiais de interesse brasileiro, com documentos microfilmados ou não.

QUARTA PARTE

Fontes da história moderna e contemporânea

I. DOCUMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O crescimento gigantesco da produção documental devido ao desenvolvimento do serviço público, a que já nos referimos, e a publicação documental e de microfilmes tornaram esmagadoramente amplas as fontes da história moderna e contemporânea. Só os arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha capturados em 1945 representavam 400 toneladas. Some-se a tudo isto as pesquisas e colheitas de instituições dedicadas à história contemporânea, como o Institute of International Affairs [Instituto de Relações Internacionais], de Londres⁽¹⁾, com seu precioso arquivo de recortes de jornais do mundo sobre política internacional e econômica, a Hoover Library on War, Revolution and Peace [Biblioteca Hoover sobre a Guerra, a Revolução e a Paz], com a sua fabulosa coleção de documentos, folhetos, manifestos, cartazes, livros relativos a movimentos revolucionários, a mais completa coleção de literatura "subversiva" do mundo, e o International Instituut voor Soziale Geschiedenis [Instituto Internacional de História Social] de Amsterdã, com sua extraordinária coleção de história social, e a documentação marxista (especialmente a correspondência Marx-Engels)⁽²⁾, o Institut für Weltwirtschaft [Instituto de economia mundial] de Kiel e ver-se-á a dificuldade crescente do domínio simplesmente material desta fase histórica.

E não é tudo, porque não somente se conservam cada dia mais os arquivos econômicos de empresas privadas e dos sindicatos de trabalhadores⁽³⁾, como se recolhem aos arquivos públicos os documentos empresariais⁽⁴⁾. Na Grã-Bretanha encontram-se arquivos de companhias que desempenharam importante papel na vida econômica brasileira, alguns incorporados aos arquivos públicos e outros ainda de posse das firmas ou indivíduos que as dirigiram. São fontes

(1) Dei breve notícia sobre esta instituição in *As Fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, 1950, 30-32.

(2) Vide *As Fontes da História do Brasil na Europa*, ob. cit., 35-36, e o *Bulletin of the International Institute of Social History*. Amsterdã, 1950-.

(3) Vide prefácios de José Honório Rodrigues in *A Significação dos Arquivos Econômicos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959, tradução de Lêda Boechat Rodrigues; e *Os Arquivos e as Modernas Pesquisas Econômicas e Sociais*, de R. M. Marquant. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960, tradução de Manuel Adolfo Wanderley.

(4) Prefácio de José Honório Rodrigues in *A Significação dos Arquivos Econômicos*, ob. cit. A matéria tem tal importância que na minha administração no Arquivo Nacional fiz publicar, agora os dois opúsculos citados, T. R. Schellenberg, *A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos*, Rio de Janeiro, 1960, trad. de Lêda Boechat Rodrigues; e J. Mady e R. H. Bautier, *Os Arquivos e os Documentos públicos modernos*, Rio de Janeiro, 1960, trad. de M. Barbosa Vieira.

extremamente valiosas, que não têm sido aproveitadas e que enriquecem os recursos documentais modernos.

Os trabalhos de D. C. M. Platt, verdadeiramente pioneiros, abriram um novo campo de pesquisa e revelaram a existência de 158 arquivos de empresas no campo das finanças, bancos, engenharia, importação e exportação, seguros, terra, indústria, carne, moinhos, mineração, nitrato, petróleo, serviço público, estradas, navegação, telégrafo, muitas antigamente ou atualmente estabelecidas no Brasil, como a Clark & Co., a San Paulo Brazilian Railway (hoje brasileira), a British-American Tobacco Company, a Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries Ltd., Wilson Sons and Company, a Rio de Janeiro Lighterage Co. Ltd., a Royal Mail Steam Packet Co., o Bank of London & South America Ltd., e de financistas como J. Henry Schroeder Wagg & Co. Ltd.⁽⁵⁾.

Estudos desta natureza, que rasgam novas perspectivas para a história econômica brasileira, escrita sem exames de documentação original das empresas, ainda não foram feitos nos Estados Unidos e na Alemanha, cujas empresas representaram e representam papel tão influente na economia brasileira. A primeira tentativa nos Estados Unidos foi apresentada por Warren Dean no VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros⁽⁶⁾, ao realizar um inquérito entre 262 firmas⁽⁷⁾, das quais relaciona 8 que responderam declarando abrir seus arquivos a pesquisadores qualificados, e sete que impuseram restrições específicas. É um resultado magro, mas que nutre a esperança de futuro acesso. O autor não incluiu na sua comunicação os arquivos econômicos depositados em arquivos públicos americanos, alguns em cópias microfilmadas⁽⁸⁾, que serão descritos no Guide to Latin American Historical Materials in the United States, que vem sendo organizado pelo arquivista boliviano Gunnar Mendoza.

Poucos ensaios têm sido preparados, alguns oficiais e medíocres, como o de Theodor Geiger⁽⁹⁾, outros simplesmente lastimáveis como

(5) D. C. M. Platt, *Latin America Business Archives in the United Kingdom*. Exeter University, Department of History, mimeografado; e *Bibliographical Aids to Research*. XX *The British in South America — an archive report*. Separata do *Bulletin of the Institute of Historical Research*, nov. 1965. Vide também David Joslin, *A Century of Banking in Latin America, Bank of London & South America Ltd. 1862-1962*. Oxford University Press, 1963.

(6) *Sources for the Study of Latin American economic history: The records of North American private enterprises*. Reprint from *Latin American Research Review*, vol. III, n.º 3, Summer 1968, 79-86.

(7) O Autor declara que elas "representam a quase totalidade do capital norte-americano no Brasil", "que está sendo agora investido no Brasil". Ao todo, havia, em 1961, 893 firmas, segundo dados do *Brazil. Information for United States Businessmen*. Washington, U. S. Department of Commerce, 1961.

(8) A Bancroft Library, da Universidade da Califórnia (Berkeley), possui vasta coleção de microfilmes dos arquivos de 23 companhias inglesas e escocesas que operaram no Brasil, conforme verifiquei em 1964.

(9) *The General Electric Company in Brazil*. Washington, 1961.

o de Charles Gauld sobre Percival Farquhar⁽¹⁰⁾. Arquivos de empresas, arquivos pessoais de empresários, arquivos de organizações trabalhistas não têm sido preservados, ordenados e aproveitados. O Arquivo Nacional refugou, em 1950, a documentação dos Bancos alemães encampados pelo Governo durante a Segunda Guerra Mundial⁽¹¹⁾, e não se tem notícia de documentação dessa espécie conservada ou recolhida a arquivos públicos, sem considerar que tanto de Mauá, quanto de Antônio Prado, os empresários típicos no Brasil, não se conhecem arquivos, nem foram suas atividades estudadas senão biograficamente, e não incorporadas à história do Brasil. O mesmo se pode dizer da documentação operária, desconhecida dos pesquisadores e historiadores, embora se saiba da conservação de arquivos de sindicatos⁽¹²⁾, ou de documentação variada recolhida por figuras militantes do movimento operário, como Astrogildo Pereira, Everardo Dias e Edgar Leuenroth⁽¹³⁾.

Ao lado da documentação de valor primário produzido pela empresa e sindicato, em sua atividade própria, deve-se buscar recolher os documentos de valor secundário, criados com fins informativos ou para influir sobre a opinião pública ou de outras instituições congêneres. Estão neste caso as publicações de câmaras de comércio, de associações de classes, tais como manifestos, declarações, e periódicos⁽¹⁴⁾, uns de valor meramente corrente, outros de valor permanente.

Estão também neste caso as grandes companhias nacionais, como a Hidrelétrica de São Francisco, a Siderúrgica Nacional, a Eletrobrás, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Banco do Brasil, o Banco Central, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que possuem bibliotecas especializadas, serviços de documentação e divulgam em periódicos diversas informações sobre a evolução de seus negócios, indispensáveis à pesquisa da história atual.

(10) *The Last Titan. Percival Farquhar, American Entrepreneur*, Stanford University Press, 1964. Vide a crítica americana in *HAHR*, maio 1965, 146-147. Parte da documentação de Percival Farquhar foi oferecida por Charles Gauld à Biblioteca Nacional e encontra-se na Seção de Manuscritos.

(11) José Honório Rodrigues, *A Situação do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1959.

(12) Tive oportunidade de saber da existência de arquivo no Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários e anexos.

(13) Alguns documentos do primeiro foram aproveitados no seu livro *Formação do PCB*, Rio de Janeiro, 1962; e do último, na obra de Moniz Bandeira, Clóvis de Melo e A. T. Andrade, *O Ano Vermelho*, Rio de Janeiro, 1967. As câmaras de comércio americana, alemã, inglesa, francesa, italiana, holandesa, divulgam informações econômicas correntes, úteis para a pesquisa.

(14) Esta documentação é imensa e incontável, pois há publicações de circulação privada, como as das câmaras de comércio e bancos. Por exemplo: a "Cotinco", de São Paulo, publica a *Wirtschaftsberichte aus Brasilien*; o Bank of London & South America Ltd., a *Fortnightly Review*; o Chase Manhattan Bank, as *Noticias Econômicas Interamericanas*, *World Business*, *Latin American Business Highlights*, *Business in Brief*.

Do ponto de vista social convém consultar também o Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais (Recife), o Centro Latino Americano em Pesquisas Sociais, bem como, do ponto de vista religioso-social, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Centro de Estatísticas Religiosas de Investigações Sociais (CERIS), com suas bibliotecas, informações e documentos impressos.

1. *Bibliografia*

The Economic Literature of Latin America: a tentative bibliography. Harvard University Press, 1935-1936. 2 vols. Completado pelo pessoal do Bureau for Economic Research in Latin America, registra mais de 12.000 itens.

T. B. Jones, E. A. Warburton e A. Kingsley, *A Bibliography on South American Economic Affairs articles in nineteenth-century periodicals.* University of Minnesota Press, 1955, que preparou o índice de 229 periódicos dos três continentes em 9 línguas.

F. Behrendt, *Modern Latin America in Social Science Literature: a selected, annotated bibliography of books, pamphlets, and periodicals in the field of economics, politics and sociology of Latin America.* University of New Mexico Press, 1949.

Sylvie P. Bernstein, *Bibliography on Labor and Social Welfare in Latin America.* Washington, Pan American Union, 1944.

Donald Pierson, *Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance published up to 1940.* Harvard University Press, 1945.

Bibliografia de Assuntos Trabalhistas. Serviços de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, s. d.

Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1954.

Bibliografia do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1962.

Guia de Instituciones y Sociedades en el campo de las ciencias sociales. 2.ª Parte. América Latina. Union Panamericana. Washington, 1954, 2.ª ed.

As Ciências Sociais na América Latina. Instituições de Ensino e Pesquisa. Brasil: Rio de Janeiro e Estados do Norte. Publicação n.º 15, e Brasil: São Paulo e Estados do Sul e Centro. Publicação n.º 16. Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1960.

Robert Levine (org.), *Brazil Field Research in the Social Sciences.* Institute of Latin American Studies. School of International Affairs. Columbia University, 1966. Guia preparado pelos estudantes graduados americanos e dirigido especialmente a pesquisadores estrangeiros, ou melhor, americanos.

II. DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS E CONSULARES

Já indicamos na parte relativa aos microfilmes a grande documentação diplomática e consular publicada pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos de 1806 a 1929. Os relatórios consulares são de extrema importância pelas informações econômicas que divulgam. As coleções mais importantes são:

1. *Diplomatic and Consular Reports. Annual Series.* n. 1. Londres 1886. Há uma série *Economic and Financial Conditions of Brazil 1919-*. No Brasil não existe nenhuma série completa.

2. *Monthly Consular and Trade Reports. Washington, 1856-*. Série volumosa, seguida da *Diplomatic and Consular Reports*. No Brasil não existe nenhuma série completa.

3. *British and Foreign State Papers.* Londres, 1812-. É de interesse menor, comparada às anteriores, pois contém tratados, convenções, protocolos, acordos, circulares, decretos, denúncias, leis, notificações, etc. A Biblioteca do Itamarati não possui nenhuma coleção completa.

4. *U.S. Department of State. Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers.* Washington, 1861-. O título varia e a série é anual, havendo sempre documentos sobre as Repúblicas Americanas, compondo um ou dois volumes. Os últimos dois volumes publicados em 1965 são relativos a 1943. A Biblioteca do Itamarati não possui coleção completa.

5. *Documents on German Foreign Relations.* Londres, 1918-1945. A Biblioteca do Itamarati não possui nenhuma coleção completa⁽¹⁵⁾.

6. Relatórios dos Comitês de Relações Internacionais e das Comissões de Inquérito do Congresso, tratando de relações econômicas, políticas e de comunismo na América Latina. A série é imensa e não está toda registrada em um único volume, devendo-se recorrer aos catálogos de documentos públicos já citados. Em 1958, o 85.º Congresso autorizou a despesa de 150.000 dólares para contratar estudos por instituições e indivíduos sobre as relações dos Estados Unidos com a América Latina. Foram publicados os seguintes volumes: *U. S. — Latin American Relations Post World War II. Political Developments in Latin America*, preparado pela Universidade do Novo México, 1959; *Commodity Problems in Latin America*, preparado pela International Economic Consultants, Inc., 1959; *Latin American Activities of U. S. Business and Labor*, preparado pela Universidade de Chicago, 1959; *United States-Latin America. Economic Relations*, preparado pela National Planning Association, 1959; *The Organization of American States*, preparado pela Northwestern University, 1959; *Soviet Bloc Activities and their implications for United States-Latin American Relations*, preparado pela

(15) Todos os documentos públicos americanos estão catalogados no *Catalogue of Public Documents*, 1885 (relativos a 1774-), vários títulos e volumes, atualmente publicado mensalmente: *Monthly Catalogue of the United States Government Publications*, Washington, 1895-. Os documentos públicos alemães no *Monatliches Verzeichnis der reichsdeutschen amtlichen Druckschriften*, Frankfurt a/M (1957-58), 1962, e a *Deutsche Bibliographie. Verzeichnis der amtlichen Druckschriften* (1959-60), idem, 1965.

Corporation for Economic and Industrial Research, 1960; *Problems of Latin American Economic Development*, preparado pela Universidade de Oregon, 1960; *Hearing before the Committee on Foreign Relations. United States Senate ... on the nomination of Lincoln Gordon to be Assistant Secretary for Inter-American Affairs, 1966*. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro recebe esta coleção, mas a mesma não está catalogada.

7. *The Department of State Bulletin*. Boletim Informativo corrente, contendo discursos, proclamações e outros documentos.

III. DOCUMENTOS PÚBLICOS

No Brasil, não há nenhum catálogo dos documentos públicos em geral editados pelo Governo, nos seus três poderes, ou mesmo sequer listas especiais publicadas pelos seus vários ramos. A única obra é *A Guide to the Official Publications of the Other American Republics III Brazil*, por John de Noia, Washington, Library of Congress, 1948. As exceções brasileiras serão adiante citadas. A distribuição de publicações oficiais é tão arbitrária, que mesmo as bibliotecas públicas não possuem todas as coleções, e é necessário empenhar-se pessoalmente para conseguir exemplares correntes. Não há organização de venda, e o Departamento Nacional de Imprensa, a maior gráfica do Governo, também não facilita a aquisição. A grande maioria dos documentos é cedida gratuitamente, pois não podendo as repartições receber dinheiro e devendo encaminhar o comprador ao Ministério da Fazenda para o recolhimento do preço, essa operação é tão complicada que na maioria das vezes é dado o exemplar solicitado.

1. Geral

Organização e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889. Organizado pela Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. 2.^a ed., Arquivo Nacional, 1962. — Guia indispensável ao historiador, contendo a organização e os programas dos ministérios, a relação dos presidentes da Câmara dos Deputados, a lista dos deputados às Cortes de Lisboa, os deputados à Assembléia Constituinte de 1823, os deputados da Assembléia Geral Legislativa de 1826-1889, os presidentes do Senado e os senadores de 1826 a 1889, as Regências e os Regentes, o Conselho de Estado, e os Presidentes de Província de 1826 a 1889.

Dunschee de Abranches [Moura], *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889-1917*. São Paulo e Rio de Janeiro, 1918, 2 vols. — Guia indispensável, contém a organização de todos os governos, ministérios e do Congresso, com dados biográficos dos presidentes, vice-presidentes, deputados e senadores.

A. Tavares de Lyra, "A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros", *RIHGB*, t. 94, 567-609; "O Conselho de Estado", *Boletim da Revista do*

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1934; "Os Ministros de Estado da Independência à República", *RIHGB*, vol. 193, 3-104.

João Camilo de Oliveira Torres, *O Conselho de Estado*. Edições GRD, 1956.

Indicador da Organização Administrativa Federal. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público, Rio de Janeiro, 1957. Atualizado até 15 de outubro de 1957.

2. Poder Executivo

Falas do Trono desde o ano de 1828 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas Câmaras e competente histórico. Coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

Mensagens Presidenciais. 1891-1926. Rio de Janeiro, 1912-1926. 5 vols. Editadas na coleção *Documentos Parlamentares*, da Câmara dos Deputados. Contêm as mensagens presidenciais apresentadas ao Congresso no início da sessão legislativa. O vol. 2 (págs. 3-10) transcreve o Manifesto de Hermes da Fonseca de 15 de novembro de 1910, ao tomar posse; e o vol. 4 (págs. 735-766), a Plataforma de Artur Bernardes da Silva, de 10 de outubro de 1922. Não há coleção de Manifestos e Plataformas. O *Manifesto Inaugural* de M. F. Campos Sales (15 de novembro de 1898) foi publicado separadamente (Rio de Janeiro, 1898). A grande maioria foi publicada nos jornais, especialmente no *Jornal do Comércio*.

Obras Completas de Epitácio Pessoa. Vol. xvii. *Mensagens ao Congresso* e vol. XVIII. *Mensagens Especiais, Vetos, Discursos, Notas e Despachos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1956.

Documentos Históricos. Revolução de Outubro. Discursos e Manifestos do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, 1932. Rio de Janeiro, 1933.

Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938-1944. Contém discursos, manifestos, proclamações. O vol. III contém a Mensagem à Constituinte de 1933 e o Manifesto à Nação de junho de 1934 sobre as realizações do Governo Provisório. Embora não seja uma publicação oficial, a matéria é oficial, como as seguintes de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas, *A Política Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1950., Contém a Mensagem ao Povo de 28 de novembro de 1945, aconselhando a candidatura de Eurico Dutra à presidência da República, e vários discursos.

Mensagens apresentadas ao Poder Legislativo pelo Presidente da República. 15 de novembro de 1933 e 3 de maio de 1935 a 1937. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933-1937.

Mensagens apresentadas ao Congresso Nacional pelo General Eurico Gaspar Dutra. 15 de março de 1947-1950. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948-1950.

O Plano Salte. Mensagem n.º 196, de 15 de maio de 1948 e anexo; Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, que o regulamenta. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

Getúlio Vargas, *A Campanha Presidencial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951. Carta-Manifesto e vários discursos da campanha para a presidência.

Getúlio Vargas, *O Governo Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, 2 vols. Contém as mensagens ao Congresso de 1951 e vários discursos.

Getúlio Vargas, *Mensagens ao Congresso Nacional pelo Presidente da República*. 15 de março de 1951-1954. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952-1954.

Mensagem ao Congresso Nacional [Café Filho]. 15 de março de 1955. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Mensagens, 1956-1960*. Rio de Janeiro, 1960-1961. 5 vols. — Esta é a presidência mais bem documentada de toda a história republicana. O Serviço de Documentação da Presidência da República, o único serviço de documentação que serviu a seus objetivos, publicou várias séries de documentos. 1) *Discursos 1956-1960*. Rio de Janeiro, 1958-1961. 5 vols.; 2) *Programa de Metas*. Rio de Janeiro, 1958, 4 vols.; 3) *Operação Pan-americana*. Rio de Janeiro, 1958-1960. 9 vols., com tradução espanhola; 4) *Visitas de Chefes de Estado. Argentina, Itália, Portugal, Estados Unidos e México, 1958-1960*. 5 vols.; 5) *Brasília*, divulgação, 1958-1959. 5 vols.; 6) *Coleção Brasília*. Rio de Janeiro, 1960-1961, 11 vols.; 7) *Síntese Cronológica*. Rio de Janeiro, 1959-1960, 9 vols.; 8) *Resenha do Governo*, 1960-1961. 5 vols.; 9) *Eventuais*, entre os quais o I e o II Encontros dos Bispos do Nordeste. Rio de Janeiro, 1959-1960, 2 vols. Vide Antônio Houaiss, *O Serviço de Documentação da Presidência da República*, Separata da *Revista do Livro*, dezembro 1960.

Jânio Quadros, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, 1961.

Programa de Governo. Bases. Análise da situação econômica e social do Brasil. [Mensagem enviada ao Congresso pelo Conselho de Ministros do Governo Parlamentarista]. Brasília, 1961.

João Goulart, *Mensagem ao Congresso Nacional*. IBGE, 1962; e Brasília, 1963-1964. 3 vols.

João Goulart, *Desenvolvimento e Independência. Discursos 1961 e 1962*. Brasília, 1962-1963.

Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963-1965. Síntese. Dezembro 1962. Brasília, Presidência da República, 1963.

Humberto de Alencar Castelo Branco, *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1965-1967. 3 vols.

Programa de Ação Econômica do Governo. 1964-1966. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. IBGE, novembro 1964.

2.1. *Presidentes de Província e de Estados*

Relatórios (o título varia, aparecendo como Mensagem, na República) apresentados às Assembléias, e os Relatórios (o título tam-

bém varia, aparecendo como Exposições, etc.), ao passar a administração ao sucessor. Há ainda os relatórios das Secretarias Estaduais. As coleções da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional são quase completas.

2.2. Ministérios

A organização ministerial de 1822 a 1889 aparece in *Organizações e Programas Ministeriais*, já citado, e de 1889 a 1917 in *Dunschee de Abranches, Governos e Congressos da República*, também já citado.

1) O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criado pelo decreto n.º 1.142, de 22 de novembro de 1892, substituído pelo decreto-lei n.º 1.606, de 29 dezembro de 1909, como Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e pelo decreto n.º 19.448, de 3 de dezembro de 1930, como Ministério da Agricultura. 2) O Ministério da Viação e Obras Públicas foi estabelecido em 21 de junho de 1909. 3) O Ministério dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi estabelecido em 19 de abril de 1890, pelo decreto n.º 346, e em 6 de dezembro de 1892; pelo decreto n.º 1.160, foi absorvido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 4) O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado pelo decreto n.º 19.433, de 1930. 5) O Ministério da Educação e Saúde foi criado pelo decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. 6) O Ministério da Aeronáutica foi criado pelo decreto-lei n.º 2.961, de 20 de janeiro de 1941. 7) O Ministério da Saúde, desdobrado da Educação, pela Lei 1920, de 25 de julho de 1953; 8) O Ministério da Indústria e Comércio, desdobrado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pela Lei n.º 3.782, de 27 de julho de 1960; 9) Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, criado pela Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. 10) Ministério das Comunicações, abrangendo o Conselho de Tele-Comunicações e os Correios e Telégrafos, criado pela lei acima citada. 11) Ministério do Interior, coordenando os organismos regionais, desdobrado do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, pela mesma lei. 12) O Ministério da Viação e Obras Públicas transformou-se em Ministério dos Transportes, e o Ministério da Guerra passou a denominar-se do Exército segundo a mesma lei.

Todos os Ministérios eram obrigados a apresentar Relatórios impressos, segundo o art. 42 da Lei de 15 de dezembro de 1830 (Vide nota 66 da pág. 144 deste livro). Os *Relatórios* do Império são documentos valiosos, pela riqueza das informações e pelos documentos transcritos em anexos. Na República, passam de regra a ser peças descuidadas, sem documentação, e com informação mal selecionada. Recentemente, em datas variadas, os *Relatórios* deixaram de ser elaborados, sob pretextos os mais variados. Com a República perdeu-se, assim, uma coleção dos mais importantes documentos oficiais.

Relatórios da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 1832-1889. O de 1828 encontra-se na *Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil*, Coleção de E. S. Plancher, vol. III. Vários Relatórios são transcritos textualmente ou em resumo no *Almanaque Laemmert* (Rio de Janeiro, 1843 a 1940), a partir de 1875.

Relatórios da Repartição dos Negócios da Justiça (16). Rio de Janeiro, 1824-1956. O volume de 1828 encontra-se igualmente na coleção Plancher. O título na República passa para *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*.

Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros. Rio de Janeiro, 1829-1960. Idem, quanto ao volume de 1828. Treze Relatórios de 1833 a 1845 foram reproduzidos em fac-símile pelo Ministério das Relações Exteriores em 1929. Os antigos volumes do Império tornaram-se mais raros com a destruição e venda, como papel velho, de vários exemplares durante a administração Juraci Magalhães (1966-1968). O título, na República, passou para *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*.

Relatórios da Repartição dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1830, 1832-1949. O título, na República, passa para *Relatório do Ministério da Fazenda*.

Relatórios dos Negócios da Guerra, Rio de Janeiro, 1830-32 e 1834-1940.

Relatórios do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, 1927-1946.

Relatórios do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1860-1952.

Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1872-1908. Rio de Janeiro, 1893-1909. [Transformado em Ministério da Viação e Obras Públicas, em 1909].

Relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1909-1927, 1933-1937, 1941-1944.

Relatórios do Ministério da Educação e Saúde. [Como Ministério da Instrução Pública, Comércio e Telégrafos, 1890-1892]. Rio de Janeiro, 1932-.

2.3. Sobre o Orçamento

Orçamento da receita e despesa do Império para os anos de 1829 (aparecem no Relatório da Fazenda, 1828), 1830-31 (aparece no Relatório de 1829), 1831-1832, 1881-1890, 1893-1899, 1901-1904, 1918-1921 (Receita e Despesa), 1925-1927 (Receita Geral), 1928, 1930-1931 (Despesa Geral), 1939 (Anexos I-11), 1942-1946, 1950-1960. Rio de Janeiro, 1828-1960.

Sinopses da receita e despesas do Império nos exercícios de 1850-1851, 1852-1880-1902, 1904-1905.

Dados biográficos dos Ministros:

Ministros e altos funcionários da antiga Repartição dos Negócios Estrangeiros — depois Ministério das Relações Exteriores — e membros do extinto Conselho de Estado (1808-1939). Rio de Janeiro, 1939.

Os *Anuários* publicados de 1947 em diante contêm a relação dos Ministros de Estado a partir da proclamação da República, dos chefes das missões diplomáticas, a partir de 1910. Substituíram os *Almanaques do Pessoal* publicados desde 1921, que passaram a incluir a relação dos funcionários da Secretaria de Estado, das Missões Diplomáticas, dos membros do Corpo Diplomático e Consular Estrangeiro que apareciam nos Relatórios.

(16) Os anos indicados dos *Relatórios* são os existentes na Biblioteca Nacional.

Lucas Alexandre Boiteux, *Ministros da Marinha (Notas Biográficas. 1808-1840)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933.

J. A. Pinto do Carmo, *Ministros da Fazenda (1822-1930)*. Rio de Janeiro, 1944.

Teodoro Lopes e Gentil Torres, *Ministros da Guerra no Brasil, 1808-1950*. Rio de Janeiro, 1950.

Dados biográficos dos Ministros, 1861-1961. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, 1961.

D'Almeida Guerra Filho e Xavier Placer, *Ministério e Ministros da Agricultura, 1860-1966*, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1966.

3. Poder Legislativo

3.1. Câmara dos Deputados

A bibliografia sobre a Câmara dos Deputados é reduzida e insatisfatória. Há poucos estudos políticos e jurídicos, nenhum exame analítico histórico-político sobre seu papel na vida brasileira. Os primeiros foram mencionados na *Teoria da História do Brasil*.

O *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)* (Rio de Janeiro, 1926, 3 vols.) contém ensaios histórico-político-econômicos variados, sem a unidade necessária para uma visão conjunta da evolução secular da instituição. A "Nominata dos Deputados brasileiros, desde as Cortes Portuguesas de Lisboa, de 1821, até a 20.^a Legislatura do 2.^o Império (1823-1889)" [2.^o vol., 587-670], é reprodução da lista das *Organizações e Programas Ministeriais* já citado.

A Câmara dos Deputados sob o Império, de Afonso d'E. Taunay (São Paulo, Imprensa Oficial, 1950), baseia-se também nas *Organizações*, então esgotada, e contém alguns capítulos de comentários e alguns levantamentos estatísticos.

"A Câmara dos Deputados — seus componentes" (*RIHGB*, vol. 254, 1962, 97-240) é uma relação dos presidentes e deputados de 1891 a 1959, organizada pela Secretaria da Câmara.

As principais publicações da Câmara dos Deputados são:

Anais do Parlamento Brasileiro. Assembléia Constituinte. Rio de Janeiro, 1874, 6 vols. Reimpressão, Rio de Janeiro, 1876-1884. 6 vols.

Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados. 1.^o ano da 1.^a legislatura, sessão de 1826 a 4.^a sessão da 20.^a legislatura (1889). Rio de Janeiro, 1874-1889. 253 vols. O título e os impressores variam.

Anais do Congresso Nacional. 1890-1891. Rio de Janeiro, 1891, 3 vols. *Anais da Constituinte Republicana*. 2.^a ed., 1924-26. 3 vols.

Anais da Câmara dos Deputados. 1.^a sessão da 1.^a legislatura de 10 de junho a 31 de julho de 1891. Rio de Janeiro, 1891.

Anais da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro, 1934-1937, 22 vols. Anexos, Rio de Janeiro, 1935-1936. 4 vols.

Anais da Câmara dos Deputados. 1934-1935 (função ordinária da Assembléia Nacional Constituinte). Rio de Janeiro, 1935-.

Anais da Assembléia Constituinte. 1946. Rio de Janeiro, 1946-1951. 26 vols.

Anais da Câmara dos Deputados (1.^a sessão, 1.^a legislatura, 1946). Rio de Janeiro, 1950-.

A descrição bibliográfica da coleção encontra-se in *Anais da Câmara dos Deputados. Notícia histórico-bibliográfica*. Separata do *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, vol. 12, jan.-junho 1963, 271-279. É acompanhada de notas especiais, erratas, documentação especial, índices e um quadro descritivo minucioso, com as falhas de volumes.

Diário da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Vols. 1-2. 17 de abril a 11 de novembro de 1823. Os títulos variam, *Diário do Congresso Nacional* (1890-1930), *Diário da Assembléia Nacional* (1933-1934), *Diário da Câmara dos Deputados* (1934), *Diário do Poder Legislativo* (1934-1937), *Diário da Assembléia* (1946), *Diário do Congresso Nacional* (1946-). Vide descrição bibliográfica in "Bibliografia da Câmara dos Deputados. 1. Publicações Periódicas. 1.5. Diários, *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. vol. 13, jan.-junho 1964, 137-139.

Documentos Parlamentares. 120 vols. 1912-1967. Vide descrição bibliográfica de todos os títulos sobre os mais variados assuntos, acompanhados de índice, in "Bibliografia da Câmara dos Deputados. 2. Publicações Seriadas. 2. 1. Documentos Parlamentares", *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, vol. 14, set.-dez. 1965, 585-596, e vol. 16, set.-dez. 1967, 785.

Atas das sessões da Assembléia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, 2 vols. 1823, 1826-1869, 210 vols. Vide *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. vol. 12, jul.-dez. 1963, 575-577.

Relatório e Sinopse dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados, 1869-1889. Rio de Janeiro, 1869-1889. 18 vols.; 1891-1930, Rio de Janeiro, 1892-1934, 40 vols.; 1946-1947, Rio de Janeiro, 1948. Vide *Boletim* acima citado.

Resenha Legislativa, vol. 1, agosto 1963. Brasília, 1963. Mensal. Vide *Boletim* acima citado.

Relação de Oradores (Deputados, Ministros, Visitantes) que ocuparam a tribuna da Câmara dos Deputados. 1951-1960. Rio de Janeiro, 1952-1960. Anual até 1955, e semestral de 1956 a 1960. Continuada pela série *Súmula dos Discursos*, 1960. Brasília, 1963.

Relação de Assuntos tratados no plenário da Câmara dos Deputados durante o ano de 1958. Rio de Janeiro, 1960. Publicação suspensa.

A Câmara dos Deputados publicou muitos avulsos, como as *Falas do Trono*, *as Organizações e Programas Ministeriais*, *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados*, etc. Sobre esta série, vide *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, vol. 15, jan.-abr. 1966, 97-106, vol. 15, maio-ago. 1966, 239-255; vol. 16, set.-dez. 1967, 787-806, todos acompanhados de índices. Este *Boletim* (vol. 1, n.º 1, set. 1952-) é publicação indispensável pelas bibliografias atualizadas e o levantamento biográfico dos Presidentes da Câmara.

Há muitos *Discursos* pronunciados no Império publicados não oficialmente e registrados no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1881, vol. 1, 834-846.

3.2. Senado

A bibliografia sobre o Senado é inexistente, e seus serviços informativos e bibliográficos não possuem, como a Câmara dos Deputados, um alto nível de competência técnica. Afonso d'E. Taunay escreveu *O Senado do Império* (São Paulo, s. d. [1941]), um estudo histórico-constitucional, com informações gerais, dados estatísticos, comentários políticos e a lista dos senadores distribuídos por províncias baseado, nesta parte, nas *Organizações e Programas Ministeriais* e na *Notícia dos Senadores do Império do Brasil* (obra raríssima, inexistente na Biblioteca Nacional, citada por Taunay sem indicações bibliográficas). Excelentes estudos históricos sobre o "Senado do Império" (*RIHGB*, t. 99, vol. 153, 229-281) e "O Senado da República" (*RIHGB*, t. 210, 3-102) foram escritos por A. Tavares da Lyra.

Anais do Senado do Império do Brasil. 1.^a sessão da 1.^a legislatura, 1826. Rio de Janeiro, 1877-1879, 4 vols.

Anais do Parlamento Brasileiro. Senado. 1826-1834, 1837, 1839, 1858-1879, 1897-1917, 1921-1926, 1935, 1946-1948, 1953-1961 (incompleto). Não foi publicado nenhum volume entre 1840-1857.

Sinopses do estado dos trabalhos e dos objetos pendentes de deliberação do Senado no fim da sessão nos anos de 1830, 1834-1841, 1844-1848, 1856-1859, 1861-1862, 1864, 1866-1879 e 1881. Rio de Janeiro, 1830-1881. 37 vols.

Há muitos *Discursos* pronunciados no Império, publicados não oficialmente, e registrados no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1881, vol. 1, 826-831.

4. Poder Judiciário

A jurisprudência de 1892 e 1901 encontra-se in *Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência*. Acórdãos compilados pelo Presidente do Tribunal. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897-1901. A partir daí, sua transcrição ocorre em numerosas revistas jurídicas, entre as quais *O Direito* (1877-1912, 120 vols.), a *Revista de Jurisprudência* (1897-1906, 25 vols.), a *Revista de Direito* (1906-1938, 128 vols., 2 de índices), a *Revista do Supremo Tribunal Federal* (1914-1925), a *Revista Forense* e a *Revista dos Tribunais*, iniciadas em 1904 e publicadas até hoje, tendo vários volumes de índice. Além da publicação oficial dos acórdãos, no *Diário da Justiça*, o Supremo Tribunal Federal vem publicando também oficialmente a *Revista Trimestral de Jurisprudência*. Em 1964, como Anexo ao Regimento Interno foi publicada a *Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal*, de que se tirou, no mesmo ano, uma 2.^a edição, incluindo os adendos 1 a 3. Edgard Costa publicou *Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal*. 1892-1966, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964-1967, 5 vols.; e Laurênio Iago, *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Dados biográficos. 1828-1939*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1940. Está em curso de publicação a *História do Supremo Tribunal Federal*, de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vols. 1 e 2 (1891-1910), 1965-1968.

IV. JORNAIS, REVISTAS, PERIÓDICOS

Na *Teoria da História do Brasil* tratamos do jornal como fonte histórica e de sua fidedignidade, e levantamos uma bibliografia de história da imprensa. Neste capítulo, nosso objetivo é fornecer ao pesquisador e historiador documentos relativos à pesquisa nos jornais e as informações sobre revistas e periódicos históricos, de ciências sociais e de assuntos correntes nacionais e internacionais. Assim como o Professor Charles Boxer escrevia que um dos erros capitais da historiografia portuguesa consistia no desconhecimento da bibliografia estrangeira — erro de que participa também a historiografia brasileira — é igualmente impossível limitar-se às fontes nacionais de conhecimento histórico e corrente.

Toda a pesquisa de jornais é extremamente difícil no Brasil, primeiro devido às próprias condições materiais de consulta e ao estado de ruína das coleções depositadas nas bibliotecas brasileiras, a começar pela Nacional; segundo, porque não há índices de nenhum jornal, o que amplia muito o campo da investigação, quando não se possuem os dados cronológicos essenciais. Há dois jornais no mundo que produzem seus índices, o *London Times*, desde 1900, e o *New York Times*, desde 1913, trimestralmente e mensalmente. Foi feito retrospectivamente o índice de *Le Temps*, e *Le Monde* mantém organizado um índice, embora não o publique. Os jornais brasileiros *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* estão elaborando seus índices, o primeiro desde 1956, e o segundo desde 1964. Quando a consulta é limitada a um só jornal, é mais fácil pesquisar nos arquivos do próprio jornal, que na coleção da Biblioteca Nacional. O Sr. Eurico Paiva organizou uma grande coleção de recortes de jornais (*Tribuna da Imprensa*, 12-XII-1956).

1. Jornais Oficiais

Gazeta do Rio de Janeiro (1808 até dezembro de 1822); *Diário do Governo* (1823-); *Diário Fluminense* (1824-); *Correio Oficial* (1833-); *Gazeta Oficial do Império do Brasil* (1840-1848). De 1848 a 1868 não existe diário oficial, sendo os atos do Governo publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, no *Correio Mercantil* e em outros jornais; *Diário Oficial* (1862-). Uma lista com os endereços dos jornais brasileiros atuais em 16 Estados e no Distrito Federal encontra-se in *Brazil. Field Research in the Social Sciences*, guia organizado por Robert Levin, já citado (p. 160).

2. Periódicos Oficiais

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Mensal. 1.ª fase, 1934-1948; 166 vols.; 2.ª fase, 1952-. Índices, vols. 1-100, 1950; vols. 101-147, 1950.

Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Inicialmente bimensal, depois trimestral. Junho 1943-.

Boletim Económico do Ministério das Relações Exteriores. Boletim Comercial, etc. Desde 1938, *Boletim Económico*. Rio de Janeiro, 1918-1948.

3. Revistas de História

Há uma lista anotada de revistas de história no Brasil, *Historical Periodicals* (com a assistência de José Honório Rodrigues e Guilherme Cespedes) editado pelo *Historical Abstracts*, Santa Barbara, Califórnia, Estados Unidos, 1961.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-), 279 vols., 1968. Índice analítico, t. 1-84, 1839-1918. Rio de Janeiro, 1927. Max Fleiuss, *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro, 1938. Rollie Poppino, "A Century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", *HAHR*, maio 1953.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1860-1863, 1920-.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1865-. José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1863-1953, Recife, 1961.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1827, 1917-.

Revista do Instituto do Ceará, 1887-. José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, 1887-1954. Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1894-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1895-. *Índice Repertório dos vols.*, de n.º I a XXX, São Paulo, 1938.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1902-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1907, 1943-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1909.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1916-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1917-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1919-.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1946-.

Revista de História, São Paulo, 1950. *Índice dos números 1 a 40 (1950-1960)*, São Paulo, 1966.

Estudos Históricos, Marília, 1963-.

4. Revistas de História (estrangeiras)

Historische Zeitschrift. Munique, 1859-.

Revue Historique. Paris, 1876-.

American Historical Review. New York, Washington, 1895-.

Revista de História, Lisboa, 1912-1928, 8 vols.

Hispanic American Historical Review, Durham, North Carolina, 1918-. Ruth Lapham Butler, *Guide to the Hispanic American Historical Review 1918-1945*,

Durham, 1950; Charles Gibson e E. V. Niemeyer (org.) *Guide to the Hispanic American Historical Review, 1946-1955*, Durham, 1958; Vide seleção de artigos desta revista, in *Estudos Americanos de História do Brasil*, introdução de José Honório Rodrigues, Ministério das Relações Exteriores, 1967.

Anais. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1940-1946, 11 vols.; 2.^a série, Lisboa, 1946-.

Revista de História de América, México, 1938-. *Índice Geral*, 1938-1962, 1967-.

Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1941-.

Annales: Economies, Sociétés, Civilisations, Paris, 1945-. (Anteriormente *Annales: Sociétés, Civilisations*, Paris, 1929-.)

The Americas. A Quarterly Review of Inter-American Cultural History, Washington, 1944-.

5. *Revistas de Geografia, Ciências Sociais e Políticas*

Revista de Geografia, Rio de Janeiro, 1939-. *Índice dos anos I a X, 1939-1948*, Rio de Janeiro, 1950.

Boletim de Geografia, Rio de Janeiro, 1943-.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1933-.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1937-.

Sociologia, São Paulo, 1939-.

Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1940-1952.

Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, 1941-.

Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 1947-.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 1944-.

Cultura Política, Rio de Janeiro, 1941-1945. 53 vols.

Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 1947.

Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. Recife, 1953. *Índice in Boletim da Câmara dos Deputados*, vol. 14, maio-ag. 1965, 385-400.

Revista Brasiliense, São Paulo, 1955-.

Educação e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1956-.

Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1956-. *Sumário de 10 anos, n.ºs 1 a 21, 1956-1966*, Belo Horizonte, s. d.

Desenvolvimento e Conjuntura, Rio de Janeiro, 1957-1968.

Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 1958-. *Índice* n.º 24, 1963.

Revista Brasileira de Direito Público e Ciências Políticas, Rio de Janeiro, 1958.

Estudos Sociais, Rio de Janeiro, 1858-1963, 18 vols.

Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1958-1962, transformado em *América Latina*, 1962-.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, 1961-.

Revista do Instituto de Ciências Sociais, 1961-. Rio de Janeiro, 1962.

Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964-.

Dados, Rio de Janeiro, 1966-.

6. *Revistas de Ciências Sociais Estrangeiras*

Revista de Historia de América, México, 1938-.

Inter-American Economic Affairs, Washington, 1947-.

Journal of Inter-American Studies, Gainesville (Flórida), 1959-.

Caravelle, Cahiers du Monde Hispanic et Luso-Brésilien, Toulouse, 1963-.

Jahrbuch fuer Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas (Anuário de história política, econômica e social da América Latina), Colônia, 1964-.

The Journal of Latin American Studies, Cambridge, Inglaterra, a partir de 1969.

7. *Assuntos Internacionais e Contemporâneos*

Brasil. Relação das Condições geográficas, econômicas e sociais do Brasil: Ministério das Relações Exteriores. Em 1929, publicado pelo Ministério da Agricultura com o título *O Brasil Atual (Brazil of Today)*, e em 1931 pelo Ministério do Trabalho. Ministério das Relações Exteriores, 1932-.

Itamaraty. Boletim do Serviço de Informação para o Exterior. Quinzenal. O Ministério das Relações Exteriores publica: 1) *Lista Diplomática*, contendo a precedência dos chefes de missões diplomáticas estrangeiras; mensal, 1903-; 2) *Lista de Endereços* das missões diplomáticas, delegações junto a organismos internacionais, de repartições consulares, etc., quadrimestral; 3) *Anuário*, contendo a relação dos funcionários da Secretaria de Estado, das Missões do Corpo Diplomático, 1947-.

Survey of International Affairs. Royal Institute of International Affairs. Londres, 1925-. Anual. *Consolidated Index* (Índice 1920-1930, vol. II, 1931-1938.

Documents on International Affairs. Royal Institute of International Affairs. Londres, 1928-. Anual.

International Affairs, Royal Institute of International Affairs, Londres, 1922-1939; 1944-. Quadrimestral.

The World Today, Royal Institute of International Affairs, Londres, 1945-. Mensal.

The United States in World Affairs, Council on Foreign Relations, Nova York, 1931-. Anual.

Foreign Affairs, Council on Foreign Affairs. Nova York, 1922. Mensal.

Bulletin Analytique de Documentation Politique, Économique et Sociale Contemporaine, Fondation National des Sciences Politiques. Paris, 1945-.

International Conciliation. Carnegie Endowment for International Peace, Nova York, 1947-. Há vários *Índices*, últimos, 1963-1968, e set. 1967- maio 1968.

Estudio Económico de América Latina, Nações Unidas, Nova York, 1949-. Também publicado em inglês.

Boletín Económico de América Latina, Nações Unidas, 1956-.

Keesing's Contemporary Archives, Londres, 1931-.

7.1. *Bibliografia*

Bibliografia do Centro Latino-Americano em Ciências Sociais. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1962-.

Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Rio de Janeiro, 1954-.

V. FILME

O filme documentário, o noticiário semanal, o histórico, constituem uma fonte nova e diferente de todas as fontes históricas até então existentes. Desde 1927, no Congresso Internacional de Ciências Históricas reunido em Göttingen, se debateu o filme comum e o histórico como documento⁽¹⁷⁾. Em 1934, quando se criou o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, mandava-se recolher aos seus depósitos, além da documentação em papel, mapas, gravações sonoras, documentos fotográficos, com projeções fixas, vistas aéreas cartográficas e filmes cinematográficos. Reconhecia-se a capacidade sem par oferecida pela câmara cinematográfica de documentar os acontecimentos para fins históricos. Filmes oficiais, filmes de propaganda do governo ou de empresas comerciais ou industriais, noticiários de companhias cinematográficas, filmes históricos, tão históricos quanto as novelas históricas, todos igualmente ofereciam possibilidades de utilização para fins de pesquisa e reconstituição histórica.

O filme tem muitos pontos de contacto com o quadro, a pintura histórica, mas não deve ser com eles confundido; o filme documentário, devido à objetividade do processo técnico de que se serve e a notícia verbal que possui, pode oferecer certo grau de credibilidade, apesar de sofrer forte influência subjetiva. Mas não é pelo fato de apresentar estes pontos fracos e de oferecer riscos quanto à fidedignidade que ele se distingue fundamental e gradualmente das demais fontes. O principal problema que o historiador deve enfrentar é o do conteúdo do filme, é o da veracidade da fonte. A fotografia em si, o filme em si não representam, tanto quanto qualquer documento velho ou novo, uma prova de verdade. Toda a crítica externa e interna que a metodologia da história impõe ao manuscrito impõe igualmente ao filme. Todos podem igualmente ser falsos, todos podem ser "montados", todos podem conter verdades e inverdades.

Existe, naturalmente, para cada espécie de fonte, uma possibilidade especial de falsificação, e conhecê-las é a tarefa do crítico de fontes⁽¹⁸⁾. Já se iniciou esta crítica na Alemanha, e Hans Traub

(17) Wilhelm Treue, "Das Filmdokument als Geschichtsquelle", *HZ*, out. 1958, 308-327.

(18) Wilhelm Treue, artigo cit.

escreveu um estudo sobre o filme como meio de poder político, mostrando as falsificações que podem ser introduzidas nas notícias semanais, nos filmes educativos e culturais⁽¹⁹⁾.

Apurada a veracidade do filme, insuspeita sua fidedignidade, ele é fonte primordial, quando é um conhecimento audiovisual direto, não censurado, especialmente nos noticiários diários e semanais, filmando os acontecimentos na hora do seu nascimento. Mas os filmes históricos, apesar de retratarem o meio, de reconstituírem a "atmosfera" histórica, os documentários das atividades oficiais e empresariais valem tanto quanto as memórias e os jornais – sempre suspeitos pelos fins a que atendem. São sempre fontes secundárias.

O papel da censura na deformação dos noticiários, o aspecto apologético das atividades oficiais, não devem ser nunca esquecidos pelo historiador que se utiliza desta fonte moderna. Por tudo isso é importante saber quem tirou os filmes (atribuição), em que condições o fez, para que fins, em que ocasião e data.

No Brasil, o Arquivo Nacional, pela reforma de 1958, deve recolher, registrar e classificar as gravações em disco, fios ou fitas dos acontecimentos de caráter histórico e das vozes de personalidades políticas, literárias e administrativas, e dos grandes empreendedores e líderes sociais⁽²⁰⁾.

De modo geral devem interessar as seguintes classes de filmes: 1. filmes sobre coisas e fatos "per se", quando retratam cenas e acontecimentos ou atividades que possuem, ou tenham probabilidade de possuir, significação para a história brasileira, como o cine-jornal, o cine-televisão. O fator determinante nesta escolha é o material fotográfico; 2. filmes de exposição de fatos, retratando, como os primeiros, mas focalizando com um fim predeterminado na composição. São os documentários de viagens, os filmes educacionais, etc., nos quais o fator determinante é o argumento ou exposição e não a fotografia; 3. os filmes históricos, que utilizam acontecimentos ou caracteres históricos, retratando-os acuradamente; 4. os filmes artísticos, constituindo marcos importantes no desenvolvimento da arte da indústria cinematográfica⁽²¹⁾.

A fita histórica e o documentário representam excelentes sínteses de cenários e figuras de valor quase tão plástico quanto as contribuições iconográficas que nos deixaram os grandes artistas como Debret, Rugendas e Ender, e de maior convicção pelo movi-

(19) *Der Film als politische Machtmittel*, Munique, 1933.

(20) Art. 28 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958. Criou-se recentemente o Museu da Imagem e do Som, novo equívoco da administração pública, sempre atentando contra o princípio da unidade e indivisibilidade arquivística. O Museu seleciona principalmente declarações de jogadores de futebol, música popular e seus autores.

(21) Dorothy Arbaugh, "Os filmes cinematográficos e o futuro historiador", Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de M. A. Wanderley, de *The American Archivist*, abril 1939.

mento e som, que ajudam a reconstituição. É de boa técnica ajudar o ensino da história com a exibição, em classe, de todas estas espécies de filmes (22).

VI. HISTÓRIA E LITERATURA

Na *Teoria da História do Brasil* chamamos atenção para a importância da literatura como fonte da história social. Na verdade, a obra literária, especialmente o romance e a novela, é uma fonte para a reconstituição histórica. Pode-se dizer que a história é tão necessária para uma completa apreciação literária, quanto a literatura para um completo conhecimento histórico. Para sentir e julgar as relações humanas e sociais, as relações de classe, os costumes, os romances e novelas são um instrumento literário indispensável ao historiador. O historiador ao conseguir o domínio dos grandes romances de cada época que estuda terá sua capacidade de reconstituição muito apurada.

A obra de ficção é uma tentativa de vivência interna, graças ao ato da criação, quando o autor se instala em cada uma de suas personagens, identificando-se com elas, vivendo sua vida, reconstituindo o ambiente, o espírito da época de suas criaturas. Se o historiador não quer apenas reconstituir, por fora, sua história, mas tecê-la com a pura compreensão intelectual, ele deve buscar na ficção a outra verdade e a outra personalidade, o pleno sentido, a recriação unida à criação da época.

Escreveu Alvaro Lins que “toda a História do Brasil se poderá reconstituir e escrever pela nossa literatura em prosa e poesia de ficção”. Ele pensava não numa “História Literária do Brasil a mais, ou mais uma História do Brasil Literário, e sim em algo talvez misto, certamente novo e diferente, uma História Literária do Brasil”. E esclarecia: “uma história do nosso país, nas fases culminantes e decisivas da sua evolução, de seus problemas e de suas crises, como ela aparece refletida, exclusivamente, nas obras dos poetas, dos romancistas, dos autores em verso e prosa de ficção”. É para exemplificar, invocava os escritores e os grandes temas de nossa história que eles haviam tratado em seus romances e versos.

Vou utilizar-me de seus modelos, ampliando-os, para mostrar aos jovens pesquisadores e historiadores as imensas possibilidades da

(22) Os bons livros didáticos franceses apresentam uma orientação bibliográfica e filmográfica. O Instituto do Cinema Educativo, as empresas cinematográficas produtoras de filmes de propaganda são as fontes para filmes desta natureza. O Major Francisco Ruas Santos registra vários filmes sobre a FEB nas *Fontes para a História da FEB*, Rio de Janeiro, 1956, 85-86. A coleção de Jurandir Noronha, de programas do cinema Glória. (Rio de Janeiro, março a dezembro de 1933), num total de 41, redigidos por Humberto de Campos e outros, constitui valiosa fonte não só cinematográfica, como das condições e hábitos da sociedade da época. Ver Jaime Rodrigues, “Programas de 1933”, *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1968.

idéia e os benefícios de sua aplicação⁽²³⁾: os poemas de Gonçalves Dias e o estado social e o espírito genuíno dos indígenas; os poemas de Castro Alves e a questão do tráfico africano e da escravidão negra; os romances de José de Alencar e o encontro do colonizador branco com o indígena, não só, acrescento, o romance histórico saído da lenda e da crônica, como *O Guarani*, *As Minas de Prata*, *O Gaúcho Ubirajara* e *Guerra dos Mascates*, mas também toda a obra em que a temática se amplia a fases ulteriores, revelando os sentimentos e o espírito de sua época. “Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira”, dele escreveu Machado de Assis. E também o ambiente citadino dos vice-reis, nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; as comédias de Martins Pena, especialmente o *Juiz de Paz na Roça* e *O Caixeiro da Taverna*, apresentam a sociedade e os tipos populares do seu tempo, desde a Regência até os começos do Segundo Reinado; os romances de Franklin Távora, especialmente *Lourenço*, romance histórico da época dos Mascates, *O Matuto*, *Um Casamento no Arrabalde* e *O Cabeleira*, história do banditismo nordestino; os romances regionais de Bernardo de Guimarães, *O Garimpeiro*, *Histórias e Tradições da Província de Minas Gerais*, *O Seminarista*, *A escrava Isaura*, *O bandido do rio das Mortes*; a *Inocência* e *O Encilhamento*, do Visconde de Taunay; toda a obra de Machado de Assis, o romancista do Segundo Reinado; segundo Astrogildo Pereira, “nesses romances e nesses contos muito se terá que estudar e aprender do nosso passado”; “na sua obra, melhor que em qualquer outra, encontramos uma imagem do conjunto mais expressiva do fenômeno brasileiro normal, isto é, da gente e da terra em suas manifestações normais, cotidianas, correntes. O seu regionalismo carioca não o limita, pelo contrário, porque a capital do País sempre foi o ponto de convergência, a sùmula, o índice de todo o País (...) As criaturas envolvidas na complicação e nos conflitos que ele explorou nos seus livros, são a réplica literária de outras criaturas de carne e osso, que viveram em dado momento histórico num dado meio social”⁽²⁴⁾; em *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, mostram-se os preconceitos de raça, a tentativa de ascensão social do mestiço e seus desajustamentos sociais, e na *Casa de Pensão* e no *Cortiço* fixam-se aspectos urbanos, examinam-se as relações entre portugueses e brasileiros, as ligações entre portugueses e negras escravas, e descreve-se o comendador português; em *O Ateneu* de Raul Pompéia, aparecem os erros da educação da juventude com o regime do internato; com *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio [Braga Cavalcânti], se inicia o romance nordestino moderno, e se retrata a desgraça das secas e da miséria nordestina, o mesmo acontecendo em obras de acentuadas tendências so-

(23) “Sugestão para uma História Literária do Brasil”, *Diário de Notícias*, 22 de abril de 1962, reproduzido in *Os Mortos de Sobrecasaca*, Rio de Janeiro, 1963.

(24) Machado de Assis. *Ensaio e Apontamentos Avulsos*. Rio de Janeiro, 1959, págs. 268, 15 e 18.

ciais, como *A Bagaceira*, *Boqueirão* e *Coiteiros* de José Américo de Almeida, e *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Deste há ainda as *Memórias do Cárcere* (4 vols.), que revivem as opressões políticas da ditadura de Vargas. O ciclo da cana-de-açúcar, com a decadência dos engenhos, o aparecimento da usina, o banditismo e a superstição, os cangaceiros e fanáticos do sertão aparecem na obra de José Lins do Rego, *Menino de Engenho*, *Bangüê*, *O Moleque Ricardo*, *Usina*, *Fogo Morto*, e *Pedra Bonita*; a realidade histórica da Bahia nos romances de Jorge Amado, especialmente em *Cacau*, *Terras do Sem Fim*, contando a história dos pioneiros do cacau, *S. Jorge dos Ilhéus*, a história dos exportadores do cacau; no mesmo ambiente de violência e agressividade se move a ação das personagens de Adonias Filho, em *Os Servos da Morte*, *Memórias de Lázaro*, *Corpo Vivo* e *O Forte*; e os trabalhadores das lavras diamantinas e a dos madeireiros em *Cascalho* e *Além dos maringá*, de Herberto Sales; a vida proletária de Sergipe surge no romance *Os Corumbas* de Amando Fontes, a vida carioca e de certo modo nacional, dos começos da República, a crítica social e política aparecem em Lima Barreto, nas *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em *Numa e a Ninfa*, na *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Os Bruzundangas*; e continua em Marques Rebelo, com os costumes cariosas dos bairros humildes, suburbanos, dos clubes carnavalescos e das estações de rádio, desde *Oscarina*, até *A Estrela Sobe*, enquanto antes, no *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, se retrata pessimista e caricaturalmente o trabalhador rural, redimido pelo novo conto “Jeca Tatu, a ressurreição”; as situações regionais, afora o nordeste, mostram-se em Peregrino Júnior, *Histórias da Amazônia*, Gastão Cruls, *Coivara* e *A Amazônia Misteriosa*, Dalcídio Jurandir, *Marajó*, *Três Casas e um Rio*, Belém do Grão-Pará, *Passagem dos Inocentes*, *Primeira Manhã*, Josué Montelo, *Os Degraus do Paraíso*, Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*, Mário Palmério, *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*, e Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, onde se continua, embora numa forma estilisticamente revolucionária, a tradição sertanista e do banditismo, no qual o grande sertão é o de Minas Gerais, visto por volta do início do século; no encontro do imigrante germânico com a sociedade brasileira, em *Canaã* de Graça Aranha, e no *Um Rio Imita o Reno*, de Vianna Moog; e finalmente na série *Tragédia Burguesa*, de Otávio de Faria, a decadência moral e social da burguesia.

A qualidade historiográfica da literatura brasileira, sua capacidade de dar a ambientação e a intimidade necessárias à história, de torná-la mais vivida, mais real, ainda se concretiza quando não se esquece de buscar na literatura oral, na chamada literatura de cordel, as harmonias entre o povo e a história⁽²⁵⁾. “A observação

(25) Vide *Literatura Popular em Verso. Antologia*, t. 1. Casa de Rui Barbosa, 1964.

da realidade é comum ao romancista e ao historiador. A maneira de exprimi-la é que é diferente. O historiador expressa-a em fatos, em conceitos. O romancista movimenta-se em imagens”, escreveu Dalcídio Jurandir ao examinar *Terras do Sem Fim* de Jorge Amado⁽²⁶⁾. Ambos, romance e história, participam desse aspecto fundamental, narram uma história e obedecem ao tempo. A função do enredo é essencial, embora o valor literário seja mais exigido no romance que na história. Mas é necessário que o romancista esteja literariamente integrado no problema realístico de representar o meio em que viveu ou vive. A obra de ficção torna-se uma fonte imediata do historiador porque ela se vincula à realidade histórico-social do seu tempo, e a dupla criação e recriação são etapas de um mesmo processo histórico.

Em Machado de Assis, além do romancista, o historiador vai buscar no cronista, especialmente de *A Semana*, ou das *Páginas Escolhidas*, a reconstituição de fatos, do ambiente, dos personagens e do espírito da sua época. “A história é isto. Todos somos os fios do tecido que a mão do tecelão vai compondo, para servir aos olhos vindouros, com seus vários aspectos morais e políticos”, escrevia Machado de Assis em 1895⁽²⁷⁾.

Ao contrário do romance, o chamado romance histórico não serve ao historiador, pois é quase sempre uma deformação. Por maior que seja o seu êxito literário, a novela histórica é infiel, falsa e incongruente, estabelecendo o conflito entre a informação verdadeira e a invenção⁽²⁸⁾. A novelística brasileira nasceu com a novela histórica, em *O Aniversário de D. Miguel em 1828* (1839), de João Manuel Pereira da Silva, e a *Crônica do descobrimento do Brasil* (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. Desde então foi sempre muito praticada, mas a sua bibliografia ainda não foi levantada⁽²⁹⁾.

(26) “A realidade histórica no romance”, *Imprensa Popular*, 29 de agosto de 1954.

(27) *A Semana*, Rio de Janeiro, s. d., 227-228. A bibliografia essencial encontra-se em Francisco de Assis Barbosa, “Romance. Contos. Novelas”, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 684-705, e Otto Maria Carpeaux, *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1955.

(28) O melhor estudo é o de Amado Alonso, *Ensayo sobre la novela histórica* (Buenos Aires, 1942), muito superior ao ensaio de D. Marcelino Menéndez y Pelayo, *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia* (13 de maio de 1883), Madrid, 1883. Obra de merecimento é a de Gustave Dulong, *L'Abbé de Saint-Réal. Etude sur les Rapports de l'Histoire et du Roman au XVII^e siècle*. Paris, 1921, 2 vols.

(29) Há vários estudos nacionais sobre a novela histórica, mas os melhores guias, abrangendo quase todos os países, são: Jonathan Nield, *A Guide to the best historical novels and tales*, Londres, 1904; Ernst A. Baker, *A Guide to historical fiction*, Londres, 1914; Alfred Duggan e W. A. Taylor, *Historical Fiction*, Cambridge, 1957. A segunda é mais completa, e a terceira a mais modesta.

QUINTA PARTE

Arquivos e bibliotecas

I. ARQUIVOS

No Brasil não há política de arquivos. Como escreveu Capistrano de Abreu, "se os portugueses fossem gente que curasse de documentos, se os brasileiros tivessem herdado este descuido de seus avós, existiria hoje uma grande soma de papéis de muita importância para a nossa história" (1).

O Governo Federal mantém três tipos de instituições arquivísticas: a) o Arquivo Nacional; b) os arquivos ministeriais, como o Arquivo do Ministério da Guerra (hoje do Exército) e o do Exterior; c) os depósitos em algumas repartições, como o Ministério da Fazenda, chamados "arquivos", mas que, na realidade, são meros registros ou salas centrais de arquivamento (2).

Infelizmente, os incêndios e os descuidos têm feito perder muitos documentos públicos e privados; não temos tido uma política regular de recolhimento dos documentos públicos; não temos conservado bem o que temos herdado; não temos mantido a unidade e indivisibilidade arquivística. Desta última falha resulta a existência dispersa de arquivos que deveriam estar unidos. Somos inconscientes historicamente e por isso os nossos arquivos são relativamente pobres no acervo e desprevenidos na conservação.

Há sempre grande desapareço pelos arquivos, e as próprias expressões arquivar e arquivado estão sempre associadas à idéia de coisa morta, desprezível, desdenhada. No serviço público opõe-se o arquivo corrente, atual, vivo, ao morto, na classificação usual de arquivo vivo e morto, ou de servível, ativo, útil, e histórico, inativo, inútil. Daí a grande dificuldade na sua recuperação, especialmente se considerarmos que pesa sempre sobre o arquivo de custódia a ameaça da eliminação indiscriminada, ou do recolhimento desordenado, sem contar que um fantasma de desapareço acompanha a atividade da direção, sempre vista como algo pachorrento.

Lembro-me que ao penetrar no Arquivo Nacional, em 1958, para assumir-lhe a direção, encontrei um cartaz com estes dizeres: "Silêncio e Meditação. Este é o Templo do Passado". A deformação do sentido e dos objetivos dos Arquivos, que esta definição envolvia, muito serviu para seu descrédito, como instituição morta (3). Quando Michelet, aos 8 de novembro de 1830, penetrou pela

(1) "Gravetos de História Pátria", *Gazeta de Notícias*, 9 de dezembro de 1881.

(2) T. R. Schellenberg, *Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

(3) Vide prefácio de José Honório Rodrigues in Michel Ducheim, *A Colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

primeira vez no Palácio Soubise e viu documentos amontoados até sob o peristilo das colunas quebradas, assim definiu o Arquivo Nacional da França: uma imensa necrópole⁽⁴⁾. Foi a idéia de necrópole, contra a qual tanto lutei durante minha administração do Arquivo Nacional (1958-1964), que arruinou os arquivos nacionais.

1. *Arquivo Nacional*

Criado pela Constituição de 1824 (art. 70) e estabelecido em 2 de janeiro de 1838, o Arquivo Nacional não pôde atender a seus objetivos, quer de uma boa organização, quer de recolhimento da produção documental oficial. As várias reformas (1860-1958) tentaram, sem êxito, resolver os problemas da organização, do recolhimento, do controle, sem conseguir sequer dar-lhe uma destinação nacional. Seu acervo é muito rico, apesar dos grandes desfalques, em conseqüência de negativas de recolhimento, como é o caso dos papéis do Ministério do Exterior, ou de simples omissão e negligência, que impediram a entrada de documentos oficiais, ou facilitaram sua saída.

Seu acervo é rico em documentação do século xvii em geral (1662-), especialmente correspondência oficial real e ministerial dirigida ao Governador do Rio de Janeiro, e depois de 1763 ao Vice-Rei, de correspondência ativa e passiva dos Governadores do Rio de Janeiro (1680-), dos governadores do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, 1779-), de originais da legislação (1700-), de memórias e outros documentos históricos (1700-), de sesmarias e outros documentos sobre terras (cópias e originais, desde o século xvi), e desde 1763 contém quase toda a documentação oficial dos Vice-Reis, do Governo de D. João VI, D. Pedro I, da família imperial, concessões honoríficas e títulos nobiliárquicos, a Inconfidência Mineira, as revoluções de 1817 (17 tomos), 1824 (5 tomos), e outras, da Independência, os registros das ordens de José Bonifácio e todos os ministérios (1822-1889), a correspondência dos presidentes de província (1822-1889), a legislação desde a Constituição de 1824, os processos judiciais, especialmente a justiça do Distrito Federal a partir da República representando cerca de 80%, com parcela insignificante do Supremo Tribunal Federal, relações com a Igreja no Império, estabelecimento e limites das divisões civis e eclesiásticas durante o Império, e toda a documentação do Conselho de Estado (primeiro e segundo), coleções especiais sobre Portugal, Paraguai, Cisplatina, Eclesiástico, Caxias, Casa Imperial. Além disso, o Arquivo Nacional recolheu alguns documentos das províncias do Norte, como vimos no capítulo sobre a pesquisa de Gonçalves Dias e os Arquivos do Norte.

(4) Vide Prefácio de José Honório Rodrigues in T. R. Schellenberg, *Manual de Arquivos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

Com a República, agrava-se a negligência no recolhimento, e desde então o Arquivo Nacional é o arquivo de custódia do Arquivo do Ministério da Justiça, mantendo-se os arquivos próprios do Exterior e o da Guerra, e os depósitos dos demais ministérios. O Arquivo Nacional é muito pobre sobre a República e a única documentação importante recebida é a da Presidência da República, conseguida por iniciativa da administração José Honório Rodrigues, durante a transferência para Brasília, pois a própria documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores não é selecionada, enviando matéria menos significativa (processos) até 1946, e conservando os documentos mais importantes (exposições de motivos 1938-1960, desconhecendo-se o destino das anteriores; de 1960 em diante encontram-se em Brasília, onde se acham também os fichários do arquivo da Presidência). Agravou mais o problema, a divisão arquivística no Brasil, tão excessiva que a própria Polícia, cujos documentos são tão importantes, mantém arquivos de custódia⁽⁵⁾.

1.1. *Bibliografia*

Notícia

Alcides Bezerra, *O Arquivo Nacional. Breve notícia histórica*. Rio de Janeiro, 1930.

Roscoe Hill, *The National Archives of Latin America*, Cambridge, 1945. Trad. espanhola, Havana, 1948.

José Honório Rodrigues, *A Situação do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1959.

T. R. Schellenberg, *Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1960.

Catálogos e Publicações

Alguns índices e catálogos encontram-se nas *Publicações do Arquivo Nacional* (vol. 1, 1886 — último volume, 60, 1967. Vide *Índice*, vols. 1-37, Rio de Janeiro, 1944).

Catálogos especiais: *Catálogo da Biblioteca do Arquivo Público Nacional*, Rio de Janeiro, 1911; *Elenco das publicações e dos documentos*, Rio de Janeiro, 1941 (Relação de documentos relativos a Portugal); *Catálogo dos Mapas existentes na Biblioteca do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1944; H. Boullier de Branche, *Inventário Sumário dos Documentos da Secretaria do Estado da Marinha*, Rio de Janeiro, 1960; *Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro, 1750-1962*, Rio de Janeiro, 1962; *Relação de algumas cartas de sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro, 1714-1800*, Rio de Janeiro, 1968.

(5) Vide, como exemplo, o "Catálogo de inventários existentes no Arquivo da Polícia do Estado", *RIHGRGS*, 1940, 20, 25, 437.

2. *Arquivos Ministeriais*

Como já escrevi, o Arquivo Nacional não recolhe os documentos produzidos oficialmente em todos os ministérios, por não lhe ter sido reconhecida a destinação nacional, e como não foi criado o sistema nacional de arquivos, tendo o Arquivo Nacional como cúpula, a grande maioria dos ministérios conservou seus documentos correntes e de custódia, em duas espécies diferentes de depósitos, o chamado arquivo vivo ou corrente, contendo a documentação em uso, e o arquivo morto ou histórico, ou geral, contendo a documentação de custódia. O segundo nutre-se, naturalmente, do primeiro, embora não haja critério arquivístico de recolhimento, seleção e eliminação. O próprio Ministério da Justiça mantém um arquivo geral onde reúne a documentação não mais em uso. Noutros se manteve sempre a política de não recolher nada ao Arquivo Nacional, como o Ministério das Relações Exteriores; o Ministério da Guerra (hoje do Exército) chegou a recolher pequena porção representativa de 1,5% do acervo do Arquivo Nacional, alguns variaram sua política, recolhendo e deixando de recolher (Ministério da Marinha, 6,5%, Agricultura, 6%, Viação, 6%).

Alguns perderam para sempre seus arquivos, como o da Viação e Agricultura, este último vendido como papel velho, e o da Alfândega, subordinado à Fazenda, totalmente destruído, por decisão da direção, como contamos em 1961. O Arquivo "morto" do Ministério da Fazenda jaz imprestável em um "depósito", em péssimas condições de conservação. Se somarmos a todo este desleixo, a esta inconsciência histórica, as perdas por indevida guarda pessoal nas residências pessoais dos ministros ou as queimas de quilos e quilos de documentos, por temor de julgamento, em simples mudanças ministeriais, ou em revoluções ou golpes de Estado, a massa documental produzida na direção dos negócios públicos fica grandemente reduzida. A subordinação dos arquivos aos serviços de comunicação ministeriais, a criação inútil dos serviços de documentação — nenhum serviu aos seus fins —, molestou ainda mais a defesa e conservação dos arquivos oficiais.

3. *Arquivo "Histórico" do Ministério das Relações Exteriores*

O Arquivo do Ministério das Relações Exteriores foi mandado organizar em 1828, depois de estabelecida a organização do Arquivo Nacional pela Constituição de 1824, mas antes da criação deste, em 1838. Pelo regulamento de 1842 (Decreto n.º 135, de 26 de fevereiro de 1842), o Arquivo devia guardar e conservar os documentos existentes, inclusive originais de tratados, fazer índices e inventários, conservar livros, folhetos e periódicos, manter em dia a le-

gilação do Império e as obras de direito internacional. Seu primeiro arquivista foi Manuel Ferreira Lagos⁽⁶⁾, e foi em 1859, na administração de José Maria da Silva Paranhos, que o Arquivo passou a constituir, juntamente com a Chancelaria, a terceira seção, uma diretoria.

A Reforma Paranhos deu ao Ministério uma organização inalterada no seu esquema até à República, com destaque ao Arquivo, como sugeria a alertada consciência histórica imperial. Veio a República, e na reforma Quintino Bocaiúva a terceira seção foi suprimida e substituída por um arquivista (Decreto n.º 1.205, de 1893). Foi o segundo Paranhos quem pleiteou a recriação da Seção do Arquivo (Lei n.º 1.343, de 25 de maio de 1905). Desde 1913 a Biblioteca foi separada do Arquivo, como uma seção, dirigida por um chefe, enquanto o Arquivo era dirigido por um diretor; e desde 1918, no regulamento Nilo Peçanha, o Arquivo e a Biblioteca uniram-se numa mesma seção. Foi em 1938 que o Arquivo passou a fazer parte da Divisão de Comunicações e Arquivo (Decreto-Lei n.º 791, de 14 de outubro), e foi em 1942 (Decreto-lei n.º 4.422, de 30 de junho), por sugestão de Luiz Simões Lopes, que se criou o deplorável Serviço de Documentação, do qual fazia parte o Arquivo "Histórico", separado do arquivo de "movimento", unido à Divisão de Comunicações.

Tantos equívocos reunidos só poderiam medrar na total desinformação metodológica e técnica arquivística, que infeliz e inadvertidamente foi mantida na reforma de 1961⁽⁷⁾. O Arquivo "Histórico" do Itamarati contém todos os papéis trazidos de Lisboa por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, em 1807, a documentação diplomática e consular, vários arquivos particulares de ex-diplomatas, com a vantagem da indivisibilidade, o que dificilmente ocorre com os papéis dos demais Ministérios.

3.1. *Bibliografia*

Notícia

José Antônio Soares de Souza. "Arquivo Histórico do Itamarati", *Itamaraty*, 8 de julho de 1948. Trata-se de artigo que não descreve o arquivo, mas conta, com base em documento do mesmo, a cena passada em 1853 em Montevidéu e no Rio de Janeiro entre o Visconde do Paraná, o Barão de Mauá, e os Viscondes do Uruguai e Rio Branco.

(6) Seu nome aparece como primeiro arquivista no Relatório de 1843, pág. 10. Era médico, figura destacada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vide Índice, t. esp., 1927, e elogio histórico por Joaquim Manuel de Macedo, em 1871, quando faleceu. *RIHGB*, t. XXXIV, 2.^a parte, 1871, 413-418.

(7) Vide sobre a legislação, Marcos Romero, *História da Organização Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1951, e *Reforma, Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1962.

Catálogos

O Ministério das Relações Exteriores desde 1951 vem publicando índices e inventários preparados sem nenhuma orientação técnica, completamente indiferente aos métodos adotados nas organizações arquivísticas dos países adiantados. Este reparo não atinge os trabalhos introdutórios, especialmente os de José Antônio Soares de Souza e Pedro Freire Ribeiro, frutos de aturadas pesquisas.

Aluísio Napoleão, *Os Arquivos Particulares do Itamarati*. [Duarte da Ponte Ribeiro, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Francisco Adolfo de Varnhagen, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Joaquim Tomás do Amaral, José Maria da Silva Paranhos, e José Maria da Silva Paranhos Júnior], 1940.

Há um "Índice da Documentação Joaquim Nabuco", in *Boletim do Serviço de Documentação*, Ministério das Relações Exteriores, janeiro-fev. 1945, 104-119. O Índice, preparado por J[orge] E[scragno]lle] T[auray], registra a documentação sobre a Missão ao Rei da Itália, na questão de limites com a Grã-Bretanha.

Arquivo do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, MRE, 1951, 2.^a ed., 1967.

Arquivo Histórico do Itamarati. Parte I. *Correspondência*, 1952.

Arquivo Histórico do Itamarati. Parte III — 30 — *Documentação anterior a 1822*. Rio de Janeiro, MRE, 1957.

Arquivo Histórico do Itamarati. Parte III — 35 — *Pareceres do Conselho de Estado*. 36 — *Documentos Históricos. Primeira Série (volumes de 1822-1930)*. 37 — *Documentos Históricos. Segunda Série (Avulsos 1822-1930)*. Rio de Janeiro, MRE, 1964.

Arquivo Histórico do Itamarati. Parte III — 34 *Arquivos Particulares. Barão da Ponte Ribeiro*. Rio de Janeiro, MRE, 1965.

Pedro Freire Ribeiro. *A Missão Pimenta Bueno (1843-1847)*. Introdução. Rio de Janeiro, MRE, 1965.

José Antônio Soares de Souza. *A Missão Bellegarde ao Paraguai (1849-1852)*. 2 vols. Rio de Janeiro, MRE, 1966-1968.

Arquivo Particular de Rodrigo de Souza da Silva Pontes. Arquivo Histórico, Mimeografado, 1967.

Coleções de Textos

Arquivo Diplomático da Independência. Rio de Janeiro, 1922-1925. 6 vols.

Anais do Itamarati. Dirigida por Aurélio Porto, esta coleção compõe-se de 9 volumes, todos relativos às relações diplomáticas com o Prata. Rio de Janeiro, 1938-1942.

Além da *Bibliografia de História do Brasil* (14 vols., 1943-1956, Rio de Janeiro, 1944-1956), o Ministério publica coleções de atos internacionais, documentos sobre questões atuais (Segunda Guerra Mundial, Ruptura das Relações com a União Soviética, etc.), todos registrados na *Lista de Publicações, 1826-1950* (Rio de Janeiro, s. d.). Para a pesquisa histórica no Itamarati são indispensáveis os seguintes livros de referência: José Manuel Cardoso de Oliveira, *Atos Diplomáticos do Brasil*, 1.^o vol. 1493-1870, 2.^o vol. 1871-1912, Rio de Janeiro, 1912; Raul Adalberto de Campos, *Relações Diplomáticas do Brasil, 1808 a 1912*, Rio de Janeiro, 1913; Raul Adalberto de Campos, *Legis-*

lação Internacional do Brasil, 1.º vol. 1808-1889, 2.º vol. 1889-1929, Rio de Janeiro, 1929; Argeu Guimarães, *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*, Rio de Janeiro, 1938.

4. Arquivo do Exército

O atual Arquivo do Exército nada tem a ver com o antigo Arquivo Militar, criado em 1808 por D. João. Este se destinava à guarda de todos os mapas, cartas, planos, projetos, memórias e instrumentos relativos à profissão do Real Corpo de Engenheiros. Seu título não correspondia a seu objetivo, e seu sucessor é a diretoria de Obras e Fortificações. Não houve colheita de documentos militares, e é por isso que a grande maioria dos historiadores militares a ele não se referem. O General F. de Paula Cidade contou a história da destruição dos documentos militares e seu esforço para localizar os antigos papéis do Exército. Criado finalmente durante a administração do General Setembrino de Carvalho (1922-1926), o Arquivo não possui documentos das campanhas militares, exceto da FEB, mas apenas fés-de-offício dos oficiais; os arquivos de várias unidades sediadas em vários locais encontram-se em resumo na 5.ª Seção (História e Geografia) do Estado Maior do Brasil (8).

4.1. Bibliografia

Gen. F. de Paula Cidade, *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar*, Rio de Janeiro, 1959, 530-533; Id., "Arquivo Militar e Arquivo do Exército", *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n.º 41, 1962, 30-3Cr.

Gen. Aurélio de Lyra Tavares, "A Atual Diretoria de Obras e Fortificações é a herdeira do antigo Arquivo Militar", *Revista do Instituto Geográfico e Militar do Brasil*, vol. 33, 1964, 39-51.

Instruções para o Registro Histórico das Unidades, Repartições e Estabelecimentos do Exército, Rio de Janeiro, 1950.

Além dos Relatórios já citados, o Ministério publicava o *Almanaque* (1895-), a *Coleção de Ordens do Dia* (1857-), e Revistas, órgãos oficiais ou semi-oficiais: *Revista do Exército Brasileiro* (1882-1888), *Revista Militar* (1899-1908), *Boletim Mensal do Estado Maior do Exército* (1911-1923), *Nação Armada* (1939-1947) (9).

Para a pesquisa no arquivo militar são indispensáveis os seguintes livros de referência: Laurênio Lago, *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro no Brasil. Dados biográficos. 1808-1831*. Rio de Janeiro, 1938; Alfredo P. Maciel da Silva, *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889, Traços biográficos*, Rio de Janeiro, 1940.

(8) *Relatório do Ministério da Guerra*, Ministro Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Rio de Janeiro, 1935.

(9) Existem excelentes índices de todas, feitos por Francisco Ruas Santos, *Coleção Bibliográfica Militar*, Biblioteca do Exército, 1960.

5. Poder Legislativo e Poder Judiciário

As duas Casas do Poder Legislativo mantêm arquivos de custódia, contendo documentação de 1823, e desde 1826. Não se conhece o acervo nem foi publicado qualquer inventário da documentação.

O Supremo Tribunal Federal mantém também arquivo de custódia, embora uma parcela insignificante de *habeas-corpus* e revisões criminais tenha sido recolhida ao Arquivo Nacional.

As Varas Federais, parte do Supremo Tribunal Militar (1896-1917) e o extinto Tribunal de Segurança Nacional têm depositado sua documentação no Arquivo Nacional, onde predominam, em matéria judiciária, os documentos da Justiça do antigo Distrito Federal, até hoje não recolhida ao Arquivo do Estado da Guanabara. O Arquivo do Tribunal de Justiça mantém também arquivo de custódia, conservando alguns processos-crimes famosos, os inventários de D. Pedro II, D. Amélia, Osvaldo Cruz e o Processo dos 18 do Forte.

6. Arquivos Estaduais e Municipais

Nem todos os Estados possuem arquivos, e estes existem em poucos municípios. Nada se sabe sobre a existência dessas instituições nos territórios (Rondônia, Roraima, Amapá, Fernando de Noronha), ou em Estados recém-criados (Acre), em alguns dos quais a documentação é e será de grande importância e interesse para os estudos históricos contemporâneos brasileiros. No Território do Amapá iniciou-se a organização de um arquivo. Durante o Império, a organização centralista do Governo impediu ou dificultou a criação de arquivos provinciais, que só vieram a estabelecer-se na República, apesar do descaso com que esta tratou sua própria história.

Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, o maior constitucionalista do Império, exprimiu este ponto de vista ao impedir, como Presidente da Província (1850), o estabelecimento do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, determinado pela lei provincial n.º 150, de 5 de agosto de 1848. O mesmo se verificou em São Paulo, cuja lei n.º 20, de 8 de março de 1842, não foi executada por várias personalidades, inclusive José Tomás Nabuco de Araújo (1851), sendo finalmente observada na presidência de José Antônio Saraiva (1854-1856), quando foi baixado um regulamento que, na verdade, ficou sem efeito. Em ambos os casos os Arquivos foram criação da República⁽¹⁰⁾.

As conseqüências foram funestas, pois os papéis públicos ficaram abandonados, tendo sido recolhida ao Arquivo Público [Na-

(10) O ponto de vista imperial sobre o recolhimento dos arquivos provinciais ao Arquivo Nacional foi tratado no capítulo sobre Antônio Gonçalves Dias e os Arquivos do Norte.

cional] uma parte insignificante, e não se estimulando a pesquisa local e a história provincial. Quando se criaram os Arquivos públicos estaduais, recolheu-se nas secretarias de governo o que sobrou do descuido sempre existente, agravado por uma incorreta interpretação jurídica. Os mais antigos arquivos estaduais são os da Bahia (1890), São Paulo (1891), Pará (1894), do ex-Distrito Federal (1894), Minas Gerais (1896). Estes e os Arquivos de Pernambuco, Mato Grosso e Goiás possuem os acervos mais importantes não só para a história estadual como para a história nacional.

Alguns arquivos estaduais foram criados e permaneceram estagnados, sem organização nem publicações, outros arruinaram-se, com o tempo, e deixaram de manter coleções importantes de publicações, e outros foram sempre ativos e apresentam um acervo de publicações que supera o do Arquivo Nacional, como é o caso do Arquivo do Estado de São Paulo.

O Arquivo do Amazonas, segundo informação de Artur César Ferreira Reis, foi durante anos apenas uma seção da Biblioteca Pública e se encontrava em péssimas condições ao assumir ele o Governo do Estado em junho de 1964. Reformou completamente a instituição, cuja documentação do período colonial é muito reduzida, e consta de alguns volumes de atas das câmaras de Tefé e Barcelos. A principal documentação é sobre a Província, a partir de 1852.

A distinção entre um arquivo nacional, estadual e municipal deve basear-se na procedência oficial do documento. Os vinte e dois Estados, os quatro Territórios e o Distrito Federal devem possuir seus arquivos de custódia e os mais de 2.780 municípios devem manter um arquivo corrente da produção documental oficial. Em qualquer escala, o problema fundamental consiste na avaliação, destruição e seleção dos documentos que merecem custódia permanente, sendo de notar que no nível nacional, estadual e territorial existem os dois arquivos — correntes e de custódia —, e nos municípios, conforme seus recursos e sua produção documental, sempre relativa à produção econômica, devem ou não existir os dois tipos de arquivos, o que não pode acontecer no arquivo do Distrito Federal, cuja produção é nacional, e conseqüentemente o documento selecionado deve ser recolhido ao Arquivo Nacional⁽¹¹⁾.

6.1. *Bibliografia*

Arquivo do Amazonas. Revista destinada à vulgarização dos documentos geográficos e históricos do Estado do Amazonas. Manaus, 1906-. 8 vols.

Arquivos. Revista da Associação Comercial do Amazonas. Manaus, Ano 1, 1947-1949: Coletânea de documentos para a história do Amazonas.

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1902-1906, 10 vols. Vide Artur Viana, *Catálogo cronológico das Seções de Manuscritos*, Belém, 1901;

(11) Sobre o problema, vide Henri Charnier, *As transferências de documentos das prefeituras para os arquivos departamentais*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960.

"Catálogo das plantas, mapas e desenhos manuscritos existentes na primeira seção de manuscritos", *Anais da Biblioteca e Arquivo Público*, Pará, 1905, t. 4, 119-154; Carlos Estêvão, "Resumo histórico do Museu Paraense", RSPHAN, n.º 2, 1938.

Revista do Arquivo Público, Recife, 1946-. A história do Arquivo e a descrição do acervo e das publicações encontra-se em Jordão Emerenciano, "Documentação do Arquivo Público Estadual de Pernambuco", *Anais do Segundo Congresso de História da Bahia, 1952*, Salvador, 1955, 121-140, e pequeno resumo pelo mesmo autor in "Arquivo Público Estadual", *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Nashville, 1953, 221. O Arquivo foi criado em 1945 mas já existia como seção de arquivo da Secretaria do Governo. Outra publicação, os *Documentos do Arquivo*, Recife, 1937-, 5 vols., divulga correspondência oficial da Presidência da Província. Vide também Barbosa Lima Sobrinho, *Documentos Históricos sobre a Comarca de São Francisco (Introdução ao volume IV e V de "Documentos Históricos"*, Recife, 1951), e Jordão Emerenciano, *José Mariano ou o Elogio da Tribuna*, Recife, 1953; *Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias*, Recife, 1955, 2 vols. Publicou ainda de F. A. Pereira da Costa os *Anais Pernambucanos de 1493 a 1823*, Recife, 1951-1962, de D. Pedro II a *Viagem a Pernambuco*, Recife, 1952, preparada e anotada por Guilherme Auler, e o *Arquivo do Barão de Lucena. Catálogo*. Recife, 1956.

Arquivos. Prefeitura Municipal do Recife. Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, 1.º e 2.º ns. de 1943, Recife, 1943. Trata-se de uma revista cultural, com alguns documentos municipais.

Moacir Medeiros de Sant'Ana, *Os Estudos Históricos e os Arquivos de Alagoas*. Maceió, 1962. O Arquivo Público no Império não chegou a ser criado; na República, em 1931, foi criado em lei, mas não estabelecido. Foi recriado em 1961. Este é o único estudo sobre os arquivos alagoanos.

Revista do Arquivo Público de Alagoas, n.º 1, 1962. Maceió.

Anais do Arquivo Público da Bahia, Salvador, 1917-. O Arquivo edita as *Publicações* contendo matéria variada, como "A Revolução de 7 de novembro de 1837", 5 vols., 1938-1948, e o "Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da cidade do Salvador, instituído em 1853", Salvador, 1948. Descrição do acervo do Arquivo Público criado em 1890, in Alfredo Vieira Pimentel, "Documentos valiosos dos arquivos baianos", *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, Salvador, 1951, vol v, 573-582. Trata do abandono criminoso, do descuido, das espoliações, reclamando contra a vinda de documentos para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Estes documentos foram publicados nos *Documentos Históricos* da mesma Biblioteca, sendo assim salvos pela reprodução. Refere-se ainda ao abandono do arquivo da antiga Tesouraria da Bahia, sem maiores informações.

Arquivo Municipal de Salvador. Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura de Salvador. Salvador, 1944-. A Prefeitura publicou também o *Livro do Tombo*, 1953. Sobre o Arquivo, vide artigo citado à pág. 577 do trabalho de Alfredo Vieira Pimentel.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto e Belo Horizonte, 1896-1927, 25 vols. *Índice* por Lígia Nazareth Fernandes, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Vide Elmar G. Queiroga, "História do Arquivo Público Mi-

neiro”, *RIHGMG*, ano II, vol. II, 1945, 34-39. O Arquivo Público Mineiro iniciou valiosa série, *Publicações*, cujo primeiro número, *João Pinheiro. Documentário sobre a sua vida*, foi organizado por Francisco de Assis Barbosa.

“Catálogo dos Livros Manuscritos do Arquivo Público Mineiro. 1702-1807”, *RAPM*, XII, 1907, 745.

Luis Camilo de Oliveira Neto, “Do Rio de Janeiro a Vila Rica, Introdução ao Diário de D. Pedro de Almeida e Portugal”, *RSPHAN*, n.º 3, 283-294. Fontes portuguesas e do Arquivo Público para a história das minas (1693-1720).

Arquivo do Distrito Federal. Revista dos documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1894-1897, 4 vols. Há um Índice por Francisco Agenor Noronha dos Santos (Rio de Janeiro, 1919), e uma *Resenha analítica de livros e documentos do Arquivo Geral da Prefeitura* [Estado da Guanabara], Rio de Janeiro, 1949.

História do Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, 1908. O Arquivo foi instituído pela lei provincial de 8 de março de 1842, e foi-lhe dado regulamento em 1855, mas só foi realmente criado pela lei n.º 15, de 11 de novembro de 1891 (art. 41), como Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado. Seu acervo compõe-se de papéis da Secretaria do Governo, reunindo documentos coloniais do século XVI em diante. Neste volume publica-se a Relação dos Presidentes de Província de 1824 a 1889, dos Secretários de Governo (1824-1891), dos Presidentes de Estado (1889-1908), e das Secretarias de Estado (1892-1908); “Catálogo dos livros manuscritos existentes no Arquivo Público do Estado”; “Catálogo dos livros impressos”.

Antônio Paulino de Almeida, *O Arquivo Público do Estado e sua contribuição à história de São Paulo*. Com a colaboração de Melo Garcia Melionni e Maria da Glória Silveira. São Paulo, 1948; M. R. da Cunha Rodrigues, “O Departamento do Arquivo do E. de S. Paulo”, *RH*, n.º 50, 475-494.

Deve-se ao Arquivo Público do Estado de São Paulo a primeira publicação sistemática, ordenada e correta de fontes: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, 1.º vol. 1894, 3.ª ed., 1913, até 1952, 73 vols. Índice, vol. 21, 1897, e vol. 71, 1951; *Atas de Santo André da Borda do Campo*, 1.º vol. 1914; *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, 1.º vol. 1917; *Inventário e Testamentos*, vol. 1.º, 1920, até 1955, 40 vols. As *Atas*⁽¹²⁾ e o *Registro Geral* contém documentos oficiais, os *Inventários e Testamentos*, documentos particulares, e os *Documentos Interessantes*, documentos dos séculos XVIII e XIX; vários levantamentos de fontes históricas municipais estão publicados na *RH*, n.ºs 51, 52, 54, 58, 61, 62, 63, 69, 70, 73.

Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, n.º 1, jan. 1921. Contém um histórico, onde se relata a tentativa frustrada de sua criação, em 1848, e a iniciativa da sua publicação pelo decreto n.º 876, de 8 de março de 1906, no governo de Borges de Medeiros. Em 1927 passou a chamar-se *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Até 1930, 24 vols.

Arquivos. Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos do Estado de Mato Grosso, Ano 1, 1904-1905.

(12) A iniciativa da publicação das Atas das Câmaras deve-se a P. Theberge, que imprimiu as “Atas da Câmara do Crato, de 11 de maio de 1817 a 27 de janeiro de 1823”, e os Extratos dos Assentos do antigo Senado de Icó, desde 1738 até 1835. *RIHGB*, vol. 25, 1862, 43-61 e 62-116.

7. Arquivos de Museus Históricos

Os Museus históricos mais importantes pelo acervo e publicações são o Museu Paulista (1894), o Museu Histórico Nacional (1922), a Casa de Rui Barbosa (1927), o Museu Imperial de Petrópolis (1940): O Museu Paulista, conhecido também como Museu do Ipiranga, foi inicialmente uma instituição de história e ciência naturais. Foi com a administração de Afonso d'E. Taunay (1918-1946) que o Museu se dedicou à história nacional, conservando os estudos de etnologia e lingüística indígena e entregando as seções de Botânica e Zoologia a outros departamentos especiais do Governo.

O Museu Republicano de Itu, dedicado à República, é subordinado ao Museu Paulista.

Revista do Museu Paulista (1895-, 23 vols.). Os vols. 24-26 constituem os ns. I-III dos *Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo*, 1940-1942, com o subtítulo de *Revista do Museu Paulista*, que desapareceram no n.º IV. Em 1947 reapareceu a *Revista do Museu Paulista*, nova série, especializada em etnologia e lingüística. Ver Sérgio Buarque de Holanda, "Revista do Museu Paulista", in *Revista cit.*, 9-10 e na *RIHGB*, vol. 217, 1953, 131-135.

Anais do Museu Paulista (1922-1965, 19 tomos). Publicam documentação inédita e estudos. Sobre o Museu, suas reformas e publicações, ver Sérgio Buarque de Holanda, "Museu Paulista", *RIHGB*, vol. 217, 1953, 131-135.

Guia da Seção História do Museu Paulista, São Paulo, 1937.

O Museu Histórico Nacional, dentro da desorientação arquivística brasileira, possui um Arquivo Histórico contendo documentos avulsos desde o século XVI até o presente e fotografias, litografias, gravuras, desenhos, mapas e plantas. Ver Adolfo Dumans, *A idéia da criação do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 1947. Em 15 de novembro de 1960 foi criado o Museu da República, no antigo Palácio do Catete, que já recolheu o arquivo de Nilo Peçanha. Vide Maria de Lourdes Rodrigues de Carvalho, "A Coleção Nilo Peçanha", *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XIII, 1952, 281-282. Foi também recolhido o arquivo particular de Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando Presidente.

Anais do Museu Histórico Nacional, 1940-1966. 16 vols.

A Casa de Rui Barbosa é um museu, uma biblioteca e um arquivo. A biblioteca (35.000 volumes), embora dominada pelos livros de direito, contém também coleções preciosas para o pesquisador do fim do Império e a República: Anais, relatórios, documentos públicos impressos, legislação; o arquivo possui a correspondência ativa e passiva de Rui Barbosa e uma vasta coleção classificada de recortes de jornais, cobrindo praticamente toda sua vida, desde estudante até sua morte. Publica a Casa de Rui Barbosa suas *Obras Completas*, que deverão elevar-se aproximadamente a 200 tomos; até 1968 saíram 91 tomos; e as *Obras Seletas* (vol. 1, 1952; XI vols. até 1962), afora as antologias, obras avulsas e publicações sobre Rui Barbosa. As primeiras constituem uma fonte direta indispensável à história, especialmente republicana.

O Museu Imperial de Petrópolis contém o arquivo da Casa Imperial, opulento material sobre todo o Império, conservado no Castelo d'Eu, na França, e transferido para o Museu em 1948, e ao qual se juntaram os 81 livros da Mordomia da Casa Imperial⁽¹³⁾. A Coleção do Castelo d'Eu foi inventariada por Alberto Rangel e Miguel Calógeras (*ABN*, vols. 54 e 55, 1939). Vide Alcindo Sodré, "O Arquivo do Museu Imperial", *Anuário do Museu Imperial*, xi, 1950, 157-175; id., *Museu Imperial*, Rio de Janeiro, 1950.

Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1940-1956. 17 vols.

8. Arquivos de Institutos Históricos

Os Institutos Históricos brasileiros foram as instituições culturais de maior relevo no Império, especialmente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Em face do apoio que recebeu de D. Pedro, e da subvenção oficial, na época relativamente razoável, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a única instituição que pôde manter um programa de pesquisa histórica e de colheita documental no estrangeiro, como vimos no capítulo sobre a evolução da pesquisa histórica no Brasil.

A estagnação do Arquivo Nacional, excetuada a fase de Machado Portela (1873-1898) e a interpretação constitucional de que era duvidosa a legalidade da existência de arquivos provinciais, fez com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enriquecesse seu patrimônio, bem como os Institutos Históricos provinciais. Além disso, o equívoco da administração imperial fazendo recolher coleções documentais, como a "Documentos Biográficos", pertencente à Secretaria do Império, e as coleções "De Angelis" e "Visconde do Rio Branco", particulares, adquiridas ou doadas, à Biblioteca Nacional — gerando grande debate entre o Arquivo e a Biblioteca Nacional —, reforçou a tendência à doação aos Institutos Históricos, especialmente o Brasileiro⁽¹⁴⁾.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enriqueceu, assim, seu arquivo de três fontes principais: 1) as ofertas oficiais; 2) as cópias executadas no estrangeiro; 3) as coleções particulares. As primeiras vinham de D. Pedro II, das secretarias do próprio Governo, de altos funcionários públicos, como o Ministro em Portugal Antônio Menezes Vasconcelos Drummond e de particulares; as segundas da Secretaria do Império, que enviou ao Instituto as cópias feitas em Portugal⁽¹⁵⁾, e da Secretaria de Estrangeiros, feitas

(13) Sobre isto veja a pesquisa de Guilherme Auler neste livro, e Guilherme Auler, *Pernambuco no Arquivo da Casa Imperial*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1956, onde historia a formação do arquivo.

(14) José Honório Rodrigues, *A Situação do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1959, 22-28.

(15) Vide as várias relações de oferta que aparecem nos volumes; no Índice, no verbo Manuscritos. Em 1861, foram oferecidos pela Secretaria do Império os 69 volumes *in folio* dos manuscritos copiados dos arquivos portugueses; em

por Joaquim Caetano da Silva⁽¹⁶⁾. As várias missões já descritas no capítulo sobre a evolução da pesquisa no Brasil, os documentos mandados copiar por D. Pedro II em Portugal⁽¹⁷⁾, a coleção Gonçalves Dias no Maranhão⁽¹⁸⁾, e a coleção José Hígino⁽¹⁹⁾ concorreram para valorizar o patrimônio manuscrito do Instituto Histórico. Este recebia documentos selecionados, avaliados por estudiosos, eruditos, historiadores, ou coleções particulares de personalidades da vida pública brasileira.

A existência da Arca do Sigilo, criada em 1850, a proteção especial que D. Pedro II dava ao Instituto, a unicidade cultural e o prestígio da instituição motivaram a emulação. Em breve, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se o depositário natural de valiosas coleções particulares, impedindo, assim, como escreveu Joaquim Nabuco, que o arquivo de seu pai "tivesse a sorte dos papéis de quase todos os homens que figuraram na história do nosso país"⁽²⁰⁾.

As coleções particulares⁽²¹⁾ são: 1) Amaro Cavalcânti; 2) José Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe⁽²²⁾; 3) Franklin Américo Menezes Dória, Barão de Loreto; 4) Vitorino José Carneiro Monteiro, Barão de São Borja; 5) Cândido Batista de Oliveira; 6) Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto⁽²³⁾; 7) Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, Conde de Afonso Celso; 8) Gastão de Orléans, Conde d'Eu; 9) Joaquim Maria Nascentes de Azambuja; 10) Francisco Belisário de Sousa⁽²⁴⁾; 11) Joaquim Tristão de Alencar Araripe⁽²⁵⁾; 12) José Antônio Saraiva⁽²⁶⁾; 13) D. Antônio de Macedo Costa; 14) Desembargador Antônio Ferreira de Souza Pitanga; 15) Carlos Frederico

1862, cópias do Conselho Ultramarino e de Évora; em 1863, os documentos copiados por João Francisco Lisboa; em 1866, mais 3 vols. *in folio* de cópias de documentos portugueses.

(16) 8 vols. de documentos em 1861.

(17) "Catálogo dos Documentos mandados copiar pelo Senhor D. Pedro II", *RIHGB*, t. 67, parte 1, 1906, 5-187. Atribui-se a autoria deste catálogo a Capistrano de Abreu.

(18) "Exame dos arquivos dos mosteiros e repartições públicas", *RIHGB*, t. 16, 1894, 377-391.

(19) "Relação dos documentos existentes na Holanda", *RIHGB*, t. 48, 1885, 397.

(20) *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro, 1897, t. 1, vi.

(21) A lista é reproduzida de Virgílio Corrêa Filho, "Arquivo do Instituto Histórico", *RIHGB*, vol. 215, 1953, 242-43 e completada com novas coleções indicadas em outras notícias sobre o arquivo na bibliografia adiante citada. Não há referência ao conteúdo dos arquivos, sendo de presumir tratar-se sempre de papéis relativos à vida privada e pública do colecionador.

(22) Doado por sua filha, Sra. Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho, em 1942, e entregue em 1967. É composto de 85 latas. Vide anexo.

(23) Referência à oferta, *RIHGB*, t. 77, 1916, 632.

(24) Oferta, *RIHGB*, t. 83, 1918, 296. As ofertas não informam nem sumariamente o conteúdo do arquivo.

(25) *Idem idem*, t. 90, 1925, 850-851.

(26) *Id. id.*, t. 77, 2.^a parte, 1916, 538-541. Há um pequeno sumário feito pelo executor testamentário, Dr. Mendes Pimentel, em carta de 5 de maio de

Filipe von Martius(27); 16) Luís Aleixo Boulanger(28); 17) Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias; 18) General José Bernardino Bormann(29); 19) Manuel Luís Osório, Marquês de Herval(30); 20) José Bonifácio de Andrada e Silva(31); 21) Senador José Tomás da Porciúncula Silva(32); 22) Desembargador João da Costa Lima Drummond(33); 23) Luís Rodolfo Cavalcânti de Albuquerque(34); 24) Antônio Joaquim de Macedo Soares(35); 25) Manuel de Melo Cardoso Barata(36); 26) Marechal Francisco Sólton Sampaio Ribeiro(37); 27) Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda(38); 28) João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá; 29) Martim Francisco Ribeiro de Andrada; 30) Max Fleiuss; 31) Padre João Pedro Gay(39); 32) Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, Barão de Ramiz Galvão; 33) Senador José Tomás Nabuco de Araújo; 34) Francisco Adolfo de Varnhagen(40); 35) Louis Léger Vauthier(41); 36) Luís Antônio Vieira da Silva, Visconde de Vieira da Silva; 37) Manuel Alves Branco, 2.º Visconde de Caravelas; 38) José Carlos de Almeida Arêas, Barão e Visconde de Ourém; 39) Rufino Enéias Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju; 40) André Peixoto de Lacerda Werneck(42); 41) Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá(43);

1914 e referências a outros documentos por Max Fleiuss. Considerado o arquivo político do Conselheiro Saraiva, sua documentação abrange de 1847 a 1895, e foi interditado até 1930, pág. 632.

(27) Id., id., vol. 83, 1918, 454.

(28) Id., id., vol. 55, 2.ª parte, 1892, 318 e 322. Parecer sobre a coleção, pág. 324.

(29) Id., id., vol. 87, 1919, 367, contendo pequeno sumário do arquivo.

(30) Id., id., vol. 74, 1911, 492, comunicação de futura oferta.

(31) Sem referência na *RIHGB*. Há papéis de José Bonifácio em várias instituições brasileiras, como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

(32) Id., id., vol. 69, 1906, 428. Carta da viúva e carta de agradecimento de Max Fleiuss. Documentos de 1893-1894, especialmente a Revolta da Armada, quando era presidente do Estado do Rio de Janeiro.

(33) Id., id., vol. 77, 1916, 632, referência a oferta de livros.

(34) Id. id., vol. 78, 2.ª parte, 612. Sem nenhuma referência ao arquivo e biblioteca doados. Foi diretor da Alfândega de Belém, Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro, e com a destruição voluntária do arquivo da Alfândega, seu arquivo pode conter matéria valiosa.

(35) Ministro do Supremo Tribunal Federal e lingüista indígena. Sem referência nenhuma à doação do seu arquivo.

(36) *RIHGB*, vol. 82, 1917, 687, exposição de oferta de livros e brochuras.

(37) Militar que se distinguiu na proclamação da República. Sem nenhuma referência a seu arquivo.

(38) *RIHGB*, vol. 83, 1919, 555.

(39) *RIHGB*, vol. 90, 1924, 850-851. Comunicação da oferta, sem referência ao conteúdo. Cf. José Honório Rodrigues, "Padre Gay", in *História e Historiadores do Brasil* (São Paulo, 1965, 173-90), escrito com o uso deste documentário.

(40) Há papéis de Varnhagen no Itamarati e na Biblioteca Nacional. Não há referência na *RIHGB* a este arquivo.

(41) Gilberto Freyre editou o *Diário Intimo do Engenheiro Vauthier, 1840-1846*, Rio de Janeiro, 1940; e *Um Engenheiro Francês no Brasil*, Rio de Janeiro, 1960, 2 vols., o segundo, a 2.ª edição do *Diário*.

(42) *RIHGB*, vol. 74, parte 2, 1912, 516-517. Oferta de livros.

(43) Não há referência na *RIHGB*, mas Cláudio Ganns confirmou a existência, ao descrever a localização de seus papéis em várias instituições e em mãos de particulares. Cf. *Visconde de Mauá. Autobiografia*, Rio de Janeiro, 1943, 343.

42) Sousa Leão⁽⁴⁴⁾; 43) Embaixador José Carlos de Macedo Soares⁽⁴⁵⁾; 44) Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond⁽⁴⁶⁾; 45) João Ferreira de Araújo Pinho⁽⁴⁷⁾; 46) Francisco Moreira de Carvalho, Conde de Subai⁽⁴⁸⁾; 47) Brigadeiro Henrique Garcez Pinto de Madureira⁽⁴⁹⁾; 48) Conselheiro Barão de Araújo Goes e Inocêncio Marques de Araújo Goes Jr.⁽⁵⁰⁾; 49) Prudente de Morais.

É evidente que o preparo, ainda que sumário, de inventários destas coleções seria um serviço inestimável à pesquisa histórica. No entanto, nada se conhece delas, sendo que muitas não estão sequer registradas nos índices da *Revista* do Instituto, e outras, pelo registro, parecem ser apenas coleções de livros.

A primeira divulgação de tais coleções foi feita há trinta anos pelo Secretário Max Fleiuss, ampliada pelo Secretário Virgílio Corrêa Filho, repetida por J. C. Macedo Soares, e sumariada por Cláudio Ganns, contando todos com a facilidade de poderem promover um conhecimento sumário dos seus acervos, distinguindo, pelo menos, as coleções bibliográficas das coleções manuscritas, e divulgando-o na *Revista*, dedicada ultimamente mais à publicação de ensaios sem base documental e à transcrição de artigos de jornais, que ao levantamento dos inventários do acervo da casa ou à edição documental.

8.1. *Bibliografia*

Tristão de Alencar Araripe, *Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, organizado por ordem alfabética e dividido em quatro partes, Biografias, Documentos, Memórias, Poesias. Rio de Janeiro, 1884, 153 págs.; Idem, 2.^a série, *Continuação da 1.^a publicada em 1884*. 1.^o Aditamento ao Catálogo. Rio de Janeiro, 1889; Idem, "Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico", *RIHGB*, t. 47, parte 1, 1884, 547-552.

M. D. Moreira de Azevedo, "Relação dos autógrafos e originais do Instituto Histórico", *RIHGB*, t. 47, parte 1, 1884, 505-523.

"Enumeração dos documentos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", *RIGHB*, vol. 55, 1922, 386.

Max Fleiuss, "O Arquivo do Instituto Histórico", *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 21 de julho de 1929.

(44) Simples referências de Max Fleiuss, in *L'Institut Historique et Géographique du Brésil*, Rio de Janeiro, 1938, 38.

(45) A coleção foi examinada por Stanley Hilton, que preparou um Índice Geral, ainda não publicado.

(46) *RIHGB*, t. 38, parte 1, 1874, 424-426 (parecer de Fernandes Pinheiro) e 427-432 (Relação dos papéis). Arquivo composto especialmente de cópias de peças oficiais, como diplomata, ao contrário do arquivo que doou a A. J. de Melo Morais. Cf. José Honório Rodrigues, *História e Historiadores do Brasil*, ob. cit., 91-109.

(47) Recolhido em 1968. Vide Anexo.

(48) Recolhido em 1968. Vide Anexo.

(49) Recolhido em 1968. Vide Anexo.

(50) Recolhido em 1968. Vide Anexo.

Max Fleiuss, *Institut Historique et Géographique Brésilien*, Rio de Janeiro, 1928. 2.^a ed., 1938.

Virgílio Corrêa Filho, "Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", ACILB-I, 220, resumo da comunicação.

Virgílio Corrêa Filho, "Arquivo do Instituto Histórico", *RIHGB*, vol. 215, Rio de Janeiro, 1953, 239-244. Parece ser o trabalho acima, publicado na íntegra no *Jornal do Comércio*, de 24 de dezembro de 1950, e transcrito na *RIHGB*.

Cláudio Ganns, "Contribuição dos Arquivos e Instituições Culturais Brasileiros para o Estudo da História Nacional", *RIHGB*, vol. 209, 1952, 214-227, Informação geral e indicação de endereços das principais instituições.

José Carlos de Macedo Soares, *Fontes da História da Igreja no Brasil*, São Paulo, 1954. Publicado também na *RIHGB*, vol. 220, Rio de Janeiro, 1954. Dá informação geral e sumária sobre arquivos brasileiros, embora centralizando seu interesse na história da Igreja.

Cláudio Ganns, "Rumo para pesquisas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", ACILB-III, vol. II, 360. Desvalioso, leitura dispensável.

Cláudio Ganns, "Arquivo do Instituto Histórico. Cedulário para a Leitura Portuguesa", *RIHGB*, vol. 250, 1961, 38-117. Documentos do arquivo do Instituto, de interesse para a história de Portugal.

Catálogo dos Documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo, 1954.

M. Xavier de Vasconcelos Pedrosa, "Manuscritos de D. Leopoldina", *RIHGB*, vol. 251, 1962, 274-281.

9. Arquivos de Institutos Históricos Estaduais

Se pouco conhecemos do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especialmente dos arquivos particulares de que se tornou depositário, menos ainda sabemos dos arquivos dos Institutos Históricos Estaduais. Como já escrevemos, estes reuniram, desde sua fundação, um rico documentário sobre o século XIX, na falta de arquivos públicos, e conseguiram colecionar originais coloniais e cópias providas de Portugal, como, no Ceará, a coleção Studart, e em Pernambuco, várias coleções, especialmente sobre o período holandês.

No Rio Grande do Norte prepara-se um guia relacionando os documentos do arquivo do Instituto estadual⁽⁵¹⁾; no Rio Grande do Sul coleções novas como as de Borges de Medeiros⁽⁵²⁾ e Souza Docca vão sendo examinadas. Os arquivos do Partido Democrático e da Liga Nacionalista foram doados ao I. H. G. de São Paulo.

(51) *Mensagem Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, 1967, 36.

(52) O professor Joseph Love, da Universidade de Illinois, examinou a coleção e preparou um Inventário Sumário, ainda não publicado.

9.1. *Bibliografia*

Salvador Henrique Albuquerque, *Índice contendo todos os livros e papéis impressos e manuscritos existentes no arquivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1870.

Craveiro Costa, *Catálogo da Seção de Documentos, Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, 1926.

Mário Melo, "Catálogo dos manuscritos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco", *RIAHGP*, vol. XXVII, ns. 127-130, 107-327, 1926.

José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1959. Vide especialmente verbos Documento(s) e Studart, Guilherme.

José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1961. Vide verbos Arquivos, Documentos e Manuscritos.

Guilherme Auler, *Os Cem Anos do Instituto Arqueológico*, Separata da *RIHGB*, vol. 254, 1963.

10. *Arquivos literários e de Faculdades*

A Academia Brasileira de Letras reuniu, por iniciativa de Olavo Bilac, um grande acervo de documentos literários, especialmente dos seus membros, mas incluindo escritores não acadêmicos. Mais tarde, Múcio Leão ofereceu seus arquivos, contendo especialmente o *Dicionário Biobibliográfico*, não ultimado. Infelizmente, não há nenhum inventário dos papéis da Academia, o que dificulta as pesquisas.

Na Universidade de São Paulo, a Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras possui a importante coleção Alberto Lamego, rica em fontes primárias adquiridas e copiadas pelo historiador, e o Instituto de Estudos Brasileiros da mesma Faculdade possui a coleção J. F. de Almeida Prado, uma das maiores e mais preciosas brasileiras formadas por particulares e composta de livros raros e manuscritos⁽⁵³⁾.

11. *Arquivos Eclesiásticos*

Os oito arquivos eclesiásticos, da Câmara do Arcebispado do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, de Mariana, de Cuiabá, de Goiás Velho, de Olinda-Recife e de São Luís possuem as principais fontes primárias para a história da Igreja no Brasil. Os depósitos arquivísticos arqui-diocesanos (31), diocesanos (111), de prelazias (38), paroquiais (4728)⁽⁵⁴⁾ e de conventos possuem desigualmente fontes primárias e secundárias. Há, além disso, os papéis de po-

(53) Rosemarie E. Horch, *Relação dos manuscritos da coleção J. F. de Almeida Prado*, São Paulo, 1966. O arquivo Lamego foi incorporado ao Instituto.

(54) Sobre as arqui-dioceses, dioceses, prelazias e paróquias, vide *Estatística do Culto Católico, 1965. Províncias Eclesiásticas do Brasil*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1967.

líticos católicos do Império, como Joaquim Felício dos Santos, Afonso Celso Júnior, Joaquim Nabuco, Cândido Mendes de Almeida, espalhados em arquivos particulares e coleções de instituições públicas que ajudam ao estudo da Igreja. A situação dos arquivos da Igreja é tão lastimável quanto a dos arquivos públicos⁽⁵⁵⁾.

11.1. *Bibliografia*

"Índice Cronológico das bulas e outros documentos semelhantes, existentes na Torre do Tombo que interessam ao governo do Brasil e à Igreja brasileira", *RIHGB*, t. 62, 2.^a parte, 1900, 158-180.

Antônio Alves Ferreira dos Santos, *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1914. (Inventário dos livros do arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispado e dos livros paroquiais, 42-57).

Alfredo Vieira Pimentel, "Documentos valiosos dos arquivos baianos", *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, Salvador, 1951, vol. V, 577-582 (contém relação dos livros da Secretaria do Arcebispado, e informação sobre o arquivo do Mosteiro de São Bento).

Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, vol. 1 (informação sobre os arquivos da Companhia e outros).

Anuário Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1939-, e *Revista Genealógica Brasileira*, São Paulo, 1940-. Vide Carlos Fouquet, *Guia das Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro*, São Paulo, 1947. (Inventário de livros de batismo, casamentos e óbitos existentes em vários arquivos de arquidioceses, arcebispados, bispados, dioceses, cúrias, prelazias, biografias e relações de bispos, arcebispos, do episcopado.)

J. C. de Macedo Soares, *Fontes da História da Igreja no Brasil*, São Paulo, 1954, ed. na *RIHGB*, vol. 220, 1954.

Maria Regina C. R. Simões de Paula, "As fontes primárias existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (capital)", *RH*, n.º 66.

12. *Arquivos de Santas Casas de Misericórdia, Irmandades e Ordens Terceiras*

Não existem informações sobre estes arquivos, a não ser excepcionalmente. São documentos preciosos para a história social e alguns têm sido cuidados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

12.1. *Bibliografia*

Arquivo Histórico da Venerável Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo, desde sua fundação em 1648 até 1875, coordenado pelo Comendador Bento José Barbosa Serzedelo. Citado in *Novo Mundo*, 23 de abril de 1874, pág. 125.

(55) Ver Carta do Metropolita em 1862, dirigida a Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Eclesiástico*, Rio de Janeiro, 1866, vol. 2, 770-771.

Félix Ferreira, *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense*, Rio de Janeiro, 1894-1898.

Alfredo Mendes Gouveia, "Relação de compromissos de Irmandades, Confrarias e Misericórdias do Brasil, existentes no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", *Anais do IV Congresso de História Nacional* (abril 1949), Rio de Janeiro, 1950, vol. 7, 201-238.

Américo Pires de Lima, "Nota sobre a roda dos enjeitados da Bahia no século XVIII", *Anais do IV Congresso de História Nacional*, ob. cit., 269-279, e "Atribuições da Misericórdia da Bahia no século XVIII", id., id., vol. 5, 283-297.

Raul Votta, *A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, São Paulo, 1951.

Ubaldo Soares, *A Velha Igreja da Misericórdia*, Rio de Janeiro, 1955.

Carlos Ott, *A Santa Casa de Misericórdia do Salvador*, Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 21, Rio de Janeiro, 1960.

Roberval Francisco Bezerra de Menezes, *Documentos Históricos sobre a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1964.

Alfredo Vieira Pimentel, artigo cit., 580-581 (arquivo da Santa Casa de Misericórdia e do Arquivo da Venerável Ordem 3.ª de São Francisco, ambas de Salvador).

A. J. R. Russel-Wood, *Fidalgos and Philanthropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, University of California Press, 1968.

13. Arquivos e Documentos Perdidos

Não se pode avaliar, especialmente no Brasil, cujos arquivos e bibliotecas não possuem inventários completos dos seus acervos, a riqueza e variedade das fontes perdidas. Pode-se dizer que alguns estão irremediavelmente perdidos, seja pela ação corrosiva do próprio tempo, seja pela destruição consciente, promovida pela incuria humana, seja devido a acontecimentos naturais. De outras fontes perdemos os vestígios; desapareceram de nossos arquivos públicos e particulares. O Visconde de Santarém nos informa que "nove cofres ou caixões de livros e papéis da maior estimação, por antigos, raros e preciosos, foram roubados da Torre do Tombo para o Arquivo de Simancas" (56). Outros têm pior sorte, e simplesmente desaparecem. A queima de São Vicente pelos ingleses, em 1599, e a

(56) Visconde de Santarém, na introdução do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* (1.º vol., XIV), editado pelo Visconde de Santarém, Luís Augusto Rebelo da Silva e J. da Silva Mendes Leal, Paris, 1842. D. Filipe II é para os crendeiros — dizia Luís Augusto Rebelo da Silva — uma espécie de ogre, devorador de todos os autógrafos de fábulas, que não aparecem, pela ótima razão de que nunca existiram. Desde o famoso *Porco Espim* do Senado de Lisboa, até ao *Prodígio de Nazareth* e à *Vida del Rei Rodrigo* pesam sobre sua memória todas as novelas históricas cuja autenticidade clama, por documentos, inutilmente. *Cartas ao Senhor Ministro da Justiça sobre o uso que se faz do público e da imprensa uma fração do Clero Português*, Lisboa, 1850, 27.

tomada da Bahia pelos holandeses, em 1624, foram a causa da perda de importantes documentos de nossa primitiva história⁽⁵⁷⁾.

A verdade é que não houve sempre da parte portuguesa e da nossa o mesmo cuidado pelo arquivamento de manuscritos. Roteiros de navegantes, correspondências administrativas, relações de viajantes e outros documentos não foram convenientemente guardados⁽⁵⁸⁾. Outros acontecimentos naturais concorreram para o desaparecimento de fontes valiosas. No incêndio da noite de 20 de junho de 1790, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro livro do Senado da Câmara (1566-1590) foi consumido. Os cartórios públicos conseguiram salvar-se⁽⁵⁹⁾.

Segundo Pizarro, salvaram-se apenas alguns livros que estavam na casa do escrivão e outros na do Juiz de Fora, então Baltazar da Silva Lisboa.

Quanto ao terremoto de Lisboa, escreveu Capistrano de Abreu que o desbarato dos arquivos portugueses a ele devido tornou impossível o conhecimento dos primeiros tempos dos nossos anais⁽⁶⁰⁾. Todo o cartório da Secretaria do Estado, juntamente com o Paço da Ribeira, foi destruído no terremoto⁽⁶¹⁾. Os livros da secretaria geral do registro das mercês haviam sido destruídos porque se encontravam na casa de Diogo Soares, que se incendiou a 2 de outubro de 1681.

Motivos sentimentais provocaram também destruição documental. É assim que apaziguado o movimento revolucionário da Confederação do Equador, José Félix de Azevedo e Sá (1781-1827) determinou que se destruíssem todos os livros públicos, ofícios, diplomas e portarias e quaisquer outros papéis, e se abrasassem os impressos, proclamações e escritos defensores do sistema confederativo: "de sorte que não apareça nem ao menos o vislumbre dessa tristíssima luz, hoje de todo apagada, e que tanto mal causou à Província inteira"⁽⁶²⁾.

Do mesmo modo se procedeu quando da Abolição da escravidão. Foi Nina Rodrigues o primeiro a denunciar a queima dos arquivos da escravidão, ordenada por despacho do Ministério da Fazenda, assinado por Rui Barbosa em 14 de dezembro de 1890, e mandado pôr em execução pela circular assinada por Tristão de Alencar Araripe em 13 de maio de 1891. Gilberto Freyre atribuiu

(57) Cândido Mendes de Almeida, "Notas para a história pátria. A catástrofe de João de Bolés foi uma realidade?", *RIHGB*, t. 42, 1879, 143.

(58) Cândido Mendes de Almeida, "Notas para a história pátria. Quem levou a notícia da descoberta do Brasil?", *RIHGB*, t. 39, 2.^a parte, 1876, 5-24.

(59) José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1820, vol. 7, 153, n. 1.

(60) *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo, Comp. Melhoramentos, s. d., 71.

(61) *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, Lisboa, 1909, vol. 1, XIV.

(62) Cf. Ofício de 14 de nov. de 1824, de José Félix, mandando destruir toda a correspondência relativa ao movimento de 1824. *RIC*, t. esp., 1924.

a Rui Barbosa tão infeliz iniciativa. A verdade, porém, foi restabelecida por Américo Jacobina Lacombe, quando mostrou que se não pode atribuir exclusivamente a Rui a idéia da destruição dos arquivos de vez que, em primeiro lugar, o móvel da medida era evitar a pretensão de indenização por parte dos escravocratas que, para isso, teriam de basear-se nos livros de matrícula geral dos escravos do Império⁽⁶³⁾, e, em segundo lugar, ela correspondia à mentalidade dos abolicionistas, tanto que a ordem de destruição foi calorosamente recebida na Câmara por algumas de nossas grandes figuras. Rui não foi, assim, o único responsável, mas a mentalidade do tempo, que queria apagar da nação a mancha da escravidão e evitar os pedidos de indenização. Os livros destruídos devem ter sido os de registro de escravos para efeito do pagamento dos impostos, e os livros de entrada nas Alfândegas. Como os elementos estatísticos do primeiro livro constam dos relatórios dos ministérios e presidentes de província, os alfandegários são os únicos realmente perdidos. Como acentuou muito bem Américo Jacobina Lacombe, em outros arquivos, inclusive o Nacional, encontram-se várias fontes manuscritas, documentos administrativos e judiciários a respeito da escravidão⁽⁶⁴⁾.

Documentos de cartórios, documentos judiciários tão ricos de informações econômicas, como testamentos e inventários têm sido destruídos impiedosamente.

Documentos importantes, relatórios, livros inéditos, sabemos, por informações de velhos autores, perdidos para nossas pesquisas. A simples consulta à *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, à *Biblioteca Hispana Nova* de Nicolau Antonio e ao *Epitome de la Bibliotheca Oriental y Occidental, nautica y geographica* de Antonio de León Pinelo⁽⁶⁵⁾, revelará a inumerável lista de Histórias, Compêndios, Descrições, Relatórios, Diários, Instruções etc., cujos destinos desconhecemos hoje. É certo que os inventários de manuscritos de alguns arquivos já têm revelado a presença desses documentos. Alguns desapareceram, como o original dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, retirados da Biblioteca Nacional de Lisboa por

(63) A 24 de julho de 1888, Joaquim Nabuco lia uma representação de constituintes seus para que os livros de matrícula geral dos escravos do Império fossem cancelados ou inutilizados, de modo a que não pudesse mais haver pedidos de indenização. Vide Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1928, 256, nota.

(64) Américo Jacobina Lacombe, "A queima dos arquivos da escravidão", *O Jornal*, 17 de março de 1940.

(65) Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1751-59, 4 tomos; Nicolau Antonio, *Biblioteca Hispana Nova*, Madri, 1783-88, 2 vols.; Antonio de León Pinelo, *Epitome de la Bibliotheca Oriental y Occidental, nautica y geographica*, Madri, 1737-38, 3 vols.; nova ed. União Panamericana, Washington, 1938. Entre outros, podem citar-se a Segunda Década da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira*, de Francisco de Brito Freire, o *Paraiso dos Mulatos Purgatório de brancos e Inferno de negros*, e o *Diario del Brasil*, de Francisco Manuel de Melo.

José Feliciano de Castilho Barreto, mas são substituídos por outros originais ou cópias encontrados em outros arquivos, como estes mesmos *Didlogos*, que Varnhagen descobriu na Biblioteca de Leide. Outros voltaram às nossas mãos, como o códice "Cartas d'El Rei a Gaspar de Sousa (1540-1626)", adquirido há alguns anos pela Biblioteca do Itamarati⁽⁶⁶⁾.

Intenções declaradas de obras em elaboração nos fazem sempre pensar na sua possível perda, como é o caso daquela "História do Brasil" que Simão Estácio da Silveira dizia entender escrever e o da "História do Brasil" do cronista-mor oficial Diogo Gomes Carneiro, cujos manuscritos desapareceram sem deixar rastros⁽⁶⁷⁾. De alguns sabemos que foram escritos, como a narrativa do descobrimento da ligação interna entre a Bahia e o Ceará, feita e escrita por João Velho do Vale e hoje extraviada ou perdida⁽⁶⁸⁾. Fonte preciosa, como o primeiro volume relativo à administração de D. Luís de Sousa (1617-1621), contendo a correspondência para a Corte, achava-se perdida, ainda em 1918, quando Capistrano de Abreu anotava a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador⁽⁶⁹⁾.

Da época anterior de D. Francisco de Sousa (1590-1602) e de Diogo Botelho (1601-1608) se esclareceria muita coisa se fosse encontrada a descrição geral do Brasil feita nessa época pelo viajante florentino Baccio da Filicaya⁽⁷⁰⁾. Semelhante ao caso do Diário, visto, desaparecido e cujo paradeiro se desconhece, é o Relatório do Conde de Castanheira, que Varnhagen prometeu dar à luz na primeira edição de sua *História Geral*⁽⁷¹⁾. Capistrano de Abreu lamentou que não mais se encontrassem livros como aquele, em que os almozarifos deveriam anotar a cobrança dos direitos do dízimo da calda do açúcar e outros, com os nomes dos lavradores⁽⁷²⁾.

A exemplificação não teria fim, mas convém registrar que se perderam documentos do início de nossa vida histórica. É assim o caso das "Instruções Régias" dadas a Cabral para a sua viagem,

(66) Sobre este códice, vide *Um códice dos séculos XVI e XVII, propriedade do Doutor Abel de Andrade*, Lisboa, Separata da Revista da Faculdade de Direito, 1919, 21.

(67) Cf. a "Relação sumária das coisas do Maranhão", de Simão Estácio da Silveira, nas *Memórias do Maranhão*, editadas por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1874, 2.º vol., 17, 25, 26. Sobre a "História do Brasil" de Diogo Gomes Carneiro, trata o autor na obra em preparo "História da História do Brasil".

(68) Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, Garnier, 1927, 136.

(69) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., nota de Capistrano de Abreu à pág. 441.

(70) Prolegômenos de Capistrano de Abreu na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, 252.

(71) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 1.º vol., 173, nota 19.

(72) Capistrano de Abreu, nota 7, 295 do 1.º vol. da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, 3.ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d.

das “Instruções Régias adicionais”, de que se conservaram apenas os borrões, e da carta de Aires Correia, referida pelo Mestre João, perdidas inteiramente até hoje.

Mais difícil é a falta de qualquer exemplar de obra impressa, como é o caso da *Relatio de populis brasiliensibus* de François Bourdemare ou Bourdemer, impressa em Madri em 1617.

Arquivos públicos de Bibliotecas, como a da cidade do Cabo, em Pernambuco⁽⁷³⁾, contendo preciosas coleções, inclusive de velhos jornais, foram vendidos como papel velho, tal como no caso do arquivo do Ministério da Viação e da Alfândega, a que já nos referimos.

14. Arquivos Privados

A questão dos arquivos privados foi levantada e discutida desde o I Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Paris, em 1950⁽⁷⁴⁾. É matéria arquivística delicada, em face do interesse público pela sua destinação, pelo conflito que gera entre o princípio da propriedade privada e o do interesse social. As vicissitudes das famílias de condição social e econômica elevada, e o dinamismo da vida moderna ameaçam o destino destes arquivos, muitas vezes repletos de documentos de caráter público.

Não é aceitável a definição de que são privados os arquivos que não pertencem ao Estado, pois na França consideram-se privados os arquivos dos sindicatos, das sociedades de benemerência, dos institutos de cultura, dos religiosos, das sociedades comerciais e industriais, das sociedades autônomas, mesmo nacionalizadas. Os países democráticos europeus não deram a mesma amplitude à definição de arquivos privados, enquanto os países socialistas somente consideram como privados os arquivos pessoais e os dos estabelecimentos religiosos formados depois da separação da Igreja e do Estado.

O estabelecimento de um Registro Público, a assistência pelo Estado à conservação, a eliminação do perigo de desmembramento, que ocorre no curso das sucessões, a proibição de venda ao estrangeiro constituem medidas indispensáveis à proteção de documentos que podem ser um espelho da vida nacional. Nada disso se fez — exceto a proibição da venda ao estrangeiro, já referida — no Brasil, embora tenhamos tentado estabelecer, quando na direção do Arquivo Nacional, o serviço de Registro Nacional de Arquivos, imitando a lei inglesa.

Por isso mesmo, a perda de arquivos privados — numa época em que as dificuldades econômicas tornam quase impossível sua ma-

(73) Mário Melo, “Venda de arquivo, a peso para embrulho”, *Jornal do Comércio* (Recife), 6 de dezembro de 1958.

(74) Riccardo Filangiere, *Os Arquivos Privados*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. Seguimos e resumimos a exposição do autor.

nutenção – vem acentuando-se e agravando o problema. Preciosos arquivos particulares, como os de Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, e P. V. Lund foram queimados pelos seus descendentes ou vendidos como papel velho. O destino do arquivo de Eusébio de Queirós é desconhecido⁽⁷⁵⁾, e outros como o do fazendeiro Vasconcelos Mota espalhou-se por várias fazendas, perdendo-se provavelmente.

O arquivo de Melo Moraes, enriquecido com compras, furtos e doações, especialmente a de Vasconcelos Menezes Drummond, como se pode ver na Correspondência de Capistrano de Abreu, foi em parte relacionado no *Brasil Histórico*⁽⁷⁶⁾. Ele conta destruições documentais que presenciou.

Outros tiveram mais sorte e foram conservados pela família e seus descendentes, ou recolhidos a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Itamarati, aos quais já nos referimos.

Dos primeiros, o do Grão-Pará, em Petrópolis, de posse hoje de D. Pedro de Orléans e Bragança, “é um riquíssimo manancial para os estudiosos da história, formado de papéis íntimos e reservados dos membros da Família Imperial, como, por exemplo, as cartas trocadas entre D. Pedro II e D. Isabel, ou a correspondência do Conde d’Eu com o sogro, além das centenas de missivas de soberanos europeus”. Estes papéis encontravam-se no Palácio Isabel (hoje Guanabara), donde seguiram para a Europa, e foi D. Pedro de Alcântara, Príncipe do Grão-Pará, quem organizou o arquivo que leva o seu nome. Em 1947, D. Pedro de Orléans e Bragança removeu para Petrópolis esse documentário inédito, que já tem sido utilizado por vários estudiosos, nele se incluindo o Arquivo de D. Pedro I⁽⁷⁷⁾.

Afora estes, é conhecida a existência dos seguintes arquivos privados:

1) Arquivo do Marquês de Lavradio, adquirido e trazido para o Brasil por Marcos Carneiro de Mendonça; 2) Arquivo de Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, de posse de seu neto, o historiador José Antônio Soares de Souza. Vide Anexo II; 3) Arquivo de João Alfredo Corrêa de Oliveira. Vide Anexo III; 4) Arquivo de Manuel Marques de Sousa, Conde de Porto Alegre, com seu neto Zeno de Souza Zielinski; 5) Arquivo de João Luís Vieira Cansansão Sinimbu, Visconde de Sinimbu, com seus descendentes; 6) Arquivo de Jerônimo José Teixeira Júnior, Visconde do Cruzeiro, de posse dos descendentes de Henrique

(75) Em 27 de outubro de 1949, escrevi ao Sr. Afonso Queirós Matoso, de quem se dizia possuir parte deste arquivo, não obtendo resposta.

(76) 2.º semestre, 1.º ano, 1866, págs. 4, 9, 17, 25, 33, 41-44, 49-52.

(77) Guilherme Auler, “Correspondência pernambucana do Imperador”, *Diário de Pernambuco*, 2 de dezembro de 1951, e “O arquivo de D. Pedro I”, *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1957. Vide também do mesmo autor os estudos já citados: *Os Bolistas do Imperador*, Petrópolis, 1956, e *Pernambuco no Arquivo da Família Imperial*, Recife, 1956.

Carneiro Leão Teixeira, que possui também o arquivo do 2.º Marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá; 7) Arquivos de Paulo Barbosa e do Conselheiro Albino B. de Oliveira, de posse de Américo Jacobina Lacombe; 8) Arquivo de Benjamin Constant, na "Casa Benjamin Constant", em Santa Teresa; 9) Arquivo do dr. J. J. Nascimento Junqueira, Praça Conselheiro Almeida Couto 1, Salvador, Bahia; 10) Arquivo de Ubaldo do Amaral Fontoura (78); 11) Arquivo de José Joaquim Seabra, conservado pelo deputado Nelson Carneiro; 12) Arquivo Assis Brasil, com sua filha em Pedras Altas, R. G. S.; 13) Arquivo Artur da Silva Bernardes, de posse de seu filho Artur Bernardes Filho; 14) Arquivo Borges de Medeiros, depositado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; 15) Arquivo Souza Docca, depositado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; 16) Arquivo de Clementino Fraga. Recortes de jornais sobre a campanha sanitária, depositados na Associação Brasileira de Imprensa, a pedido de Herbert Moses; 17) Arquivo de Getúlio Vargas, com Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Organizado até 1942; 18) Arquivo de Osvaldo Aranha, de posse da família. Autorização com o Dr. Euclides Aranha; 19) Arquivo João Neves da Fontoura, com sua filha; 20) Arquivo, de Goes Monteiro, com a Viúva, Sra. Rosa Goes Monteiro; 21) Arquivo Nereu Ramos parte com a viúva, parte com o filho, Dr. Murilo Ramos, e parte com o irmão Dr. Joaquim Ramos; 22) Arquivo de Virgílio de Melo Franco, autorização com seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco. Os arquivos de Virgílio e Afonso foram examinados e ordenados por Stanley Hilton; 23) Arquivo Francisco Marques dos Santos, especialmente de jornais antigos; 24) Arquivo Marc Ferrez, fotográfico e iconográfico, ampliado por Gilberto Ferrez; 25) Arquivo de Joaquim Gonçalves da Silva (79); 26) Arquivo Aguirre, Família J. B. Campos Aguirre (80); 27) Arquivo Araújo Pinho. A maior parte do arquivo em poder de seu filho Antônio Wanderley de Araújo Pinho, Rua Marquesa dos Santos, 4; 28) Arquivo Lindolfo Collor, com a Viúva D. Hermínia Lindolfo Collor; 29) Arquivo Rodrigues Alves, com a família; 30) Arquivo Afonso Pena, com a família; 31) Arquivo Eptácio Pessoa, com a família; 32) Arquivo Maurício Cardoso, com a família; 33) Arquivo Raul Soares, com a família; 34) Arquivo fotográfico de Guilherme dos Santos (17.000 clichês), noticiado por Múcio Leão, *Jornal do Brasil*, 1.º de Janeiro de 1955; 35) Arquivo Rodrigo Otávio, com Rodrigo Otávio Filho.

15. Arquivos de Cartórios

É evidente o valor da documentação cartorial, embora caiba ao historiador suspeitar da sua fidedignidade em matéria especialmente de interesse econômico. Num país como o Brasil, cujo estado foi tão bem caracterizado como Estado Cartorial (81) por Hélio

(78) Hélio Vianna, "Arquivo de Ubaldo do Amaral", *Cultura*, novembro 1967, .37-49. Declara ter sido recolhido pelo Conselho Federal de Cultura, mas não indica seu destino, tratando-o como arquivo privado.

(79) Organizado por Eduardo Duarte. *RIHGRGS*, 1926, vi, 69.

(80) *RIHGSP*, vol. 36, 1939, 205.

(81) O Brasil possui 12.258 cartórios, sendo Minas Gerais e a Bahia os Estados que maior número possuem.

Jaguaripe, as fontes dos cartórios revelam intimidades indispensáveis à reconstituição especialmente da história econômica e social. Grande parte dessa documentação permanece nos arquivos dos cartórios, alguns bem alojados e conservados. São também valiosos os documentos de tutelas e curatelas, de que o Arquivo Nacional é tão rico⁽⁸²⁾.

Nos registros públicos, seja nos antigos tabeliães do judicial e notas, nos escritões da paz, nos de órfãos, nos da Fazenda Pública, no eclesiástico, no Geral de Hipotecas, ou seja nos modernos tabeliães de notas, no de notas e contratos marítimos, nos registros de imóveis, de títulos e documentos, no civil das pessoas jurídicas, no de interdições e tutelas, no civil das pessoas naturais⁽⁸³⁾, no de protesto de títulos, nos tabeliães da Fazenda Pública, de Órfãos e Sucessões, nos das Varas Cíveis se encontravam e se encontram milhares de documentos valiosos para a história. Nas minutas⁽⁸⁴⁾, escrituras, testamentos⁽⁸⁵⁾, inventários, contratos, qualquer que seja a veracidade das informações encontra o historiador prevenido uma extraordinária fonte de natureza social, econômica, jurídica e biográfica.

Melo Moraes escrevia em 1872 que um dos mais antigos cartórios da Província do Rio de Janeiro vendeu dezenas de arrobas de autos antigos para a fábrica de foguetes e que ele os comprara depois ao fogueteiro. Afirma ainda que entre as coleções que D. João VI deixou a Pedro I havia memórias secretas, que em 30 de julho de 1831 foram, com outros papéis da Biblioteca Imperial, para a Câmara dos Deputados, e se extraviaram⁽⁸⁶⁾.

Quando não se trata de perda de fontes por desleixo ou negligência, é o desinteresse pelo registro ou preocupação por esconder

(82) Carlos G. Rheingantz, *Tutelas e Curatelas*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965.

(83) Os mais antigos tabelionatos do Rio de Janeiro são os seguintes: 1) Tabelião Dr. Carlos da Silveira Lobo, criado em 1567, sendo Pedro da Costa seu primeiro serventuário; 2) Tabelião Pires Ferrão, de que é primeiro serventuário o sr. Antônio Joaquim de Catanheda Júnior; 3) Cartório Pedro José de Castro; 4) Tabelião Francisco José Fialho, do qual é serventuário Francisco Pereira Ramos. Cf. Melo Moraes, *Brasil Histórico*, 12 de março de 1882, n.º 5, 1. Sobre os vários tabelionatos e registros, vide Joaquim de Oliveira Machado, *Guia prático do tabelião*, Rio de Janeiro, 1887, ou ainda Jônatas Serrano, *O Notariado no Brasil. Importância jurídica e social; origem histórica, evolução*. Rio de Janeiro, 1917; D. L. de Macedo, *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965; *Cadastro de Cartórios. Brasil* (até 1964), Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1966.

(84) Sobre o valor das minutas, cf. Francisco de Sales Macedo, "As minutas dos tabeliães", *Arquivo do Distrito Federal*, IV, 431.

(85) Os testamentos são considerados comumente como fontes importantíssimas. Revelam, melhor que quaisquer outros documentos legais, os sentimentos das classes mais diversas da sociedade. Vide Luís Teixeira Sampaio, "O testamento de um Prior de aldeia no século XVII", *Revista de História* (Lisboa), 28, 1918, 277-278. Um exemplo modelar de uso destas fontes na história é a *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado (S. Paulo, 1930).

(86) *O Brasil social e político, ou o que fomos e o que somos*, Rio de Janeiro, 1872, 52 e 61.

ou ocultar suas atividades que deixa a história sem seus recursos documentais, como se verifica na história econômica, e especialmente na dos negócios. Joaquim Nabuco, na defesa dos nossos direitos na questão de Pirara, estabeleceu um paralelo interessante entre os colonos de Essequibo e os do Pará, a propósito da ocupação do Rio Negro: "Essequibo é uma feitoria comercial, o negócio de uma companhia; tudo quanto acontece tem que figurar em duas contabilidades para a minuciosa fiscalização holandesa; tem que ser guardado para desobriga do gerente e da diretoria. Daí a minudência do registro dos livros da Companhia, semelhantes a livros de compra e venda de uma casa de negócios. Nada é aí insignificante demais. O oposto acontece no Pará. Os moradores exploram o país, pode-se dizer, à vontade. Os particulares não têm arquivos e não deixam registro das suas transações, que pelo contrário escondem" (87).

II. BIBLIOGRAFIA SOBRE OS ARQUIVOS ESTRANGEIROS

A historiadora Virgínia Rau escreveu que "falar de arquivos de Portugal não é tarefa fácil, já pelo seu número, já pela riqueza do seu conteúdo" (88). Na verdade, diante da enorme e desconhecida massa documental, é difícil escrever sobre arquivos de qualquer país, em seu conjunto, e praticamente impossível sobre os arquivos em geral, ainda quando restrito ao Brasil. Nenhum país possui inventários completos de seus fundos, e a grande maioria vegeta desprotegida de recursos e pessoal técnico.

E assim como quem não conhece biblioteca americana não conhece biblioteca, quem não conhece arquivo americano não conhece arquivo. Arquivos holandeses e de certo modo o inglês — não conheço alemães, suecos e suíços — revelam sua superioridade na organização, eficiência e facilidades que apresentam e oferecem. O adiantamento da técnica arquivística nos Estados Unidos e na Holanda facilita o domínio e controle do conteúdo dos grandes conjuntos documentais, sem a pretensão de conhecer uma a uma as peças de todo o arquivo. As tarefas do arquivista e do pesquisador estão definidas e facilitadas.

Todos sabem a importância dos arquivos para a pesquisa histórica, especialmente a que visa ao trabalho monográfico, à contribuição específica. Todos estão conscientes de que se a historiografia luso-brasileira sofre do pecado de desconhecer a historiografia estrangeira sobre o Brasil, como acentuou Charles Boxer, sofre também do desconhecimento e uso dos arquivos, quer nacionais, quer estrangeiros. É evidente que houve sempre as exceções, como no caso dos arquivos procuramos mostrar no capítulo sobre a evolução da pes-

(87) Joaquim Nabuco, *Memória*, 1, 57.

(88) "Arquivos de Portugal: Lisboa", *ACILB-I*, 190.

quisa histórica no Brasil, e como no caso da historiografia apontaremos em outro estudo⁽⁸⁹⁾.

As dificuldades para a orientação nos arquivos estrangeiros são menores que nos arquivos brasileiros, embora seja verdadeiro que arquivos portugueses e espanhóis são tão subdesenvolvidos — apesar da maior riqueza do acervo — quanto os brasileiros, e pior ainda, porque mais dominados pelo tradicionalismo, menos sujeitos às idéias renovadoras. Nenhum deles publicou, como o Arquivo Nacional do Brasil, uma literatura técnica tão moderna, capaz de mais cedo ou mais tarde renovar sua organização⁽⁹⁰⁾.

Visando neste capítulo apenas orientar o novo pesquisador, e convencido da impossibilidade da elaboração de catálogos coletivos, ou mesmo da remota publicação de obras mais modestas, mas eficientes instrumentos de trabalho, como os guias, limito-me a indicar a bibliografia auxiliar à pesquisa nos arquivos mais importantes, sempre tendo em vista a história do Brasil.

Todos devem saber que os arquivos portugueses são os mais importantes para a nossa história colonial, suplementados pelos arquivos espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e indianos; para a história do Império, os ingleses são os mais importantes, seguidos de franceses, americanos, alemães, italianos, suíços, argentinos e uruguaios; para a história republicana os arquivos ingleses, americanos, alemães, franceses, italianos, argentinos e uruguaios, não significando isso em nenhuma hipótese que não se possam encontrar documentos importantes em outros arquivos. Vide José Honório Rodrigues, *As Fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, 1950.

1. Arquivos portugueses. Bibliografia geral⁽⁹¹⁾

Relatório das investigações a que procedeu Guilherme Luís dos Santos nos arquivos portugueses para achar entre os documentos respectivos ao Brasil os que interessassem especialmente ao Estado do Piauí. Lisboa, s. d.

Antônio Ferrão, *Da Importância dos documentos diplomáticos em história. Estudo sucinto de alguns arquivos diplomáticos e estrangeiros.* Coimbra, 1917.

Bailey W. Diffie, "Bibliography of the principal published Guides to Portuguese Archives and published Guides to Portuguese Archives and Libraries", *ACILB-I*, 181-188. A melhor bibliografia geral dividida por cidades.

Virgínia Rau, "Arquivos de Portugal: Lisboa", *ACILB-I*, 189-213. O melhor guia descritivo dos arquivos de Lisboa.

Guia da Bibliografia Histórica Portuguesa. Academia Portuguesa da História, vol. 1, fasc. 1, Lisboa, 1959. Excelente bibliografia, contendo catálogos de manuscritos e coleções de fontes.

(89) O Autor publicará em seguida a este livro, uma historiografia brasileira.

(90) O Arquivo Nacional do Rio de Janeiro editou durante a minha administração 5 livros técnicos e 21 publicações técnicas mimeografadas.

(91) A bibliografia é seletiva, escolhendo os instrumentos de trabalho dos arquivos sabidamente mais importantes para o Brasil.

Antônio Souza Júnior, "Manuscritos do Brasil nos Arquivos de Portugal", *RIGHMB*, n.º 49, 1965, 55-72. Desconhece os estudos e a bibliografia brasileira e estrangeira. A própria parte relativa ao Arquivo Militar de Portugal é melhor tratada em Virgínia Rau.

1.1. *Torre do Tombo* ⁽⁹²⁾

Organização e Fundos

João Pedro Ribeiro, *Memórias autênticas para a história do Real Arquivo*, Lisboa, 1819.

Índice geral dos documentos registrados nos livros das chancelarias existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo, mandado fazer pelas Cortes na lei do orçamento de 7 de abril de 1838, t. 1. Lisboa, 1841.

Pedro de Azevedo e Antônio Baião, *O Arquivo da Torre do Tombo, sua história, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, 1905.

A. Mesquita Figueredo, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Roteiro Prático*, Lisboa, 1922.

Antônio Baião, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1922.

João Martins da Silva Marques, "Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ensaio de um manual de heurística e arquivologia. Index Indicum", *Ethnos*, Lisboa, 1935, 113-225.

Inventário relativo ao Brasil

Berta Leite, "O Brasil no Índice do Bulário Romano", *Anais do IV Congresso de História Nacional*, abril 1949, vol. II, 329-370 (Rio de Janeiro, 1950).

1.2. *Arquivo Histórico Ultramarino* ⁽⁹³⁾

Organização e Fundos

M. A. Hedwig Fitzler e Ernesto Ennes, *A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional*. Lisboa, 1928. O melhor e único guia geral.

Alberto Iria, *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, Lisboa, vol. 1, 1950. Vide especialmente o capítulo 1.º sobre a organização, e o capítulo 3.º (alguns documentos referentes ao Brasil).

Inventários e Catálogos sobre o Brasil

Eduardo de Castro e Almeida, *Catálogo de Mapas, Plantas, Desenhos, Gravuras e Aquarelas*, Coimbra, 1908.

Eduardo de Castro e Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa (ABN)*, 9 vols., 1913-1951. Aparecem nos vols. 31, 32, 36, 37, 39, 46, 50 e 71, e em separata, exceto o vol. 71).

(92) Um catálogo de documentos sobre o Brasil que se preparava em 1950 não foi até hoje publicado. Vide José Honório Rodrigues, *As Fontes da História do Brasil na Europa*, ob. cit., 11.

(93) Ver José Honório Rodrigues, id. id., 12-14 e Anexo.

"Índices das Consultas do Conselho de Fazenda. Arquivo Histórico Colonial", *ABN*, vol. 58, 1939, 3-336.

Luiza da Fonseca, "O Maranhão. Roteiro dos Papéis Avulsos do século xvii do Arquivo Histórico Colonial", *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, xi, 197-218.

"Índice do Códice de Mercês Gerais", *ABN*, vol. 58, 1939, 337-474.

"Índices dos Documentos relativos ao Brasil pertencentes ao Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", *ABN*, vol. 61, 1941, 59-238.

Cândido da Silva Teixeira, *Index Indicum do Arquivo Histórico Colonial*, s.l. 1947. Descreve: a) Cartório do Conselho da Fazenda; códices das mercês gerais. b) Cartório da Marinha; c) Cartório da Extinta Direção Geral da Fazenda das Colônias; d) Cartório da Expedição a Moçambique; e) Cartório da Direção Geral Militar das Colônias; f) Cartório da Direção dos Serviços de Fazenda de Moçambique; g) Diversos.

Alberto Iria, "A Bahia no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, Nótulas de heurística e arquivologia", *Anais do IV Congresso de História Nacional*, abril 1949, vol. II, Rio de Janeiro, 1950, 15-30.

Alberto Iria, "A Fundação do Governo Geral do Brasil e o Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", id. id., 31-110. Descrição e oferta de cópia de 22 documentos. Estão transcritos o Regimento de Tomé de Souza, 1548, de Antônio Cardoso de Barros, 1548, e dos Provedores da Fazenda, 1548.

Luiza da Fonseca, "Índice Abreviado dos Documentos do século xvii do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, 1949, Bahia, 1950, vol. 2, 7-353. O índice abrange vinte caixas de documentos avulsos da Bahia do século xvii.

Maria Izabel de Albuquerque, "Documentos de Interesse Biográfico para a Bahia, copiados do Arquivo Colonial, séculos xvii e xviii" (Lisboa, idem. idem, 475-499).

José Antônio Gonsalves de Melo Neto, "Primeira Relação de Papéis relativos à Capitania de Pernambuco, 1605-1738", Cópia datilografada existente no Arquivo Ultramarino, 1952, 62 págs. Há ainda uma Segunda Relação, 63-154, e uma Terceira, 155-395.

Luiza da Fonseca, "Algumas Sugestões de Assuntos Brasileiros no Arquivo Histórico Colonial", *ACILB-1*, 222-224, Sumário da comunicação.

Luiza da Fonseca, "Mapas e plantas do Brasil do Arquivo de Desenhos da Direção da Arma de Engenharia, Arquivo Histórico Colonial", *ACILB-1*, 224-334.

"Catálogo de Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes ao Governo da Capitania de São Pedro do Sul, de Diogo de Sousa, Conde do Rio Pardo (1807-1811), pelos catalogadores Maria Teresa Mantero, Maria Luísa Oneto Brás, Maria Luísa Pinto, Filomena Gonçalves, Antonieta Tavares, Branca Cardoso e Maria Amélia Monteiro", Lisboa, 1955 (42 págs.). Cópia datilografada do Arquivo Histórico Ultramarino.

Alberto Iria, *Catálogo da Exposição histórica comemorativa do IV centenário da fundação de São Paulo*, Lisboa, 1954.

Gwendolin B. Cobb, "Bancroft Library Microfilm: Portugal and her Empire", *HAHR*, fev. 1954, 114-125. Programa de microfílm da Bancroft Library da Universidade de Califórnia, realizado em vários arquivos portugueses, concentrado

na documentação geral do Brasil, nos séculos XVI ao XVIII, e especialmente no Arquivo Histórico Colonial. A autora dá a relação dos documentos microfilmados, num total de 100.000 exposições. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui em microfilme grande parte deste acervo, num programa de trocas realizado entre 1954-1956.

Relação Abreviada dos Documentos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à Nova Colônia do Sacramento, Caixa n.º 1 (1683-1777) pelos catalogadores Alfredo Mendes de Gouveia e Maria Teresa Mantero, Lisboa, 1955, 37 págs. Cópia datilografada no Arquivo Histórico Ultramarino.

Relação de alguns documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino respeitantes aos Índios do Brasil [Maria Ana Mayer Brito], Lisboa, 1956, 5 págs. Cópia datilografada no Arquivo Histórico Ultramarino.

"Catálogo dos Documentos sobre a História de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa", *RIHGB*, 13 tomos especiais, 1956-1959, e 2 tomos de Índice, 1959.

Carlos Alberto Ferreira, "Relação dos Maços de Ofícios dos Governadores das Capitanias do Ultramar que se remetem para o Rio de Janeiro em 1807 com D. João", s. d. 4 págs. Cópia no Arquivo Histórico Ultramarino.

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Lisboa, 1955-1965, 11 vols. Contém as listas dos documentos microfilmados nos arquivos estrangeiros referentes ao ultramar português e depositados no Arquivo Histórico Ultramarino. A grande maioria é composta de inventários dos Livros das Monções e dos Segredos do Arquivo Histórico do Estado da Índia, Arquivo Secreto do Vaticano (n.º 4), Biblioteca Nacional de Madri (n.º 4), Museu Britânico (ns. 4 e 6), e Biblioteca Apostólica Vaticana (ns. 4 e 5).

Alberto Iria, "Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil, Fontes para a História Luso-Brasileira", *Studia*, n.º 18, agosto 1966, 41-191.

1.3. Arquivo Geral da Alfândega

Francisco Bilard da Fonseca, *O Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa*. Lisboa, 1950. Separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, XX (1949), 50-77. Em face da destruição do Arquivo da Alfândega do Rio de Janeiro, este arquivo ganha maior importância para a história econômica brasileira.

1.4. Arquivo da Marinha

Fração de Vasconcelos, "O Arquivo da Marinha", *Anais da Marinha*, VI, 1944, 71-81.

Manuel dos Santos Esteves, *Arquivo Geral e Biblioteca Central da Marinha*, Lisboa, 1945.

1.5. Arquivo do Ministério das Finanças

Manuel dos Santos Esteves, "Inventário das plantas e desenhos existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças", *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, XVI (1943), 33-43, 139-150; XVII (1945), 8-11. O Arquivo comprou os acervos cartográficos da Casa de Palmela.

1.6. *Arquivo do Ministério do Exterior*

Luis Teixeira de Sampaio, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, 1925.

1.7. *Arquivo Militar*

Henrique de Campos Ferreira Lima, "Documentos manuscritos e cartográficos relativos ao Brasil que existem no Arquivo Histórico Militar", *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, xi, 219-241.

1.8. *Arquivo do Conselho de Estado*

Conde de Tovar, "O Arquivo do Conselho de Estado", *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1961, Série II, vol. 11, 53-67.

1.9. *Arquivo dos Feitos Findos*

João Jardim de Vilhena, "Documentos respeitantes ao Brasil e existentes no Arquivo dos Feitos Findos (1683-1900). Inventário", *O Instituto*, vol. 85, 1933, 275-282.

1.10. *Arquivos de Goa*

John le Roy Christian, "Portuguese India and its historical records", *HAHR*, fev. 1945, 140-151.

Panduronga Pissurlencar, "Roteiro do Cartório Geral do Estado da Índia", *Boletim Geral das Colónias*, março 1951, n.º 301, 89-103.

Charles R. Boxer, *A Glimpse of the Goa Archives*, separata da BSOAS, 1952, xiv2, 299-324. Resenha de José Honório Rodrigues, "Documentos do Brasil em Goa", *O Jornal*, 2 de dezembro de 1951.

Panduronga Pissurlencar, "A presença do Brasil no Arquivo Histórico de Goa", *ACILB-III*, 349-358.

Rev. John Humbert, S. J., "The Historical Archives of Goa in 1966", Comunicação ao *CILB-VI*, Mimeografada.

1.11. *Arquivos de Moçambique*

Conforme mostramos na Parte II, Meneses Vasconcelos de Drummond informava, em 1841, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que Moçambique era a sepultura de papéis que interessam ao Brasil. Os papéis dos Marqueses de Aracati e os de Tomás António Gonzaga lá jaziam, acrescentava o diplomata brasileiro. É preciso averiguar a exatidão da notícia com urgência, pois em 1907 Carlos Wiese já dizia que assim como a maior parte dos arquivos das circunscrições da Província de Moçambique, o de Zumbo achava-se mutilado de tal forma que já custava escrever a história dos últimos quarenta anos⁽⁹⁴⁾.

(94) Há muitos arquivos particulares em Portugal, mas não há registro, muito menos inventários. Edgar Prestage ("Sumário duma bibliografia histórica portuguesa", *RH* (Port.), n.º 12, 1914, 351) fala dos Arquivos da Casa da Ponte e dos Condes de Tarouca.

1.12. *Arquivos Particulares*

Há núcleos particulares extremamente ricos, como os da Casa de Palmela, Arcos, Sabugosa, da Fronteira, da Torre, de Asseca, da Ponte, das Galveias, da Cunha, de Tarouca, de Cadaval e Lavradio. Sobre os dois últimos, vide:

Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os manuscritos da Casa de Cadaval, respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 1956-1958, 2 vols.

O Arquivo de Lavradio-Rio-Maior foi oferecido à compra ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1925. A lista completa dos documentos aparece na *RIHGB*, t. 97, vol. 151, 495-505. Foi adquirido por Marcos Carneiro de Mendonça, e por ele relacionado: "Documentos do Arquivo do 2.º Marquês do Lavradio, 3.º Vice-Rei do Brasil", *RIHGB*, t. 215, 1953, 80-102. Com estes documentos preparou Marcos Carneiro de Mendonça *A Amazônia na Era Pom-balina (1751-1759)*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 3 tomos, com prefácio e notas do mesmo.

1.13. *Arquivos de Irmandades*

A. J. R. Russell-Wood, "Brotherhood Archives — an untapped source for Brazilian colonial history", Comunicação ao *CILB-VI*. Mimeografada, 3 págs.

2. *Arquivos Europeus*

Antônio Baião, *Os Arquivos da história de Portugal no estrangeiro*, Coimbra, 1916.

D. H. Thomas e L. M. Case (orgs.), *Guide to the diplomatic archives of the Western Europe*, Filadélfia, 1959. A parte relativa a Portugal é feita por Manuel Cardozo, 193-212.

Lino Gómez Canedo, *Los Archivos de la Historia de América, Período Colonial Español*, México, 1961. Apesar do título, o livro trata, na primeira parte, especialmente dos documentos sobre a América (estão registrados muitos documentos sobre o Brasil) existentes nas bibliotecas dos Estados Unidos (e inclusive no Arquivo Nacional de Washington), e na segunda parte, das bibliotecas e arquivos europeus ricos em documentos sobre a América em geral, inclusive o Brasil. Há capítulos especiais sobre os arquivos e bibliotecas de Roma, Portugal, Paris, Inglaterra e outros países.

3. *Arquívos Espanhóis*

Francisco Adolfo de Varnhagen, "Documentos copiados dos Arquivos de Espanha, 1846", *Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1-4, 3, 17 n. 1, 2, 12. Descrição in Teixeira de Melo, "Subsídios existentes na Biblioteca Nacional para o estudo da questão de limites do Brasil com o Oiapoque", *ABN*, vol. 17, 1895, 41-49.

W. R. Shepherd, *Guide to the Materials for the History of the United States in Spanish Archives*, Washington, 1907. O plano da Fundação Carnegie, embora dedicado à história dos Estados Unidos, incluía documentos sobre a América em geral, encontrando-se muitos documentos sobre o Brasil.

Pedro Souto Maior, "Nos Arquivos de Espanha. Relação dos manuscritos que interessam ao Brasil", *RIAHGB*, t. 81, 1917, 3-288.

Pedro Souto Maior, "Espanha. Arquivo de Madri. Impressões", *RIAHGP*, vol. 17, n.º 88, 176-200.

3.1. *Simancas*

Guia del Archivo General de Simancas, Madri, 1958.

Ángel de la Plaza Bores, *Archivo General de Simancas. Guia del Investigador*, Madri, 1962.

Julián Paz, *Archivo General de Simancas*, Paris, 1915.

J. M. de Queiroz Velloso, *O Arquivo Geral de Simancas*, Coimbra, 1923.

Pe. Francisco Manuel Alves, *Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à história portuguesa*, Coimbra, 1933.

3.2. *Sevilha. Arquivo das Índias*

José Torre Revello, *El Archivo General de Indias de Sevilla*, Buenos Aires, 1929.

José María de la Peña y Cámara, *Archivo General de India de Sevilha. Guia del Visitante*. Madri, 1958.

João Cabral de Melo Neto, *O Arquivo das Índias e o Brasil. Documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*. Rio de Janeiro, 1966.

3.3. *Arquivo Histórico Nacional*

Guia del Archivo Histórico Nacional, Madri, 1958.

3.4. *Academia de la Historia*

A. Rodríguez-Moñino, *Catálogo de los Documentos de América existentes en la Colección de Jesuítas en la Academia de la Historia*, Madri, 1949.

4. *Arquivos Britânicos*

A importância do Museu Britânico e do Public Records Office para as pesquisas históricas brasileiras pode ser melhor avaliada se examinarmos os dados estatísticos reunidos por Montague S. Giuseppi sobre o Brasil⁽⁹⁵⁾.

Numa única seção do Public Records Office, por exemplo, a dos "Records of Foreign Office", encontram-se os seguintes documentos e coleções onde certamente se encontrarão dados relativos ao Brasil:

I. Correspondência geral

1. Brasil (n.º 13) — 1825-1905, 865 vols.

2. Tráfico de escravos (n.º 84) — 1816-1899, 2.276 vols.

(95) *A Guide to the Manuscripts Preserved in the Public Records Office*, Londres, 1923-1924. 2 vols.

II. Tratados

1. Protocolos de tratados (n.º 93) — 1778-1900, 125 maços.
2. Ratificações de tratados (n.º 94), 1782-1922, 967 vols.

III. Arquivos de embaixadas e consulares

1. Brasil:

- a) Correspondência (n.º 128), 1821-1884, 136 vols.
- b) Livro de cartas (n.º 129), 1808-1863, 17 vols.
- c) Registros (n.º 130), 1828-1877, 11 vols.
- d) Miscelânea (n.º 131), 1820-1885, 18 vols.

Consulado da Bahia:

- a) n.º 268, 1812-1905, 50 vols.
- b) n.º 269, 1853-1905, 1 vol.
- c) n.º 270, 1891-1909, 1 vol.
- d) Navegação (n.º 271), 1853-1915, 33 vols.
- e) Miscelânea (n.º 272), 1875-1915, 6 vols.

IV. Arquivos e comissões

1. Pretensões britânicas e brasileiras (n.º 306), 1858-1877, 9 maços.

Papéis e correspondência dos comissários designados para o cumprimento da Convenção de 2 de junho de 1858, entre a Grã-Bretanha e o Brasil.

4.1. Bibliografia

Pascual de Gayangos, *Catalogue of the Manuscripts in the Spanish language in the British Museum*, Londres, 1875-1893, 4 vols.

Frederico Francisco de la Figanière, *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico, em que também se dá notícia dos manuscritos estrangeiros relativos à história civil, política e literária de Portugal e seus domínios, e se transcrevem na íntegra alguns documentos importantes e curiosos*. Lisboa, 1853.

Francisco Adolfo de Varnhagen, *Sucinta indicação de alguns manuscritos importantes, respectivos ao Brasil e Portugal, existentes no Museu Britânico em Londres, e não compreendidos no Catálogo de Figanière, publicado em Lisboa, em 1853; ou simples aditamento ao dito Catálogo*. Havana, 1863.

Manuel de Oliveira Lima, "Relação dos Manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres", *RIHGB*, t. 65, 2.ª parte, 5-139. Separata, Rio de Janeiro, 1903.

Guide to the materials for American history to 1783, in the Public Record Office of Great Britain. Vol. I. *The State Papers*, by Charles M. Andrews. Washington, 1912; vol. II. *Departmental and Miscellaneous Papers*, pelo mesmo autor. Washington, 1914.

Conde de Tovar, *Catálogo dos manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, 1932.

D. C. M. Platt, "Latin American Business Archives in the United Kingdom", Relatório mimeografado apresentado para futura publicação no *Guide to Britain for the History of Latin America and the West Indies*. 107 págs.

D. C. M. Platt, "Bibliographical Aids to Research. xx. The British in South America, an archive report". Separata do *Bulletin of the Institute of Historical Research*, vol. xxxviii, nov. 1965, 172-191.

5. Arquivos Franceses

Charles V. Langlois e H. Stein, *Les Archives de l'Histoire en France*. Paris, 1891.

Pierre Caron, *Manuel Pratique pour l'étude de la Révolution Française*, 1.ª ed., Paris, 1912, 2.ª ed., Paris, 1947. Um modelo de guia metodológico sobre as fontes da história da Revolução Francesa. O pesquisador encontra informações objetivas e importantes sobre os arquivos franceses, as bibliotecas, as bibliografias e todos os instrumentos de trabalho. Há também como informação mais sumária sobre os arquivos a obra de Camille Bloch e Pierre Renouvin, *Guide de l'Étudiant en Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris, 1949.

Visconde de Santarém, *Notícia dos manuscritos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal e à história e literatura do mesmo país, que existem na Biblioteca Real de Paris e outras da mesma capital e nos arquivos de França*. Lisboa, 1827. 2.ª ed., 1865.

6. Arquivos Italianos

Gli Archivi di Stato Italiani. Ministero dell' Interno. Ufficio Centrale degli Archivi di Stato. Bolonha, 1944.

Carl Russell Fish, *Guide to the materials for American History in Roman and other Italian Archives* (Carnegie Institution). Washington, s. d. Muitas informações sobre fontes relativas ao Brasil.

Giuseppe de Luigi, *Un trentennio di Vita Brasiliana, nella corrispondenza diplomatica napoletana*, Istituto Universitario Orientale. Sezione Storica, Nápoles, 1953.

General F. de Paula Cidade, "Alguns arquivos europeus", *RIGHMB*, n.º 46, 1964, 53-63. Trata especialmente do Arquivo de Estado de Nápoles, registrando seus principais fundos relativos ao Brasil e também do de Simancas.

7. Arquivos Alemães

Afora os arquivos do Ministério das Relações Exteriores capturados pelos Estados Unidos, e do Almirantado Alemão, capturados pela Grã-Bretanha, os primeiros catalogados e publicados em microfilme (ver adiante 15.7), e os segundos ainda sujeitos à nova regra dos trinta anos, os principais arquivos oficiais alemães são: para assuntos políticos, o Arquivo dos postos estrangeiros (*Archiv des Auswärtigen Amtes*), em Bonn, e para os assuntos econômicos o Arquivo Central Alemão (*Deutsches Zentralarchiv*), em Potsdam, que contém os documentos da Divisão Comercial dos postos estrangeiros (*Handelsabteilung des Auswärtigen Amtes*) até 1945.

Marion Dexter Learned, *Guide to the manuscripts materials relating to American history in the German State Archives*. Washington, Carnegie Institution, 1912. Muito rico em informações sobre o Brasil.

Antônio H. de Oliveira Marques, "Documentação sobre Portugal em Arquivos Hanseáticos Alemães", *ACILB-III*, 331-348.

Arquivos Particulares Alemães

Arquivo do Duque Paul Wilhelm Eugen Albrecht de Württemberg. Um metro e meio cúbico de papéis, alguns sobre o Brasil, na época da Independência. O Duque era naturalista e explorador científico. Oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Lina Hirsch, de Stuttgart. *RIHGB*, t. 97, 1925, 479.

Arquivo de Johann Moritz Rugendas. Em poder da sobrinha-neta de Rugendas, encontrado relacionado, e em fotocópias oferecido ao Itamarati pelo Ministro Mário Calábria em 1962.

Arquivo do Ministério do Exterior do III Reich. A captura dos documentos alemães pelos americanos facilitou sua reprodução e venda em microfílm. Vide Arquivos dos Estados Unidos.

8. Arquivos Holandeses

The General State Archives and their contents. Haia, 1932. Organização e sumário das principais coleções. É uma tradução inteiramente revista da *Ver slagens omtrent 's Rijks oude Archieven* (Relatórios sobre os velhos Arquivos Reais), 1926, vol. 1, 87 e segts.

R. C. Bakhuizen van den Brink, *Overzicht van het Nederlandsche Rijks Archief, eerste stuk* (Vista Geral do Arquivo Geral dos Países Baixos, primeira parte). Haia, 1854. Seu sucessor, L. Ph. C. van der Berg, na direção do Arquivo Real, continuou a publicar os inventários como apêndices dos relatórios, primeiro no *Staatblad* (Diário Oficial) e depois nos *Ver slagens omtrent 's Rijks oude Archieven* [Relatórios sobre os velhos Arquivos Reais]. Desde 1928 os inventários aparecem separadamente nos *Inventarissen van Rijks-en andere Archieven* (Inventários dos Arquivos Reais e outros arquivos).

H. Hardenberg, "Archives in the Netherlands", *Acta Historica Neerlandica*, Leide, 1968.

Brasil nos Arquivos dos Países Baixos. Vide capítulo sobre a evolução da pesquisa, especialmente Varnhagen, José Higino, José Honório Rodrigues e José Antônio Gonsalves de Melo Neto.

9. Arquivos Suiços e Austríacos

Albert B. Faust, *Guide to materials for American history in Swiss and Austrian Archives*. Washington, Carnegie Institution, 1916. Muito rico sobre a imigração suíça para o Brasil e a parte política com a Áustria, em Viena, especialmente sobre D. Pedro I, a Tríplice Aliança e D. Pedro II. Grande parte desta documentação foi copiada por Figueira de Melo e Tobias Monteiro. Vide capítulo

“Evolução da pesquisa” neste livro. O arquivo de Tobias Monteiro encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vide também a publicação n.º 234 da Carnegie Institution, *Descriptive Catalogue of Document* (Suíça).

Guide des sources de l'histoire de l'Amérique Latine, Enquête en Suisse. Mimeografado. 13 págs.

10. Arquivos Suecos

Não há, no Brasil, informações sobre documentos relativos ao Brasil existentes nos arquivos suecos. A própria bibliografia é muito escassa, e os pioneiros dos estudos das relações diplomáticas são Karl Mellander (“Svensk-Portugisiska Förbindelser under Sveriges Stormaktid” — Relações sueco-portuguesas na época do grande poderio sueco), *Historik Tidskrift* (Revista de História. 1926-1927); Fidelino de Figueiredo, “Relações diplomáticas entre Portugal e Suécia. 1644-1650”, *RH* (Port.), vols. e xiv e xv, Lisboa, 1925; Edgar Prestage e Karl Mellander, *As Relações Diplomáticas e Comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670* (Porto, 1943), todos baseados em documentação do Riksarkivet (Arquivo Real). A fase da pré-independência foi estudada também com base no Arquivo Real e no arquivo do Ministério das Relações Exteriores e outros, por Sven Ola Swärd, *Latinamerika i Svensk Politik under 1810- och 1820 Talen* (Dissertação sobre a América Latina e a Política Sueca entre 1810 e 1820). O capítulo sobre o Brasil e a política sueca (Brasilien i Svensk Politik, 1808-1826), págs. 59-89, se documenta em relatórios de encarregados de negócios e cônsules no Rio de Janeiro.

A melhor informação se encontra nas *Fuentes para la historia de Ibero-América conservadas en Suecia*. Guia compilado por Magnus Mörner, in *Archivo Nacional de Suecia, Guia de Fuentes para la Historia de Ibero-América. Escandinavia*. Estocolmo, 1968.

No catálogo dos fundos do Riksarkivet estão registrados:

Relação diplomática americana. Documentos dos Cônsules da América do Sul — Bahia (Salvador), 1849-1880; Pernambuco (Recife), 1853-1880; Rio de Janeiro, 1810-1825, 1826-1832, 1832-1845, 1845-1862, 1860-1870, 1871-1880; Santos, 1877.

Cartas dos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II.

10.1. *Kabinettets Arkiv*

Pedro I, Carta em latim de 1826, congratulações ao Rei da Suécia pelo nascimento de seu neto, e cartas particulares, 1826-1830.

Cartas da Imperatriz Amélia, 1830.

Cartas do Governo Provisório e Regência, 1831, 1833, 1835, 1838 (Abdição, etc.).

Pedro II, 1840-1874. Com um telegrama comunicando a inauguração do telégrafo entre o Brasil e a Europa.

Todos os documentos citados, inclusive alguns mapas, encontram-se em microfilme na Biblioteca do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

10.2. *Arquivo do Ministério do Exterior (Utrikesdepartement)*

Aí se conservam os documentos dos últimos 50 anos. São de difícil acesso, necessitando os pesquisadores estrangeiros de licença especial para consultá-los.

Possuo em cópia, cedida por Aluysio Regis Bittencourt, a correspondência dos Ministros da Suécia no Brasil de 1830 a 1850. Ele os fez copiar quando era Embaixador na Suécia. Há que considerar, ainda, a grande obra promovida por Nils Hedberg, diretor do Instituto Ibero-Americano de Gotemburgo (18 vols., 1955-1966), dos quais dois sobre o Brasil; Johan Brelin, *De Passagem pelo Brasil e Portugal*, Lisboa, 1955; e Ivan Lind, *De Portugal ao Brasil. Um pequeno estudo da toponímia brasileira*, Lisboa, 1963. Na obra de Magnus Mörner, *Estudios y documentos suecos relativos al movimiento emancipador de Hispano América* (Madri, 1961), encontram-se além de um capítulo sobre o Brasil, informações e dados sobre a documentação do Riksarkivet, da Biblioteca Real de Estocolmo e das Bibliotecas das Universidades de Uppsala e de Lund.

11. *Arquivos Soviéticos*

Frank A. Golder, *Guide to Materials for American History in Russian Archives*, Washington, Carnegie Institution, 1917 e 1937. 2 vols. Com muitas referências à documentação relativa ao Brasil.

Boris Schnaidermann, "Documentos russos sobre o Brasil", *RH*, 67, jul.-set. 1966, 215-228. Há uma lista de documentos sobre o Brasil existentes nos Arquivos Soviéticos, preparada por um historiador soviético, com cópia na Embaixada do Brasil, e outra com D. Clemente Maria da Silva Negra.

12. *Arquivos Japoneses*

É de grande importância a consulta dos arquivos japoneses. A matéria existente no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Japão, até 1945, foi microfilmada e depositada na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Ver *Checklist of Archives in the Japanese Ministry of Foreign Affairs*. Tóquio, Japão, 1868-1945. Library of Congress, 1951.

13. *Pesquisas norte-americanas na Europa*

A perspectiva do conhecimento das fontes da história da América em geral muito ganhou com o projeto da Carnegie Institution, fundada em 1902 por Andrew Carnegie, para promover a pesquisa e encorajar a publicação de assuntos científicos⁽⁹⁶⁾. A Instituição criou um Departamento de Pesquisa Histórica que recomendou, como programa, os seguintes objetivos:

- 1) Um detalhado e amplo exame dos arquivos do governo e preparo de um relatório sobre o vasto depósito de material relativo

(96) Esta notícia baseia-se na obra de Roscoe Hill, *American Missions in European Archives*, México, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1951, e em alguns relatórios da Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso.

à História Americana, preservado em Washington. Isto serviria como guia e orientação na colheita a ser feita na Europa.

- 2) Pesquisa e investigação nos arquivos europeus, a fim de localizar e descrever os vastos materiais para a história americana, país por país.

A direção geral dos trabalhos coube a J. F. Jameson, o segundo diretor que serviu durante vinte e três anos, ativa e eficientemente. O primeiro relatório de Jameson define os fins e os métodos da pesquisa. Lembra que trabalhos desta natureza cabem melhor a instituições permanentes e organizadas, que disponham de amplos recursos, do que a historiadores individuais. Além disso, os países coloniais possuem em grande parte apenas as fontes secundárias, derivadas, e transcrições, e a partir da Independência, colonizados por imigrantes os mais diferentes, sua história só pode ser escrita com a consulta aos documentos de arquivos estrangeiros.

Estabelecida a necessidade e urgência da tarefa, decidiu-se começar pela elaboração de guias que registrassem toda a documentação existente nos arquivos do governo e o material trazido pelos eruditos e Institutos Históricos, a fim de evitar a duplicação de esforços. O *Guide to the Archives of the Government of the United States in Washington* ⁽⁹⁷⁾ foi o primeiro resultado deste plano. Outros guias e catálogos de arquivos e bibliotecas fizeram conhecer os resultados das pesquisas anteriores.

A segunda etapa consistiu na elaboração de uma Lista dos manuscritos relativos aos Estados Unidos existentes nas bibliotecas européias e registrados nos seus catálogos publicados e nas listas similares impressas ⁽⁹⁸⁾. Inglaterra, França e Espanha foram os primeiros países a receber os representantes do Departamento encarregado de dirigir os trabalhos de pesquisa. Para completar o trabalho realizado nos arquivos espanhóis, foram enviadas missões a Cuba e México, devido às estreitas relações destes países com as áreas dos Estados Unidos antigamente sob a jurisdição da Espanha.

Seguiram-se missões à Itália, Alemanha, Áustria, Suíça, Rússia, Holanda, Noruega, Suécia, México e Canadá, numa visita ampla às principais instituições. A pesquisa estendeu-se a 113 instituições e daí resultou um conhecimento profundo dos documentos existentes e a publicação de *Guias* onde se registravam todas as peças relativas aos Estados Unidos ⁽⁹⁹⁾.

Estava vencida a primeira etapa do gigantesco projeto. A segunda consistia na reprodução destes documentos para os arquivos americanos, no caso a Biblioteca do Congresso, justamente escolhida

(97) Washington, 1904; 2.^a ed., 1907.

(98) *List of Manuscripts concerning American History preserved in European Libraries and noted in their published Catalogues and similar printed lists.* Washington, 1926.

(99) Roscoe Hill indica, na bibliografia de seu trabalho já citado, os vários *Guides* já publicados sobre cada país.

como instituição nacional localizada em Washington e porque se vinha dedicando à obtenção de extratos de documentos relativos à América existentes nos arquivos europeus.

O segundo período do programa se desenrolou de 1927 a 1932, quando John D. Rockefeller doou para este trabalho a soma de 450.000 dólares a ser gasta em cinco anos, e mais 20.000 dólares por ano, durante dois anos. Esta fase caracteriza-se pelo uso intensivo do processo fotográfico, fotostático ou microfilme. O projeto ficou conhecido na Biblioteca do Congresso como Projeto A. Um historiador ou erudito foi enviado a cada país, onde se executava o Projeto, que teve como resultado, em 1932, a reprodução de dois milhões de páginas.

Logo em seguida iniciou-se a publicação dos guias dos manuscritos relativos aos Estados Unidos, e as reproduções dos arquivos de cada país, depositadas na Biblioteca do Congresso. Deste modo, os recursos fornecidos pela Fundação Carnegie e por J. D. Rockefeller permitiram a execução da mais vasta, extensa e perfeita pesquisa histórica jamais realizada no mundo.

Apesar da realização desta obra imensa, ainda em 1940 Waldo Leland, presidente do American Council of Learned Societies, propunha que um novo vasto programa de microfilmagem fosse promovido, em face do indiscriminado bombardeio de cidades na Europa, com a possível perda de valioso documentário.

Foi organizada uma Comissão para a Pesquisa de Documentos a serem microfilmados (Committee on Microcopying Materials for Research), a qual exerceu suas funções especialmente na Inglaterra, a partir de janeiro de 1941. Para levar adiante o projeto, a Fundação Rockefeller doou cem mil dólares. Os negativos foram depositados na Biblioteca do Congresso, arrolados e catalogados para consulta e venda de cópias a eruditos.

O último projeto americano é de 1950, quando o diretor da Biblioteca do Congresso declarou que "agora mais do que nunca as grandes bibliotecas do mundo ocidental, em relativa segurança, participam da pesada responsabilidade para com a civilização de continuar o iluminismo. Nós, desta geração, só teremos enfrentado esta responsabilidade quando tivermos feito tudo para reproduzir e conservar, fora do alcance da destruição, os insubstituíveis tesouros da humanidade".

Um dos meios de decidir o problema é usar extensamente o microfilme. Um dos projetos da Biblioteca do Congresso foi o de microfilmar todos os "finding aids" (bibliografias, guias, listas de documentos), e para estudar sua execução foi nomeado Lester K. Born, que despenderia 12 a 15 meses visitando as instituições da França, Itália, Grã-Bretanha, Bélgica, Escandinávia e Países Baixos⁽¹⁰⁰⁾.

(100) "Microfilming Program of the Library of Congress", *The ACLS News Letter*, vol. 1, June 1950, n.º 4, 17.

Há em desenvolvimento pelo menos dois projetos, o "Guide to Sources in Britain for the History of Latin America and West Indies", do qual faz parte o trabalho já citado de D. C. M. Platt, "Latin America Business Archives in the United Kingdom", e o "Guide to Latin American Historical Materials in the United States", que vem sendo organizado por Gunnar Mendoza, diretor do Arquivo da Bolívia.

14. *Arquivos Latino-Americanos*

Roscoe Hill, *The National Archives of Latin America*. Harvard University Press, 1945. Trad. esp. Havana, 1948; "Latin American Archivology", 1948-1949, *HAHR*, fev. 1950, 115-139; 1949-1950, Id. fev. 1951, 152-176; 1950-1951, Id. ag. 1952, 458-482; 1952-1953, Id. maio 1954, 256-579; 1953-1954, Id. julho 1955, 51-75.

John P. Harrison, *The Archives of United States Diplomatic and Consular Posts in Latin America*, Washington, The National Archives, 1953; Id., *Guide to Materials on Latin American in the National Archives*, Washington, The National Archives, 1961.

E. J. Burrus, S. J., "An Introduction to Bibliographical tools in Spanish Archives and manuscripts collections relating to Hispanic America", *HAHR*, nov. 1955, 443-483.

Federal Records of World War. The National Archives. Vol. 1. Civilian Agencies. Vol. 2. Military Agencies. Washington, 1950. Contém indicação de matéria de interesse latino-americano, provinda de várias agências oficiais, civis e militares.

15. *Missões de pesquisas latino-americanas na Europa*

Manuel Carrera Stampa, *Misiones Mejicanas en Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1951.

Manuel Moreno Fraginales, *Misiones Cubanas en los Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1951.

Enrique Ortega Ricaúrte, *Misiones Colombianas en los Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1951.

Virgílio Corrêa Filho, *Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1952.

Alejandro Soto Cárdenas, *Misiones Chilenas en los Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1953.

Raul A. Molina, *Misiones Argentinas en los Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1955.

Fray José Maria Vargas, O. P., *Misiones Ecuatorianas en Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1956.

Carlos Molina Argüello, *Misiones Nicaragüenses en Archivos Europeos*, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1957.

16. *Arquivos Nacionais*

16.1. *Argentina*

José Torre Revello, *Los Archivos de la República Argentina*, Sevilla, 1925; Id. "El Archivo General de la nación argentina", *Revista de História de América*, México, 1938, n.º 1, 41-52; Id. "El Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires", *RHA*, 1939, n.º 5, 55-68; Id. "El Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires", La Plata, 1941.

Carmelo V. Zingoni, *El Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires*, 1938.

Em San José (Entre Rios, Argentina), a Casa de Urquiza possui um arquivo particular de grande interesse para o Brasil. Há também que examinar em Buenos Aires o Arquivo de Mitre.

16.2. *Bolívia*

Gabriel Rene-Moreno, "Los Archivos Históricos de la capital de Bolivia", *Revista Chilena*, Santiago, 1876, v. 4.

Juan de Zengotita, "The National Archive and the National Library of Bolivia at Sucre", *HAHR*, nov. 1949, 649-676.

16.3. *Colômbia*

Archivos Nacionales. Índice analítico, metódico y descriptivo, 1544-1819. Bogotá, 1913.

Índice del Archivo Colonial. Bogotá, 1936-1946. 4 vols.

16.4. *Cuba*

Joaquim Llavarias y Martínez, *Historia de los Archivos de Cuba*. Havana, 1912. 2.ª ed., 1949.

Luís Marino Pérez, *Guide to the materials for American History in Cuban Archives*. Washington, Carnegie Institution, 1907.

16.5. *Chile*

Archivo Nacional. Catálogo: fondos varios. Santiago de Chile, 1952.

16.6. *Ecuador*

Richard Pattee, "Libraries and Archives for Historical Research in Ecuador", *HAHR*, maio 1937, 231-237.

16.7. *Estados Unidos da América do Norte*

Guide to the Records in the National Archives. Washington, The National Archives, 1948. Este é um guia para facilitar a busca. Há vários inventários preliminares de vários grupos de documentação, bem como vários trabalhos resu-

midos de referência sobre assuntos especiais e listas especiais de documentação, descritos nas *Publications of the National Archive and Records Service*, Washington, The National Archives, s. d.

Your Government's Records in the National Archives, Washington, The National Archives, 1950. Descrição condensada dos principais grupos arquivísticos inventariados até 1950.

Materials in the National Archives relating to Brazil The National Archives, junho 1942. 6 págs. É o n.º 8 do *Reference Information Papers*, trabalho de referência sobre o material relativo ao Brasil.

Mark G. Eckhoff e Alexandre P. Mavro, *Special Lists Number 9. List of Foreign Service. Post Records in the National Records*. Washington, The National Archives, 1958. Faz parte das *Special Lists*, contendo a lista dos arquivos dos postos diplomáticos, 1789-1945, e dos postos consulares, 1790-1949. A maioria dos documentos originais se encontra em volumes encadernados. É indispensável para orientar a pesquisa.

Listas sobre o Brasil no Arquivo Nacional dos Estados Unidos

List of National Archives Microfilm Publications. Washington, The National Archives, 1966. Contém a lista de todos os documentos microfilmados, número de rolos e preços. A parte brasileira, originada especialmente do Departamento de Estado, está microfilmada de 1809-1906, e na parte consultar, posto por posto, em datas variadas da criação (a mais antiga, Rio de Janeiro, 1811) até 1906; de 1910 a 1929 foram microfilmados os documentos do Departamento de Estado sobre assuntos e relações políticas com os Estados Unidos.

H. Stephen Hilton, *Preliminary Inventory of the records of the Office of Inter-American Affairs*. Washington, The National Archives, 1952.

Supplement to the Guide to Captured German Documents, Washington, The National Archives, 1946. (O Guia original foi preparado por Gerhard L. Weinberg e os funcionários do projeto do Departamento de Guerra e publicado pela Air University, 1952.) A captura dos documentos alemães e sua microfilmagem e venda ao público abre um imenso campo de pesquisas. O Arquivo Nacional de Washington publicou 48 *Guides to German Records Microfilmed at Alexandria, Virginia*. Os arquivos do Ministério do Exterior, de grande interesse para o Brasil, foram descritos pela divisão histórica do Departamento de Estado americano; Vide Georg O. Kent, *A Catalog of files and Microfilms of German Foreign Ministry Archives, 1920-1945*, Stanford, 1962, 2 vols.

16.8. Guatemala

Robert S. Chamberlain, "A report on colonial materials in the governmental archives of Guatemala city", *Handbook of Latin America Studies, 1936*, Cambridge, 1937, 387-432.

Archivo General del Gobierno; Indice de los documentos existentes en el Archivo General del Gobierno. Guatemala, 1937.

16.9. Honduras

Archivo y Biblioteca Nacional, Indice de los documentos y expedientes que se custodian en el Archivo Nacional creado desde 1580 al 30 Julio 1927. 3.ª ed., 1927.

16.10. México

Herbert Eugene Bolton, *Guide to materials for the History of the United States in the principal archives of Mexico*, Washington, Carnegie Institution, 1913.

Mario Mariscal. *Reseña histórica del Archivo General de la Nación, 1550-1949*. México, 1946.

Agustín Millares Carlo e J. Ignacio Mantecón, *Repertorio bibliográfico de los archivos mejicanos y de las colecciones diplomáticas fundamentales para la historia de México*, México, 1948.

J. Ignacio Rubio Mañe, "El Archivo General de la Nación", *RHA*, agosto 1940, 63-169.

16.11. Paraguai

Catálogo de documentos de la Sección Histórica de los años 1534 a 1871 del Archivo Nacional, Assunção, 46 págs. datilografadas. É indispensável consultar o *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), 1950, 2 vols.

Juan Francisco Pérez, *Los Archivos de la Assunción del Paraguay*. Buenos Aires, 1923.

16.12. Peru

Luis Antonio Eguiguren, *Breve Inventario de expedientes*. Archivo Nacional, Lima, 1949. Na pág. 9, Catálogo del Archivo Nacional del Perú.

Rubén Vargas Ugarte, S. J., *Historia del Perú. Fuentes*. 2.^a ed., Lima, 1945.

16.13. Porto Rico

Guía del Archivo General de Puerto Rico, San Juan, 1964.

16.14. Uruguai

Inventario del Archivo Histórico. Archivo y Museo Histórico Nacional. Montevideu, 1926.

Guía para la consulta de los fondos documentales del Instituto Nacional de Investigaciones y Archivos Literarios del Uruguay. Montevideu, 1962.

16.15. Venezuela

Lino Gómez Canelo, *Los Archivos Históricos de Venezuela*, Maracaibo, 1966.

Mario Briceño Perozo, *El Archivo General de la Nación*, Caracas, 1965-1967.

III. BIBLIOTECAS

As bibliotecas constituem, como os arquivos, os principais centros de pesquisa histórica, quer pelas suas coleções de livros, quer pelas suas seções de manuscritos. Para o historiador ou pesquisador,

uns e outros são fontes indispensáveis. É necessário relembrar sempre que os livros contemporâneos dos fatos são fontes tão diretas quanto os manuscritos da época. Ambos estão sujeitos à mesma crítica histórica, como estão igualmente fontes do mesmo caráter, impressas ou manuscritas, oficiais ou oposicionistas, como anotamos na *Teoria da História do Brasil*.

De regra, as bibliotecas não possuem fontes manuscritas oficiais, mas particulares, adquiridas ou oferecidas por doação. As Bibliotecas Nacionais, depositárias, por título legal, da produção bibliográfica nacional, são regularmente as mais ricas bibliograficamente. Elas devem ser as mais procuradas, não só por isso, mas porque possuem também coleções particulares de livros e manuscritos doados. As Bibliotecas americanas de qualquer gênero são as mais bem organizadas, as mais eficientes. Quem não conhece biblioteca americana, não conhece biblioteca.

1. *Bibliotecas Nacionais*

As bibliotecas brasileiras sofrem, como os arquivos, as deficiências de recursos financeiros e técnicos. Vivem na maior pobreza e melhoram ou decaem conforme a maior ou menor capacidade de direção. Por isso, o consulente deve adaptar-se às suas insuficiências, sempre aliviadas pelas bibliotecárias, nutridas de raro espírito de servir, embora formadas na Biblioteca Nacional em curso tão inferiormente dirigido. Apesar de todas as dificuldades e insuficiências, o Brasil, por obra do Instituto Nacional do Livro, organizado e superiormente dirigido por Augusto Meyer durante longos anos, possui, em 1968, cerca de 8.000 bibliotecas públicas, semipúblicas e privadas. Destas, a mais importante, pelo acervo — único na América Latina —, é a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seguida, no Rio de Janeiro, pelas bibliotecas ministeriais civis, ricas nos acervos especializados, bem organizadas e eficientes nos serviços; e ainda pelas bibliotecas do Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Museu Histórico Nacional, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Fundação Getúlio Vargas (economia e ciências sociais), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (educação), do Real Gabinete Português de Leitura (obras portuguesas), da Sociedade de Cultura Inglesa (brasileira inglesa)⁽¹⁰¹⁾, do Centro Latino Americano de Ciências Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos Estados destaca-se São Paulo, com a Biblioteca Municipal, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma

(101) *Obras inglesas sobre o Brasil publicadas até 1900. Exposição Catálogo.* Setembro 1949.

Universidade (Coleção Alberto Lamego), o Museu Paulista. A Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, é a única no Brasil que se aproxima do nível norte-americano⁽¹⁰²⁾.

1.1. *Bibliografia*

Guia das Bibliotecas Brasileiras. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1944. *Suplemento*, Rio de Janeiro, 1946.

Bibliotecas Especializadas Brasileiras. Rio de Janeiro, I. B. B. D., 1962.

Maria José Lessa da Fonseca, "Bibliotecas de São Paulo", *São Paulo em Quatro Séculos*, São Paulo, 1954, vol. 2, 321 e segts.

Guia das Livrarias Brasileiras. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943.

2. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi criada pelo decreto de 29 de outubro de 1810, com a denominação de Real Biblioteca do Rio de Janeiro. Seu acervo inicial foi constituído pela Biblioteca trazida pelo Príncipe Regente D. João, em 1808.

Ela fora organizada por D. José I (1750-1776), em substituição à Real Biblioteca da Ajuda, destruída pelo terremoto de 1755, e acrescida, entre 1770 e 1773, pela coleção reunida pelo bibliófilo e bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, composta de 5.764 volumes, dos quais 4.301 livros raros, afora uma coleção factícia de folhetos raríssimos em 155 volumes, e outras coleções, como a do Infantado. Todo este conjunto e as compras e ofertas entre 1811 e 1822 não foram doados ao Brasil, mas incluídos nas contas que pagamos ao adquirir a Independência⁽¹⁰³⁾.

A Biblioteca enriqueceu-se muito, recebendo por doação e compra valiosas coleções de manuscritos e livros⁽¹⁰⁴⁾, sem contar peças

(102) Para localizar qualquer livro em bibliotecas do Rio de Janeiro, deve-se recorrer ao Serviço do Catálogo Coletivo do I. B. B. D. (tel. 42-9041).

(103) A Biblioteca Nacional foi avaliada pelo bibliotecário, em 1825, em 800 contos de réis. Vide "Conta dos objetos que Portugal teria direito de reclamar ao Brasil", in Rocha Martins, *A Independência do Brasil*, Porto, 1922, 394-395.

(104) Vide sobre as doações e compras, a introdução de J. A. Teixeira de Melo, no "Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional" (*ABN*, vol. IV, 1878), e do mesmo o "Esboço Histórico", no "Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios" (*ABN*, vol. XI, 1885). Depois desta data, as principais ofertas e compras foram: Coleção José Antônio Alves de Carvalho (a maior brasileira da época, comprada em 1886); Antônio Marques da Silva (oferta feita em Lisboa, 1889); Coleção Teresa Cristina (oferta de D. Pedro II); Coleção Ferreira da Costa (oferta feita em 1911); Coleção Benedito Ottoni (oferta de Júlio Benedito Ottoni, da Biblioteca de José Carlos Rodrigues, 1912); Coleção Azevedo Castro (oferta da viúva Azevedo Castro, 1912); Biblioteca Fluminense (doação de Arnaldo Guinle, 1916); Biblioteca Ramos Paz (oferta de Arnaldo Guinle, 1920); Arquivo de Tobias Monteiro (oferta de 1958) contendo parte dos arquivos de Penedo, Uruguai e família Quissamã; Morgado de Mateus (compra, Lisboa, 1958).

oficiais, que pela sua natureza deviam estar no Arquivo Nacional, como os "Documentos Biográficos", vindos da Secretaria do Império, e o arquivo da Casa do Conto, vindo de Minas Gerais.

Da primeira coleção, sabe-se que na Secretaria do Império (Negócios Interiores e depois Justiça e Interior) existia uma coleção de documentos de família e de serviços prestados por um de seus membros ao Estado (atestados de serviços, fés-de-offício, diplomas, patentes ou respectivas públicas-formas, justificações de filiação, certidões de idade, certidões de casamento), importantíssima pelos dados biográficos, que inadvertidamente foi recolhida à Biblioteca Nacional e não ao Arquivo Nacional, como deveria ser. Desde 1872 já surgiam divergências sobre a remessa de documentos para uma ou outra repartição⁽¹⁰⁵⁾.

Em 1892, diante da determinação do Ministro do Interior e Justiça, Fernando Lobo Leite Pereira, de que fosse recolhido ao Arquivo Nacional o original da sentença contra os Inconfidentes, e organizada uma relação de documentos existentes na Biblioteca Nacional que devessem por sua natureza permanecer no Arquivo Público, o diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Leite Bittencourt Sampaio, sustentou a estranha doutrina de que o Arquivo devia conter apenas documentos administrativos, com menos de trinta anos, data em que perdiam o interesse de atualidade, assumindo, então, um caráter histórico, e devendo por isso ser recolhidos à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, que se constituiria num Museu ou Arquivo de documentos da história pátria⁽¹⁰⁶⁾.

A confusão entre arquivo corrente, de custódia, e seção de manuscritos da Biblioteca Nacional domina a doutrina do diretor da Biblioteca Nacional. Ele não compreende que o único depositário oficial e legal dos documentos do Estado é o Arquivo Nacional, e que às Bibliotecas Nacionais não cabe em nenhuma hipótese conservar documentos oficiais; suas seções de manuscritos são uma expansão irregular de seus serviços, feitas normalmente de documentos adquiridos ou ofertados privadamente. Deste modo, por fraqueza doutrinária ministerial, ficou a Biblioteca Nacional com a coleção biográfica, contendo cerca de 84.000 documentos biográficos, enquanto o Arquivo Nacional não conseguia obter das Secretarias e dos Ministérios a documentação que a ele deveria ser recolhida.

A grande realização da Biblioteca Nacional foi a Exposição de História do Brasil, feita na época do seu maior diretor, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão. Até então nenhum país na América levantara uma bibliografia tão completa de sua história. A exposição foi inaugurada a 2 de dezembro de 1881, com a presença de SS. Majestades Imperiais, e constituiu um êxito nunca mais igualado pela Biblioteca Nacional.

(105) Vide Aviso de 25 de abril de 1872.

(106) Ofícios de 25 de abril e 5 de maio de 1892.

“Pela primeira vez na América e talvez no mundo, um grupo de trabalhadores realiza a exposição de tudo o que concerne à história pátria, oferecendo aos seus concidadãos em um só e amplo quadro copiosa fonte de ensino do que foi, e calorosa animação para o que há de vir”, disse Ramiz Galvão no discurso inaugural⁽¹⁰⁷⁾. A Exposição de História do Brasil veio fazer as mais notáveis revelações, despertando por toda parte o apreço que se deve dar aos mais insignificantes objetos que se possam prender à nossa história.

O *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (1881, 3 vols.) tornou-se o maior monumento bibliográfico da história do Brasil até hoje erguido. A Biblioteca Nacional publica desde 1876, iniciativa também da administração Ramiz Galvão, os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*; desde 1896, na administração Teixeira de Melo, os *Relatórios*, interrompidos durante a administração Rubem Borba de Moraes; desde 1918, durante a administração Manuel Cícero Peregrino da Silva, o *Boletim Bibliográfico*, e desde 1928, os *Documentos Históricos*, iniciados na administração Mario Behring e interrompidos na administração Celso Cunha. Os *Anais* e os *Documentos Históricos* constituem fontes primordiais para os estudos históricos brasileiros⁽¹⁰⁸⁾.

3. Bibliotecas Americanas e outras

As bibliotecas estrangeiras são indispensáveis às pesquisas históricas, quer pelas obras raras e esgotadas inexistentes no Brasil, quer pelos conjuntos documentais que acumularam. Nesta informação só interessam as bibliotecas que possuem documentário impresso ou manuscrito relativo ao Brasil. Como as bibliotecas norte-americanas têm podido, com seus grandes recursos, acumular acervos importantíssimos, e como são muito superiores em organização e serviço às européias, cabe-lhes a primazia.

A Biblioteca do Congresso, uma das duas maiores do mundo, e a Biblioteca de Nova York, como bibliotecas gerais, e as especializadas, com grandes coleções brasileiras, como a John Carter Brown (Providence, Rhode Island), a Newberry (Chicago, Illinois), a Latino-Americana da Universidade do Texas, em Austin são as de maior importância para os estudos históricos brasileiros⁽¹⁰⁹⁾, seguindo-se as coleções da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Ca-

(107) Somente no dia 26 de dezembro de 1881, 5.376 pessoas visitaram a Exposição. *Gazeta de Notícias*, 26 de dezembro de 1881. Nunca mais nenhuma exposição da Biblioteca Nacional teve tal afluência de público.

(108) Há um *Índice dos Anais da Biblioteca Nacional*, vols. 1 a 70. Rio de Janeiro, 1951. Os *Anais* publicaram vários Catálogos. Vide Anexo. Não há Índice dos *Documentos Históricos*. Vide Anexo.

(109) José Honório Rodrigues, “Uma viagem de pesquisas históricas”, *RIHGB*, vol. 188, 1946, 14-29.

tólica em Washington, da Duke University, e da Bancroft, na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Em Portugal, as bibliotecas Nacional de Lisboa, da Ajuda, da Assembléa Nacional, da Academia de Ciências, da Universidade de Coimbra, e as Bibliotecas Públicas de Évora e do Porto.

Na Inglaterra, o Museu Britânico, o Instituto de Pesquisa Histórica, o Royal Institute of International Affairs. Na França, a Biblioteca Nacional, e a Biblioteca de Santa Genoveva. Na Espanha, a Biblioteca Nacional de Madri. Na Alemanha, a Biblioteca Ibero-Americana de Berlim, e a Biblioteca Estadual de Hamburgo.

3.1. *Bibliografia* ⁽¹¹⁰⁾

Argentina

Catálogo por orden cronológica de los manuscritos relativos a América existentes en la Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, 1905; 2.^a parte, Buenos Aires, 1906.

Segundo Catálogo de Manuscritos, Buenos Aires, 1944.

Estados Unidos da América do Norte

Alan K. Manchester, "Descriptive Bibliography of the Brazilian Section of the University Library", *HAHR*, maio 1933, 238-266; nov. 1933, 495-523.

Ruth E. V. Holms, *Bibliographical and Historical Description of the rarest books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University of America*, Washington, D. C., 1927.

Manuel S. Cardozo, *A Guide to the Manuscripts in the Lima Library*, The Catholic University of America, Washington, 1941. (Separata do *Handbook of Latin American Studies*, n. 6, 1940. Vide também José Honório Rodrigues, "A Biblioteca Oliveira Lima em Washington", *O Jornal*, 5 de maio de 1946, e Manuel Cardozo, "The Oliveira Lima Library", comunicação ao *CLLB-VI*. 2 págs.

José Honório Rodrigues, "Uma viagem de pesquisas históricas", *RIHGB*, vol. 188, 1946, 14-29.

Checklist of Archives in the Japanese Ministry of Foreign Affairs, Tóquio, Japão, 1868-1945. Microfilmado para a Biblioteca do Congresso, Washington, Library of Congress, 1951.

Doris Varner Welsh, *A Catalogue of the William B. Greenlee Collection of Portuguese History and Literature and the Portuguese Materials in the Newberry Library*, Chicago, 1953. Vide também Frederick Hall, "The Greenlee Collection of Portuguese History and Literature in the Newberry Library", Comunicação ao *CILB-VI*, 3 págs. Sobre W. B. Greenlee, autor do mais autorizado estudo sobre a viagem de Cabral. *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*. (Londres, Hakluyt Society, 1937), vide José Honório Rodrigues, "A Fundação Pedro II", *O Jornal*, 17 de janeiro de 1952; Charles R. Boxer, "The William B. Greenlee Collection", *The Newberry Library Bulletin*, maio 1951, 167-178; Francis M. Rogers, "William Brooks Greenlee. Scholar and Benefactor of Portuguese Studies", *HAHR*, nov. 1953, 587-589; T. O. Marcondes de Sousa, *William Brooks Greenlee (1872-1953)*, São Paulo, 1955. Separata da *RH*, n.º 23.

(110) Nesta bibliografia só estão incluídas as descrições de coleções de livros e manuscritos de interesse para o Brasil.

Ronald Hilton, *Handbook of Hispanic Sources Materials and Research Organizations in the United States*. 2.^a ed. Stanford, 1956.

Lota M. Spell, *Research Materials for the Study of Latin America at the University of Texas*. Austin, Texas, 1954.

Gwendolin B. Cobb, "Bancroft Library Microfilm. Portugal and her Empire", *HAHR*, rev. 1954, 114-125. Coleção de microfílm dos arquivos portugueses, especialmente do Arquivo Histórico Colonial.

Dale L. Morgan e George P. Hammond (orgs.), *A Guide to the Manuscripts Collections of the Bancroft Library*, Berkeley, 1963. A coleção de manuscritos possui cópias de documentos ingleses sobre companhias inglesas no Brasil.

Donald Coney, "University of California: Berkeley Collections on Portugal and Brazil", Comunicação ao *CILB-VI*, 3 págs.

Thomas R. Adams, "The John Carter Brown Library. Brawn University", Comunicação ao *CILB-VI*, 3 págs.

Sam P. Williams, "The New York Library. Luso-Brazilian Collections", Comunicação ao *CILB-VI*, 7 págs.

Arthur E. Gropp, "Brazilian Materials in the Columbus Memorial Library", Comunicação ao *CILB-VI*, 3 págs.

William R. Wood, "The Brazilian Collections at Ucla" [University of California, Los Angeles], Comunicação ao *CILB-VI*, 2 págs.

Frances J. Kirschenbaum, "The Portuguese Collection at Ucla", *CILB-VI*, 3 págs.

Richard Reed, "Luso-Brazilian Research Facilities at Indiana University", *CILB-VI*, 4 págs.

George C. A. Bohrer, "Portuguese Materials in the Libraries of the University of Kansas: An Indirect Approach", *CILB*, 5 págs.

4. Bibliotecas Europeias

4.1. Geral

Além do citado livro de Lino Gómez Canedo, *Los Archivos*, ver:

David M. Matteson, *List of Manuscripts concerning American History preserved in European Libraries and noted in their published Catalogues and similar printed lists*. Washington, Carnegie Institution, 1925.

4.2. Portugal

Vide os artigos citados de Bailey W. Diffie e Virgínia Rau (Coleções de manuscritos de arquivos e bibliotecas, in *ACILB-I*, e o *Guia da Bibliografia Histórica Portuguesa*).

Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e Antônio de Sousa Teles de Matos, *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, Lisboa, 1850-1871, 4 vols.

Catálogo da Coleção Pombalina, 1889. Existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca e para seu uso exclusivo.

Gabriel Pereira, *A Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1898.

Cardozo de Bithencourt, *A Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1909.

Catálogos dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Lisboa, 1938.

Francisco de Moraes, *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil*, Coimbra, 1941.

A. G. da Rocha, "Documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra para a história do Brasil", *Brasília*, Coimbra, 1942, vol. I, 565-610.

Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil, Lisboa, 1944-1949. 32 ns.

Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946. Id., *Índice*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1968.

Conselho Ultramarino. Inventário das Consultas Mistas (Arquivo Histórico Ultramarino. Códices 13 (13-12-1643) a 29 (15-5-1833)), in *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, ano I, 1951, n.º 1, 1-16; n.º 2, 17-32; n.º 4, 49-64; ano II, 1952, ns. 5 e 6, 65-96; ns. 7 e 8, 97-128; ano III, 1953, ns. 9 e 10, 129-160; anos III e IV, 1953-1956, ns. 11 e 12, 161-176; ano IV, 1956, n.º 13, 177-192; n.º 14, 123-208; ano V, n.º 16, 209-249.

A. de Magalhães Bastos, *Alguns documentos de interesse para a história do Brasil. Apostila ao Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Coimbra, 1953.

Antônio Cruz, "Documentos que interessam à história do Brasil", Resumo n.º 87, *ACILB-IV*, 70. Nova apostila aos documentos sobre o Brasil na Biblioteca Municipal do Porto.

Catálogo da Exposição comemorativa do tricentário da restauração pernambucana. Lisboa, 1964. Documentos de vários arquivos portugueses.

Catálogo da Exposição comemorativa do IV Centenário da fundação do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965. Verbetes de vários arquivos portugueses.

4.3. Espanha

Robert Ricard, *Documents des bibliothèques espagnoles relatifs au Brésil*, Coimbra, 1924.

Julián Paz, *Catálogo de manuscritos de América existentes en la Biblioteca Nacional*, Madri, 1933.

José Tudela de la Orden, *Los manuscritos de América en las bibliotecas de España*, Madri, 1954.

4.4. Grã-Bretanha

R. A. Humphreys, *Latin American History. A Guide to the Literature in English*. Oxford, 1958.

Guide to Latin American Collections in London Libraries. University of London, Institute of Latin American Studies, 1967.

4.5. França

Catalogue des Manuscrits Portugais de la Bibliothèque Nationale, Paris, Bibliothèque Nationale, 1892.

Waldo Leland, *Guide to materials for American history in the libraries and archives of Paris*, vol. 1, Libraries, Washington, Carnegie Institution, 1932.

4.6. Alemanha

Na Alemanha, há vários centros de estudos latino-americanos, em menor extensão que nos Estados Unidos, e quase tanto quanto na Grã-Bretanha. O mais importante é o Instituto Ibero-Americano (*Ibero-Amerikanische Institut*), em Berlim, Lankwitz, com cerca de 25.000 volumes sobre o Brasil e publicações de antes e após-guerra, de câmaras de comércio e bancos, e um arquivo de recortes de jornais desde 1930. A Fundação Volkswagen tem fornecido recursos à Universidade de Münster (Dortmund), para estudos hispano-americanos; na Universidade de Colônia, a cadeira de história ibero-americana de Richard Konetzke (15.000 volumes), com a colaboração do Professor Hermann Kallenbenz, publica o Anuário (*Jahrbuch*) a que já nos referimos; e a biblioteca do Instituto para a Economia Mundial (*Bibliothek des Instituts für Weltwirtschaft*), em Kiel, possui também grande coleção de livros (870.000 vols.) e arquivo de recortes de jornais.

Alfonso Hincker, "Os manuscritos portugueses na Biblioteca Nacional de Munique. Contribuição bibliográfica", *O Instituto*, 1901.

Antônio H. de Oliveira Marques, "O Fundo de História de Portugal da Biblioteca Ibero-Americana de Berlim", Resumo da Comunicação in *ACILB-III*, vol. II, 359.

SEXTA PARTE

Instituto Nacional de Pesquisa Histórica

I. CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA HISTÓRICA. SEUS FINS

A criação do Instituto de Pesquisa Histórica, inspirando-se na melhor das nossas tradições, é uma necessidade da consciência nacional.

O Instituto de Pesquisa Histórica teria por finalidade essencial promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história.

1. *A pesquisa histórica no Exterior*

Os projetos de pesquisa histórica pública e oficial deveriam ser feitos tendo em consideração:

- a) a organização de inventários, repertórios, listas e catálogos de documentos relativos ao Brasil existentes nos arquivos e seções de manuscritos das bibliotecas européias, africanas (Angola), asiáticas (Goa) e americanas (especialmente documentos diplomáticos);
- b) para a organização da pesquisa no estrangeiro deverão ser considerados não só os resultados das investigações realizadas por brasileiros, como as listas elaboradas pelos pesquisadores estrangeiros. Referimo-nos às investigações americanas de 1928-1932 e aos inventários publicados pela Carnegie Institution de Washington, registrando milhares de documentos referentes ao Brasil. O primeiro passo seria a elaboração de listas extraídas daqueles catálogos;
- c) elaboradas as Listas e os Inventários seria iniciado o trabalho de microfilmagem.

2. *A pesquisa histórica no Brasil*

Para a execução da pesquisa histórica no Brasil, o projeto geral obedeceria à seguinte ordem:

- a) organização de um inquérito nacional sobre a existência de documentos históricos no interior, cidades, vilas, municípios e distritos e a situação dos arquivos públicos e particulares, condições dos acervos, etc.;

- b) criação do Registro Nacional de Arquivos, que centralizaria todas as informações obtidas pelo inquérito e pela colheita posterior;
- c) elaboração dos catálogos parciais, com a assistência metódica do I. N. P. H.;
- d) elaboração de catálogos gerais de todos os arquivos públicos, eclesiásticos e particulares e das Seções de Manuscritos das Bibliotecas;
- e) fotomicrofilmagem de todos os papéis ameaçados de destruição, para sua preservação;
- f) criação do Arquivo Central de Microfilmes, no qual se depositariam, classificariam e catalogariam os microfilmes copiados de originais existentes no estrangeiro ou no país. Seria organizado o Catálogo Geral de Microfilmes (Union Catalog);
- g) na execução destas tarefas, o I. N. P. H. procuraria a colaboração de todas as instituições de caráter histórico, tais como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os Institutos Históricos Estaduais e os Departamentos de História das Universidades.

3. *A elaboração dos instrumentos de trabalho histórico*

Todos os estudiosos brasileiros sentem falta dos instrumentos de trabalho, ou sejam os catálogos, listas e inventários de manuscritos, índices de revistas e periódicos, de repertórios, bibliografias gerais ou especializadas, cronologias e efemérides, de um Dicionário Histórico e de um Biobibliográfico, de listas de titulares, governadores, representantes do poder legislativo, etc., que auxiliam a memória, facilitam as buscas e pesquisas, preliminares de todo trabalho histórico. No I Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, o Professor Charles Boxer pleiteou a compilação de uma bibliografia portuguesa de 1415 a 1815, pois em Portugal também não se tem cuidado deste problema.

No Brasil, muito pouco se tem feito neste sentido. A maior Bibliografia Histórica continua sendo a editada por Ramiz Galvão em 1881-82, apesar da magnífica contribuição trazida pelo Manual de Estudos Brasileiros; o único Dicionário Biobibliográfico com que contamos ainda é o de Sacramento Blake, impresso entre 1883 e 1902, e que já na época Capistrano de Abreu acusava de conter graves erros. Não possuímos um único Dicionário Histórico e auxílios cronológicos só os dados por Varnhagen no 5.º volume de sua *História Geral*. Pouco fizemos em matéria de índices de revistas e de periódicos. De listas de governadores, delegados régios e chefes de administração, pouco possuímos, conforme já mostramos.

Não se trata, apesar da modéstia do trabalho, de tarefa secundária. Varnhagen, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia deram o exemplo, organizando o primeiro um Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (t. XIV, 1851), o segundo o Catálogo dos Documentos mandados buscar por D. Pedro II (*RIHGB*, t. 67, parte 1, 1906) e o terceiro a Bibliografia Geográfica Brasileira (*RIHGB*, t. 85, vol. 139). Bibliografias especializadas sobre períodos históricos raríssimos compilaram, como já acentuamos na primeira parte deste livro.

A total deficiência dos instrumentos de trabalho dificulta a pesquisa e prejudica a historiografia. Assim pensava o grande historiador português Braancamp Freire, ao escrever que a história nacional, pela mímica de investigações preparatórias, pela escassez de documentos publicados só pode ser, por enquanto, cabalmente estudada em períodos curtos, que um espírito perscrutador possa abranger (1).

O Instituto Nacional de Pesquisa Histórica tentaria realizar as seguintes tarefas fundamentais:

I — Organizar os índices de todas as Revistas dos Institutos Históricos e depois das revistas e periódicos de cultura geral, onde se encontre matéria histórica.

II — Organizar bibliografias retrospectivas e correntes.

1. Retrospectivas:

- a) de períodos (para fazer a bibliografia de períodos é necessário estabelecê-los primeiro, tarefa muito difícil. Cf. *Teoria da História do Brasil*, cap. 6).
- b) de matéria diplomática, econômica, etc.
- c) de personagens.
- d) de autores.
- e) exótica.
- f) bibliografia histórica geral.

2. Correntes:

- a) Bibliografia histórica geral anual e comentada.

III — Organizar Guias para o estudo das histórias estaduais, regionais e locais.

IV — Organizar:

1. Um Dicionário Histórico Brasileiro.
2. Um Dicionário Biobibliográfico.

V — Elaborar o Repertório Geral das Coleções de Jornais Brasileiros.

VI — Editar uma Coleção de Fontes Históricas Brasileiras.

Como medida preliminar, o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica publicaria os textos mais significativos da evolução econômica,

(1) *Arquivo Histórico Português*, t. II, pág. 361.

social, política, militar e diplomática do Brasil, em dez divisões, constituindo um corpo entre si, mas ligados todos por um sistema e título comum, podendo imprimir-se um volume ou um fascículo de cada divisão, sem dependência das outras, nesta ordem:

- a) Textos de História Econômica.
- b) Textos de História Social.
- c) Textos de História Política.
- d) Textos de História Militar.
- e) Textos de História Diplomática.
- f) Textos de História Religiosa.
- g) Textos de História Jurídica.
- h) Textos de História da Educação.
- i) Textos de História da Imprensa.
- j) Textos Biográficos.
- k) Iconografia do Brasil.

Cada volume ou volumes de qualquer série conteria os textos inéditos ou não mais significativos e decisivos de nosso passado, para servir ao ensino e aos estudiosos.

4. *Formação de Pesquisadores*

Só o contacto contínuo com os problemas dos Arquivos e Bibliotecas pode mostrar a extrema necessidade da existência de uma categoria de servidores dotados de outros conhecimentos que os exigidos na seleção dos atuais arquivistas e bibliotecários. As Seções de Livros Raros, de Manuscritos, Iconografia e Mapoteca e a de Publicações da Biblioteca Nacional, por exemplo, não podem cumprir melhor sua função com os atuais bibliotecários formados pelo curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

Há deficiências notórias, tanto no curso de biblioteconomia, como no de arquivística. A formação de pesquisadores não visa atender apenas às exigências das tarefas do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, mas também as de outras instituições brasileiras. Para isso seria necessário criar a carreira de historiadores e pesquisadores⁽²⁾ para os serviços das bibliotecas e arquivos. Na verdade, não seria possível resolver o problema com a simples licenciatura em História, de vez que, como já dissemos, os alunos das Faculdades de Filosofia não aprendem o método e a pesquisa histórica e não conhecem catalogação, o que estudam os bibliotecários e é exigido nos

(2) A profissionalização da carreira de historiador e pesquisador nos serviços públicos e privados não é uma inovação, mas o reconhecimento legal da classificação profissional do Bureau Internacional do Trabalho, sem considerar sua existência tradicional na Colônia e no Império, e na República, em São Paulo, no Museu Paulista. É profissão reconhecida na Europa e nos Estados Unidos, sendo que neste com amplo mercado de trabalho.

concursos para arquivistas. A melhor solução é o estágio obrigatório de estudantes de história nas bibliotecas e arquivos.

A verdade é que este corpo de pesquisadores poderia prestar grandes serviços aos estudiosos brasileiros, aos Representantes da Nação e ao Poder Executivo, quando grandes questões nacionais exigissem o estudo de suas origens e evolução. Eles seriam, então, de grande utilidade, realizando investigações, examinando manuscritos, levantando bibliografias. Quando o Barão do Rio Branco defendeu graves problemas de fronteira, viu-se obrigado a improvisar pesquisadores que, nos arquivos e bibliotecas européias e especialmente nos de Portugal e Espanha, guiados pelo seu saber e experiência, descobriram documentos de importância por vezes decisiva. Quando o Parlamento debatesse questões sobre cuja origem histórica se fizesse mister saber cuidadosamente, eles poderiam, com rapidez, mobilizar todas as informações necessárias. O Poder Executivo e o Legislativo encontrariam nos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica um corpo preparado e treinado para a investigação e o fornecimento dos dados indispensáveis.

II. CONCLUSÃO GERAL

A lição que se aprende destas várias tentativas, cuja história foi aqui ensaiada, é a de que a pesquisa deve ser definida em termos de serviço público, e deve ser planejada, sistematizada e ordenada. O pesquisador ou pesquisadores devem conhecer profundamente o que foi feito, as fontes recolhidas, através das relações, listas e catálogos impressos ou manuscritos. A pesquisa deve ter por finalidade recolher aos depósitos públicos — arquivos e bibliotecas — as fontes para o uso de todo e qualquer estudioso, a publicação dos instrumentos de trabalho para facilidade da consulta e a publicação dos documentos encontrados.

Assim, o nosso esforço mostra, apenas, as tentativas feitas com este espírito. As de Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa revelam a importância que o governo imperial atribuía a trabalhos desta natureza; a de Varnhagen, quase sempre feita para a elaboração de suas Histórias, com exceção das cópias em Portugal e Espanha e dos textos editados, revolucionou, pela massa de dados e fatos, a fisionomia da nossa historiografia; as de Joaquim Caetano da Silva e José Higino Duarte Pereira são também importantes pela amplidão da colheita; a de Ramiz Galvão, de conseqüências extremamente positivas, incentiva novos exames e promove a feitura de bibliografias e catálogos; a importante colheita de 50.000 documentos realizada pelo Visconde do Rio Branco no Paraguai está inventariada⁽³⁾; a de Oliveira Lima, pela lição metodológica, no Instituto Histórico, e pela feitura da "Relação" dos manuscritos do Museu Britânico, é a primeira que conclui acertadamente elaborando a lista de documentos sobre o Brasil; a de Manuel Cícero conta entre seus resultados positivos o início do grande Inventário dos Documentos do Conselho Ultramarino; a de R. R. Schuller se caracteriza pela delimitação da pesquisa, outro aspecto importante, e pela integridade das cópias, nas quais se pode confiar, ao mesmo passo que nos desperta a atenção sobre a precariedade das cópias anteriores; a de Capistrano de Abreu é assinalada pela publicação de textos importantíssimos; a de Alberto Rangel, pela elaboração do Inventário do Arquivo d'Eu; a de Luís Camilo de Oliveira Neto, pelos índices indicados; e a de Pedro Calmon, pela proposta de organização do inventário dos documentos sobre o Brasil existentes na Torre do Tombo.

Não se pode negar, também em face do trabalho realizado, que houve por parte do governo imperial muito maior incentivo, interesse e ajuda em averiguações do que na fase republicana. Os exa-

(3) Cf. *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1951, 2 vols. João Ribeiro de Almeida ofertou, nessa época, trazidos do Paraguai, 22 documentos. *RIHGB*, 33, parte II, págs. 186-205.

mes feitos nos arquivos nacionais por Varnhagen, Gonçalves Dias, Machado d'Oliveira, Pereira da Costa⁽⁴⁾ e outros revelaram também o descuido, desmazelo e incúria com que se tratava dos papéis históricos naqueles depósitos. Muitos documentos foram perdidos e outros estragaram-se definitivamente nesta época. Procurou-se mais no estrangeiro do que nos arquivos e bibliotecas estaduais e municipais, abandonando-se a conservação dos papéis já recolhidos pela dotação de verbas insignificantes, tanto nacionais como estaduais. É certo também que o Governo Imperial, pelo decreto que reorganizou o Arquivo Público (criado aos 2 de janeiro de 1838 e reorganizado aos 3 de março de 1860), procuraria obter, por intermédio de seus Delegados nas Províncias, originais ou cópias autênticas dos documentos importantes que existissem tanto nos arquivos das Municipalidades como em quaisquer outras repartições ou estabelecimentos, ou mesmo em poder de particulares, para serem convenientemente arquivados. O diretor do Arquivo deveria oficiar aos Presidentes das Províncias sobre aqueles documentos e solicitar dos chefes de Secretarias de Estado a remessa dos documentos destas, bem como procurar obter, por meio de trocas ou outras providências, originais e cópias autenticadas de papéis relativos ao Brasil existentes em outros países. O fato é que em 1879, de acordo com o art. 16 do regulamento, eram nomeados os agentes auxiliares nas províncias para procurar os documentos, mesmo entre particulares⁽⁵⁾. Foi uma iniciativa fundamental, infelizmente abandonada.

Vê-se, assim, que o Arquivo Público sentiu desde cedo a necessidade de recolher os documentos esparsos pelas províncias e municípios. Em 1907, o Barão de Studart, Rigueira da Costa, Muniz Palma, Luís Gualberto e Alcibíades Furtado eram agentes provinciais do Arquivo Público⁽⁶⁾. Enquanto o Arquivo Nacional possuía estes pesquisadores oficiais em várias províncias pôde tentar a colheita dos documentos nacionais e a Biblioteca Nacional, com uma subconsignação especial, financiava investigações e estudos em bibliotecas e arquivos estrangeiros. Hoje nem pesquisadores oficiais nem verbas de investigações permitem a colheita de documentos desconhecidos. A Biblioteca Nacional, que em 1874 possuía apenas 1.000 manuscritos⁽⁷⁾, cresceu extraordinariamente, possuindo hoje cerca de 400.000 peças. Restabelecer, afora o acréscimo das verbas para aquisição, os agentes provinciais, e financiar investigações no estrangeiro parecem-nos medidas indispensáveis.

(4) Cf. sobre isto também Afonso d' E. Taunay, "Heurística Paulista e Brasileira", *AMP*, t. 4, 1931, especialmente 414-415. O importante Arquivo da Secretaria do Império foi organizado e pesquisado por Joaquim Norberto de Souza e Silva em 1859. *RIHGB*, t. 22, 649-652.

(5) O Governo Imperial pedia um crédito especial para o caso de compra. Cf. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, 1880, 94. No *Relatório* de 1882 estão registradas ofertas dos agentes da Corte, do Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe, Amazonas e Paraná.

(6) *Relatório do Ministério da Justiça*, Rio de Janeiro, 1907, 155.

(7) Cf. Ramiz Galvão, *Relatório de 1874*, in *Relatório do Ministério dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, 1875.

Em 1856, Frei Camilo de Monserrate⁽⁸⁾ pleiteava a organização de catálogos de todos os arquivos estaduais e municipais que seriam centralizados na Biblioteca Nacional, de modo a facilitar o ulterior Inventário Geral dos arquivos brasileiros e oferecer aos estudiosos da Corte os meios não somente de serem informados de tudo quanto encerravam os arquivos provinciais e municipais do Império, como também de obter facilmente cópia dos documentos neles existentes. Para isto formulou os modelos indispensáveis que seriam fornecidos a todos, por incumbência e sob a direção da Biblioteca Nacional. Não era um catálogo, na verdade, o que se procurava obter, mas um inventário geral sobre o material depositado nestes arquivos. “Nos arquivos das presidências provinciais e das municipalidades, nas capitais, cidades e vilas do Império”, escrevia Frei Camilo de Monserrate, “devem existir alguns, senão muitos documentos, os quais direta ou indiretamente ligam-se com a história da sociedade pública no Brasil em diversas épocas. Independentemente do interesse que tais documentos podem oferecer para indagações históricas, muitos deles ainda podem ser utilizados para o serviço das administrações públicas, aonde em muitas ocorrências é necessário consultar títulos antigos, assim como alguns prestam-se para estabelecerem ou confirmarem em certos casos importantes direitos de família ou de indivíduos”⁽⁹⁾.

Vê-se, assim, que desde 1856 já se reconhecia a grande necessidade dos catálogos e de um inventário geral dos arquivos nacionais. Esta ainda hoje é uma das nossas primeiras necessidades⁽¹⁰⁾.

A pesquisa histórica brasileira, na sua evolução, quer de caráter particular, quer de caráter público, ainda é uma das áreas mais negligenciadas da historiografia brasileira. Não é possível nem provável esperar, para breve, o grande desenvolvimento desta sem que se possa oferecer ao estudioso brasileiro um amplo conhecimento de suas fontes, pelo uso dos modernos instrumentos de trabalho. Se uma ou outra obra, pelo esforço pessoal dos seus autores, revela o exercício demorado da pesquisa, a grande maioria compila, pela dificuldade de encontrar documentário.

Não conhecemos precisamente os acervos do Arquivo Nacional, dos Arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos, de câmaras, de particulares, das Seções de Manuscritos da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos estaduais, dos Museus, do Arquivo Histórico do Itamarati, de firmas comerciais e industriais; não possuímos catálogos, índices de

(8) Cf. Ramiz Galvão, “Fr. Camilo de Monserrate. Estudo biográfico”, ABN, vol. 12, 1884-1885.

(9) *PAN*, vol. 17, 1917, 261-271. Este trabalho é assinado aos 8 de junho de 1856.

(10) Esta aspiração, precursora de um catálogo coletivo, é assim bem antiga. *The National Union Catalog of Manuscripts Collections*, da Biblioteca do Congresso (Washington, D. C.), começou a ser publicado em 1959 e encontra-se no vol. V, 1967. Vide Anexo 7.

revistas de sociedades sábias, bibliografias especializadas ou gerais, enfim, todos os instrumentos indispensáveis para o trabalho preliminar de colheita e seleção das fontes primeiras de informação.

É certo que a grande maioria das instituições brasileiras está perfeitamente consciente da necessidade inadiável de promover a elaboração destes trabalhos, mas não os fazem por dificuldades de pessoal e verba. Dependentes exclusivamente do orçamento votado pelo Legislativo, num país de recursos econômicos limitados, as verbas concedidas bastam apenas para as tarefas rotineiras, quase de manutenção. O pessoal é insatisfatório e nem sempre bem recrutado, exigindo meses de treinamento.

Nestas condições, ainda que fosse decidida a intenção de elaborar, antes de tudo, os instrumentos de trabalho, poucas instituições poderiam realizar normalmente essa tarefa. Nestes últimos anos a Biblioteca Nacional vem organizando e publicando catálogos do seu acervo manuscrito e o Instituto Nacional do Livro editando bibliografias.

A situação da pesquisa histórica brasileira continua à mercê da iniciativa e do esforço pessoal de cada estudioso, que deve por si só, sem ajuda, examinar milhares de documentos, alguns de nenhum interesse para a sua tarefa.

Um catálogo elimina este esforço, porque registra tudo o que possa interessar ao estudioso; um índice mostra os trabalhos impressos nesta ou naquela revista; uma bibliografia indica os trabalhos anteriores. Não há historiografia amadurecida sem pesquisa, mas também não há pesquisa sem os seus instrumentos de trabalho, porque só eles permitem o amplo conhecimento das fontes e do material bibliográfico. De outro modo, a tendência é eliminar a pesquisa mais árdua e limitar-se o estudioso a compilar e consultar o material impresso mais acessível.

Portanto, para que uma historiografia cresça e se torne adulta é indispensável e urgente facilitar a pesquisa, favorecendo o estudioso com os instrumentos, que são especialmente os catálogos, índices e bibliografias.

A primeira tarefa não exige somente a organização de catálogos, a feitura de índices e a elaboração de bibliografias. Estas tarefas poderiam e deveriam ser promovidas pelas instituições de maior responsabilidade e graduação. Mas como esperar que pequenos arquivos particulares, distritais ou municipais, e mesmo estaduais, pobríssimos de recursos, faltos de orientação técnica, promovam a execução de tais tarefas? Para estes haveria que contar com a assistência e a cooperação técnica dos institutos maiores, reunidos em comissão, de modo a planejar os trabalhos e fornecer os recursos indispensáveis.

Toda pesquisa tem um fim público, isto é, de servir a todo e qualquer estudioso ou a toda e qualquer instituição, e tem dois objetivos primordiais: a) o conhecimento das fontes, pelos catálogos, listas, etc.; b) a conquista, pela microfilmagem em massa, dos documentos nos arquivos estaduais, municipais e estrangeiros.

III. SUMÁRIO DE RECOMENDAÇÕES

1) Organização de um inquérito nacional sobre a situação dos arquivos, indagando da totalidade e das condições dos seus acervos, dos seus recursos financeiros, etc. (11).

2) Estabelecimento de um Registro Nacional de Arquivos, que centralizaria todas as informações obtidas pelo inquérito, orientaria a pesquisa e colheita, daria as indicações técnicas e metodológicas e formaria um Catálogo Geral e sistemático de todos os arquivos, inclusive dos particulares e comerciais que se prestassem a responder voluntariamente ao inquérito (12).

3) A criação de um Arquivo Central de Microfilmes, onde seriam depositados e conservados os negativos fotográficos das reproduções do nosso patrimônio documental e bibliográfico.

4) Desenvolvimento da pesquisa nos arquivos e bibliotecas estrangeiros.

5) A microfilmagem destes documentos deve ser tentada, em princípio, por meio de acordos de permuta.

6) A Biblioteca Nacional deve estabelecer com a Biblioteca do Congresso e quaisquer outras bibliotecas universitárias e públicas norte-americanas permutas, tendo como base a oferta de reproduções de periódicos e livros raros brasileiros, em troca de documentos sobre o Brasil de arquivos europeus e norte-americanos.

7) A elaboração de um Dicionário Biográfico Brasileiro, livro indispensável de referência, feito dentro da técnica moderna, baseada em pesquisas exaustivas e na autoridade dos colaboradores. Para isto é indispensável catalogar e conhecer os 84.000 documentos manuscritos da Coleção biográfica da Biblioteca Nacional. O Dicionário Biográfico deveria ser feito com a colaboração da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Instituto Nacional do Livro, dos Museus Nacional, Imperial e Paulista, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos estaduais, das Universidades federais, estaduais e privadas e levando em conta a obra de Múcio Leão.

(11) O Arquivo Nacional, na administração José Honório Rodrigues, incumbiu o professor Guy de Holanda de organizar um guia dos arquivos brasileiros com base no inquérito e entrevistas pessoais; ele iniciou o trabalho, sem concluí-lo.

(12) O Registro Nacional de Arquivos foi instituído no Arquivo Nacional durante a administração de José Honório Rodrigues, sendo criado um Serviço para organizá-lo, bem como o Catálogo Coletivo de Arquivos (art. 33 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958).

8) A elaboração, nas mesmas bases, do Dicionário de História do Brasil.

9) A transformação do *Boletim Bibliográfico Brasileiro* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro num Manual de Estudos Brasileiros, à maneira do *Handbook of Latin American Studies* e do *Manual de Estudos Brasileiros*, feito em 1942-43, com a ajuda da Fundação Rockefeller, e publicado em 1949. A Biblioteca Nacional caberia dirigir a comissão encarregada de sua elaboração, pelo fato de receber, pela contribuição legal, toda a produção bibliográfica brasileira. Especialistas autorizados fariam as introduções das grandes seções, mostrando as principais tendências dos estudos e comentariam os trabalhos mais importantes.

10) Organização de pequenos guias sobre os arquivos estaduais, municipais, distritais, particulares e comerciais, depois de realizado o inquérito aqui proposto.

11) Feitura de índices de revistas e publicações periódicas brasileiras, a exemplo do que já foi feito com a ajuda da Fundação Rockefeller em relação às *Revistas* do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e do Instituto do Ceará já referidos.

12) Elaboração de uma bibliografia estrangeira sobre o Brasil, compilando as várias tentativas de Guilherme Studart, Rodolfo Garcia, Alfredo de Carvalho, Oscar Canstatt e outros e registrando os novos trabalhos.

13) Desenvolvimento e incentivo à elaboração de bibliografias especiais, sobre temas, assuntos e autores.

14) Organização de introduções e roteiros para o estudo da história estadual, regional e local, abrangendo: a) a historiografia do Estado; b) as fontes manuscritas; c) as impressas; d) o material de referência; e) as necessidades, problemas e sugestões.

15) Organização de um Catálogo Nacional (*Union Catalog*) na Biblioteca Nacional, de livros, jornais, publicações periódicas de todo o Brasil.

16) Seria de desejar que as Bibliotecas e Arquivos contassem com maiores recursos financeiros para a preservação e catalogação dos documentos históricos e para o aperfeiçoamento do seu pessoal. É recomendável, também, a ampliação das bolsas de estudos no estrangeiro.

De 1952 a 1968 nada se fez neste sentido, embora tenham sido criados vários institutos, autônomos ou universitários, nenhum efetivamente dedicado à pesquisa histórica. Os departamentos de História das Universidades e seus catedráticos, alguns virgens na pesquisa e bibliograficamente, resistiram às inovações, e os melhores criaram novas bibliotecas especializadas, chamando-as de institutos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro continuou seu caminho comemorativo. Não se tentou profissionalizar a formação do

historiador e do pesquisador de História, não restando ao licenciado outro meio que o ensino. Não se tentou abrir um mercado de trabalho, ampliando a velha tradição do cronista oficial, nem apoiando a iniciativa paulista do historiógrafo, criado no Museu do Ipiranga.

Ainda que o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica se moderasse em tarefas mais modestas e simples, o importante é começá-lo, seja nacionalmente, seja ainda universitária ou estadualmente, para que ele seja o início de uma renovação historiográfica, um caminho para os jovens e para que a História sirva à Vida.

Anexos

ANEXO I

SUMÁRIO DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

[Extraído do *Guia da Bibliografia Histórica Portuguesa*, vol. I, Fasc. 1, Academia Portuguesa da História, Lisboa, MCMLIX. Verbete 161.]

Documentos Históricos. Rio de Janeiro. Braggio & Reis. Augusto Porto & C. (Vols. II-XIII). Tip. Monroe (Vols. XIV-XX). Typ. Arch. de Hist. Brasileira (Vols. XXI-XXXIV). Typ. Baptista de Souza (Vols. XXXIX-LXXIX). Gráfica Tupy, Ltda. (Vols. LXXXVII-XCVII, c, CVI e CVIII). Emp. Gráfica Ouvidor S. A. (CIV, CVII-CX). Arquivo Nacional. Biblioteca Nacional. Divisão de obras raras e publicações. Ministério da Educação e Saúde. Todos os volumes têm índices.

Vol. I, 1928. 500 págs.

Prefácio. — Documentos: provisões, alvarás, cartas e ordens reais de 1689 a 1744.

N.B. — Este vol. transcreve os vols. I a XIII da Coleção n.º 445 do Arquivo Nacional — Provedoria da Fazenda Real de Santos.

Vol. II, 1928. 556 págs.

Documentos: leis, provisões, cartas e ordens reais de 1744 a 1774.

N.B. — Este vol. transcreve os vols. XIII e XX da Coleção n.º 445 — Provedoria da Fazenda de Santos e do Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda de Santos.

Vol. III (I dos Docs. da B. N.) 1928. 455 págs.

Prefácio de M. Behring. — Correspondência dos governadores gerais (1648-1660): Conde de Castelo Melhor, Conde de Atouguia, Francisco Barreto.

| CEHB — 5815 e 5810 |

Vol. IV (II dos Docs. da B. N.) 1928. 500 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1648-1672): Conde de Castelo Melhor, Conde de Atouguia, Francisco Barreto e Conde de Vila Pouca de Aguiar.

| CEHB — 5821, 5996, 5820, 5811 |

Vol. V (III dos Docs. da B. N.) 1928. 500 págs.

Ordens, regimentos, provisões, alvarás e correspondência dos governadores gerais (1650-1668): Conde de Castelo Melhor, Conde de Atouguia, Francisco Barreto, Alexandre de Sousa Freire, Conde de Óbidos. — Errata.

| CEHB — 5811, 5819, 5825 |

1928. 400 págs.

Vol. VI (IV dos Docs. da B. N.)

Correspondência dos governadores gerais (1663-1674): Conde de Óbidos, Alexandre de Sousa Freire, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. — Regimento dos governado-

res gerais do Estado do Brasil dado ao governador Roque Barreto (1677).

| CEHB — 5825, 5833 |

Vol. VII (v dos Docs. da B. N.) 1929. 510 págs.

Continuação do Regimento dos governadores. — Documentos (1602-1800). — Portarias dos governadores gerais (1660-1670): Francisco Barreto, Conde de Óbidos, Alexandre de Sousa Freire.

| CEHB — 5833, 5823 |

Vol. VIII (vi dos Docs. da B. N.) 1929. 486 págs.

Portarias dos governadores e do governo interno (1670-1678): Alexandre de Sousa Freire, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Junta Trina, Roque da Costa Barreto. — Cartas (1672-1675): Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça. — Errata.

| CEHB — 5823, 5831 |

Vol. IX (vii dos Docs. da B. N.) 1929. 512 págs.

Correspondência (1663-1685): Junta Trina, Roque da Costa Barreto, Antônio de Sousa Meneses, Marquês das Minas, Conde de Óbidos, Alexandre de Sousa Freire, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça.

| CEHB — 5831, 5824 |

Vol. X (VIII dos Docs. da B. N.) 1929. 496 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1671-1692): Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Junta Trina, Roque da Costa Barreto, Antônio de Sousa de Meneses, Marquês das Minas, Matias da Cunha, Frei Manuel da Ressurreição, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

| CEHB — 5824, 5832 |

Vol. XI (IX dos Docs. da B. N.) 1929. 496 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1675-1709): Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Junta Trina, Roque da Costa Barreto, Marquês das Minas, Matias da Cunha, Frei Manuel da Ressurreição, Antônio Luís G. da Câmara Coutinho, D. João de Lencastre, Rodrigo da Costa, Luís César de Meneses. — Provisões (1664-1668).

| CEHB — 5832, 5826 |

Vol. XII (X dos Docs. da B. N.) 1929. 495 págs.

Provisões (1668-1677). — Lista dos códices publicados.

| CEHB — 5826 |

Vol. XIII (XI dos Docs. da B. N.) 1929. 500 págs.

Prefácio de M. Behring. — Provisões (1677-1678). — Forais, doações, regimentos e mandados (1534-1551).

| CEHB — 5826 |

Vol. XIV (XII dos Docs. da B. N.) 1929. 499 págs.

Mandados, provisões, doações (1551-1625).

Vol. XV (XIII dos Docs. da B. N.) 1930. 500 págs.

Patentes, provisões e alvarás (1625-1631).

Vol. XVI (XIV dos Docs. da B. N.) 1930. 499 págs.

Patentes, provisões e alvarás (1631-1637).

Vol. XVII (XV dos Docs. da B. N.) 1930. 499 págs.

Patentes, provisões e alvarás (1637-1639).

Vol. xviii (xvi dos Docs. da B. N.). 1930. 500 págs.

Patentes, alvarás e sesmarias (1639-1655).

Vol. xix (xvii dos Docs. da B. N.). 1930. 499 págs.

Provisões, alvarás e sesmarias (1656-1659).

Vol. xx (xviii dos Docs. da B. N.). 1930. 500 págs.

Provisões, alvarás e sesmarias (1659-1662).

Vol. xxi. 1932. 497 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1662-1664).

Vol. xxii. 1933. 499 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1664-1667).

Vol. xxiii. 1933. 409 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1667-1670).

Vol. xxiv. 1934. 376 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1670-1672).

Vol. xxv. 1934. 499 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1672-1675).

Vol. xxvi. 1934. 499 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1675-1678).

Vol. xxvii. 1934. 499 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1678-1681).

Vol. xxviii. 1934. 499 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados, etc. (1681-1686).

Vol. xxix. 1935. 495 págs.

Provisões, patentes e alvarás (1687-1690).

Vol. xxx. 1935. 496 págs.

Provisões, patentes, alvarás (1690-1693).

Vol. xxxi. 1936. 500 págs.

Provisões, patentes, alvarás (1650-1693).

Vol. xxxii. 1936. 508 págs.

Provisões, patentes, alvarás, mandados (1651-1693).

| CEHB — 5835, 5836 |

Vol. xxxiii. 1936. 494 + (4) págs.

Provisões, patentes, alvarás, cartas (1648-1711). — Índice dos códices publicados.

| CEHB — 5836, 5837, 5809, 5843 |

Vol. xxxiv. 1936. 515 págs.

Provisões, patentes, alvarás, cartas (1692-1712). — Índice dos códigos publicados.

| CEHB — 5843, 5851, 5856 |

Vol. xxxv. 1937. S. ind. tip. 496 págs.

Provimentos seculares e eclesiásticos (1549-1559). — Índice dos códigos publicados.

Vol. xxxvi. 1937. S. ind. tip. xiii + 453 págs.

Explicação por Rodolfo Garcia. — Provimentos seculares e eclesiásticos (1559-1577).

Vol. xxxvii. 1937. S. ind. tip. xxxi + 463 págs.

Explicação por Rodolfo Garcia. — Mandados (1549-1552).

Vol. xxxviii. 1937. S. ind. tip. xvi + 484 págs.

Explicação por Rodolfo Garcia. — Mandados, alvarás, provisões, sesma-

rias (1549-1553). — Cartas dos governadores gerais (1692-1698): Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, João de Lancastro.

| CEHB — 5848 |

Vol. xxxix. 1938. 396 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1698-1714): João de Lancastro, Rodrigo da Costa, Luís César de Meneses, Lourenço de Almada, Pedro de Vasconcelos e Sousa, Marquês de Angeja.

| CEHB — 5848 |

Vol. xl. 1938. 397 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1704-1717): Marquês de Angeja, Rodrigo da Costa.

| CEHB — 5853 |

Vol. xli. 1938. 400 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1705-1711): Rodrigo da Costa, Luís César de Meneses, Lourenço de Almada, Pedro de Vasconcelos.

| CEHB — 5853 |

Vol. xlii. 1938. 399 págs.

Correspondência dos governadores gerais (1712-1716): Pedro de Vasconcelos, Marquês de Angeja.

| CEHB — 5853, 5867 |

Vol. xliii. 1939. 397 págs.

Cartas, alvarás, provisões e patentes (1716-1720).

| CEHB — 5867, 5871, 5874 |

Vol. xliv. 1939. 398 págs.

Cartas dos governadores (1720-1722).

| CEHB — 5874 |

Vol. xlv. 1939. 400 págs.

Cartas e provisões (1721-1722).

| CEHB — 5877 |

Vol. xlvi. 1939. 400 págs.

Provisões (1722-1725).

| CEHB — 5877, 5878 |

Vol. xlvii. 1940. 399 págs.

Provisões (1725-1727).

| CEHB — 5878 |

Vol. xlviii. 1940. 399 págs.

Provisões (1707-1728).

| CEHB — 5857, 5864 |

Vol. xlix. 1940. 400 págs.

Provisões (1707-1713).

Vol. l. 1940. 399 págs.

Provisões (1713-1714).

| CEHB — 5864 |

Vol. li. 1941. 400 págs.

Provisões (1714-1716).

| CEHB — 5864, 5868 |

Vol. lii. 1941. 399 págs.

Provisões (1717).

| CEHB — 5868 |

Vol. liii. 1941. 400 págs.

Provisões (1717-1718); Portarias (1711-1715).

| CEHB — 5868, 5863 |

Vol. liv. 1941. 399 págs.

Portarias (1715-1718).

| CEHB — 5863, 5869 |

Vol. lv. 1942. 400 págs.

Portarias (1718-1719).

| CEHB — 5869 |

Vol. lvi. 1942. 400 págs.

Provisões, patentes, alvarás (1693-1695).

Vol. lvii. 1942. 399 págs.

Provisões, patentes, alvarás (1695-1697).

- Vol. LVIII. 1942. 399 págs.
Provisões, patentes e alvarás (1697-1699).
- Vol. LIX. 1943. 399 págs.
Provisões, patentes e alvarás (1699-1711).
- Vol. LX. 1943. 400 págs.
Provisões, patentes e alvarás (1711-1713).
- Vol. LXI. 1943. 399 págs.
Provisões, patentes e alvarás (1713-1715).
- Vol. LXII. 1943. III + 394 págs.
Explicação por Rodolfo Garcia. — Provisões, patentes e alvarás (1715-1716). Tombo das terras pertencentes à igreja de Santo Antão da Companhia de Jesus. — Liv.º V (1655-1712). — Errata.
- Vol. LXIII. 1944. 400 págs.
Tombo das terras pertencentes à igreja de Santo Antão (1715-1716). — Companhia de Jesus — Bahia, Tomo 2.º (1727).
- Vol. LXIV. 1944. 398 págs.
Companhia de Jesus. — Bahia, Tomo 2.º (1727). — Registo do Conselho da Fazenda — Bahia (1670-1699).
- Vol. LXV. 1944. 399 págs.
Registo do Conselho da Fazenda — Bahia (1699-1700). — Cartas régias (1642-1651).
- Vol. LXVI. 1944. 400 págs.
Cartas régias (1651-1667).
| CEHB — 5807, 5822 |
- Vol. LXVII. 1945. 399 págs.
Cartas régias, (1667-1681).
| CEHB — 5807, 5822 |
- Vol. LXVIII. 1945. 398 págs.
Cartas régias (1681-1690). — Portarias (1719-1720).
| CEHB — 5807, 5822, 5872 |
- Vol. LXIX. 1945. 399 págs.
Portarias (1720-1721).
| CEHB — 5872 |
- Vol. LXX. 1945. 399 págs.
Portarias (1721-1722). — Cartas de officio (1704-1717).
| CEHB — 5872, 5854 |
- Vol. LXXI. 1946. 400 págs.
Cartas de officio (1717-1723). — Cartas para a Bahia (1723-1724).
| CEHB — 5854, 5883 |
- Vol. LXXII. 1946. 399 págs.
Cartas para a Bahia (1724-1726).
| CEHB — 5883 |
- Vol. LXXIII. 1946. 400 págs.
Cartas para a Bahia (1726). — Cartas de D. Sancho de Faro e Souza (1719-1720). — Cartas, patentes e provisões (1724-1725).
| CEHB — 5883, 5873, 5875 |
- Vol. LXXIV. 1946. 399 págs.
Cartas, patentes e provisões (1725-1728).
| CEHB — 5875 |
- Vol. LXXV. 1947. 399 págs.
Cartas, patentes e provisões (1726-1728). — Portarias, ordens e regimentos (1732-1734).
| CEHB — 5875, 5881 |
- Vol. LXXVI. 1947. 400 págs.
Portarias, ordens e regimentos (1734-1736).
| CEHB — 5881 |
- Vol. LXXVII. 1947. 400 págs.
Portarias, ordens e regimentos (1736). — Provisões, portarias e nomeações (1731-1732).
| CEHB — 5881, 5882 |

- Vol. LXXVIII. 1947. (2) + 395 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Provisões, portarias e nomeações (1732-1733). — Livro I de Regimentos (1548-1653).
| CEHB — 5882 |
- Vol. LXXIX. 1948. 400 págs.
Livro I de Regimentos (1653-1684).
- Vol. LXXX. S. d. S. ind. tip. 400 págs.
Livro I de Regimentos (1684-1725). — Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia (1775).
- Vol. LXXXI. 1948. S. 1. S. ind. tip. 398 págs.
Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia (1775-1783).
- Vol. LXXXII. 1948. S. 1. S. ind. tip. 398 págs.
Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia (1783-1793). — Registo de cartas régias (1678-1684).
- Vol. LXXXIII. 1949. S. 1. S. ind. tip. 299 págs.
Registo de cartas régias (1683-1697).
- Vol. LXXXIV. 1949. S. 1. S. ind. tip. 299 págs.
Siglas — Registo de cartas régias (1697-1705). — Pernambuco e outras capitanias do Norte: Cartas e ordens (1717).
- Vol. LXXXV. 1949. S. 1. S. ind. tip. 299 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Siglas — Pernambuco e outras capitanias do Norte: cartas e ordens (1717-1727).
- Vol. LXXXVI. 1949. S. 1. S. ind. tip. 291 págs.
Siglas. — Pernambuco e outras capitanias do Norte (1727-1732). — Se-

nado da Câmara — Bahia (1657-1696).

- Vol. LXXXVII. 1950. iv + 294 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Senado da Câmara — Bahia (1696-1726) — Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia (1673).
- Vol. LXXXVIII. 1950. 298 págs.
Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia (1673-1683).
- Vol. LXXXIX. 1950. iii + 294 págs.
Prefácio por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia (1673-1695).
- Vol. xc. 1950. iii + 296 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino (1695-1696; 1724-1732).
- Vol. xci. 1951. iii + 293 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia (1732-1756).
- Vol. xcii. 1951. iv + 296 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia e capitanias do Norte (1756-1807). — Rio de Janeiro (1674-1687).
- Vol. xciii. 1951. iv + 296 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino (1687-1710).
- Vol. xciv. 1951. 299 págs.
Consultas do Conselho Ultramarino — Rio de Janeiro (1726-1756).
- Vol. xcvi. 1952. v + 294 págs.
Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino: Rio de Janeiro (1757-1803). — Rio de Janeiro — Bahia (1707-1711).

Vol. xcvi. 1952. iv + 295 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino — Rio de Janeiro e Bahia (1710-1716).

Vol. xcvi. 1952. 300 págs.

Consultas do Conselho Ultramarino: Rio de Janeiro e Bahia (1716-1721).

Vol. xcvi. 1952. S. I. S. ind. tip. iii + 296 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino: Rio de Janeiro e Bahia (1721-1725). — Pernambuco e outras capitanias (1712-1716).

Vol. xcix. 1953. S. I. S. ind. tip. ii + 298 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino — Pernambuco e outras capitanias (1716-1727).

Vol. c. 1953. iii + (1) + 305 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Consultas do Conselho Ultramarino: capitanias do Norte (1716-1746).

Vol. ci. 1953. S. I. S. ind. tip. vii + 302 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 173 docs. de 1817 a 1818.

Vol. cii. 1953. S. I. S. ind. tip. v + 295 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 123 docs. de 1817.

Vol. ciii. 1954. S. I. S. ind. tip. xii + 294 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 93 docs. de 1817-1818.

Vol. civ. 1954. x + 288 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 138 docs. de 1817-1818.

Vol. cv. 1954. S. I. S. ind. tip. 268 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 71 docs. de 1818-1819.

Vol. cvi. 1954. (2) + iv + 256 págs.

Nota prévia. — Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 90 docs. de 1819-1820.

Vol. cvii. 1955. xii + 278 págs.

Nota prévia. — Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 94 docs. de 1818-1820.

Vol. cviii. 1955. iv + 295 págs.

Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 13 docs. de 1819.

Vol. cix. 1955. ix + 275 págs.

Nota prévia. — Explicação por José Honório Rodrigues. — Revolução de 1817: 36 docs. de 1817-1820.

Vol. cx. 1955. 195 págs.

Nota prévia. — Explicação por José Honório Rodrigues. — Devassa de 1801 em Pernambuco: 36 docs. de 1801. — Corrígenda.

ANEXO 2

ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL

Criado em 9 de junho de 1931, é constituído pela maior parte da correspondência trocada entre o Reino e as partes ultramarinas. Guarda, ainda, papéis avulsos, códices, mapas, plantas, e desenhos, divididos em duas seções: a 1.ª seção, abrangendo os documentos anteriores a 1833, é constituída por papéis do Conselho da Fazenda, do Conselho Ultramarino, dissolvido em 1833, da Junta das Missões, correspondência de governadores e mais autoridades civis, militares e eclesiásticas, cartas particulares, leis, decretos, alvarás, cartas régias e papéis do arquivo da Marinha; a 2.ª seção, abrangendo documentos posteriores a 1833, tem papéis do Conselho Ultramarino, de Autoridades Diversas, Consulados, Ministérios, Obras Públicas, Caminhos de Ferro, Portos, Saúde e Higiene, Junta Consultiva do Ultramar, Repartições Militares, Justiça, Fazenda, Cartografia, Correios e Telégrafos, Colégio das Missões de Sernache, etc. (arrumados com aquelas designações).

Todos os documentos são provenientes da seção de Marinha e Ultramar da Biblioteca Nacional de Lisboa e de várias repartições do Ministério das Colônias. Os documentos da Biblioteca Nacional de Lisboa chegaram ao Arquivo de tal forma desmantelados, que se achou preferível dar-lhes nova arrumação, agrupando-os geográfica e cronologicamente. Pode dizer-se que estão separados e relativamente arrumados os papéis do século xvii. Nos séculos xviii e xix há grande número de maços de documentos com o título "Documentos em organização", sem qualquer data que sirva de indício para as buscas.

É muito variado o número de caixas e maços das diversas capitanias, aqui indicadas por unidades, sem distinção de caixas ou maços, conforme se verifica na tabela da página seguinte.

A média de documentos para cada caixa é de 150 documentos, o que dá aproximadamente 240.000 documentos, que somados aos 200.000 avulsos e cerca de 4.000 códices, além dos "Livros de Offícios", perfaz um conjunto de quase 500.000 documentos. Não se verificou ainda a parte catalogada e conhecida, pois afora os nove volumes publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, têm sido vários os levantamentos feitos separadamente, conforme se indicou na bibliografia relativa ao Arquivo Histórico Ultramarino, desde Ernesto Ennes e M. A. Hedwig Fitzler.

CAPITANIAS	PERÍODOS	N.º DE CAIXAS E MAÇOS
Rio Negro.....	1755-1822	12
Pará.....	1616-1822	115
Maranhão.....	1610-1829	160
Piauí.....	1648-1828	14
Ceará.....	1618-1828	14
Rio Grande do Norte...	1623-1824	7
Paraíba.....	1593-1826	48
Pernambuco.....	1590-1823	229
Alagoas.....	1695-1823	4
Sergipe.....	1619-1827	4
Bahia.....	1599-1824	343
Espírito Santo.....	1585-1822	4
Rio de Janeiro.....	1614-1823	307
Minas Gerais.....	1701-1823	152
Mato Grosso.....	1699-1827	36
Goiás.....	1731-1825	51
São Paulo.....	1619-1823	79
Santa Catarina.....	1618-1823	6
Rio Grande do Sul.....	1700-1823	16
Nova Colônia do Sacra- mento.....	1682-1806	16
Demarcação de Limites .		2
Contrato do sal do Brasil	1682-1806	4

ANEXO 3

DOCUMENTOS EXISTENTES NO ARQUIVO DO VISCONDE DO URUGUAI (*)

1. Certidões de registro de nascimento, batismo, exames e curso na Universidade de Coimbra e Escola de São Paulo.
2. Cartas de seus pais do Maranhão, de 1823 a 1839.
3. Cartas recebidas quando estudante e presidente da Província do Rio de Janeiro; entre outras de José Bonifácio, Antônio Carlos, Evaristo, Feijó, Barão do Rio Verde, etc.
4. Correspondência recebida e minutas de respostas: D. Pedro II, Marquês de Sapucaí, Marquês do Paraná, Viscondes de Itaboraí e Sepetiba, Marquês de São Vicente (cartas e memórias sobre limites), etc., de 1840 a 1848.
5. Cartas, memórias, notas, bilhetes e lembranças, com minutas do próprio punho de Uruguai, referentes ao Rio da Prata, de D. Pedro II, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Marquês do Paraná (também instruções), Barão da Ponte Ribeiro (memórias manuscritas), Andrés Lamas (cartas e memórias), Manuel Herrera y Obes, Barão de Mauá, Visconde de Porto Seguro (memórias) e de muitas outras personagens da época. Cartas ao seu filho mais velho, Paulino.
6. Documentação completa sobre a Missão a Paris, de 1855 a 1856, relativa ao Oiapoque, com a correspondência com os Viscondes de Abaeté e Rio Branco, e com o Barão His de Butenval, o Conde Colonna de Walewski, de Mofras, G. de Saint-Hilaire, Ferdinand Denis e muitos outros. Há documentos originais do século XVI (D. Sebastião, de 1572) e século XVIII, e autenticados das negociações que antecederam aos Tratados Provisional de 4 de março de 1700, de Aliança, de 18 de junho de 1701, e de Utrecht, de 11 de abril de 1713. Inúmeras notas de pesquisas feitas pelo próprio Visconde do Uruguai.
7. Documentos referentes às negociações com a Argentina e o Uruguai, de 1857 a 1859, com a correspondência (notas argentinas) de D. Luis de la Peña, D. Andrés Lamas e Visconde do Rio Branco e Maranguape.
8. Correspondência até 1866, com várias personagens nacionais e estrangeiras.
9. Diplomas de sócios de várias academias e sociedades nacionais e estrangeiras (um dos diplomas tem a vinheta assinada: Debret).
10. Atas das eleições, desde deputado provincial até senador, com as comissões e os avisos manuscritos e impressos.

(*) Nota preparada e gentilmente oferecida por José Antônio Soares de Souza, sob cuja guarda se encontra o arquivo.

11. Correspondência com os respectivos títulos de várias ordens nacionais e estrangeiras que lhe foram concedidas (até em turco, a de Medgediê).
12. Títulos de Conselheiro, Senador, Visconde com grandeza, membro da maçonaria e Grão-Mestre.
13. Vários pareceres do Conselho de Estado (autógrafos).
14. Documentos diversos (pesquisas para os seus livros e trabalhos), e vários jornais.
15. Documentos referentes ao falecimento e pensão à Viscondessa do Uruguai e a sua filha menor.

ANEXO 4

ARQUIVO DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO(*)

O Arquivo do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira é propriedade de Antônio Moniz de Aragão, Pedro Moniz de Aragão, Gastão Moniz de Aragão, Maria de Lourdes Corrêa de Oliveira e João Alfredo Junqueiro Moniz de Aragão. Ocupa 33 latas que se encontram em depósito, sob a custódia do Arquivo Histórico do Itamarati.

Considerado por Joaquim Nabuco o mais importante arquivo particular da sua época, possui documentação referente à Lei do Ventre-Livre, Instrução Pública, Remodelação da cidade do Rio de Janeiro, Questão Militar, Abolição, Proclamação da República, Canudos, Revolta da Armada, Finanças e Tratados das Missões, Cardinalato, etc.

Quanto à correspondência passiva, que se estende de 1860 até a morte, em 1919, refere-se às figuras mais representativas, como sejam: Pedro II, Princesa Isabel, Conde d'Eu, Visconde do Rio Branco, Sales Torres Homem, Visconde de Abaeté, Barão de Cotegipe, Barão de Lucena, Ferreira Viana, Duarte Azevedo, Teodoro Machado, Manuel Francisco Corrêa, Visconde de Camaragibe, Francisco Glicério, Rodrigues Alves, Amaro Cavalcânti, Marechal Hermes da Fonseca, Padre João Manuel, Francisco Otaviano, Cônego Siqueira Mendes, Monsenhor Pinto de Campos, José de Alencar, e, ainda, a correspondência do Diretório Monarquista sobre a Renúncia do Príncipe do Grão-Pará, Plano de Restauração, etc.

Além da correspondência citada, existem trechos de Memórias, Protocolos de reuniões políticas acerca de diversos assuntos, do próprio punho do estadista.

A documentação constante deste Arquivo só poderá ser consultada com autorização de Pedro Moniz de Aragão, atual Diretor do Arquivo Nacional.

(*) Nota preparada e gentilmente oferecida por Pedro Moniz de Aragão, em setembro de 1968.

ANEXO 5

ARQUIVO DO BARÃO DE COTEGIPE (*)

Doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por disposição testamentária de sua filha, Sra. Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho, em 1942, e entregue em 1967, distribui-se por 85 latas.

Abrange vasto período da história nacional, desde 1835, quando estudante em Olinda, até 1889, data de seu falecimento. Possui correspondência passiva (e muitas minutas da expedida) da maioria dos políticos da época, como, por exemplo:

D. Pedro II, Princesa Isabel, Conde d'Eu, Caxias, Tamandaré, Paranaguá, João Alfredo, Ouro Preto, Taunay, Deodoro da Fonseca, Rodrigues Alves, Saraiva, Martinho de Campos, Dantas, os dois Rio Branco, São Vicente, Sinimbu, Itaboraí, José de Alencar, Zacarias, Silva Ferraz, Andrade Figueira, Ferreira Viana, São Lourenço, Otaviano, Abrantes, Bom Retiro, etc.

Entre os mais variados assuntos, podem-se destacar:

Chefatura de Polícia e presidência da província da Bahia; moeda falsa; repressão ao tráfico africano; tráfico interprovincial; ministério Paraná; estrada de ferro Bahia-São Francisco; lavoura e engenhos de açúcar na Bahia; ministério Itaboraí; guerra do Paraguai; ministérios São Vicente e Rio Branco; Missão ao Prata; Questão Religiosa; ministério Caxias-Cotegipe; eleição direta; ministério Cotegipe; abolição; moléstia do Imperador; protocolos de conferências ministeriais e com o Imperador ou a Princesa Regente; política regional das províncias, especialmente a da Bahia; vida social na Bahia e no Rio de Janeiro; relações exteriores.



Foram também recolhidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, após o falecimento do historiador Wanderley Pinho, os seguintes arquivos:

1. Araújo Pinho (João Ferreira de Araújo Pinho). Política baiana (como deputado provincial e geral e governador do Estado); política sergipana (presidente da Província); lavoura e engenhos de açúcar; aspectos da vida familiar nos fins do século XIX e começos do XX (4 latas).

2. Conde de Subaí (Francisco Moreira de Carvalho). Política regional da Bahia, especialmente Santo Amaro e Recôncavo; correspondência quando estu-

(*) Nota preparada e gentilmente oferecida por José Gabriel Costa Pinto.

dante de Direito em Coimbra; lavoura e engenhos de açúcar; aspectos da vida familiar e social de um senhor de engenho no século XIX (3 latas).

3. Brigadeiro Henrique Garcez Pinto de Madureira. Política baiana, inclusive da época da Independência; lavoura, correspondência do Conselheiro Saraiva quando estudante em São Paulo e nos primeiros anos da vida pública (2 latas).

4. Araújo Goes (Conselheiro Barão de Araújo Goes e Inocência Marques de Araújo Goes Jr.). Política baiana; partidos; eleições (1 lata).

ANEXO 6

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOBRE O BRASIL EXISTENTES NO RIKSARKIVET DE ESTOCOLMO E ENVIADOS EM MICROFILME AO ARQUIVO NACIONAL (Rio de Janeiro).

Relação Diplomática Americana. Documentos dos Cônsules da América do Sul

Localização: E. Ith.

Bahia (São Salvador) 1849-1880

Pernambuco (Recife) 1853-1880

I) Rio de Janeiro 1810-1825; 1826-1832. Ver no vol. E. IIf. 9.

1) 1852-1845.

1845-1862. Ver E. IIf. 9.

1) 1860-1870

1871-1880

1) Santos 1877

Cartas dos Imperadores Pedro I e Pedro II

Localização E. IIm: Skrivelser fran kejsare och presidenter i Sydamerika (Correspondência de Imperadores e Presidentes da América do Sul).

Volymantal Brevskrivares (Correspondência em volumes) Tid (Época)

Pedro I (kejsare av Brasilien, Imperador do Brasil)	1826-1837 1829-1830
Amália (kejsarinna av Brasilien, Imperatriz do Brasil)	1830, 1850, 1852 1853, 1857
Diverse förmyndare för Pedro II (Diversas Regências por D. Pedro II)	1831, 1833 1835, 1838
Pedro II	1840-1860 Lucker (falhas) 1842, 1849, 1851, 1855-1856, 1872, 1874
Strödda Kopior (Dupletter av ovannämnda brasilianska Kungl. brev. Cópias dispersas da correspondência imperial, não familiar).	1827-1873 Med luckor (com falhas)

Localização: E. IIf. 2 I/4 och E. IIf. 9: Depescher (skrivelser) fran beskichningen i Caracas respktive Rio de Janeiro samt tidvis även fran general-konsulaten in Venezuela och Brasilien /Despachos (correspondência) dos ministros em Caracas relativos ao Rio de Janeiro e periodicamente entre os consulados gerais da Venezuela e Brasil/.

Volymental (Volumes)	Tid (Época)
I	1826-1830 Rio de Janeiro
1	1830-1832 Rio de Janeiro förtinden (entre) 1832-1845
1	1845-1862 Rio de Janeiro

Cartas dos Imperadores e Presidentes da América do Sul

Kabinetets Arkiv (Arquivo do Gabinete)

1826-1874

Pedro I – Carta em latim de 1826 (congratulações ao rei da Suécia pelo nascimento de seu neto)

Cartas particulares, de 1826-1830

Cartas da Imperatriz Amélia, 1830

Cartas do Governo Provisório e Regência, 1831, 1833, 1835, 1838 (comunicando a Abdicação, etc.)

Pedro II – 1840-1874 (Com um telegrama comunicando a inauguração do telégrafo entre o Brasil e a Europa).

Localização de mapas

Localização n.º 625

"Mapa geografico de la provincia y costas de Buenos ayres desde su capital hasta la isla de Santa Catalina, en que se incluyen el Río Grande de San Pedro. Por don Juan de la Cruz. Se hallara en la librería de Copin, Carrera de S. Geronimo", 1700-1800.

Localização n.º 624

"Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & reg. Amazonum; secundum relationes de Herrera, de Laet, & P. P. d'Acuña & M. Rodrigutz, aliorumque observationes recentiores designata & edita per Giuliem de l'Isle ... nunc recusa per Hemanianos heredes... 1700-

Localização n.º 623

Vista geral da América do Sul, começos do século XVII. Mapa parcial. Título traduzido.

ANEXO 7

CATÁLOGOS E INVENTÁRIOS PUBLICADOS PELA BIBLIOTECA NACIONAL

- *Catálogo da Coleção Camoneana*. Por B. F. de Ramiz Galvão.
v. 1 (1876-1877) 1876; 2 (1876-1877) 1877; 3 (1877-1878) 1877.
- *Diogo Barbosa Machado*. Catálogo de suas coleções, por B. F. de Ramiz Galvão.
v. 1 (1876-1877) 1876; 2 (1876-1877) 1877; 3 (1877-1878) 1877;
v. 8 (1880-1881) 1881.
- *Catálogo da Exposição de História do Brasil*.
v. 9 (2 vols.) (1881-1882) 1881; suplemento, 1883.
- *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional*.
v. 4 (1877-1878) 1878; 5 (1878-1879) 1878; 10 (1882-1883) 1883;
v. 15, fasc. 1.º (1887-1888) 1892; 18 (1896) 1897; 23 (1901) 1904.
- *Catálogo da Exposição Permanente de Címélios*.
v. 11 (1883-1884) 1885.
- *Catálogo dos Retratos Coligidos por Diogo Barbosa Machado*.
v. 16 (1889-1890) 1893; 17 (1891-1892) 1895; 18 (1896) 1897;
v. 20 (1898) 1899; 21 (1899) 1900; 26 (1904), 1905.
- *Catálogo por Ordem Cronológica das Biblias, Corpos de Biblia, Concordâncias e Comentários Existentes na Biblioteca Nacional*.
[por José Alexandre Teixeira de Melo].
v. 17, fasc. 1.º (1891-1892) 1895.
- *Catálogo da Coleção Salvador de Mendonça*.
v. 27 (1905) 1906.
- *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, organizado por Eduardo de Castro e Almeida.
v. 31 (1909) 1913; 32 (1910) 1914; 34 (1912) 1914; 36 (1914) 1916;
v. 37 (1915) 1918; 39 (1917) 1921; 46 (1924) 1934; 50 (1928) 1936;
v. 75 (1957).
- *Catálogo da Coleção Cervantina com que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro concorreu à exposição comemorativa do 3.º centenário de D. Quixote*, organizado por Antônio Jansen do Paço.
v. 29 (1907) 1909.

- *Catálogo da Exposição Biblio-Iconográfica organizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e comemorativa do sexto centenário de Dante.*
v. 41-42 (1919) 1925.
- *Gonzagueana. Catálogo organizado pelo bibliotecário Emmanuel Eduardo Gaudie Ley.*
v. 49 (1927) 1936.
- *Catálogo da Exposição Nassoviana, comemorativa do 3.º centenário da chegada de Maurício de Nassau.*
v. 51 (1929) 1938.
- *Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu.*
v. 54 (1932) 1939; 55 (1933) 1939.
- *Índices das Consultas do Conselho de Fazenda. Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.*
v. 60 (1936) 1940.
- *Índices do Códice das Mercês Gerais. Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.*
v. 60 (1936) 1940.
- *Índices de Documentos relativos ao Brasil pertencentes ao Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.*
v. 61 (1939) 1941.
- *Catálogo de Documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional.*
v. 68 (1949) 1949.
- *Catálogo de Manuscritos sobre o Maranhão.*
v. 70 (1950).
- *Joaquim Nabuco. Catálogo e documentos.*
v. 70 (1950).
- *Revolução Praieira. Catálogo e documentos.*
v. 70 (1950).
- *Ruy Barbosa. Catálogo e documentos.*
v. 70 (1950).
- *Catálogo de Documentos sobre Pernambuco Existentes na Biblioteca Nacional.*
v. 71 (1951).
- *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar. Rio de Janeiro, 1756-1757.*
v. 71 (1951).
- *Alexandre Rodrigues Ferreira. Catálogo de manuscritos e bibliografia.*
v. 72 (1952).

- *Antônio Gonçalves Dias. Catálogo de manuscritos e bibliografia.*
v. 72 (1952).
- *Relação dos Documentos sobre o Brasil existentes no Arquivo Real de Haia.*
v. 72 (1952).
- *Anais da Imprensa Nacional, 1823-1831 e Suplemento, 1808-1823.*
v. 73 (1953).
- *Lista dos Manuscritos de Antônio Vieira Existentes na Biblioteca Nacional e Suplemento.*
v. 73 (1953).
- *Catálogo de Manuscritos sobre o Paraná Existentes na Biblioteca Nacional.*
v. 74 (1954).
- *Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional.*
v. 74 (1954).
- *Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão. Catálogo e Transcrição, por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha.*
v. 81 (1961) 1964.
- *Brasiliana da Coleção Barbosa Machado. Catálogo organizado por Rosemarie Horch.*
v. 83 (1963) 1967.
- *Catálogo de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (1808-1889) existentes na Biblioteca Nacional.*
v. 85 (1965) 1965.

POSFÁCIO

Tal como fiz na 4.^a edição de *Teoria da História do Brasil*, dividirei este posfácio em capítulos correspondentes aos da edição anterior, neles incluindo as correções e acréscimos.

1. *Preliminares*

A pesquisa histórica, convém repetir, é a busca da informação para averiguar a realidade histórica, no seu conjunto e nas suas circunstâncias. Estas não são senão as particularidades do fato histórico. A pesquisa histórica cuida sempre de estabelecer em toda parte as relações de causa e efeito, ou sejam, as séries causais, ou, ainda, a dependência teleológica (finalidade) que governa a reconstrução histórica. A pesquisa expõe sempre o acaso, seja este entendido como ausência objetiva de causa (o acaso absoluto, no sentido metafísico), seja a impossibilidade de conhecê-lo (o acaso absoluto, no sentido epistemológico).

Foge à História o acaso dos chamados jogos de acaso (corridas, loterias, cartas, dados). A pesquisa histórica visa os anéis reais do encadeamento causal. Ela fornece os elementos para descobrir o sentido da história.

A pesquisa quer servir à história, e para isso ela deve ser seletiva e compreensiva, tal como a própria história. A pesquisa está à procura dos documentos e dos fatos. Os mesmos documentos podem fornecer respostas novas às perguntas novas.

A pesquisa cultiva os fatos e tem um verdadeiro fetichismo pelos documentos e pelos fatos, o que não se dá com a história, que anda sempre à procura do sentido do fato e de sua variada conexão.

Já tentamos definir o fato histórico na segunda edição, e aqui pretendemos acrescentar novos elementos. Um fato, como explica o *Oxford Dictionary*, é um dado da experiência, distinto da conclusão. A história não é um corpo de fatos apurados, mas a seleção e compreensão do significativo na singularidade. Ela é, como ensinou Weber, uma ciência da realidade. O fato é o que é, é real, o que existe, e a história a compreensão do real.

É preciso não se seduzir pelos acidentes, fatos ocasionais, nem pelos grandes homens. Uns e outros deturpam, considerado em si, o complexo de fatos seletivos que compõe a história.

Não é assim possível dizer, como o jornalista inglês C. P. Scott, que "os fatos são sagrados e a opinião é livre", simplesmente porque quando se estabelecem os fatos históricos, escolhemos em razão da qualidade, eficácia e valor significativos dos próprios fatos, como pela decisão do historiador. É falso que os fatos falem por si mesmos, como mostrou E. H. Carr in *What is History?* (1); os fatos só falam quando o historiador os invoca e é ele quem decide que lugar eles devem ocupar na construção histórica.

Por exemplo, foi o historiador quem decidiu, por sua própria escolha, que o cruzamento do Rubicão por César era um fato histórico, embora milhões de pessoas tenham atravessado aquele pequeno riacho, antes e depois de César.

O historiador é necessariamente seletivo e o *status* histórico de um fato é uma questão de interpretação.

Poucos fatos são históricos apesar do apelo que alguns políticos fazem ao sentido histórico de suas ações, nem sempre historicamente frutíferas.

Dizia Gibbon, aos 24 anos, no seu ensaio juvenil *Essai sur l'étude de Littérature*, publicado no original francês em 1761, que os fatos são de três espécies: aqueles que nada provam senão sua própria existência; aqueles que servem para ilustrar um caráter, ou explicar um motivo e aqueles que dominam o sistema, o processo histórico e o põem em movimento.

Como a pesquisa é orientada por uma seleção comandada pelo historiador, este é tão criador de história, como a personalidade significativa, ou as individualidades criadoras, ou os fenômenos social e economicamente importantes, ou ainda a estrutura econômica e social da vida coletiva, aquilo que se pode chamar as forças impessoais. A interpretação, que resulta da compreensão, é o sangue da vida da história. Na *Teoria* (2) se verá a importância que dei à compreensão histórica.

A grande história, a história significativa, é escrita precisamente quando a visão do historiador é iluminada pelos problemas do presente. Mas o historiador é um produto da própria história e sua compreensão depende de muitas circunstâncias: educação, formação sócio-econômica, posição social e sua concepção do mundo. Como indivíduo ele reflete a sociedade que o criou.

A tarefa de compreender se inicia com a pesquisa, pois esta já busca informação que serve às análises causais que nunca se libertam dos julgamentos de valor, como ensinou Weber.

Uma das tarefas mais incontestáveis da história consiste sempre em compreender as ações exteriores dadas empiricamente, assim como seus resultados, em função das condições, dos fins, dos meios, dados historicamente. E nunca se deve esquecer que o conjunto do desen-

(1) *Que é história?*, tradução de Lúcia Maurício de Alverga, rev. de Maria Jemma Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 13.

(2) 4.^a ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1978, pp. 419-428.

volvimento exerce uma pressão sobre a direção dos acontecimentos, e que a personalidade nunca influi na sua totalidade, mas unicamente por meio das manifestações casualmente importantes no contexto histórico.

A interpretação, resultante da compreensão, é sempre axiológica, isto é, considera os valores próprios, faz julgamentos de valor.

As verdades sociais, econômicas e políticas compreendem-se; as físicas, naturais e matemáticas explicam-se. Obras poéticas como o *Fausto* e a "Canção do Exílio"; personagens como César e Napoleão, Getúlio e Juscelino; fatos como a queima da bula da excomunhão por Lutero, forças espirituais como a Reforma e a Contra-Reforma; o teto da Capela Sixtina e o "Sermão da Montanha", exigem uma infinita diversidade de tomadas de posição axiológica.

Nós podemos nos identificar com essas obras, personagens e fatos, ao passo que ninguém se poderia identificar com o quadrado da hipotenusa, ou com uma nuvem carregada de eletricidade positiva (3).

Toda a pesquisa histórica pressupõe desde seu primeiro passo que ela seja inspirada por um plano. Trata-se de uma pesquisa ativa, e não passiva, dirigida, e não impensada.

Dois princípios fundamentais ao trabalho histórico são: 1) a necessidade de recorrer às fontes e 2) nenhum historiador, por mais ilustrado que seja, é uma autoridade que devemos seguir cegamente.

Na pesquisa, devemos reconhecer que ela não vive sem a teoria e o exemplo da historiografia, o que, trocado em miúdos, significa afirmar que não há nada mais prático do que a teoria. Com isso quer-se dizer que as teorias existem para que as experiências práticas não se façam sem motivos, e sim sejam feitas, desde o começo, em condições que ofereçam possibilidade de êxito.

Por isso a pesquisa gira em torno da leitura dos textos (os documentos), do conhecimento dos métodos (teoria) e da lição dos historiadores que nos precederam. Aí está a ligação íntima entre a teoria, a pesquisa e a historiografia.

O pesquisador deve ter sempre em mente que o texto documental que tem diante de si deve ser lido como se o fora pela primeira vez, isto é, libertado inteiramente das apreciações paralisantes dos outros seus predecessores.

Compreender é reconhecer a conexão entre os fatos e suas significações, o ser e o agir que liga o homem ou uma comunidade. Wilhelm Dilthey escreveu que a conexão entre a ação e o motivo nós a conhecemos com clara consciência.

J. H. Plumb, grande historiador inglês, num livro de intensa reflexão histórica (4), escreveu que o "o propósito de toda investiga-

(3) Vide meu artigo "A história e o quadrado da hipotenusa", *Diário Carioca*, 18 de janeiro de 1958, comentário ao livro de Paul Kirn, *Einführung in die Geschichtswissenschaft*, Berlim, Walter de Gruyter, 1947, p. 63.

(4) *The Death of the Past*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1970.

ção histórica é produzir respostas, em forma de conceitos e generalização, aos problemas fundamentais da mudança histórica nas atividades sociais do homem".

Essas generalizações não são imutáveis, mas tentativas provisórias. Devem ser corretas, tanto quanto podem fazer uma pesquisa detalhada e um profundo senso da realidade humana.

2. *Evolução da pesquisa*

No histórico da pesquisa que aparece na 2.^a edição muito haveria que acrescentar nominal e institucionalmente. Nominalmente não esqueço as *Pesquisas para a História do Piauí* (5), de Odilon Nunes, que serve como exemplo ilustrativo, embora feito não com recursos públicos (a publicação sim) mas por iniciativa própria (6).

Hoje algumas Universidades, a CAPES, o CNPQ, a Fundação para o Amparo à Pesquisa, de São Paulo, a FINEP, o CEBRAP, criaram condições muito mais vantajosas à pesquisa em geral e, recentemente, à pesquisa histórica. A facilidade e dificuldade entre a pesquisa histórica sobre o Brasil por professores estrangeiros e brasileiros são muito acentuadas, e tive oportunidade de escrever mais detalhadamente sobre esse assunto (7).

Na verdade houve grande declínio pelos estudos históricos na República e só recentemente vem o governo procurando amparar a pesquisa histórica brasileira. Ao lado da assistência financeira de Universidades, Governo e Fundações criaram-se no estrangeiro muitas revistas especializadas que acolhem os resultados das pesquisas, tais como a *Hispanic American Historical Review* e a *Luso-Brazilian Review* (EUA), o *Journal of Latin American Studies* (Inglaterra), *Caravelle* (França), *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gessellschaft* (Alemanha Ocidental), o *N. S. Canadian Journal of Latin American Studies*. Grande papel informando, unindo, congregando os pesquisadores latino-americanos é representado pela *Conference on Latin American History*, com seus vários comitês, inclusive o brasileiro.

3. *Patrimônio histórico*

Ao tratar do Patrimônio Histórico fiz uma síntese sobre a matéria, cujo problema tem sido ultimamente muito debatido.

(5) 1.^a ed., Terezina. 1966, 3 vols. e o 4.^o Imprensa Oficial em 1972; 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1975, 3 vols.

(6) Vide José Honório Rodrigues, "Uma viagem de pesquisas históricas", *RIHGB*, 188, 1945, 14-29 e *Fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

(7) José Honório Rodrigues. "Os estudos históricos e os *brazilianists*, São Paulo, 1976. [Separata de *Revista de História*, 107.]

O escritor Franklin de Oliveira, num livro de grande repercussão (8), examinou a desintegração do acervo cultural brasileiro e clamou por sua defesa e preservação. Nele, o autor filiou-se à linha da história combatente que defendi em *Vida e História* (9), segundo suas próprias declarações (10). Nelas ele denuncia a grande ameaça que pesava sobre todos os bens culturais brasileiros.

Desde então as autoridades ficaram alertadas, dando como resultado a lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968, que dispunha sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos inserida já na anterior edição, mas que pode e vem sendo burlada, sem considerar que ela atende apenas a um aspecto da questão.

A medida fora adotada como consequência de informações referentes à venda de documentos do arquivo de Washington Luís. Reconhecendo ser difícil controlar o contrabando, Sérgio Buarque de Hollanda achava que o governo devia reforçar as medidas, fazendo arrolar todo o material coletado nas instituições públicas, esquecendo que a maior perda se efetua nos arquivos e coleções privadas (11); no mesmo sentido manifestaram-se o autor deste livro, Américo Jacobina Lacombe e Herculano Mathias, sendo que o primeiro acentuou caber ao Estado preservar os documentos públicos e zelar pela integridade dos arquivos privados, organizando o Registro Nacional de Arquivos. Seria também da maior importância uma lei que desse preferência ao Estado na aquisição dos arquivos particulares.

No Brasil tem-se dado pouca atenção a esses problemas e ainda agravamos a situação atribuindo ao Serviço do Patrimônio Histórico a defesa dos documentos, quando esta deve caber ao Arquivo Nacional, e os monumentos, casas, fortalezas, coleções artísticas ao mencionado Serviço. Sem esta distribuição de tarefas seria difícil defender o conjunto do patrimônio histórico.

Quando fui diretor do Arquivo Nacional criei o Serviço de Registro Nacional e defendi a unicidade arquivística no País, única forma de, evitando a dispersão e, concentrando numa única instituição, defender os documentos de consumação, destruição, roubo, contrabando e perda (12).

As iniciativas de defesa do patrimônio histórico-artístico foram muitas, todas procurando preservar as obras de arte ligadas à arquitetura e pintura, mas poucas impedindo a destruição documental que se faz nas próprias repartições oficiais (onde os documentos se originam), quando se findam os processos administrativos. Assim o acervo cultural do país vem sendo desfalcado, e só a integração de esforços efetivada num plano de ação cultural, que nem o Serviço

(8) *A morte da memória nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

(9) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

(10) "Voz das catacumbas mobiliza brasileiros que estão vivos", *Correio da Manhã*, 11 de março de 1967.

(11) *O Estado de São Paulo*, 4 e 9 de dezembro de 1973.

(12) Vide *O Globo*, 23 de dezembro de 1973.

do Patrimônio, nem o Conselho Federal de Cultura conseguem organizar.

Nem se aprendeu a preservar documentos, nem se estimulou a pesquisa histórica com o apoio que ela merece — especialmente fortalecendo o papel do Arquivo Nacional na colheita da documentação de custódia —, e nem a Universidade vem preparando gente competente na guarda e no aproveitamento documental.

Em 1973, sempre dando preferência ao patrimônio histórico-artístico e não documental-histórico, instalou-se um programa de restauração das cidades históricas do Nordeste.

A dispersão dos esforços, o desentrosamento entre os vários serviços do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, e os estaduais e municipais, e, ainda, os particulares, de fundações e Universidades oficiais ou privadas, torna ainda mais difícil o controle e a defesa dos velhos documentos e dos novos, produzidos pelas repartições oficiais.

A destruição de arquivos oficiais, a exemplo do ocorrido nas alfândegas do Rio de Janeiro e Paranaguá, no Ministério da Agricultura e de grande parte dos documentos do Ministério da Fazenda, mostra o descaso pelo problema e, nem mesmo a ajuda deste último Ministério à conservação e catalogação dos documentos da Casa dos Contos (Ouro Preto, MG) o redime dos pecados cometidos à memória nacional por vários chefes de departamento⁽¹³⁾.

Vários centros de pesquisa histórica, na Fundação Getúlio Vargas, na Faculdade Cândido Mendes, organizam arquivos modernos que, embora rompendo a unidade arquivística, defendem, unem, tornam utilizáveis documentos contemporâneos, e registam testemunhos, em programas de história oral.

4. *Acesso às fontes: direito ou privilégio*

Problema da maior importância é o do acesso às fontes de informação. Já escrevi na edição anterior deste livro que a primeira questão relevante consiste em estabelecer inicialmente se esse acesso deve ser assegurado como um direito fundamental à informação, à liberdade de pesquisa; nos países totalitários de direita ou de esquerda é sempre um privilégio.

Quando o papa Leão XIII abriu, em 1881, os arquivos secretos do Vaticano, reconheceu-se que ele tornara possível o acesso à vasta coleção de fontes primárias. Entretanto, foi estabelecida uma regra de cem anos (o dobro da antiga norma franco-inglesa dominante na Europa) e não se liberou a consulta aos documentos extremamente secretos, ou indecentes e escandalosos. Mas na verdade não houve

(13) Vide Virgílio Moretzsohn Moreira, "Arquivo. A sede descuidada da memória nacional", *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1975; "A procura da memória nacional", *O Estado de São Paulo*, 6 de dezembro de 1975, com entrevistas do autor.

ocultação visando defender quem quer que seja da crítica hostil. O historiador austriaco Ludwig von Pastor na sua *História dos papas* (14) foi o primeiro a se aproveitar da concessão de Leão XIII. Ele imprimiu todo o material escandaloso do pontificado de Alexandre VI, um Bórgia, embora a maior parte deste material das do pontificado de seu inveterado inimigo, Júlio II, e algumas das mais ultrajantes acusações, como a do incesto do Papa com sua filha Lucrecia, há muito tempo fora abandonada (15).

No Brasil não se assegurou o direito ao acesso aos documentos públicos e, quando entrei no Arquivo Nacional como seu diretor, o próprio fichário não era acessível ao consulente.

Pelo decreto n.º 12.343, de 5 de maio de 1943, que dava organização à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, o Arquivo Histórico deveria classificar, guardar e conservar os documentos de interesse à história diplomática do Brasil e toda a correspondência do Ministério até 1930. Portanto, com a diferença mínima de treze anos, deviam os documentos passar de ativos a inativos. O artigo 24 determinava que as pessoas estranhas ao Ministério unicamente poderiam proceder a estudo ou pesquisa no Arquivo Histórico com a autorização escrita do Ministro de Estado e em sala especial; as autorizações eram válidas por três meses e as cópias deviam levar o visto do Chefe do Serviço de Documentação. E o artigo 25 determinava, como escrevi na 2.ª edição desta obra, que, a estranhos, só seria permitido consultar documentos latino-americanos anteriores a 1850, e os relativos a países não-americanos e norte-americanos, anteriores à Proclamação da República.

Já tratei, na 2.ª edição, das dificuldades de acesso e das tentativas que fiz, procurando liberalizar o acesso e facilitar a pesquisa.

Na verdade a liberalização aparece no decreto n.º 64.122, de 19 de fevereiro de 1969, que alterava novamente o artigo 25 do Regulamento, determinando um prazo livre anterior a 1900, o que equivalia a 69 anos de proibição, e ordenava que a consulta aos documentos entre 1900 e 1940 seria permitida mediante a autorização do Ministério e parecer da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil. Os documentos posteriores a 1940 seriam vedados à consulta, salvo exceções que se justificassem a juízo do Ministério, ouvida, também, neste caso, a mesma comissão.

Estabelecia-se, assim, as três etapas, como as do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, embora os prazos não fossem tão liberais, nem se garantisse o direito de consulta em geral, e não apenas relativa ao Ministério das Relações Exteriores. A liberalização se deu no governo Costa e Silva, tendo como ministro Magalhães Pinto.

(14) *The History of the Popes from the close of the Middle Ages*, vol. 1-40. Londres, 1891-1953. (Trad. da *Geschichte der Päpste seit dem Ausgang des Mittelalters*, 16 ou 21 vols., Friburgo, 1886-1933.)

(15) Maria Luisa Ambrosini e Mary Willis, *The Secret Archives of the Vatican*, Londres, 1971.

Não posso deixar de acentuar, segundo a lição do VIII Congresso Internacional de Arquivos realizado em Washington em setembro-outubro de 1976, que com a liberalização do acesso e a diminuição dos prazos para consulta expandiu-se vigorosamente a clientela dos arquivos.

O principal, portanto, é a liberalização, cuja efetividade se concretizou nos Estados Unidos e serve como exemplo mundial, através do The Freedom of Information Act (Lei de Liberdade de Informação) de 1967, fortalecida com as emendas de 1975.

Creio que a razão está com o apóstolo São Lucas, em “A parábola da candeia”, 8:16-17. “E ninguém, acendendo uma candeia, a cobre com algum vaso, ou a põe debaixo da cama; mas põe-na no velador, para que os que entram vejam a luz. Porque não há coisa oculta que não haja de manifestar-se, nem coisa escondida que não haja de saber-se e vir à luz.”

E neste sentido é benvindo aos estudos, às pesquisas e à simples informação, o projeto de Lei do Senado, apresentado pelo senador Vasconcelos Torres⁽¹⁶⁾, dispondo sobre a temporalidade do sigilo estabelecido para os documentos do Estado, fixando a data de quinze anos para extinguir-se o sigilo atribuído a documento de qualquer grau (ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado). O projeto foi considerado pela maioria arenista da Comissão de Justiça da Câmara como inconveniente e injurídico, numa clara demonstração de sua incompetência.

Um grande passo avante foi dado pelo ministro do Exército, general Fernando Bethlem, ao estabelecer o recolhimento ao Arquivo do Exército dos documentos das várias repartições militares e determinando o acesso após 35 anos⁽¹⁷⁾.

5. Microfilme

O passo mais importante neste setor da pesquisa foi dado pela Biblioteca Nacional, com um projeto que visava à microfilmagem de jornais selecionados, ao qual coube-nos dar o parecer, sendo depois aprovado por uma comissão. Após isso, reproduziu-se o *Correio Brasileiro* (1808-1822), 24 rolos, 11.200 fotografamas e cujo *Índice*, por sugestão minha, e com minha assistência de caráter histórico, foi realizado pela mesma Biblioteca; microfilma-se também atualmente o *Jornal do Comércio* (1827-). Trezentos rolos já foram preparados pela Biblioteca Nacional, mas serão, ao todo, 500, correspondentes a 90 anos. Vários Estados vêm colaborando com o Projeto de Microfilmes da Biblioteca, preparando listas de prioridades, tais como Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná,

(16) n.º 88 de 1977, *Diário do Congresso Nacional*, 18 de maio de 1977.

(17) “Exército fixa em 35 anos prazo para liberação de seu arquivo”, *Jornal do Brasil*, 9 de outubro de 1977.

Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. O projeto de microfilmagem do *Jornal do Comércio* tem contado com recursos financeiros doados pela Fundação Ford.

6. *Sistema Nacional de Arquivos*

A diferença essencial que separa os arquivos americanos e canadenses dos europeus, à exceção dos holandeses e escandinavos, consiste sobretudo na execução de uma política nacional de arquivos, bibliotecas e museus. O principal está no controle pelos Arquivos Nacionais de toda a produção nacional de documentos públicos, em nível federal. Só a organização de um sistema nacional de arquivos, cujo primeiro esboço coube a um grupo de trabalho por mim presidido, e cuja idéia foi enviada à autoridade competente, ao qual ela, nem as que a sucederam, deram a devida atenção, é capaz de resolver o problema.

Por intermédio da Portaria n.º 316-B, de 7 de novembro de 1961, do Ministério da Justiça, foi nomeada uma comissão que elaborou um anteprojeto de lei dispondo sobre a criação do Sistema Nacional de Arquivos. Essa comissão, presidida por mim (à época diretor do Arquivo Nacional), era ainda composta pelos seguintes membros: Augusto de Rezende Rocha, Maria Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza e Rui Vieira da Cunha. A instalação da Comissão foi presidida pelo ministro Alfredo Nasser, entretanto, com sua retirada do Governo, o anteprojeto permaneceu nas gavetas do Gabinete Ministerial. Mais tarde, o diplomata Hélio Scarobotolo, assessor do Gabinete do ministro Gama e Silva, tentou fazer renascer a idéia, mas na verdade nenhum ministro foi sensível ao problema, dominados pela matéria jurídico-política.

Em 1972, no 1.º Congresso de Arquivologia, organizado pelo empenho e dedicação de José Pedro Esposel, houve uma sessão consagrada ao assunto, reaparecendo o texto primitivo, necessitado portanto de atualização. E desde aí, como lembra José Pedro Esposel, a Associação dos Arquivistas Brasileiros, também criada sob a inspiração do mesmo, vem chamando a atenção das autoridades responsáveis sobre a relevância da matéria⁽¹⁸⁾.

Os sinais de amadurecimento começaram a despontar na *Mensagem de 1975* do presidente Ernesto Geisel, manifestando a intenção de criar o Sistema Nacional de Arquivos, repetindo-a nas mensagens de 1976 e 1977; entretanto, nada de concreto foi decidido.

Em 1976, o Conselho Federal de Cultura adotou as idéias defendidas por aquele grupo de trabalho, sem contudo referir-se ao seu projeto pioneiro. Em seguida, o secretário da Cultura, Ciência e

(18) José Pedro Esposel, "A propósito do Sistema Nacional de Arquivos", *Arquivos & Administração*, v. 5, n.º 1, abril de 1977, pp. 15-16.

Tecnologia do Estado de São Paulo, José Midlin, incumbiu a Francisco de Assis Barbosa a assessoria na reforma do Arquivo de São Paulo. Seu relatório é uma peça que nenhum conhecedor de arquivos assinaria e suas conclusões são lastimáveis, revelando sua incompetência na matéria.

No governo Geisel, que pela primeira vez acolheu a idéia renovadora da criação do Sistema Nacional de Arquivos, o ministro da Justiça criou um grupo de trabalho que, afora o Sr. Alberto Rocha (ex-chefe do expediente do Palácio do Catete, ex-chefe do Gabinete do ministro Nasser, que acolheu e estimulou a idéia, com visão do problema e boa vontade pela sua resolução) e o Sr. Raul Lima (diretor do Arquivo Nacional, cheio de serviços e realizações), se compõe ainda do referido Sr. Assis Barbosa e não inclui nenhum representante da Associação dos Arquivistas Brasileiros. A minuta do projeto do Sistema Nacional de Arquivos, datada de Brasília, de março de 1977, contém aspectos inaceitáveis pelos conhecedores da matéria e a justificativa peca pelo ralo conhecimento que revela⁽¹⁹⁾.

Com o sistema podia-se pensar numa política nacional de Arquivos, dando-se uma nova estrutura ao Arquivo Nacional, e criando-se várias agências nacionais, em vários locais, que recolheriam e selecionariam, eliminando, ou determinando a custódia no Arquivo Nacional.

O Decreto-lei 200, de 1967, que criou o Sistema Nacional de Administração Federal, veio reforçar a idéia do Sistema Nacional de Arquivos, já agora amparado em mensagens presidenciais.

O referido Decreto-lei n.º 200 consagrou os princípios básicos de uma reforma administrativa, unindo planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.

Deve-se organizar sob a forma de sistema todas as atividades arquivistas, desde o uso padronizado do papel em que se produz o documento até a decisão final sobre seu destino. É um sistema nacional que controla, guarda, elimina e custodia toda a documentação federal, dentro daquele ideal defendido pelos arquivistas holandeses: "um máximo de informação com um mínimo de documentação".

A autoridade, para recolhimento, avaliação e destinação de documentos, exige a existência de um órgão central, dotado de força suficiente para determinar todas as medidas necessárias à sua efetivação.

Foi por isso que nas grandes reformas arquivísticas dos tempos modernos, para citar apenas exemplos marcantes — a russo-soviética, a americana do Norte e a canadense —, colocou-se o órgão central

(19) O referido Sr. Assis Barbosa fez uma palestra sob o título "O abandono dos arquivos. Um problema nacional", *Problemas Brasileiros*, n.º 162, fevereiro de 1977, 4-7, na qual, ao lado de coisas repetidas dos componentes, misturou vulgaridades de sua autoria.

junto ao Soviete Supremo, ao presidente e ao primeiro-ministro. Numa segunda fase, depois de estabelecida a autoridade e força do órgão central, este veio a unir-se ao órgão administrativo central, com o Federal Service Administration, dos Estados Unidos.

Confesso minha dúvida sobre a cúpula deste sistema, pois reconheço que o Arquivo Nacional é o órgão máximo de custódia, mas não compreende as duas outras etapas da vida documental, a ativa e a intermediária ou do limbo.

Penso assim que a tese de Maria Aparecida dos Santos, apresentada ao 3.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, tem muita dose de verdade quando sustenta a necessidade da criação de um órgão central que controle as três fases, da qual o Arquivo Nacional é a teiceira⁽²⁰⁾.

Esta é mais uma razão para não crer seja necessário transferir-se o Arquivo Nacional para Brasília, pois nesta fase do desenvolvimento nacional, Brasília deve possuir apenas uma agência recolhadora de documentação oficial. Caso que se aplica também ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, cujo chamado Arquivo Histórico deve permanecer no Rio. A principal clientela continua no Rio de Janeiro, onde se centralizam todos os órgãos para pesquisa histórica, como a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Museu Histórico Nacional.

A existência de regras de recolhimento, avaliação e destruição — generalizada na maioria dos países adiantados —, a entrega do poder de decisão sobre o destino final dos documentos da administração federal a este órgão central dentro do sistema nacional, são passos decisivos e imperiosos. Só assim se poderá dizer e ver que a administração dos arquivos tem uma atividade propositada para tornar efetivo um funcionamento ótimo dos serviços arquivísticos.

A idéia de várias agências nacionais localizadas em diversas partes do país está vitoriosa nos países onde os arquivos são peças fundamentais da administração pública e também o órgão principal da memória nacional.

7. Arquivos presidenciais

Em várias oportunidades tenho-me manifestado a favor da criação de arquivos presidenciais.

Até a presidência de Franklin D. Roosevelt, os presidentes americanos levavam os papéis consigo ou os depositavam na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso. No Brasil é também comum a confusão entre documentos públicos e os privados dos presidentes e ministros. Daí os arquivos e bibliotecas perderem coleções públicas

(20) "Arquivos em formação. Sua importância na solução do problema dos arquivos brasileiros", 1976. Apresentado ao 3.º Congresso Brasileiro de Arquivologia.

em mãos particulares, entrando mais tarde ñas instituições públicas por meios extraordinários (21).

A recente (1977) desclassificação da correspondência de guerra entre Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill, existente na Biblioteca e Arquivo Presidencial F. D. Roosevelt, de acordo com a lei dos trinta anos, revelou uma das anomalias arquivísticas nos Estados Unidos, que ocorrem também em outros países.

Nos Estados Unidos os documentos do presidente, o mais elevado cargo público, são de propriedade privada do Chefe do Executivo, que se considera livre de fazer com os documentos o que bem desejar. Foi assim desde George Washington, e muitos arquivos que poderiam iluminar uma Presidência foram dispersos, perdidos, tornados secretos ou destruídos como um resultado desta tradição.

Foi Roosevelt — o criador do Arquivo Nacional dos Estados Unidos — quem decidiu regularizar esse processo, mandando construir a Biblioteca F. D. Roosevelt, em Hyde Park, e doando seus documentos ao país e conseqüentemente à história. Mas mesmo assim a consulta foi tolhida por restrições impostas pelo doador. O acesso e liberação dos documentos administrativos é decidido por um comitê nomeado pelo próprio Roosevelt.

Foi a Lei presidencial de 1955, de D. Eisenhower, que determinou pôr a administração da biblioteca subordinada ao Arquivo Nacional, embora permanecessem as mesmas restrições ao uso.

Os historiadores impacientavam-se com as limitações às pesquisas.

Um antigo presidente é livre para extrair o que quiser de seus documentos públicos a fim de escrever suas memórias, como fez recentemente Lyndon Johnson. Roosevelt, infelizmente, não pôde escrevê-las, mas Winston Churchill o fez, e agora, depois da desclassificação dos documentos em Hyde Park, pode-se comparar claramente suas atitudes e propósitos.

Além da Biblioteca Roosevelt, existem a J. F. Kennedy, que deverá ficar em Cambridge, Massachusetts, a Eisenhower, em Abilene, Kansas; a Truman, em Independence, no Missouri; a Johnson no *campus* da Universidade do Texas, a de Nixon, se ele puder escolher, deverá ser na Califórnia, como a de Carter, na Geórgia.

Penso que assim como possuímos o Centro de Pesquisas de História Contemporânea do Brasil, dirigido tão bem por Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, reunindo coleções particulares de um ex-presidente, e de várias personalidades políticas, deveríamos desde já pensar na organização de bibliotecas presidenciais que reunissem os papéis, os livros, os objetos de cada Presidência; facilitando assim o estudo da sua personalidade e de seu governo.

(21) Na coleção de folhetos técnicos que publicou o Arquivo Nacional, durante minha administração, havia um estudo especializado, sobre o problema de os ministros carregarem para casa os papéis públicos, que assim se tornavam privados e, quando retornavam ao arquivo ou à biblioteca nacional, vinham como doação ou compra.

8. *Documentos econômicos e sociais*

A 2.^a edição (p. 160), acrescente-se:

John Brown Mason, *Research Resources. Annotated Guide to the Social Science*, Santa Barbara, Califórnia, 1968. Manfred Kossok (org.), *Studien zur verglichen Revolution Geschichte*, Akademie Verlag, Berlim, 1974.

As publicações do Institute of Latin American Studies da Universidade de Londres (31 Tavistock Square, Londres), tanto as *Theses in Latin American Studies at British Universities in Progress and Completed* (11 números), as *Staff Research in Progress or Recently completed in the Humanities and Social Sciences* (11 números, idem, idem) e os *Latin American Studies in the Universities of the United Kingdom 1976-77* (11 números, idem, idem), bem como a *Newsletter da Conference on Latin American History* (1964-), a *Membership List* (que informa sobre assuntos e estudos latino-americanos) e os "brazilianistas" são outros instrumentos de pesquisa histórica social-econômica. Mencione-se ainda: Charles Griffin, *Latin America: A Guide to the Historical Literature*, University of Texas Press, Austin e Londres, 1971. Russell H. Barthley e Stuart L. Wagner, *Latin America in Basic Historical Collections*, Hoover Institution Press, 1972.

9. *Documentos públicos. Presidentes de Província ou Estado*

A nova contribuição é de Ann Hartness Graham, *Subject Guide to Statistics in the President Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889* (Institute of Latin American Studies, Texas, Austin, 1977).

10. *Jornais*

Além de ter microfilmado e colocado à venda os rolos do *Correio Braziliense*, publicou a Biblioteca Nacional o *Índice* (Rio de Janeiro, 1976).

11. *Presidentes de Província*

Vide Governo de São Paulo. Lista do período colonial ao nacional. *PAN*, 36, 1959, pp. 13-31.

12. *Revistas de História*

Com o desaparecimento de Eurípedes Simões de Paula, em novembro de 1977, figura humana extraordinária pela sua capacidade

de unir, estimular e organizar, criador e dirigente da Associação dos Professores Universitários de História, várias vezes diretor da Faculdade de Filosofia, desejamos todos que a *Revista de História*, por ele criada e mantida e que atingiu 110 volumes, não se interrompa⁽²²⁾.

13. Arquivos estaduais e municipais

Acrescente-se à p. 192, *in fine*, da 2.^a edição:

1. "Informações dos Arquivos Públicos estaduais de que temos notícia através do Registro de Arquivos Brasileiros", *Mensário do Arquivo Nacional*, n.º 10, outubro de 1976, pp. 23-30.

2. "Informações sobre Arquivo e Documentos de São Vicente", in "Inéditos de Frei Gaspar", por Afonso de E. Taunay, *RIHGB*, XX, pp. 284-285; "Resumo histórico do Arquivo Público do Estado de São Paulo", *PAN*, 36, pp. 5-340; "Archivo Municipal" (Rio), *RIHGB*, t. 95, vol. 149, 1924, pp. 472-476; "Modificações na Estrutura dos Arquivos dos Antigos Estados do Rio e da Guanabara", *Mensário do Arquivo Nacional*, 11, setembro de 1975, pp. 47-48.

14. Arquivos de museus históricos

As notícias que se não encontram na 2.^a edição deste livro são de importância muito relativa. Em primeiro lugar criou-se em Tiradentes um Museu Histórico, por iniciativa da família José Tomás Nabuco, fazendo reproduzir em microfilme todos os documentos inventariados por Eduardo de Castro e Almeida e publicados em vários volumes dos *ABN*, citados neste livro. Como os documentos dizem respeito à Bahia e ao Rio de Janeiro, é de se lamentar que não se tenha aproveitado a ocasião e os recursos para reproduzir os documentos sobre Minas Gerais. Estes começam no Arquivo Histórico Ultramarino em 1699 e estão conservados em numerosas caixas⁽²³⁾.

Sobre o Arquivo Imperial de Petrópolis deve-se consultar Maria Amélia Porto Miguéis, "Arquivo histórico do Museu Imperial a serviço da pesquisa no campo da História", *Notícia Bibliográfica e Histórica*, 47, julho de 1972, bem como o *Inventário Analítico do Arquivo da Casa Imperial 1807-1816* (Petrópolis, 1974), que representa um grande avanço metodológico e técnico sobre o antigo "Inventário" feito por Alberto Rangel e publicado nos *ABN*⁽²⁴⁾.

(22) Vide sobre a matéria os "Vinte Anos da RH", de Odilon Nogueira de Matos, in *Notícia Bibliográfica e Histórica* (n.º 12, maio de 1970, 4-8).

(23) José Honório Rodrigues, *As fontes da história do Brasil na Europa*, pp. 11-13.

(24) Vide Odilon Nogueira de Matos, *Notícia bibliográfica e histórica*, 13, junho de 1970; 37, setembro de 1972; e 48, agosto de 1973.

Têm-se criado vários museus tais como o Museu Santos Dumont (Petrópolis), o Museu Aeroespacial (Ministério da Aeronáutica), o Museu Franciscano de Arte Sacra da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Recife (1974).

15. *Arquivo de institutos históricos*

Afora a indicação que demos dos arquivos privados no Instituto Histórico, convém confrontar com a informação "Arquivo do I.H.G.B.", no *Mensário do Arquivo Nacional*, março de 1976, pp. 19-21.

16. *Arquivos literários e de Faculdades*

É necessário dar uma idéia mais completa do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, a qual só foi possível graças à gentileza de sua bibliotecária, Rosamari Erika Horch (bibliotecária e bibliógrafa de primeira mão), de quem me orgulho tenha começado sua carreira comigo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. É dela a relação que transcrevo:

1. Brasileira de Yan de Almeida Prado, que constituiu o acervo inicial do Instituto (25).

2. Coleção Jorge Tibiriçá Filho, especializada na Guerra do Paraguai (323 títulos em 375 volumes).

3. Biblioteca Alberto Lamego, depositada no Instituto, mas até hoje não incorporada definitivamente.

4. Biblioteca de Mário de Andrade, com seu arquivo e gravuras, num conjunto de 17.000 títulos.

5. Biblioteca e arquivo do desembargador Juarez Bezerra, cerca de 6.221 obras.

6. Biblioteca e arquivo de Guimarães Rosa, cerca de 3.500 livros.

7. Biblioteca de José Feliciano de Oliveira, cerca de 8.000 títulos.

8. No arquivo, afora os já mencionados, possui o Instituto as coleções de Fernando de Azevedo, Fernando Mendes de Almeida, Oswald de Andrade e Graciliano Ramos, este em microfilme.

As diversas bibliotecas conservam-se separadas como vieram e só a de Yan de Almeida Prado cresceu com novas aquisições.

Por iniciativa de Plínio Doyle e com o apoio de Américo Jacobina Lacombe, criou-se, na Casa de Rui Barbosa, uma Memória Literária, cujo fundo não é conhecido, por falta de uma lista ou inventário.

(25) Vide Rosemarie E. Horch, *Relação dos manuscritos da coleção J. F. de Almeida Prado*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1966.

No Departamento de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, dirigido pela professora Aydil Preis, iniciou-se a elaboração de vários Índices de Revistas literárias e históricas. Já foram feitos o do *Nitheroy* e *Patriota* e se iniciou o da *Guanabara*, que serão publicados pela Universidade.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou-se um gabinete de Pesquisa Histórica do Rio Grande do Sul, mas pessoalmente só conhecemos a criação e o regulamento.

17. *Arquivos eclesiásticos*

Afora o que foi dito neste volume, convém ver a nota 40 in *Teoria da História do Brasil*, 2.^a ed., vol. 1, p. 337, desaparecida na 3.^a e 4.^a eds., e não incluída na 2.^a ed. da *Pesquisa*. Assim se escrevia: "Era lastimável a situação do Arquivo da Sé Metropolitana em 1862, conforme se vê da carta do Metropolita dirigida a Cândido Mendes de Almeida e por ele transcrita em seu *Direito Civil Eclesiástico*, Rio de Janeiro, 1866, 2.^o vol., pp. 770-771. Inventário dos livros do arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispado e dos livros paroquiais recolhidos ao Arquivo da mesma Câmara encontram-se in Antônio Alves Ferreira dos Santos *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Tip. Leuzinger, 1914, pp. 42-57."

E em 1974, notícias no *Jornal do Brasil*, 18 de março e no *Estado de São Paulo*, 19 de janeiro, informavam que a Igreja procurava novo local para seu Arquivo, preparando-o para abri-lo a pesquisadores e aos curiosos de genealogias, pois "todos ou quase todos os livros de batismo e casamento anteriores a 1800, bem como processos de ordenações sacerdotal que vão até o século XVI", lá se encontram.

18. *Arquivos de fundações*

A criação do Centro de Pesquisas de História Contemporânea pela Fundação Getúlio Vargas, como parte do Instituto de Direito Público e Ciência Política, é dirigido por Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, cientista social de clara vocação pelos estudos da ciência política e de história contemporânea. Dela, de seu entusiasmo e preparo, muito depende o êxito do Centro, que vem prestando valiosos elementos aos estudiosos brasileiros. O CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) desenvolve pesquisas próprias, com um programa de história oral, colhendo o testemunho dos militantes da política brasileira, e outro de organização de um dicionário histórico-biográfico brasileiro. Este pretende elaborar 4.000 verbetes, sendo 500 temáticos e 3.500 biográficos. Os temáticos incluiriam verbetes sobre a Revolução de 1930, 1932, a Constituinte de 1934, o Estado Novo, os partidos políticos,

os movimentos sociais, as organizações profissionais, os órgãos de informações, os jornais e os conceitos correntes da ciência política (26). Ele possui um arquivo escrito, sonoro e visual, e já contém os arquivos dos presidentes Getúlio Vargas, Humberto Castelo Branco, Café Filho, dos ministros Osvaldo Aranha, Artur de Sousa Costa, Juraci Magalhães, Milton Campos, Gustavo Capanema, Francisco Antunes Maciel, Augusto do Amaral Peixoto, Agamenon Magalhães, Lucas Lopes, do deputado Último de Carvalho, do presidente da Associação Comercial João Daudt de Oliveira.

Uma exposição sucinta e lúcida sobre o Centro de Pesquisas, a Documentação de História Contemporânea do Brasil, a organização dos arquivos, e o centro e a comunidade foi escrita por Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco e por Regina Helena Diniz Bomery (27).

19. Arquivos de jornais e revistas

Os estudiosos de história contemporânea não podem esquecer os arquivos de jornais e revistas. O jornalismo brasileiro não conta com índices organizados e publicados como são os anglo-americanos — *London Times*, *New York Times*, *Wall Street Journal*; na França, de jornal desaparecido, só do *Le Temps* possuímos um índice feito com verbas do Conselho Nacional de Pesquisa Científica, e do *Le Monde*, que mantém hoje um índice preparado e publicado anualmente. Nas oportunidades variadas que tive de ir aos Estados Unidos, organizei cadernos de notas indicativas do dia da publicação da matéria sobre o Brasil, primeiro de 1913 a 1969 — a última vez que estive em Nova York foi em 1970 — e segundo o índice retrospectivo do *New York Times* de 1858-1912.

São vários cadernos que contêm a indicação sobre a matéria brasileira publicada no *London Times* e no *New York Times*, o que me facilitaria ir ao jornal brasileiro com procura mínima. Como são grandes os capitais estrangeiros destes países aplicados no Brasil, não deixam de registrar tudo que possa interessar ao leitor e aos sócios das empresas. De algumas notícias, pela sua importância imediata, tirei notas diretamente nos jornais e microfímes deles.

No Brasil, alguns jornais possuem bons arquivos, como o do *Estado de São Paulo*, com índice preparado mas não publicado, e o do *Jornal do Brasil*, com índice também preparado e não publicado, apenas alguns anos posteriores ao do *Estado*, mas ambos da década de 1960-70.

(26) *Informativo*, n.º 5, setembro de 1973, pp. 20-21 e *Informativo*, 5, maio de 1975, pp. 17-18. "Centro de Pesquisa e Documentação do Brasil". *Bib. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 2. Suplemento de *Dados*, 16, 1977, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro.

(27) "Arquivos privados na história contemporânea brasileira". *Revista de Ciências Políticas*, vol. 20, março, 1977, pp. 15-25.

20. *Arquivos portugueses*

Quando estive em Portugal em 1975, o Dr. Alberto Iria, que nos anos salazaristas dirigia, na mais completa inoperância, o Arquivo Histórico Ultramarino, muito bem conservado e limpo, mas ineficiente e repleto de dificuldades de consulta e acesso, fora aposentado. Em seu lugar dirigiam-no três arquivistas que me declararam sua disposição pela abertura ampla até de assuntos considerados secretos, e haviam criado várias facilidades de acesso. Havia grande número de angolanos exilados pedindo informações sobre atos oficiais do governo de Angola, estando a sala repleta deles. Havia também alguns brasileiros buscando elementos para teses de doutoramento. Maria Célia de Araújo Guabira consultava as seis caixas e os sete maços do Ceará (1618-1823) e o Dr. Isau, de São Tomé, preparava lista de documentos sobre Santa Catarina e o Rio Grande do Norte. Era um negro inteligente e preparado, e, à pergunta sobre por que estudava essas duas capitanias, disse-me porque eram as que possuíam menores documentações, facilitando-lhe assim o preparo rápido de Inventários sobre o Brasil, ao qual pretendia dedicar seus esforços.

Na sala geral de consultas existem índices datilografados nunca publicados, e que ao que soube perderam parte de sua utilidade porque desarrumaram as latas, o que fez com que as cotas indicadas não correspondam mais aos documentos indexados. São esses: I. Papéis avulsos das datas de 1605-1738, 1739-1794, 1597-1671 (Três Relações organizadas pelo professor José Antônio Gonsalves de Melo Neto); II. Guerra dos Mascates; III. Bispos, Donatários e Governadores.

Além desses existe um "Índice Abreviado: I. Índios; II. Figurinos militares; III. Família Maya; IV. Compromissos de Irmandades, Confrarias e Misericórdias; V. Animais e árvores do Maranhão; VI. História militar; VII. Escravos (Duas Relações); VIII. Fortalezas, igrejas e outros monumentos antigos civis, religiosos e militares, construídos pelos portugueses (Duas Relações). Tem o título A.H.U. Elementos Informativos."

Existe ainda de Antônio Maciel Filomeno de Azeredo (catalogador), com a declaração na capa de Lisboa, 1961, a "Relação abreviada de espécies iconográficas, cartográficas e documentais, respeitantes ao Brasil; de possível interesse para figurarem, reproduzidas em espécie ou em fotografias no Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, inauguradas no Recife (Pernambuco), existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa 1961. A capa diz: "II. *Brasil-Diversos*, A.H.U. Elementos Informativos".

Noutro volume se escreve na capa "Brasil-Diversos III, A.H.U. Elementos Informativos. Índice abreviado. I. São Paulo (Documentos com interesse para a Faculdade de Filosofia e Ciências de São

Paulo, 1720-1807); II. São Paulo (Documentos em que figura o apelido da família Maciel); III. Bahia (Documentos existentes no Arquivo Histórico, cujos microfílmicos foram oferecidos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília); IV. Ceará e Goiás (Documentos referentes ao governador Manuel Inácio de Sampaio Pina Freire, visconde de Lançada, 1812-1822); V. Rio de Janeiro (Documentos respeitantes à concessão de cartas de sesmarias, entre 1661-1771); VI. Bahia (Documentos relativos ao governador e capitão-general do Brasil, D. Antônio Luís de Sousa, marquês das Minas, 1684-1687)."

Noutro Inventário, datilografado, se escreve na capa: Brasil-Diversos. IV. A.H.U. Elementos Informativos. Folha de rosto: IV. Brasil-Diversos. Índice Abreviado. I. Bahia. Espécies documentais e iconográficas para se exporem no Forte de São Marcelo (1668-1804); II. Documentação acerca de José da Silva Lisboa (1783-1805). III. Pará. Espécies documentais cartográficas referentes à Sé Catedral de Belém; IV. Goiás. Espécies documentais sobre Goiana (1609-1807) com interesse para a exposição do IV Centenário do povoamento daquela cidade.

Vide também: Caio César Boschi, "O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal", *RH*, 101, pp. 342-400.

Na parte relativa à Torre do Tombo convém incluir *As Gavetas da Torre do Tombo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, I, 1960 — IX, 1971; sobre os arquivos municipais portugueses, ver a publicação da Academia Portuguesa de História, *Rotêiro dos Arquivos Municipais Portugueses*, vol. I, *Elvas, Viana do Castelo, Vila do Conde*, Lisboa, 1976.

21. Arquivos espanhóis

Não foi incluído na edição anterior a obra de Joaquim José Ferreira Gordo, "Apontamentos para a História civil e literária de Portugal e seus domínios, coligidos de manuscritos, assim nacionais como estrangeiros, que existem na Biblioteca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns senhores e letrados da corte de Madrid", in *Memórias de Litteratura da Academia*, t. III, pp. 1-92.

22. Arquivos britânicos

A Irish University Press publicou 942 volumes da série *British Parliamentary Papers*, na qual se reproduzem os grandes debates e discursos do Parlamento britânico sobre matéria relevante ao Brasil como escravidão, comércio, relações diplomáticas, inteiramente esgotadas. Vide T. P. O'Neil, *British Parliamentary Papers*, Irish University Press, 1968. Só a parte relativa a *Central and South America da Area Studies Series*, se compõe de 50 volumes.

23. Arquivos franceses

Cícero Dias, *Catalogue du Fonds Ferdinand Denis, Bibliothèque Saint Genovevieve*, Institut Français de Hautes Étude Brésiliennes, Paris, 1971. Com prefácio de Américo Jacobina Lacombe.

Cícero Dias, *Catálogo dos documentos referentes ao Brasil*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1975; com prefácio de José Antônio Soares de Souza.

24. Arquivos italianos

Lajos Pásztor, *Guida delle fonti per la storia dell'America Latina negli archivi della Santa Sede e negli archivi ecclesiastici d'Italia*, Vaticano, 1970.

25. Arquivos alemães

Estivemos em 1975 na Alemanha Ocidental, a convite do governo alemão e visitamos vários arquivos e bibliotecas, tendo, na volta, escrito um estudo sobre a matéria relativa ao Brasil. Enviei-o à *Revista de História* e ou o Correio ou a própria secretária da *Revista* perdeu o original. Como não tenho cópia é difícil reconstituí-lo. Sei que encontrei no Arquivo Secreto da Prússia, em Berlim, vários documentos relativos ao Brasil. O *Geheimes Staatsarchiv Preussischer Kulturbesitz* (Berlim, 1974), contém em resumo o material relativo ao Brasil. Possuo uma "Relação do material sobre o Brasil existente no Arquivo Secreto da Prússia", bem como no Arquivo Central de Koblenz, e no Arquivo Militar de Friburgo. Também uma lista da bibliografia alemã sobre o Brasil, existente no Ibero Amerikanische Institut, foi preparado e todo este material informativo, incluído no citado artigo, foi perdido. Felizmente existe o excelente *Führer durch die Quellen zur Geschichte Latein Amerikas* (*Guia sobre as fontes da história latino-americana*), por Renate Hauschild-Thiessen e Elfriede Bachmann, Bremen, Carl Schünemann Verlag, s/d.

Também na República Democrática Alemã foi publicado o *Übersicht über Quellen zur Geschichte Lateinamerikas in Archiven der Deutschen Demokratischen Republik* (Sinopse sobre as fontes para a história da América Latina nos arquivos da República Democrática Alemã).

26. Arquivos holandeses

M. P. H. Roessingh, *Guide to the Sources in the Netherlands for the History of Latin America*, Haia, 1968. (Resenha crítica por

Charles McKew Parry in *HAHR*, novembro de 1969, Government Publishing Office, 724-725.)

27. *Arquivos na Suíça*

Guide to the Archives of the League of Nations, Genebra, 1969 (mimeografado).

28. *Bibliotecas européias*

Manuscritos da Ajuda I Centro Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1966.

Roteiros dos Arquivos Municipais Portugueses, volume I, Elvas, Viana do Castelo, Vila do Conde. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Abaeté, Visconde de, Antônio Paulino Limpo de Abreu, 207.
- Abranches, Dunschee de, 162, 165.
- Abreu, João Capistrano de, 43, 44, 49, 63, 67, 78, 83, 84, 88, 93, 94, 95-97, 98, 100, 102, 109, 114, 134, 183, 196, 203, 205, 207, 240, 241, 244, 249.
- Academia Brasileira de Letras, 200.
- Acaso na história, 30.
- Acioli de Cerqueira e Silva, Inácio, 55.
- Acton, Lord, 132.
- Adams, Thomas, R., 234.
- Adonias Filho, 178.
- Afonso Celso, Conde de. Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr., 196, 200.
- Albuquerque, J. F. de Paula Cavalcanti de, 47.
- Albuquerque, Maria Izabel de, 213.
- Alcântara, D. Pedro de. Príncipe do Grão-Pará, 207.
- Alcântara Machado de Oliveira, José de, 209.
- Alencar, José de, 177.
- Alexandre VI, papa, 279.
- Almeida, Antônio Paulino de, 193.
- Almeida, Cândido Mendes de, 50, 200, 201, 202, 203, 205, 288.
- Almeida, Eduardo de Castro e, 88, 102, 212, 286.
- Almeida, F. Mendes de, 287.
- Almeida, Francisco Manuel, P.e, 217.
- Almeida, João Ribeiro de, 74.
- Almeida, José Américo de, 178.
- Almeida, Manuel Antônio de, 177.
- Alvarenga, Oneida, 139.
- Alverga, L. Maurício de, 294.
- Alves, Francisco Manuel, P.e, 217.
- Amado, Jorge, 179.
- Amado Alonso, 179.
- Amaral, Amadeu, 138.
- Amaral, José Maria do, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 51.
- Ambrosini, M. Luisa, 279.
- Análise histórica, 29.
- Anchieta, José de, P.e, 73, 96.
- Andrada, Gomes Freire de, 51.
- Andrada, Martim Francisco Ribeiro de, 197.
- Andrada e Silva, José Bonifácio de, 72, 197.
- Andrada e Silva, Martim Francisco de, 99.
- Andrade, A. T., 159.
- Andrade, Carlos Drummond de, 141.
- Andrade, Mário de, 138, 139, 287.
- Andrade, Oswald, 279.
- Andrade, Rodrigo Melo Franco de, 127, 145.
- Andrews, Charles M., 218.
- Antonil, André João (João Antônio Andreoni), 96.
- Antonio, Nicolau, 204.
- Aracati, João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg, Visconde e Marquês de, 42, 215.
- Aranha, Osvaldo, 208, 289.
- Araripe, Tristão de Alencar, 198, 203.
- Araújo, José de Figueiroa Nabuco de, 144.
- Araújo Goes, Inocência Marques de, Barão de, 198.
- Arbaugh, Dorothy, 175.
- Arquivo Central de Microfilmes, 240-248.
- Arquivos: política de sigilo, 133, 134, 136, 137; prazos de consulta nos, 129-137, 278-280; uso dos, 128-137, 151-152.
- Arquivos brasileiros: da Câmara Municipal de São Vicente, 44, 49-51; da Casa Imperial do Brasil no Castelo d'Eu, 99; da Mordomia da Casa Imperial, 104; da Secretaria do Império, 42; da Superintendência da Casa Imperial, 104; de cartórios, 208-210; de fundações, 288-289; de Institutos Históricos, 195-199; de Institutos Históricos estaduais, 199-

- 200; de Irmandades, 201, 216; de jornais e revistas, 289; de museus históricos, 194-195, 286-287; de Pernambuco, 81-82; de Santas Casas de Misericórdia e Ordens Terceiras, 201-202; do Exército, 189; do Ministério das Relações Exteriores, 134-137, 152, 279, 283; do Norte e do Nordeste, 51-57; do Palácio do Grão-Pará (Petrópolis), 105; eclesiásticos, 200-201, 288; e museus, 124; fotográficos, 141; Histórico do Itamarati, 68, 136, 186-187, 246; Imperial de Petrópolis, 286; literários e de faculdades, 200, 287; ministeriais, 134; municipais e estaduais, 283-285; Nacional (do Rio de Janeiro), 42, 55, 56, 63, 64, 104, 105, 121, 123, 124, 126, 127, 133-134, 157, 159, 175, 183, 184-185, 186, 190, 191, 195, 204, 206, 211, 246, 248, 282, 283, 284; Presidenciais, 283-285; Públicos do Império, 54.
- Arquivos estrangeiros: 210-222; alemães, 157, 219-220, 292; austríacos, 100, 101, 220; britânicos, 83-85, 122, 217-219, 291 (vide também Museu Britânico); da Companhia de Jesus (Roma), 72, 105-107; da Província de Jesus do Paraguai, 107; de Goa, 215; de jornais e revistas, 289; de Moçambique, 42, 215; do Vaticano, 101, 109, 129; espanhóis, 46-47, 48, 88-91, 94, 98-99, 104, 112, 118, 202, 216-217, 291; europeus, 48, 68-73, 97-98, 103-104, 216-222, 293; franceses, 84, 100, 184, 219, 292; holandeses, 70-71, 75, 80-81, 91-92, 110-112, 219-220, 292-293; italianos, 108, 219, 292; japoneses, 222; latino-americanos, 225-229; Nacional dos E.U.A. (Washington, D.C.), 122, 130-131, 150-152, 153, 161, 174, 210, 226-227, 284; portugueses, 46-47, 49, 57-67, 76, 79-80, 86-88, 95-97, 101-103, 108-110, 123, 211-216, 260-261, 290-291 (vide também Torre do Tombo); presidenciais, 283-285; soviéticos, 222; suecos, 221, 222, 267-268; suíços, 220-293.
- Arquivos nacionais, 225-228, 277.
- Arquivos privados: 69, 196-198, 206-208, 230, 262-266; de famílias nobres portuguesas, 85, 86, 215-216; depositados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 196-198; depositados no Itamarati, 188.
- Assis Brasil, J. F. de, 208.
- Assis Chateaubriand, 22.
- Associação dos Arquivistas Brasileiros, 281, 282.
- Auler, Guilherme, 104-105, 192, 195, 200, 207.
- Assunção, Lino de, 95, 96.
- Azambuja, Joaquim Maria Nascentes de, 196.
- Azeredo, A. M. Filomeno, 290.
- Azevedo, Aluísio de, 177.
- Azevedo, Fernando de, 287.
- Azevedo, João Lúcio de, 67, 88, 96, 97, 102.
- Azevedo, Manuel Duarte Moreira de, 198.
- Azevedo, Pedro Vicente de, 82, 96, 212.

B

- Bachmann, Elfried, 292.
- Bahmer, Robert H., 122.
- Baião, Antônio, 67, 96, 212, 216.
- Baker, Ernst A., 179.
- Balaçada, documentos sobre a, 74.
- Bandeira, Moniz, 159.
- Barata, Manuel de Melo Cardoso, 197.
- Barbosa, Francisco de Assis, 179, 193, 282.
- Barbosa, Januário da Cunha, 22, 38, 39, 40, 44, 46.
- Barbosa, Paulo, 208.
- Barbosa, Rui, 31, 114, 194, 204, 287.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre, 192.
- Barthley, Russell H., 285.
- Barzun, Jacques, 24.
- Bauer, Wilhelm, 138, 140, 141.
- Bautier, R. H., 123.
- Behrendt, F., 160.
- Behring, Mário, 253, 254.
- Bergson, H., 27.
- Bernardes da Silva, Artur, 163, 208.
- Bernheim, Ernst, 137, 140.
- Bernstein, Sylvie, P., 160.
- Besterman, Theodore, 150.
- Bethlem, Fernando, 280.
- Beviláqua, Clóvis, 148.
- Bezerra, Alcides, 185.
- Bezerra, Juarez, 287.
- Bibliografia histórica portuguesa, 211-215.
- Bibliotecas estrangeiras: 228-229; alemãs, 232, 233, 236; espanholas, 89, 92, 232, 235; européas, 234-236, 293; francesas, 100, 104, 118, 232, 233, 235-236; inglesas, 232, 233; norte-americanas, 151, 224, 232, 233, 284; portuguesas, 62, 66, 67, 71, 76, 85, 100, 102, 230, 232, 233, 234-235.
- Biblioteca Fluminense, 230.

- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro): 43, 67, 74, 76, 77-78, 85, 101, 230-232, 246, 247, 248, 249, 283, 285, 287; *Caldlogo da Exposição de História do Brasil*, 232; Catálogo incompleto de Évora, 67; catálogos publicados da, 76, 77, 269-271; Coleções especiais, 230; Documentos Históricos, 253, 259; história da, 75; inventário do Conselho Ultramarino, 102, 103; lista incompleta dos documentos relativos ao Brasil na Biblioteca Nacional de Lisboa, 101; pesquisas no estrangeiro promovidas pela, 74-76, 87-91; publicações de, 232; seção de manuscritos, 134, 159.
- Bibliotecas nacionais, 229-230.
- Biografia, 30.
- Bittencourt, Aluysio Regis, 222.
- Blake, A. V. A. Sacramento, 240.
- Bocaiúva, Quintino, 187.
- Boehrer, George C. A., 234.
- Boiteux, Lucas Alexandre, 166.
- Bolton, Herbert Eugene, 228.
- Borges da Fonseca, Antônio José Victoriano, 82.
- Borges de Medeiros, coleção, 199, 208.
- Bórgia, Lucrecia, 279.
- Bormann, José Bernardino, general; 197.
- Bosch Garcia, Carlos, 24.
- Boschi, Caio César, 291.
- Botelho, Diogo, 205.
- Boulanger, Luís Aleixo, 197.
- Bourdemare, François, 206.
- Boxer, Charles R., 170, 210, 215, 233, 240.
- Branche, H. Boullier de, 185.
- Branco, Manuel Alves, 2.º Visconde de Caravelas, 197.
- Brelín, Johan, 222.
- Briceño Perozo, Mario, 228.
- Brink, R. C. Bakhuizen van den, 220.
- Brito, Maria Ana Meyer, 214.
- Brito Freire, Francisco de, 204.
- Bruno, Ernani Silva, 108.
- Bruxel, Arnaldo P.e, 105-106, 107.
- Burrus, E. J., P.e, 225.
- Butenval, Hist. de, Barão, 262.
- Butler, J. R. M., 124.
- Butler, Ruth L., 171.
- Butterfield, H., 132.
- C
- Cabral, Pedro Alvares, 205, 233.
- Cáceres, João de Albuquerque de Melo Pereira e, 108.
- Cáceres, Luís de Albuquerque de, Melo Pereira e, 108.
- Café Filho, João, 164, 289.
- Calmon, Pedro, 100, 102, 244.
- Calógeras, João Pandiá, 97.
- Calógeras, Miguel, 99, 105, 195.
- Câmara dos Deputados, 167-168.
- Camarão, Antônio Filipe, 112.
- Campos, Humberto de, 176.
- Campos, Milton, 289.
- Campos, Raul Adalberto de, 188.
- Campos Sales, M. F., 163.
- Canstatt, Oscar, 249.
- Capanema, Gustavo, 259.
- Cardim, Fernão, 96, 97.
- Cardoso, Maurício, 208.
- Cardozo, Efraim, 74.
- Cardozo, Manuel S., 233.
- Cardozo de Bithencourt, 235.
- Carmo, J. A. Pinto do, 167.
- Carnegie, Andrew, 222.
- Carneiro, Diogo Gomes, 205.
- Carneiro, Edison, 139.
- Carneiro, Néelson, 208.
- Caron, Pierre, 219.
- Carpeaux, Otto Maria, 179.
- Carr, E. H., 274.
- Carrera Stampa, Manuel, 225.
- Carvalho, Alfredo de, 249.
- Carvalho, Francisco Moreira de, 265, 266.
- Carvalho, Maria de Lourdes Rodrigues de, 194.
- Carvalho, Rodrigues de, 138.
- Carvalho, Setembrino de, 189.
- Carvalho, Último de, 289.
- Cascudo, Luís da Camara, 139.
- Case, L. M., 216.
- Castelo Branco, Humberto de Alencar, 135, 164, 289.
- Castelo Branco Filho, Antônio Borges Leal, 136.
- Castro Alves, Antônio de, 177.
- Catálogo: coletivo de manuscritos, 124, 246, 248, 249; da coleção Visconde do Rio Branco, 77, 78; da Exposição de História do Brasil, 75, 77.
- Cavalcânti, Amaro, 196.
- Caxias, Duque de, Luís Alves de Lima e Silva, 134, 197.
- Cerqueira, Dionísio, general, 94.
- Certidão, 146-147.
- César, Júlio, 274, 275.
- Céspedes, Guilherme, 171.
- Chamberlain, Robert S., 227.
- Charnier, Henri, 191.
- Christian, John le Roy, 215.
- Churchill, Winston, 283.
- Cidade, F. Paula, general, 104, 108, 189, 219.

Cobb, Gwendolin, 103, 213, 234.
 Coleção Pedro de Angelis, 106-107.
 Coleção Visconde do Rio Branco, 73-74, 114, 116.
 Coleções de manuscritos, bibliografia, 233.
 Collingwood, R. G., 28.
 Collor, Hermínia, 208.
 Collor, Lindolfo, 208.
 Comissão de Textos da História do Brasil, 104, 116-118, 135-137.
 Compreensão histórica, 34.
 Conde d'Eu. Gastão de Orléans, 73, 74, 196, 207.
 Coney, Donald, 234.
 Confederação do Equador, queima dos papéis da, 203.
 Congresso de Arquivologia, 281, 283.
 Conselho Federal de Cultura, 278, 281.
 Conselho Ultramarino, 61-65, 85.
 Constant, Benjamin, 208.
 Cópias de documentos, 147-148.
 Correia, Aires, 206.
 Correia, Francisco, 133.
 Corrêa Filho, Virgílio, 196, 198, 199, 225.
 Cortesão, Jaime, 106-108, 115, 116.
 Costa, Antônio de Macedo, 196.
 Costa, Craveiro, 200.
 Costa, J. B. Rigueira da, 245.
 Costa e Silva, Artur de, 279.
 Costa e Souza, M. de Lourdes, 281.
 Cotegipe, Barão de. José Maurício Wanderley, 196, 265.
 Coutinho, Rôdrigo de Souza, Conde de Linhares, 187.
 Couto de Magalhães, J. V., 138.
 Croce, Benedetto, 25, 28, 32, 34, 52.
 Cru, Norton, 144.
 Cruls, Gastão, 178.
 Cruz, Antônio, 235.
 Cruz, Ernesto, 108.
 Cruz, Osvaldo, 190.
 Cruzeiro, Visconde de. Jerônimo José Teixeira Júnior, 207.
 Cunha, Francisco Xavier da, 94.
 Cunha, Rivara, J. H., 109, 234.
 Cunha Rodrigues Simões de Paula, Maria Regina da, 193.
 Cunha, Rui Vieira da, 281.
 Cunha, Vasco Leitão da, 135.
 Czoerniy, Barão Charles, 72.

D

Dannemann, M. Stallard, 281.
 Dean, Warten, 158.
 Denis, Ferdinand, 104, 292.
 Devassa de 1801, 259.

Diálogos das Grandezas do Brasil, 48, 49, 60, 61, 97, 204.
 Dias, Cícero, 104, 118, 292.
 Dias, Everardo, 159.
 Dicionário biográfico brasileiro, 248.
 Dicionário de História, 240, 249.
 Diégues Júnior, Manuel, 24.
 Diffie, Bailey W., 211, 234.
 Dilthey, Wilhelm, 26, 28, 275.
 Documentos: diplomáticos e consulares, 161-162; econômicos e sociais, 157-160, 285; perdidos, 202-206; públicos, 162-169, 289; sobre: o Amazonas, 216; a Bahia, 213; a Colônia do Sacramento, 214; os Governos Gerais, 253-256; os índios, 214; o Maranhão, 212; Mato Grosso, 69; Pernambuco, 213; Piauí, 211; Rio Grande do Sul, 78, 213; venda de, 277.
 Doyle, Plínio, 287.
 Drummond, Antônio Meneses Vasconcelos de, 41-43, 44, 45, 46-47, 195, 198, 207, 215.
 Drummond, João da Costa Lima, 197.
 Duarte, Eduardo, 208.
 Ducheim, Michel, 123, 183.
 Duggan, Alfred, 179.
 Dulles, Foster, 132, 133.
 Dulong, Gustave, 179.
 Dumans, Adolfo, 194.
 Dumont, A. Santos, 287.
 Dutra, Eurico Gaspar, 163.

E

Eckhoff, Mark G., 153, 227.
 Efemérides, 32.
 Eguiguren, Luís Antonio, 228.
 Eisenhower, Dwight E., 130, 133, 134, 284.
 Eliminação de documentos, 122.
 Emerenciano, Jordão, 192.
 Endemann, W., 146.
Enformação do Brasil de 1584, A, 49.
 Ennes, Ernesto, 102, 114, 212, 260.
 Escravidão, queima dos arquivos da, 203-204.
 Esposel, José Pedro, 281.
 Estêvão, Carlos, 192.
 Stevens, Manuel dos Santos, 214.

F

Faria, Francisco de Sousa e, 94.
 Faria, Otávio de, 178.
 Farquhar, Percival, 159.
 Fato histórico: características do, 34.

definição, 24-31; e complexo de fatos, 31; negativo, 30-31; seleção do, 32-33.

Faust, Albert, B., 221.

Febvre, Lucien, 33.

Fernandes, Lígia Nazareth, 192.

Ferreira, Carlos Alberto, 235.

Ferreira, Félix, 202.

Ferrez, Gilberto, 208.

Ferrez, Marc, 208.

Figanière, F. F. de la, Visconde de, 114.

Figueira de Melo, Jerônimo Avelar, 220.

Figueiredo, A. Mesquita, 212.

Filangieri, Riccardo, 206.

Filicaya, Baccio da, 205.

Filme documentário, 174-175.

Fish, Carl Russell, 219.

Fitzler, M. A. Hedwig, 212, 260.

Folclore, 78, 138-139.

Fonseca, Edson Nery da, 76.

Fonseca, Francisco Bilard da, 214.

Fonseca, Hermes da, 163.

Fonseca, Luiza da, 213.

Fonseca, Maria José Lessa da, 230.

Fontes: bibliografia das, 142; divisão das, 137-141; espécies de, 142-145.

Fontes, Amando, 178.

Fontoura, João Neves da, 208.

Fontoura, Ubaldino do Amaral, 208.

Fotografia, 141.

Fraga, Clementino, 208.

Freire, Anselmo Braancamp, 96.

Freire, M. J. de Sampaio Pina. Visconde de Lançada, 291.

Freitas, A. Teixeira de, 147, 149.

Freitas, Norival de, 86-87.

Freyre, Gilberto, 144, 197, 203.

Fundação Carnegie, 216, 220, 222, 239.

Furtado, Alcibiades, 245.

G

Galbraith, V. H., 24, 124, 125.

Gama, Caetano Maria Lopes, 44.

Gama e Silva, L. A. da, 281.

Ganns, Cláudio, 197, 198, 199.

García, Rodolfo, 44, 45, 48, 99, 100, 102, 107, 241, 249, 255, 256, 257.

García da Orta, 48.

Gauld, Charles, 159.

Gay, João Pedro, P.e, 197.

Gayangos Pascual, de, 218.

Ge., Wilson, 23.

Geiger, Theodor, 158.

Geisel, Ernesto, 281, 282.

Gibbon, Edward, 274.

Gibson, Charles, 171.

Giry, A., 147.

Giuseppi, Montague S., 217.

Goes Monteiro, Pedro Aurélio de, 189.

Golder, Frank, 222.

Gomes, Eugênio, 134.

Gomes, Lindolfo, 138.

Gómez Canelo, Lino, 216, 228.

Gonçalves Dias, Antônio: missão aos arquivos do Norte, 51-57, 81, 184, 190; missões aos arquivos da Europa, 57-59, 60, 62, 64, 65-67, 71-73, 95; e ainda, 177, 196, 245.

Gonzaga, Tomás Antônio, 42, 215.

Gordo, J. J. Ferreira, 291.

Gottschalk, Luís, 146.

Goulart, João, 164.

Gouveia, Alfredo Mendes, 202.

Graça Aranha, José, 178.

Graff, Henry F., 24.

Graham, Ann Hartness, 285.

Grão-Pará, Príncipe do, 104.

Greenlee, William B., 233.

Griffin, Charles, 285.

Gropp, Arthur E., 234.

Guabira, M. C. de Araújo, 290.

Gualberto, Luís, 245.

Guedes, Antônio José Paiva, 38.

Guerra Filho, d'Almeida, 167.

Guidi, Paolo, 145.

Guimarães, Argeu, 189.

Guimarães, Bernardo de, 177.

Guimarães Rosa, João, 178.

Guinle, Arnaldo, 230.

Gusmão, Alexandre de, 107.

Gusmão, Bartolomeu de, 98.

H

Haecx, Hendrik, 92.

Hall, Frederick, 233.

Hammond, George P., 234.

Hardenberg, H., 128, 220.

Harrison, John P., 153, 225.

Harsin, Paul, 144.

Hauchild-Thiessen, Renate, 292.

Hedberg, Nils, 222.

Hegel, 24-26, 30, 34.

Herculano de Carvalho e Araújo, Alexandre, 41, 57, 68.

Hernández, Pablo, P.e, 96.

Hill, Roscoe, 185, 222, 223, 225.

Hilton, H. Stephen, 227.

Hilton, Ronald, 234.

Hilton, Stanley, 198.

Hincker, Alfonso, 236.

História: a palavra, 25, 33; contemporânea, 25, 131, 133, 136, 157, 159; e literatura, 176-179; revistas de, 171-172; significado da, 26, 32.

História do Brasil, 30, 31.
 Historiador, profissão de, 242.
 Historiografia brasileira, 30.
 Historiografia estrangeira sobre o Brasil, 210.
 Hockett, Homer C., 24.
 Hollanda, Sérgio Buarque de, 194, 277.
 Holandeses no Brasil, 70-71, 80-81, 110-112.
 Holm, Bernard J., 29.
 Holms, Ruth E. V., 233.
 Homem de Melo, Francisco Inácio Marcondes, Barão, 74, 78-79.
 Horch, Rosemaria E., 200, 287.
 Huber, Jacques, 89.
 Humbert, John, 215.
 Humphreys, R. A., 235.

I

Independência, documentos sobre a, 42, 101.
 Índices de revistas, 249, 288.
 Instituto: Anchieta de Pesquisas (Porto Alegre), 105; de Estudos Brasileiros, 287; do Cinema Educativo, 175; — Histórico e Geográfico Brasileiro: Arca do sigilo no, 133, 195; coleções particulares existentes no, 196-198, 242, 246, 249; consulta livre no, 134; manuscritos existentes em 1854 no, 57; pesquisas históricas no Brasil e no estrangeiro, 37-40, 41, 44, 49-51, 52, 57, 61, 63, 71, 72, 76, 85-87, 91, 100-101, 102, 111, 121, 195-199; — Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 290. Nacional de Pesquisa Histórica, 239, 241, 243, 250; — Nacional do Livro, 247, 248; — para a Alta Cultura (Lisboa), 102-103; — Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, 103-104, 106, 107, 113-116.
 Institutos Históricos Estaduais: 240-241, 248.
 Instrumentos do trabalho histórico, 240-242.
 Iria, Alberto, 212, 213, 214, 290.
 Isabel, Princesa, 104, 207.
 Isau (de São Tomé), 290.

J

Jaboatão, Antônio de Santa Maria, frei, 82.
 Jaeger, Luís Gonzaga, 105.
 Jaguaribe, Hélio, 208.

Jameson, J. Franklin, 40, 223.
 Jefferson, Thomas, 152.
 João VI, D., 189, 209, 230.
 Johnson, Lindon, 284.
 Jones, T. B., 160.
 José I, D., 230.
 Jornais, 170-171; coleção de recortes de, 157, 170.
 Joslin, David, 158.
 Julgamento histórico, 33.
 Junqueira, J. J. Nascimento, 208.
 Jurandir, Dalcídio, 179.

K

Kallenbenz, Hermann, 236.
 Kennedy, John F., 128, 132, 137.
 Kent, George O., 151, 227.
 Kingsley, A., 160.
 Kirn, Paul, 275.
 Kirschenbaum, Frances J., 234.
 Konetzke, Richard, 236.
 Kossak, Manfred, 285.
 Kubitschek de Oliveira, Juscelino, 164, 194.

L

Lacerda, J. B., 142.
 Lacombe, Américo Jacobina, 204, 208, 277, 287, 292.
 Ladislau Neto, 142.
 Lago, Laurênio, 189.
 Lagos, Manuel Ferreira, 187.
 Lamb, W. Kay, 129.
 Lamego, Alberto, 32, 99-100, 200, 230, 287.
 Land, Robert, 124.
 Langlois, Charles, 219.
 Lavradio, Marquês de, 207.
 Leal, Antônio Henriques, 64, 65, 76.
 Leal, J. da Silva Mendes, 202.
 Leão, Múcio, 141, 200.
 Leão XIII, papa, 129, 278.
 Learned, Marion Dexter, 220.
 Leisinger, Albert H., 152.
 Leitão, C. de Melo, 142.
 Leite, Berta, 212.
 Leland, Waldo, 224, 236.
 Lenine, 125.
 Lessa, Pedro, 87.
 Leuenroth, Edgar, 159.
 Levine, Robert, 160, 170.
 Levy, Hannah, 145.
 Lima, Américo Pires de, 202.
 Lima, Henrique de Campos Ferreira, 110, 215.
 Lima, Raul, 282.

Lima Barreto, 178.
 Limites, questões de, 68-70, 74, 94, 108.
 Lind, Ivan, 222.
 Lins, Alvaro, 176.
 Linhares, M. Jedda, 274.
 Lisboa, Antônio José, 46.
 Lisboa, Baltazar da Silva, 203.
 Lisboa, João Francisco, 49, 55, 58, 59-67, 71, 72, 95, 196, 244.
 Lisboa, José da Silva, Visconde de Cairu, 54, 291.
Liuro da Nau Bretoa, 49.
 Llavarias y Martinez, Joaquim, 226.
 Lopes, Lucas, 289.
 Lopes, Luiz Simões, 187.
 Lopes, Teodoro, 167.
 Loreto, Barão de, Franklin Américo Menezes Dória, 196.
 Love, Joseph, 199.
 Lucas, São, 280.
 Luciano de Samósata, 140.
 Luigi, Giuseppe, 219.
 Lund, V. P., 207.
 Lutero, Martinho, 275.
 Lyra, A. Tavares de, 162, 169.

M

Macaulay, T. B., 29, 32.
 Macedo, D. L., 209.
 Macedo, Francisco de Sales, 209.
 Macedo, Joaquim Manuel de, 47, 51, 187.
 Macedo Soares, Antônio Joaquim de, 197.
 Macedo Soares, José Carlos de, 117, 118, 134, 198, 199, 201.
 Machado, Diogo Barbosa, 204, 230.
 Machado, Joaquim de Oliveira, 209.
 Machado de Assis, J. M., 140, 177, 179.
 Maciel, F. Antunes, 289.
 Madre de Deus, Gaspar da, frei, 44, 50, 99.
 Madureira, Henrique Garcez Pinto de, 198, 266.
 Mady, J., 123.
 Magalhães, A. de, 235.
 Magalhães, Agamenon, 289.
 Magalhães, Basílio de, 138.
 Magalhães, Juraci, 136, 166, 289.
 Malta, Octavio, 23.
 Manchester, Alan K., 233.
 Mannheim, Karl, 26.
Manual de Estudos Brasileiros, 249.
 Maracaju, Visconde de, Rufino Enéias Gustavo Galvão, 197.
 Marcgrave, George, 99.
 Marcondes de Sousa, T. O., 233.
 Mareschal, Wenzel de, barão, 101.

Mariscal, Mario, 228.
 Marquant, R. M., 157.
 Marques, Antônio H. de Oliveira, 236.
 Marques, João Martins da Silva, 101, 103, 212, 220.
 Marques Rebelo, 178.
 Martins, F. J. Rocha, 230.
 Martins Pena, C., 177.
 Martius, Carlos Frederico Filipe von, 196-197.
 Marx Karl, 29-30, 31-32.
 Mason, John Brown, 285.
 Massena, J. Franklin, 72, 73.
 Mateus, Morgado de, Luís Antônio de Sousa Botelho, 230.
 Mathias, Herculanio, 277.
 Matos, Odilon Nogueira de, 286.
 Matos, Raimundo José da Cunha, 38.
 Matteson, David M., 234.
 Mauá, Barão e Visconde de, Irineu Evangelista de Souza, 159, 197.
 Mavro, Alexandre P., 153, 227.
 Medeiros e Albuquerque, J. J. C. da C., 79-80.
 Medina, José Toribio, 90.
 Mehl, Roger, 27.
 Mellander, Karl, 221.
 Melionni, Melo Garcia, 193.
 Melo, Clóvis de, 159.
 Melo, Francisco Manuel de, 76, 204.
 Melo, J. A. Figueira de, 100-101.
 Melo, J. A. Teixeira de, 94, 230, 232.
 Melo, João de Oliveira e, 73.
 Melo, Mário, 200, 206.
 Melo Franco, Afonso Arinos de, 114, 208.
 Melo Franco, Virgílio de, 208.
 Melo Neto, João Cabral de, 104, 118, 217.
 Melo Neto, José Antônio Gonsalves de, 104, 108-112, 213, 220, 290.
 Mendonça, Marcos Carneiro de, 207, 216.
 Mendonça, Salvador de, 85, 94.
 Mendoza, Gunnar, 158, 225.
 Menéndez y Pelayo, Marcelino, 179.
 Menezes, Roberval Francisco Bezerra de, 202.
 Mercati, Giovanni, cardeal, 23.
 Mestre João, 206.
 Metternich, Príncipe de, 101.
 Meyer, Augusto, 139, 229.
 Meyer, Eduard, 26-27, 30.
 Microfilmagem de documentos, 149-153, 280-281.
 Midlin, José, 282.
 Miguéis, M. A. Porto, 286.
 Millares Carlo, Agustín, 228.
 Ministérios: criação dos, 165; relatórios dos, 165-166.

Ministros de Estado, dados biográficos, 166-167.
 Missões latino-americanas na Europa, 225.
 Molina, Raul A., 225.
 Molina Argüello, Carlos, 225.
 Monroe, James, 125.
 Monserrate, Camilo de, frei, 124, 246.
 Monteiro, Tobias, 99-100, 221.
 Monteiro Lobato, J. B., 198.
 Montelo, Josué, 178.
 Montero Díaz, Santiago, 99.
 Monticelli, Teodoro, 51.
 Montoya, A. Ruiz de, 48.
 Morais, Alexandre de Melo, 41, 42-43, 198, 207, 209.
 Morais, Francisco de, 110, 235.
 Morais, Prudente de, 198.
 Morais Filho, Alexandre de Melo, 138.
 Moreira, Virgílio Moretzshon, 278.
 Moreira Franco, Celina V. do A., 284, 288.
 Moreno Fraginales, Manuel, 225.
 Morgan, Dale L., 234.
 Mörner, Magnus, 222.
 Moura, Caetano Lopes de, 51.
 Museu Britânico (Londres), 75, 83-85, 86, 91, 96.
 Museu da Imagem e do Som, 175.
 Museu Imperial (Petrópolis), 99, 104, 105.
 Museu Nacional, 142.
 Museus, 141, 142, 286-287.

N

Nabuco, Carolina, 204.
 Nabuco, Joaquim, 93, 94, 114, 121, 200, 204, 210.
 Nabuco, José Tomás, 286.
 Nabuco de Araújo, José Tomás, 190, 197.
 Napoleão, Aluísio, 188.
 Napoleão Bonaparte, 125, 275.
 Nassau, João Maurício de, 81.
 Nasser, Alfredo, 281.
 Navarrete, Martín Fernández, 91.
 Negreiros, André Vidal de, 112.
 Neme, Mário, 108.
 Netscher, Pieter Marinus, 70, 80, 92, 111.
 Nield, Jonathan, 179.
 Niemeyer, E. V., 171.
 Nieuhof, Johan, 112.
 Nina Rodrigues, 203.
 Noia, John de, 162.
 Noronha, Jurandir, 175.
 Nunes, Odílou, 276.

O

Olavo Bilac, 200.
 Olímpio, Domingos, 177.
 Olinda, Marquês de. Pedro de Araújo Lima, 71, 197.
 Oliveira, Albino Barbosa de, 208.
 Oliveira, Cândido Batista de, 196.
 Oliveira, Custódio José e, 140.
 Oliveira, Franklin de, 127, 128, 277.
 Oliveira, J. J. Machado de, 49-51, 245.
 Oliveira, João Alfredo de, conselheiro, 75, 207, 264.
 Oliveira, João Daudt de, 289.
 Oliveira, José Feliciano de, 287.
 Oliveira, José Manuel Cardoso de, 188.
 Oliveira Lima, Manuel de, 47, 83-86, 92, 96, 102, 103, 218, 232, 233, 244.
 Oliveira Neto, Luís Camilo de, 100-102, 114, 115, 116, 134, 193, 244.
 O'Neil, T. P., 291.
 Orçamento, 166.
 Orellana, F. J., 90.
 Orléans e Bragança, D. Pedro de, 99, 105, 207.
 Ortega Ricaúrte, Enrique, 225.
 Osório, Manuel Luis, Marquês de Herval, 197.
 Ott, Carlos, 202.
 Ottoni, Benedito, 230.
 Ourém, Barão e Visconde de. José Carlos de Almeida Arêas, 197.
 Ouro Preto, Visconde de. Afonso Celso de Assis Figueiredo, 87, 196.

P

Paes, Pedro Taques de Almeida, 45, 99.
 Paiva, Eurico, 170.
 Palmério, Mário, 178.
 Paranaguá, João Lustosa da Cunha, Marquês de, 197, 208.
 Parry, Charles McKew, 293.
 Pastells, Pablo, 99.
 Pastor, Ludwig von, 279.
 Pásztor, Lajos, 292.
 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 126, 276-278.
 Pattee, Richard, 226.
 Paula, Eurípedes Simões de, 285.
 Paulo VI, papa, 131.
 Paz, Julián, 217, 235.
 Peçanha, Nilo, 187, 194.
 Peckham, Howard H., 124.
 Pedro I, D., 54, 134, 207, 209, 220, 221.

- Pedro II, D., 51, 53, 55, 67, 71, 72, 104, 121, 133, 190, 192, 195, 196, 207, 220, 221.
- Pedrosa, M. Xavier de Vasconcelos, 199.
- Pegas, Manuel Alvares, 109.
- Peixoto, Augusto do Amaral, 289.
- Pena Júnior, Afonso, 149.
- Peña y Cámara, José María de la, 217.
- Penedo, Barão do. Francisco Inácio de Carvalho Moreira, 230.
- Peregrino Júnior, 178.
- Pereira, Astrogildo, 159, 177.
- Pereira, Fernando Leite Lobo, 231.
- Pereira, Gabriel, 235.
- Pereira, José Higino Duarte, 75, 80-81, 85, 91, 110, 111, 196, 220, 244.
- Pereira, Lúcia Miguel, 53.
- Pereira, Pedro Teotônio, 102.
- Pereira da Costa, F. A., 81-82, 138, 192, 245.
- Pérez, Juan Francisco, 228.
- Pérez, Luís Marino, 226.
- Periodização, 38.
- Pesquisa histórica: 239-242; bibliografia da, 23-24; definição, 21-23, 34; instituições, 276.
- Pesquisa histórica no Brasil: 37, 41, 239, 240; no estrangeiro, 39, 40, 42-43, 45, 239.
- Pesquisadores, formação de, 242-243, 278.
- Pesquisas norte-americanas na Europa, 222-225.
- Pessoa, Eptácio, 163, 208.
- Pierson, Donald, 160.
- Pimenta Bueno, José Antônio, Marquês de São Vicente, 68-69, 190.
- Pimentel, Alfredo Vieira, 192, 201, 202.
- Pimentel, Mendes, 196.
- Pinelo, Antonio de León, 90, 204.
- Pinheiro, Antônio José do Couto (o Malagueta), 54.
- Pinheiro, José Feliciano Fernandes (vide conde de São Leopoldo), 76.
- Pinho, João Ferreira de Araújo, 198, 208, 265.
- Pinho, Maria Wanderley de Araújo, 196.
- Pinto, João Pereira, 50.
- Pinto, José de Magalhães, 279.
- Pio IX, papa, 68.
- Pio XII, papa, 23, 131.
- Pissurlencar Panduronga, 215.
- Pistor, Frederik, 112.
- Pitanga, Antônio Ferreira de Sousa, 196.
- Pizarro e Araújo, José de Souza Azevedo, 203.
- Placer, Xavier, 167.
- Platt, D. C. M., 158, 219, 225.
- Plaza, Bores, Angel de la, 217.
- Plumb, J. H., 275.
- Poder Judiciário, 169.
- Pompéia, Raul, 177.
- Ponte Ribeiro, Duarte da, 68-69, 114.
- Pontes, Rodrigo de Sousa da Silva, 39-40, 114.
- Poppino, Rollie, 171.
- Portela, J. P. Machado, 195.
- Porto, Aurélio, 118, 188.
- Porto Alegre, M. de Araújo, 71.
- Porto Alegre, Conde de, Manuel Marques de Sousa, 207.
- Posner, Ernst, 122, 129, 151.
- Prado, Eduardo, 83, 84-85.
- Prado, J. F. de Almeida, 200, 287.
- Prado, Paulo, 97, 100.
- Prado, Yan de A., v. Prado, J. F. de Almeida.
- Preis, Aydil, 287.
- Preservação dos documentos, 125.
- Prestage, Edgar, 215, 221.
- Processo do padre Manuel de Morais, 87.
- Processo dos "18 do Forte", 190.
- Prosopopeia*, descoberta da, 48.
- Provedoria da Fazenda de São Paulo, 44.
- Pública-forma, 146-147.

Q

- Quadros, Jânio, 31, 164.
- Queiroga, Elmar G., 192.
- Queirós, Eusébio de, 207.
- Quintana Reynés, Lorenzo, 33.
- Quissamã, Visconde de. José Caetano Carneiro, 230.

R

- Ramalho, João, 50.
- Ramiz Galvão, Benjamin Franklin de, 49, 74-76, 77, 80, 197, 231, 232, 244, 245, 246.
- Ramos Graciliano, 178, 287.
- Ramos, Nereu, 208.
- Ramos Paz, coleção, 230.
- Rangel, Alberto, 99-100, 105, 145, 195, 244, 286.
- Rau, Virgínia, 210, 212, 216, 234.
- Rebello, José Silvestre, 39.
- Rebello da Silva, L. A., 69, 202.
- Reed, Richard, 234.
- Registro Nacional de Arquivos, 124, 126, 240, 248, 277.

- Rego, José Lins do, 178.
 Reis, Artur César Ferreira, 191.
 Relatórios dos Ministérios, 165.
 Renaud, 146.
 Rene-Moreno, Gabriel, 226.
 Resende, Estêvão Ribeiro de, 54.
 Revistas e periódicos, 171-173, 276, 285, 289.
 Revolução de 1817, 259.
 Revolução de 1824, documentos sobre a, 42.
 Rheingantz, Carlos G., 209.
 Ribeiro, Francisco Sólón Sampaio, 197.
 Ribeiro, João, 138.
 Ribeiro, João Pedro, 212.
 Ribeiro, Maria da Conceição Martins, 103.
 Ribeiro, Pedro Freire, 117, 188.
 Ricard, Robert, 235.
 Rickert, H., 26, 27, 30, 32, 144.
 Rio Branco, Barão do, José Maria da Silva Paranhos, 69, 73, 83, 84, 93, 94, 96, 104, 113, 114, 121, 187, 243.
 Rio Branco, Visconde do, José Maria da Silva Paranhos, 52, 58, 66, 73-74, 116, 187, 244.
 Rocha, A. G., da, 235.
 Rocha, Alberto, 282.
 Rocha, Augusto de Rezende, 281.
 Rocha, Francisco Mendes da, 94.
 Rocha Cabral, José Marcelino, 22, 39.
 Rocha Martins, F. J., 230.
 Rockefeller, John D., 224.
 Rodrigo Otávio, 208.
 Rodrigues, Jaime, 176.
 Rodrigues, José Carlos, 230.
 Rodrigues, José Honório, 22, 23, 24, 26, 30, 32, 33, 34, 38, 42, 74, 77, 78, 84, 92, 97, 100, 103-104, 108, 109, 110, 113-116, 117, 118, 123, 125, 127, 133, 134, 136, 145, 157, 159, 171, 172, 183, 184, 185, 195, 197, 198, 200, 205, 206, 212, 220, 232, 233, 248, 258, 259, 274, 275, 276, 277, 280, 281, 286.
 Rodrigues, Lêda Boechat, 122, 123, 124, 125, 129, 157, 183, 206.
 Rodríguez-Moñino, A., 217.
 Rogers, Francis M., 233.
 Romero, Marcos, 187.
 Romero, Sílvia, 138.
 Roosevelt, Franklin D., 125, 283.
 Rosa, J. Guimarães, 287.
 Ross, Camilo Luís de, 101.
 Roteiros, 45, 51.
 Rothesay, Lorde Stuart de, 83.
 Rowat, D. C., 132.
 Rubio Mañe, J. Ignacio, 228.
 Rugendas, Johann Moritz, 220.
 Rossell-Wood, A. J. R., 216.
- S
- Sá, José Félix de Azevedo e, 203.
 Sales, Herberto, 178.
 Salvador, Vicente do, frei, 49, 63, 96, 97, 203, 205.
 Sampaio, Francisco Leite Bittencourt, 231.
 Sampaio, Luís Teixeira de, 209, 215.
 Sant'Ana, Moacir Medeiros de, 192.
 Santa Cruz, Alonso de, 91.
 Santarém, 2.º Visconde de, Manuel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão e, 219.
 Santiago, Diogo Lopes de, 112.
 Santos, A. Alves Ferreira dos, 288.
 Santos, Francisco Agenor Noronha dos, 193.
 Santos, Francisco Marques dos, 208.
 Santos, Francisco Ruas, 175, 189.
 Santos, Guilherme dos, 141, 208, 211.
 Santos, M. Aparecida dos, 283.
 São Borja, Barão de, Vitorino José Carneiro Monteiro, 196.
 São Lourenço, Barão de, Francisco Gonçalves Martins, 56.
 Saraiva, José Antônio, conselheiro, 133, 190, 196-197.
 Scarabotolo, Hélio, 281.
 Scott, C. P., 274.
 Schellenberg, T. R., 122, 157, 183, 184, 185.
 Schnaidermann, Boris, 222.
 Schneider, L., 73.
 Schöner, J., 49.
 Schuller, Rodolfo R., 88-91, 93, 244.
 Seabra, José Joaquim, 208.
 Seleção dos fatos, 32-33.
 Senado Federal, 169.
 Serrano, Jônatas, 209.
 Serviços de documentação dos ministérios, 123.
 Serzedelo, Bento José Barbosa, 201.
 Serviço Nacional de Arquivos, 277.
 Shepherd, William R., 216.
 Sherlock Holmes, 33.
 Silva, Alfredo P. Maciel da, 189.
 Silva, Antônio Marques da, 230.
 Silva, João Manuel Pereira da, 179.
 Silva, Joaquim Cactano da, 67, 69, 70-71, 75, 80, 81, 83, 85, 91, 111, 195, 244.
 Silva, Joaquim Gonçalves da, 208.
 Silva, José Tomás da Porciúncula, 197.
 Silva, Lafayette de Carvalho e, 74, 113, 115.
 Silva, Manuel Cícero Peregrino da, 75, 87-88, 89, 90, 91, 96, 102, 244.

Silva, Maria Fernanda Gomes da, 216.
 Silva Campos, 138.
 Silveira, Luís da, 95, 96.
 Silveira, Maria da Glória, 193.
 Silveira, Simão Estácio da, 205.
 Sistema Nacional de Arquivos, 281-283.
 Skidmore, Thomas E., 33.
 Soares, Diogo, 203.
 Soares, Raul, 208.
 Soares, Ubaldo, 202.
 Sodré, Alcindo, 195.
 Solano López, Francisco, 73.
 Soto Cárdenas, Alejandro, 225.
 Sousa, Francisco de, D., 205.
 Sousa, Francisco Belisário de, 196.
 Sousa, Luís de, D., 205.
 Sousa, Luís de, frei, 49.
 Sousa, Pero Lopes de, 43, 49.
 Sousa Costa, Artur de, 289.
 Sousa Dantas, Manuel Pinto de, 79.
 Sousa Leão, Joaquim de, 104, 111.
 Souto Maior, Pedro, 85, 91-92, 93, 96, 99, 104, 217.
 Souza, A. Luís de. Marquês das Minas, 291.
 Souza, José Antônio Soares de, 68, 69, 107, 114, 117, 187, 188, 207, 292.
 Souza, Paulino José Soares de, Visconde do Uruguai, 68-69, 106.
 Souza, Sancho de Faro e, 257.
 Souza Docca, E. F. de, 199, 208.
 Souza Júnior, Antônio, 211.
 Souza e Silva, Joaquim Norberto de, 245.
 Spell, Lota M., 234.
 Stein, H., 219.
 Stendhal, 144.
 Studart, Guilherme, Barão de, 93, 95, 97-98, 245, 249.
 Subai, Conde de. Francisco Moreira de Carvalho, 198.
 Swärd, Sven Ola, 221.
 Szedö, Antal, 153.

T

Tabeliões, 209.
 Taine, H., 28, 34.
 Taques, Pedro. Vide Paes, Pedro Taques de Almeida.
 Tardif, A., 140.
 Taunay, Afonso d'Escragnoille, 98-99, 142, 167, 168, 194, 245.
 Taunay, Jorge Escragnoille, 188.
 Taunay, Visconde de, 133, 177.
 Tavares, A. de Lyra, 189.
 Távora, Franklin, 177.
 Taylor, A. J. P., 132.
 Taylor, W. A., 179.

Teixeira, Cândido da Silva, 213.
 Teixeira Júnior, Henrique Carneiro Leão, 208.
 Teresa Cristina, coleção D., 230.
 Thomas, D. H., 216.
 Thompson, J. W., 29.
 Torre do Tombo, 45-46, 49, 60, 62, 66, 67, 76, 79-80, 96, 101, 102, 103, 109-110, 202, 212, 291.
 Torre Revello, José, 217, 226.
 Torres, Gentil, 167.
 Torres, Heloísa Alberto, 127.
 Torres, João Camilo de Oliveira, 163.
 Tovar, Conde de, 103, 215, 218.
 Toynbee, Arnold, 122.
 Tradição oral, 139-148.
 Traslado, 146-147, 148.
 Tratados de 1750 e 1777, 47.
 Traub, Hans, 174.
 Treue, Wilhelm, 174.
 Troeltsch, Ernst, 29.
 Tudela de la Orden, José, 235.
 Túlio, Antônio da Silva, 68.

U

Universidade do Recife, 109-110.

V

Vale, João Velho do, 205.
 Vale Cabral, Alfredo do, 77-78.
 Valle, Francisco N. del, 99.
 Vansina, Jan, 23.
 Vargas, Francisco José Maria, 225.
 Vargas, Getúlio, 163, 164, 177, 208, 289.
 Vargas Ugarte, Rubén, 228.
 Varnhagen, Francisco Adolfo de, 41, 43, 53, 67, 70, 78, 79, 80, 83, 84, 87, 90, 92, 93, 94, 101, 103, 104, 138, 205, 216, 218, 220, 240, 241, 245; e João Francisco Lisboa, 58-65; e o Instituto Histórico, 39, 44-49, 51, 56, 179; papéis de, 197.
 Vasconcelos, Arnaldo, 136.
 Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 54.
 Vasconcelos, Frazão de, 214.
 Vasconcelos Mota, 207.
 Vasconcelos Torres, 280.
 Vasques, Joaquim Antônio, 73.
 Vauthier, Louis Léger, 197.
 Velloso, J. M. de Queiroz, 217.
 Veríssimo, Erico, 178.
 Vespúcio, Américo, 49.
 Viana, Artur, 191.
 Viana, Cândido José de Araújo, Visconde de Sapucaí, 53, 71, 72.

Viana, João Antônio de Sampaio, 51.
 Vianna, Hélio, 208.
 Vianna Moog, 178.
 Vieira, Antônio; P.º, 65.
 Vieira, Marilena Barbosa, 123, 157.
 Vieira da Silva, Luís Antônio, Visconde de, 197.
 Vieira Fazenda, José, 67, 87.
 Vilhena, João Jardim, 215.
 Vilhena, Luís dos Santos, 143.
 Vimioso, Conde de, 109.
 Vincent, John Martin, 23.
 Vitória, Rainha, 125.
 Votta, Raul, 202.

W

Wale, Louise Carroll, 22.
 Wagley, Charles, 24.
 Wagner, Stuart L., 285.
 Walewski, Conde Colonna de, 262.
 Wanderley, Manuel Adolfo, 124, 157, 175.
 Wanderley, Vicente Ferrer de Barros, 86.

Warburton, E. A., 160.
 Washington, George, 284.
 Wätjen, Hermann, 91, 92.
 Watts, D. C., 131, 132.
 Weber, Max, 32, 273, 274.
 Weinberg, Gerhard L., 227.
 Welsh, Doris Varner, 233.
 Werneck, André Peixoto de Lacerda, 197.
 Wiese, Carlos, 215.
 Wieser, Leopold von, 91.
 Wiley, Bell I., 124.
 Williams, Sam P., 234.
 Willis, Mary, 279.
 Wilson, Harold, 131.
 Wood, Bryce, 24.
 Württemberg, P. W. E. A., Duque de, 220.

Z

Zengotita, Juan de, 226.
 Zilinski Zeno de Sousa, 207.
 Zingoni, Carmelo V., 226.
 Zwaan, J. A., 111.



Impresso pela
Companhia Melhoramentos de São Paulo
Indústrias de Papel — Rua Tito, 479, — São Paulo
com filmes fornecidos pelo editor

SIBL. CENTRAL